

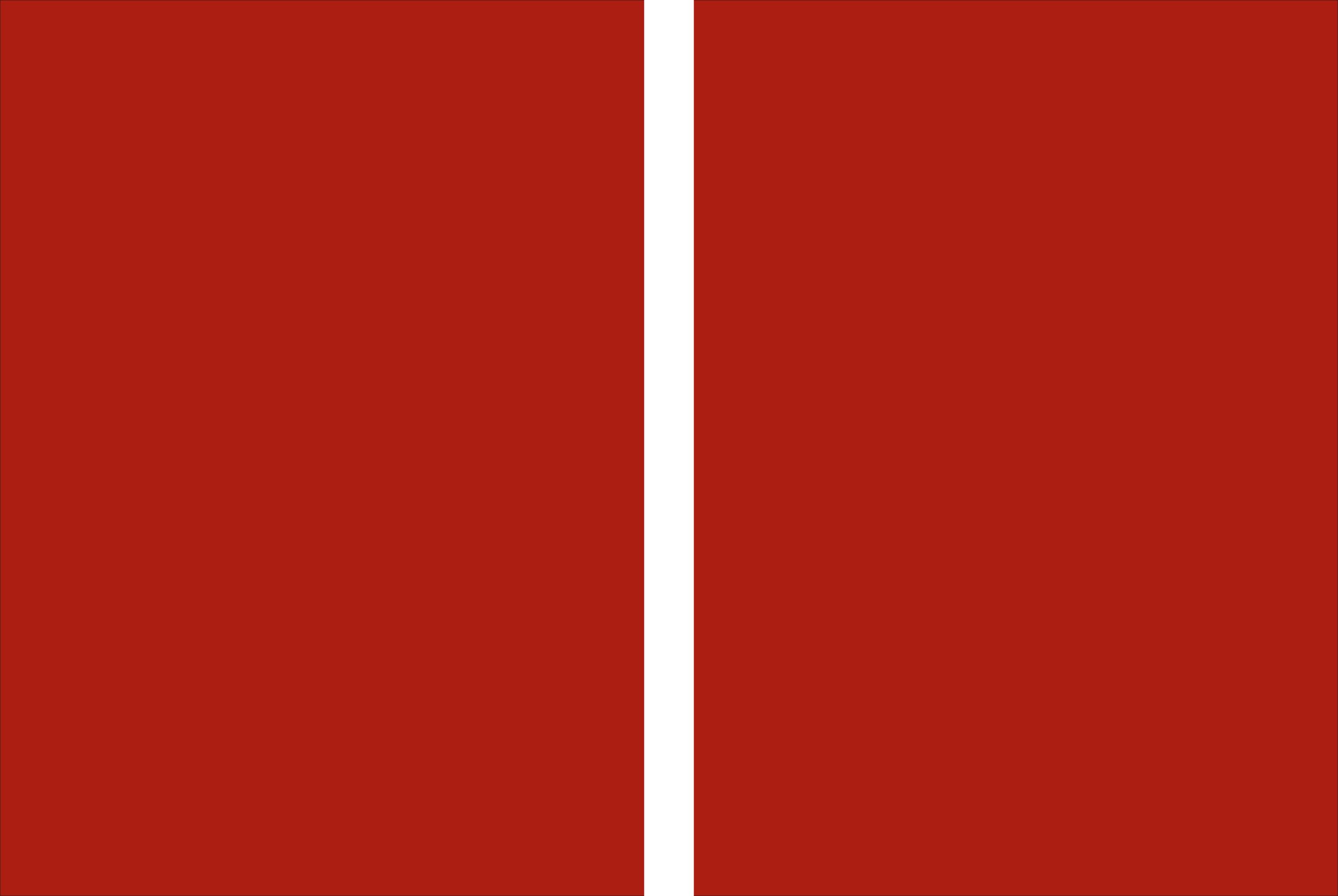


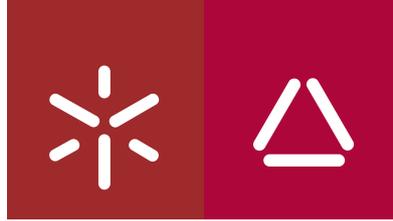
**A intervenção social e a mudança
das condições de vida de beneficiários de RSI**

Zélia Maria Maia Reis

Universidade do Minho
Instituto de Ciências Sociais







Universidade do Minho
Instituto de Ciências Sociais

Zélia Maria Maia Reis

**A intervenção social e a mudança
das condições de vida de beneficiários de RSI**

Tese de Doutoramento
Doutoramento em Sociologia

Trabalho efetuado sob a orientação da
Professora Alice Maria Delerue Alvim de Matos

DIREITOS DE AUTOR E CONDIÇÕES DE UTILIZAÇÃO DO TRABALHO POR TERCEIROS

Este é um trabalho académico que pode ser utilizado por terceiros desde que respeitadas as regras e boas práticas internacionalmente aceites, no que concerne aos direitos de autor e direitos conexos.

Assim o presente trabalho pode ser utilizado nos termos previstos na licença abaixo indicada.

Caso o utilizador necessite de permissão para poder fazer usos do trabalho em condições não previstas no licenciamento indicado, deverá contactar a autora, através do RepositóriUM da Universidade do Minho.

Licença concedida aos utilizadores deste trabalho



**Atribuição
CC BY**

<https://creativecommons.org/licenses/by/4.0/>

AGRADECIMENTOS

No momento de agradecer, faço-o, desde já, à minha digníssima orientadora, a Professora Doutora Alice Delerue Alvim de Matos. A si devo a persistência ao longo deste árduo e solitário, mas, igualmente, fascinante percurso. Este fascínio resulta do tema de estudo que sempre me apaixonou, mas, sobretudo, é fruto do seu suporte permanente e apoio científico inigualável. Conseguiu levar-me até à meta e demonstrar-me que o caminho se faz caminhando, valorizando o meu trabalho a cada etapa percorrida. É, e será sempre, uma das minhas referências. Obrigada Professora Alice!

A minha gratidão para todos as pessoas que se disponibilizaram para a realização das entrevistas e *focus groups* e, também, para as instituições de enquadramento por permitirem a realização deste estudo no vosso contexto. Sem o vosso contributo este trabalho não teria sido possível.

À minha entidade patronal por me permitir gerir o tempo de trabalho em função das necessidades académicas, o reconhecido agradecimento.

A todas as Juletes e seu líder, pelo vosso apoio e carinho. Obrigada!

A todas vós amigas e companheiras de jornada, obrigada pela vossa generosidade em tempo e paciência para me ouvirem nos dias mais cinzentos: Patrícia, Diana, Edite, Fátima... foram muitas as horas a partilhar e reflectir. De vós recebi sempre uma palavra encorajadora e convosco permanecerá uma amizade linda.

À minha FAMÍLIA um abraço com muito amor em recompensa pela minha ausência em dados momentos e que foram muitos ao longo deste longo percurso.

E por fim, a ti...

Nos últimos meses acompanhaste-me silenciosamente acolhido no meu coração. Tu és e serás, eternamente, o meu exemplo de luta, de esforço e de amor. A ti te devo a vida. Obrigada!

És o meu Herói Pai! Até sempre...

DECLARAÇÃO DE INTEGRIDADE

Declaro ter actuado com integridade na elaboração do presente trabalho académico e confirmo que não recorri à prática de plágio nem a qualquer forma de utilização indevida ou falsificação de informações ou resultados em nenhuma das etapas conducentes à sua elaboração.

Mais declaro que conheço e que respeitei o Código de Conduta Ética da Universidade do Minho.

RESUMO

A intervenção social e a mudança das condições de vida de beneficiários de RSI

A literatura científica tem evidenciado os limites dos modelos de intervenção de tipo assistencialista na mudança de vida dos indivíduos em situação de pobreza e exclusão social e destacado as potencialidades dos modelos de intervenção social colaborativos que valorizam as capacidades e competências daqueles indivíduos, envolvendo-os nos processos de mudança das suas condições de vida e de (re) conquista do estatuto de cidadãos. Escasseiam, no entanto, evidências empíricas do impacto dos diversos modelos de intervenção social.

A presente investigação tem por objectivo avaliar as determinantes da mudança das condições de vida de indivíduos em situação de desfavorecimento económico e social que são beneficiários de RSI.

O estudo baseou-se numa abordagem metodológica de cariz qualitativo. Numa primeira fase, foram realizadas entrevistas a 14 profissionais gestores de processos sociais de beneficiários de RSI que exercem a sua actividade em instituições dos concelhos de Trofa, Paços de Ferreira e Vila Verde. Numa segunda fase, foram realizados 6 focus groups com 30 beneficiários de RSI participantes nas iniciativas de acção colectiva (hortas e atelier de enriquecimento pessoal) dinamizadas pelas três entidades seleccionadas para o estudo. Foi ainda realizado um 7º focus-group com um grupo de controle constituído por 10 beneficiários de RSI que não participam nas iniciativas de acção colectiva.

Os resultados evidenciam que a adopção de modelos de intervenção social que se baseiam no envolvimento e colaboração activa dos beneficiários de RSI fazem deles os autores do seu plano de intervenção e têm impactos positivos na mudança das condições de vida dos beneficiários de RSI e na definição dos seus projectos de vida. Estes resultados podem constituir um importante contributo para a concepção e operacionalização dos programas de apoio social ajustados às necessidades e expectativas das pessoas que deles beneficiam, envolvendo-os activamente na construção de recursos colectivos inovadores, territorialmente enquadrados.

Palavras-chave: Exclusão Social, Intervenção Social, Mudança de vida, Pobreza e Rendimento Social de Inserção.

ABSTRACT

Social intervention and change in the living conditions of RSI (Social Integration Income) recipients in Portugal

The scientific literature has shown the limits of welfare-type intervention models in changing the lives of individuals affected by poverty and social exclusion. It has also highlighted the potential of collaborative social intervention models that value the capabilities and skills of those individuals by involving them in the processes to change their living conditions and (re)learn how to be citizens. However, there is limited empirical evidence of the impact of the various models of social intervention.

This research aims to assess drivers for change in the living conditions of individuals experiencing economic and social disadvantage who are recipients of RSI.

The study was based on a methodological approach that uses qualitative tools. In the first phase, interviews were conducted with 14 professional managers of social processes for RSI recipients, who carry out their activity in institutions in the municipalities of Trofa, Paços de Ferreira and Vila Verde. In the second phase, 6 focus groups were held with 30 RSI recipients who participated in collective action initiatives (vegetable gardens and personal development workshop) organised by the three institutions selected for the study. A 7th focus-group was also held with a control group consisting of 10 RSI recipients who did not participate in collective action initiatives.

The results indicate that adopting social intervention models based on the active involvement and co-operation of RSI recipients makes them the creators of their intervention plan and has a positive impact on changes in the living conditions of RSI recipients and on defining their life projects. These results can make an important contribution to the design and implementation of social support programmes tailored to the needs and expectations of the people who benefit from them and actively involves them in the development of territorially appropriate and innovative collective resources.

Keywords: Life Change, Social Exclusion, Social Integration Income and Social Intervention.

ÍNDICE

INTRODUÇÃO.....	1
PARTE I. ABORDAGENS TEÓRICO-METODOLÓGICAS	7
Capítulo 1. Pobreza e exclusão social	8
1.1. Abordagens conceptuais da pobreza	8
1.2. Pobreza e Exclusão Social: dimensões sociais e simbólicas	13
1.3. Estratégias individuais face à desqualificação social inerente à situação de pobreza	17
Capítulo 2. Medidas de Mínimos Sociais	23
2.1. Breve contextualização histórica	23
2.2. Emergência dos direitos sociais.....	26
2.3. As políticas de mínimos sociais	27
2.4. Rendimento Social de Inserção: um olhar sobre a medida em Portugal.....	29
2.4.1. Génese e configurações das políticas de mínimos garantidos.....	29
2.4.2. A transição para o Rendimento Social de Inserção.....	33
2.4.2.1. A transição para o RSI traduzida em números.....	37
2.4.2.2. A transição para os contratos de inserção	39
2.4.3. Fragilidades de uma política social (RSI).....	41
2.4.3.1. Responsabilização individual	41
2.4.3.2. Moralização da medida	43
2.4.3.3. Primado da dimensão económica	43
2.4.3.4. Transitoriedade da medida	45
2.4.3.5. Desadequação da medida face aos perfis individuais	46
2.4.4. Virtualidades de uma política social (RSI).....	48
2.4.4.1. Valorização de novos mercados de trabalho	48
2.4.4.2. Dimensões da integração.....	48
2.4.4.3. A mobilização da solidariedade de base local	49
Capítulo 3. Intervenção social: os seus significados.....	50
3.1. Intervenção Social – Perspetivas teóricas.....	52
3.2. Modelos assistencialistas de intervenção social	57
3.3. Modelos colaborativos de intervenção social	61
3.4. Intervenção social de tipo “paliativo”	64
Capítulo 4. Objetivos e procedimentos metodológicos	71

4.1. Objectivos da pesquisa.....	71
4.2. Procedimentos metodológicos.....	72
4.2.1. Entrevistas semi-estruturadas.....	73
4.2.2. <i>Focus Groups</i>	74
4.2.3. Análise dos dados.....	77
4.3. Amostra.....	78
4.3.1. Selecção das entidades.....	78
4.3.2. Selecção dos profissionais.....	79
4.3.3. Selecção dos beneficiários.....	80
4.4. Validação de resultados.....	82
PARTE II. ESTUDO EMPÍRICO.....	84
Capítulo 5. A intervenção social e os seus impactos na mudança de vida dos beneficiários de RSI - a percepção dos profissionais.....	85
5.1. Pobreza e exclusão social: os significados atribuídos pelos profissionais.....	85
5.1.1. Factores estruturais.....	85
5.1.2. Factores individuais.....	88
5.2. Estratégias de luta contra a pobreza e exclusão social.....	91
5.2.1. Factores de nível macro.....	91
5.2.2. Factores de nível meso.....	92
5.2.3. Factores de nível micro.....	94
5.3. Intervenção social – percepções de quem a desenvolve.....	97
5.4. Rendimento social – entre a prestação e a inserção.....	102
5.5. Iniciativas de acção colectiva - uma estratégia valorizada.....	107
5.5.1 Pontos fortes das iniciativas de acção colectiva.....	111
5.5.2. Fragilidades das iniciativas de acção colectiva.....	118
5.6. Impactos das iniciativas de acção colectiva na mudança de vida dos seus beneficiários ...	121
5.7. No outro lado da balança... justificações e alternativas de quem não encaminha beneficiários de RSI para iniciativas de acção colectiva.....	128
5.8. Da acomodação à irreverência profissional.....	133
5.8.1. Perfil 1: Profissionais Acomodados.....	133
5.8.2. Perfil 2: Profissionais Inconformados.....	135
5.8.3. Perfil 3: Profissionais Irreverentes.....	137
5.9. Síntese.....	139

Capítulo 6. A intervenção social e os seus impactos na mudança de vida dos beneficiários de RSI - a percepção de quem a vivencia.....	142
6.1. Rendimento Social de Inserção: as virtudes e os constrangimentos sentidos	143
6.1.1. Apoio pecuniário de sobrevivência	143
6.1.2. Independência face a familiares	148
6.1.3. RSI também é fonte de oportunidades.....	148
6.1.4. Uma medida desajustada e injusta.....	150
6.1.5. Beneficiários de RSI: entre a “fraude” e a “preguiça”	153
6.2. Relação com os serviços de acção social: entre a denegação e a contiguidade.....	157
6.2.1. Relação de denegação	157
6.2.2. Relação de contiguidade	158
6.3. Da vida sem sentido à construção de sentidos para a vida: dimensões da mudança	160
6.3.1. Saúde e bem-estar psicológico	161
6.3.2. Sociabilidades e participação social.....	163
6.3.3. Desenvolvimento de competências.....	170
6.3.4. Qualidade e diversidade alimentar.....	172
6.3.5. Reforço do orçamento familiar	173
6.3.6. Autonomia, sentimento de posse e liberdade de escolha	175
6.4. Os projectos de vida dos beneficiários	177
6.5. Síntese	181
CONCLUSÕES.....	185
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	207
ANEXOS	218
Anexo I – Consentimento informado	218
Anexo II – Guião de entrevista a profissionais que encaminham para iniciativas de acção colectiva	219
Anexo III – Guião de entrevista a profissionais que não encaminham para iniciativas de acção colectiva.....	221
Anexo IV – Guião Focus Group: beneficiários de RSI que participam nas iniciativas de acção colectiva	223
Anexo V – Guião Focus Group – fotos: beneficiários de RSI que participam nas iniciativas de acção colectiva.....	225
Anexo VI – Guião Focus Group: grupo de controle – beneficiários que não participam nas iniciativas de acção colectiva	226

ÍNDICE DE TABELAS

Tabela 1. Alteração estrutural da Segurança Social	28
Tabela 2. Beneficiários de RMG e RSI: N° total e por sexo	38
Tabela 3. Despesa com as prestações de RMG e RSI	38
Tabela 4. Trabalho Social Paliativo	65
Tabela 5. Distribuição dos profissionais em função da profissão e género, por concelho	80
Tabela 6. Distribuição dos beneficiários por idades	81
Tabela 7. Distribuição dos beneficiários por nível de escolaridade.....	81

ÍNDICE DE FIGURAS

Figura 1. Cronologia das principais alterações legislativas	35
Figura 2. Do Programa ao Contrato de Inserção	40
Figura 3. Perfis de Beneficiários RSI face ao mercado de trabalho	47
Figura 4. Campos Paradigmáticos do Serviço Social.....	54

ABREVIATURAS

ACIF	Associação Comercial e Industrial de Famalicão
AEBA	Associação Empresarial do Baixo Ave
CLA	Comissão Local de Acompanhamento
CNRSI	Comissão Nacional do Rendimento Social de Inserção
GEP	Gabinete de Estratégia e Planeamento
IAS	Indexante dos Apoios Sociais
IEFP	Instituto de Emprego e Formação Profissional
IGFSS	Instituto de Gestão Financeira da Segurança Social
IPSS	Instituição Particular de Solidariedade Social
MTSSS	Ministério do Trabalho, Solidariedade e Segurança Social
NLI	Núcleo Local de Inserção
OCDE	Organização para a Cooperação e o Desenvolvimento Económico
PF	Paços de Ferreira
R.M.I.	Revenue Minimum d'Insertion
RLIS	Rede Local de Intervenção Social
RMG	Rendimento Mínimo Garantido
RSI	Rendimento de Inserção Social
SAAS	Serviço de Atendimento e Acompanhamento Social
STEP	Programa Estratégias e Técnicas contra a Exclusão Social e a Pobreza
MT	Trofa
VV	Vila Verde

INTRODUÇÃO

O modelo de desenvolvimento actual afasta muitos indivíduos do acesso aos recursos necessários para viverem em condições mínimas de dignidade. O fenómeno de mundialização e progresso económicos carregam igualmente sofrimento porque, ao mesmo tempo que se dá o crescimento económico e a multiplicação da riqueza, são destruídos empregos e aumentam as desigualdades “...a um ponto insuportável” (Rosanvallon e Fitoussi, 1997:3).

A pobreza e exclusão social deixaram de ser uma questão residual, para se assumirem como uma preocupação central nas sociedades contemporâneas à medida que enfraquece o papel integrador e protector do trabalho, marcado pelo aumento do desemprego de longa duração e das situações de precariedade no trabalho (Paugam, 1993:31).

Também as estruturas familiares se alteraram e agravou-se a instabilidade dos laços familiares, remetendo o indivíduo para situações de isolamento e vulnerabilidade, entregue a si próprio ou a sistemas de protecção social.

As situações de pobreza e exclusão social são experienciadas como desqualificação e desvalorização social, marcando a identidade daqueles que a vivem (Paugam 2003:24; Spicker 2007:71). Alguns indivíduos conseguem sair da situação em que se encontram, outros são levados a aceitar a sua condição (Fernandes, 1991:49-50). Muitas vezes, estas pessoas lançadas para o exterior do sistema produtivo, evidenciam a falta de “capitais” de suporte (económico, cultural, social e simbólico) que determinam a posição social do indivíduo e a capacidade para aceder ou criar recursos importantes para a construção da sua identidade (Bourdieu, 2011:137). Encontram-se, por isso, limitados na condução dos seus projectos, na definição dos seus interesses e dependentes da boa vontade e benevolência de alguém em particular ou da assistência pública (Castel, 2009:27).

A emergência de políticas de mínimos sociais surge na sequência da necessária configuração de uma modalidade de protecção social intimamente ligada ao reconhecimento de direitos sociais que acautelem a satisfação das necessidades fundamentais e essenciais ao exercício do direito de cidadania (Rodrigues *et al.*, 2003:107).

Pese embora tratem-se de medidas não consensuais quanto aos seus impactos na redução ou eliminação das situações de pobreza e exclusão social, certo é que se lhe reconhece um efeito amortecedor dos impactos da crise económica e social e se sublinha a virtude de universalizar um

mínimo de rendimento que permite a sobrevivência em condições menos degradantes (Castel 2005:74; Rosanvallon, 1995).

O Rendimento Social de Inserção é uma medida de política de mínimos sociais que reconhece o princípio da universalidade de direitos para todos, o que garante, a cada cidadão, o direito a condições mínimas de vida, independentemente da sua participação no mercado de trabalho.

As prestações atribuídas, neste novo modelo, são calculadas com base em critérios de diferenciação porque dependem das condições económicas de cada pessoa e/ou família, o que nos remete para um regime diferenciado de protecção social dirigido aos grupos sociais vulneráveis.

Aos beneficiários da medida exige-se que retribuam com disponibilidade, nomeadamente, para o exercício de actividade laboral. Estas acções constam dos contratos de inserção que são concebidos e utilizados como instrumentos facilitadores do regresso ao mercado de trabalho.

Sublinha-se o papel que as instituições de solidariedade social têm vindo a desempenhar enquanto parceiras na implementação destas medidas de política social, nomeadamente, no que diz respeito à operacionalização da política de Rendimento Social de Inserção, a nível local, através de celebração de protocolos específicos celebrados com o Estado, de que são exemplo os protocolos RSI e os Serviços de Atendimento e Acompanhamento Social das Redes Locais de Inserção Social SAAS/RLIS.

Espera-se que a intervenção institucional seja cada vez mais efectiva, com o envolvimento activo dos diferentes actores sociais na promoção da integração social dos indivíduos defendendo-se, para isso, o trabalho territorializado, em rede e em parceria.

Entende-se que através do envolvimento dos vários actores da sociedade civil e a co-responsabilização dos indivíduos no processo de inserção social que lhes diz respeito se pode ter, segundo Branco (2001:310), os efeitos positivos esperados, a par da necessária e desejada construção de oportunidades e disponibilização de recursos, de base local. Esse acesso a condições e oportunidades para a inserção social passa a ser suportado pela contratualização entre Estado, beneficiários e sociedade civil, materializada num Programa de Inserção. O indivíduo passa a ter o “direito à integração” que supera o direito social clássico. Mais do que garantir as mínimas condições de subsistência, procura-se garantir o direito à utilidade social e consideram-se os indivíduos como cidadãos activos e não como “assistidos a socorrer” (Rosanvallon, 1995:178).

A medida de RSI, enquadrada nas políticas sociais recentes, tem subjacente lógicas de activação dos indivíduos e preconiza o abandono de práticas meramente compensatórias. Afirma-se como uma medida

que visa incentivar a capacidade emancipatória dos indivíduos, de modo a quebrar a dependência destes face aos dispositivos do Estado Social.

A prossecução deste propósito depende da natureza da intervenção social que é levada a cabo e dos contextos institucionais e geográficos em que se desenvolve. Tem também implícitas perspectivas teórico-metodológicas que as distinguem. Essas perspectivas influenciam a percepção sobre os indivíduos que vivem em situação de pobreza e exclusão social, os objectivos que procuram atingir e as estratégias que adoptam e a relação que estabelecem com as pessoas que recorrem aos serviços de acção social.

A revisão da literatura científica identifica dois tipos de modelos de intervenção social: Tradicionais e Colaborativos (Sousa, Hespanha, Rodrigues e Grilo, 2007). De acordo com os modelos tradicionais de tipo assistencialista, a intervenção social fomenta a dependência dos beneficiários que recorrem aos serviços e, conseqüentemente, é incapaz de trabalhar o envolvimento e participação individual (Branco, 1997). As pessoas são tidas como incapazes ou portadoras de patologias e, por isso, os objectivos visados são de tipo terapêutico para resolver os problemas (Miotto, 2004:3-4). O técnico apresenta-se distante na relação que estabelece com o “paciente” e assume o papel de especialista que detém as soluções para os problemas, independentemente da vontade do “paciente”. E, no caso de desobediência à prescrição, o beneficiário sujeita-se a ser-lhe negada a ajuda.

Trata-se de uma prática profissional com preocupações de resolução de necessidades materiais imediatas (Netto 2013:28-29), baseada num diagnóstico do problema, que aqui é entendido como uma falha ou incapacidade da pessoa afectada. O discurso dos profissionais é desenvolvido numa “linguagem de pessimismo e dúvida” (Saleebey, 2009:3-6), que pode alterar a identidade das pessoas porque estão sujeitas ao descrédito nas suas competências e qualidades para alterarem as suas condições de vida e promoverem a mudança.

Em contrapartida, os modelos de intervenção designados de colaborativos assentam na valorização das capacidades dos indivíduos em vez de se centrarem nos seus problemas, dificuldades e deficits (Oliveira, 2016:44). Este tipo de prática profissional preocupa-se, antes de mais, em identificar e recuperar as forças e dinâmicas positivas dos indivíduos e, conseqüentemente, em olhar as pessoas e os seus contextos com o objectivo da sua capacitação. Trata-se de uma forma de olhar as pessoas e as suas situações concretas numa lógica de êxitos em detrimento do que parecem ser os “falhanços”.

Ao focarem a prática profissional na descoberta das “forças das pessoas” e exploração dos recursos, os profissionais dos serviços de assistência permitem que estas atinjam os seus objectivos, realizem os

seus sonhos, “estilhaçando os ferros das suas próprias inibições, enganos e domínio da sociedade.” (Saleebey, 2009:1).

Ao primeiro modelo que tende a amarrar as pessoas aos sistemas de protecção social opõe-se este segundo modelo que procura converter essas pessoas “em agentes da sua própria promoção (...) sujeito dotado de vontade e intencionalidade” (Fernandes,1991:62).

A partir da conjugação de uma postura activa por parte das pessoas que recorrem aos serviços de acção social com a adopção de estratégias profissionais e institucionais participativas e emancipadoras, muitos indivíduos são capazes de construir novos projectos de vida (Rodrigues, 2010:196-197). Importa, então, igualar as oportunidades e actividades socialmente úteis que geram auto-estima e reconhecimento pessoal, permitindo uma real participação dos indivíduos na sociedade. Isso implica, simultaneamente, o respeito e o reconhecimento pelas diferenças individuais e a necessidade de autonomia e protecção, refutando-se uma atitude social culpabilizante (Sousa *et al.*, 2007:84).

Nesta perspectiva, visa-se a reactivação dos indivíduos, tal como é preconizado na medida de RSI, o que se consegue evidenciando as particularidades de cada um, reconhecendo o seu potencial, recuperando a confiança em si próprio para lutar num mundo incerto e cheio de oportunidades plurais e contraditórias, ou seja, para fazer face ao “sofrimento social” (Soulet, 2006).

Esta procura da activação não se faz com brevidade mas exige tempo para que se torne possível a recuperação da confiança em si, a redescoberta dos recursos individuais esquecidos de modo a readquirir-se a vontade de construir um projecto pessoal de mudança das condições de vida (Soulet, 2007:19).

A liberdade de escolha é assim um factor importante nesta procura de redescoberta de si e da sua existência e na conquista da capacidade de se reorganizar em função de novos referenciais de vida e não se compadece com as exigências duma prática profissional realizada com pressão e urgência em função de pressupostos normativos. O que está em causa é a procura de uma intervenção que, embora vise agir “sobre o outro”, o faça “com o outro” implicando para isso a capacidade e predisposição técnica para desenvolver uma escuta aberta baseada, fundamentalmente, na confiança mútua. Para além disso, a intervenção social deve ser suficientemente criativa para evidenciar recursos e organizar oportunidades para que os indivíduos possam escolher as soluções que mais se adequam às suas necessidades e interesses e, assim, facilitar a estabilização de condições de vida que sejam as melhores possível (Soulet, 2007:25).

A presente investigação tem por objectivo avaliar as determinantes da mudança das condições de vida de indivíduos em situação de desfavorecimento económico e social que são beneficiários de RSI acompanhados por técnicos de intervenção social, alguns deles integrados em equipas técnicas de Protocolo RSI estabelecido com o Ministério da Segurança Social e responsáveis pela implementação de iniciativas de acção colectiva.

Este trabalho encontra-se estruturado em duas partes. Na parte I designada de *“Abordagens teórico-metodológicas”*, discutem-se os principais conceitos e confrontam-se as diferentes perspectivas teóricas que permitem enquadrar a(s) questão(ões) de investigação subjacente a este estudo. Procede-se ainda ao enquadramento contextual da pesquisa.

No primeiro capítulo, da parte I denominado *“Pobreza e exclusão social”*, pretende-se problematizar os conceitos de pobreza e exclusão social, numa incursão histórica e explicitação da fundamentação teórica, bem como explicitar a operacionalização dos conceitos adoptados nesta investigação.

No segundo capítulo, com o título *“Medidas de Mínimos Sociais”* aborda-se a contextualização histórica do surgimento das políticas sociais de combate à pobreza e exclusão social em geral, afinando essa abordagem ao contexto português e à política social de Rendimento Social de Inserção. Para além disso, identificam-se os aspectos principais da evolução da medida, as principais virtualidades e constrangimentos apontados na literatura científica.

No terceiro capítulo, designado por *“Intervenção social: os seus significados”*, problematiza-se o conceito de intervenção social a partir de perspectivas teóricas que emergiram da revisão da literatura. Identificam-se diferentes modelos de intervenção social e características diferenciadoras.

Termina-se a primeira parte desta tese com o capítulo sobre *“Objectivos e procedimentos metodológicos”* onde se descrevem os objectivos e os procedimentos metodológicos do estudo.

Na parte II do presente trabalho, intitulada *“Estudo Empírico”* apresentam-se os resultados da investigação empírica obtidos a partir da análise às narrativas dos profissionais gestores de processos sociais no âmbito do RSI e dos beneficiários de RSI.

Especificamente, no capítulo 5 denominado *“A intervenção social e os seus impactos na mudança de vida dos beneficiários de RSI – a percepção dos profissionais”* apresentam-se os dados empíricos obtidos a partir das narrativas dos profissionais gestores de processos sociais de RSI. Evidenciam-se as percepções dos profissionais sobre a medida de RSI, identificam-se as principais estratégias de luta contra a pobreza utilizadas na prática profissional e identificam-se as percepções dos profissionais sobre

os principais impactos das iniciativas de acção colectiva na mudança das condições de vida dos beneficiários de RSI que as frequentam. Com base nestes elementos, definem-se perfis profissionais onde se enquadram os profissionais entrevistados.

No capítulo 6, designado por *“A intervenção social e os seus impactos na mudança de vida dos beneficiários de RSI – a percepção de quem a vivencia”*, apresentam-se os principais resultados da análise das narrativas dos beneficiários de RSI que frequentam as iniciativas de acção colectiva. Inicia-se o capítulo identificando as percepções dos beneficiários sobre o RSI. Segue-se a apresentação de uma tipologia de relações estabelecidas entre beneficiários de RSI e profissionais gestores de processos sociais de RSI. São ainda apresentadas as dimensões da mudança percebidas pelos beneficiários de RSI a partir da frequência das iniciativas de acção colectiva.

Nas *“Conclusões”*, abordam-se as principais conclusões do estudo empírico e apresentam-se recomendações para futuras investigações bem como para as políticas públicas.

PARTE I. ABORDAGENS TEÓRICO-METODOLÓGICAS

Capítulo 1. Pobreza e exclusão social

1.1. Abordagens conceptuais da pobreza

Começamos por recuar ao séc. XVI, em que se constata uma preocupação com a pobreza, concretizada nas leis inglesas – “Poor Laws”, datadas do período compreendido entre 1531 e 1601. Neste período, a preocupação dizia respeito à identificação dos indivíduos com capacidade física para exercer uma actividade laboral (Castel, 1998:177). A partir de então, outros países criaram as suas políticas e leis numa tentativa de perceber e controlar a pobreza.

O fenómeno da pobreza conheceu, ao longo dos tempos, significados diversos, tanto em termos culturais como ideológicos, tendo emergido com nova ênfase já no final do século XX, principalmente, na Europa e nos países em desenvolvimento porque se percebeu que as situações de pobreza não se resolviam à medida que se dava o crescimento económico. Pelo contrário, agravavam-se sempre mais e atingiam um número de pessoas cada vez maior. No caso europeu, este fenómeno ganhou expressividade a partir da constatação de que, afinal, o modelo da “sociedade salarial” não tinha sido capaz de garantir a melhoria das condições de vida da classe trabalhadora.

No século passado, a pobreza surgiu, assim, associada ao modelo de desenvolvimento capitalista, baseado no domínio do capital sobre o trabalho, que gerou o aparecimento do *sub-proletariado* que constitui a franja de trabalhadores periodicamente sem emprego e mal remunerados, confrontados com a pobreza e incapazes de projectar o seu destino e que, como nos diz Bourdieu (1977:85), vivem “instalados na instabilidade, privados de protecção, desprovidos da qualificação e de instrução que por si só lhes podiam assegurar a segurança à qual eles aspiram supremamente fechados na existência do dia-a-dia e na inquietude crónica do amanhã (...)”. Para o mesmo autor, trata-se de indivíduos pertencentes ao grupo dos sub-proletários, dos desempregados, daqueles que vão ocupando empregos ocasionais e precários, entre outros, para quem é impossível prever o futuro, “num sistema económico que exige a previsão, o cálculo e a racionalização da conduta económica.” (Bourdieu, 1977:85).

Este modelo de desenvolvimento, baseado sobretudo numa dimensão económica, vê-se potenciado ao longo dos tempos pela globalização das sociedades e pelo progresso tecnológico. Ao mesmo tempo que gera o aumento de riqueza e de rendimento para uns, afasta muitos outros indivíduos do acesso aos recursos indispensáveis que lhes permitem usufruir de condições mínimas de existência. Como nos refere ainda Bourdieu (2011:137), são beneficiados, particularmente, os indivíduos que, para além de possuírem capitais económicos, usufruem de capitais sociais, culturais e simbólicos.

Complementarmente ao que acabamos de afirmar, Rosanvallon & Fitoussi (1997:3) dizem-nos que este fenómeno de mundialização e progresso económicos carregam também sofrimento porque, ao mesmo tempo que se dá o crescimento económico e a multiplicação da riqueza, são destruídos empregos e aumentam as desigualdades "...a um ponto insuportável". Essas reestruturações aconteceram, sobretudo, no mundo do trabalho marcado por condições de precariedade e pelo desemprego (Castel, 1998:33). E, deste modo, a pobreza deixou de ser uma questão residual, para assumir uma preocupação central nas sociedades contemporâneas.

Sublinha Paugam (1993:31) que as novas formas de pobreza estão, intimamente, ligadas a evoluções estruturais que aconteceram em simultâneo. Destaca, para o efeito, o enfraquecimento do papel integrador e protector do trabalho, marcado pelo aumento do desemprego de longa duração e das situações de precariedade no trabalho.

A par desta crise de emprego, as próprias estruturas familiares evoluem e agrava-se a instabilidade dos laços familiares, remetendo o individuo para situações de isolamento e vulnerabilidade. O declínio das solidariedades de classe que davam às classes populares um sentimento de pertença a um dado grupo, com destinos e reivindicações iguais, passam a deixar os individuos entregues a si próprios ou a sistemas de protecção social.

Tal como os fenómenos da pobreza e da exclusão social assumem diversos contornos consoante as épocas e os contextos, a própria definição dos conceitos inerentes a estes fenómenos varia em função dos contextos históricos e sociais e, desde logo, também, das perspectivas analíticas adoptadas. Se, para uns, "pobreza" representa algo que se diferencia de exclusão social, para outros, a pobreza é uma das formas de exclusão social. Dito doutro modo, nem todos os excluídos são pobres, mas todos os pobres são excluídos.

Para nos situarmos na análise que desejamos desenvolver no presente capítulo, interessa-nos abordar as definições mais comuns do conceito de pobreza para, de seguida, nos debruçarmos sobre o conceito de exclusão social. Segundo Almeida (1995:166), há duas tradições predominantes nas abordagens da pobreza: a socioeconómica e a culturalista.

Na perspectiva socioeconómica de análise do conceito de pobreza enquadra-se a distinção entre *pobreza absoluta e pobreza relativa* e entre *pobreza objetiva e pobreza subjectiva* cujos significados vamos abordar de seguida.

Numa abordagem simples, poderemos dizer que a pobreza absoluta, cuja autoria, alguns autores (Costa, Baptista, Perista e Carrilho, 2008:32) atribuem a Seebom Rowntree (1971:87) a partir da introdução

do seu conceito de “pobreza primária”, define um limiar de pobreza enquanto “despesa mínima necessária à manutenção de mera saúde física”, ou seja, de subsistência. Estamos perante um mínimo indispensável, estabelecido por especialistas, para que um indivíduo sobreviva e tem-se em consideração a existência de um limiar de recursos materiais abaixo do qual se põe em causa a referida subsistência. A ênfase é direccionada para as necessidades fisiológicas e, conseqüentemente, para a valorização da saúde física, como nos refere Costa *et al.* (2008:36). Neste caso, não intervém a dimensão subjectiva inerente à perspectiva dos indivíduos que vivem as situações de pobreza.

Sustenta, contudo, Costa (1984:280), que esta concepção de pobreza absoluta carrega em si “um certo grau de relatividade” na medida em que os critérios e padrões de referência a partir dos quais se define o conjunto das necessidades e o grau de satisfação das mesmas que servem de base para a definição dos limiares de pobreza, são eles próprios subjectivos e variam em função do contexto social.

Esta abordagem não mereceu consenso e a ela se veio “opor” o conceito de pobreza relativa de Peter Townsend (1979:50) introduzindo a referência à necessária contextualização da pobreza para perceber o seu significado (Spicker, 2007:14). Para além da alusão a *recursos* tidos como mais amplos do que o rendimento e a *estilo de vida*, em vez de consumo, vários autores (Spicker, 2007; Adão e Silva, 1998; Costa *et al.* 2008; Diogo, 2007) realçam a importância que esta proposta passa a atribuir ao contexto social. Neste caso, para além de estar associado à escassez de recursos materiais, condições habitacionais, tipo de alimentação, vestuário, etc, o conceito de pobreza tem em atenção aos padrões de vida aceites em cada sociedade (Adão e Silva, 1998:35).

A proposta de Townsend (1979:54) complementa, assim, uma dimensão objectiva e mensurável e outra subjectiva, na medida em que incorpora experiências vividas, normas e valores interiorizados pelos indivíduos, bem como a apropriação subjectiva da sua condição com conseqüências a nível identitário (Rodrigues, 2000:175).

Na mesma linha de pensamento, Spicker (2007:14-15) sustenta que a pobreza é definida socialmente e reflecte a existência de desigualdades sociais porque deve ser entendida a partir da posição daqueles que são pobres em comparação com os que não o são e acrescenta ainda um terceiro aspecto a ter em conta que nos remete para a ideia de que o padrão de pobreza varia de acordo com o contexto social em que ocorre. Esta perspectiva põe, igualmente, em causa a noção de pobreza absoluta por remeter para necessidades passíveis de serem universalmente fixadas e constantes, ideia que é inaceitável, segundo o mesmo autor (Spicker, 2007). Já Townsend (1979:50), pelo contrário, refere-nos que as

necessidades são criadas pela sociedade de que resulta o reforço da relatividade do conceito de pobreza por ele apresentado.

As características específicas de uma dada sociedade servem de referência para a definição de pobreza, mas, segundo Costa (1984:282), ainda não é suficiente para diferenciar quem é ou não pobre porque, para esse efeito, é importante perceber o grau de integração das pessoas na sociedade. Ou seja, neste caso, a pobreza relativa remete para a ausência de integração (exclusão) ou uma integração insatisfatória (Costa, 1984:282). É o próprio Townsend (1979:915) que o afirma quando refere que “*As pessoas estão privadas das condições de vida que ordinariamente definem a qualidade de membro da sociedade. Se lhes faltam ou são recusados recursos para conseguirem acesso a estas condições de vida e, assim, realizar a qualidade de membros da sociedade, encontram-se em situação de pobreza*”.

Adão e Silva (1998:36) vem juntar a esta concepção, a ideia de que os indicadores de privação relativa devem ser construídos subjectivamente (pobreza subjectiva) por aqueles que vivem as situações de carência sócio económica. Consequentemente, serão pobres as pessoas que se descreverem como tal. Assim se sublinha a dimensão simbólica e representacional da pobreza (Capucha, 1992:3) e dá-se apreço às opiniões e aos juízos de valor dos próprios pobres e/ou da sociedade, o que, aparentemente, parece oferecer, ao fenómeno da pobreza, características mais democráticas, como nos diz Costa *et al.* (2008:50).

Almeida (1995:167) considera que o conceito de pobreza subjectiva que aqui tratamos não tem em consideração a relação existente entre as condições materiais e subjectivas de vida, encontrando, assim, a razão para um uso limitado deste conceito. Como nos diz Costa *et al.* (2008), o sentimento de ser pobre pode não corresponder à vivência de uma situação de pobreza de facto e o contrário também é verdade. Ou seja, pode ser-se pobre e não ter consciência disso. E acrescenta que, se por um lado podem parecer antagónicas, as perspectivas *objectiva* e *subjectiva* de pobreza complementam-se.

Também os conceitos de pobreza relativa e absoluta não se excluem mutuamente mas, ao invés, cada um deles adquire a sua importância operacional consoante a pobreza se assume como fenómeno mais ou menos abrangente, mais ou menos circunscrito a determinados grupos sociais (Costa, 1984:292).

Focando-nos agora na tradição culturalista da pobreza, sublinhe-se o conceito de cultura da pobreza proposto por Óscar Lewis. Este autor concebe a pobreza, segundo Almeida (1995:167), como um modo “de ser, agir e pensar”. As condições de vida dos indivíduos que vivem situações de pobreza, remete-os para a adopção de estratégias, representações, atitudes e modos de vida que lhes possibilitam a adaptação às referidas condições. Ainda segundo Almeida (1995), a esta noção de pobreza estão

associadas representações sociais como as que se seguem: as famílias pobres formam comunidades fechadas sobre si próprias; encontram-se segregadas e marginalizadas; vivem frequentemente a instabilidade familiar e assumem padrões de comportamento sexuais atípicos; centram-se nas necessidades do quotidiano; vivem a incerteza e irregularidade de rendimentos e, paradoxalmente, de consumos tidos como excessivos e até desajustados e, por último, desenvolvem sociabilidades muito fortes, quer em sentido positivo quer no sentido da conflitualidade.

Atentos às tradições tratadas, é passível apontar-se, a cada uma das abordagens da pobreza, vantagens e desvantagens. À visão socioeconómica, Almeida (1995) aponta a tendência para a sobrevalorização das dimensões mensuráveis e materiais de existência; para a segmentação da realidade e a dificuldade em dar conta da multidimensionalidade do fenómeno em causa. Já na tradição culturista registam como principal desvantagem, a tendência para a responsabilização dos indivíduos pela situação de pobreza em que se encontram e a generalização de determinadas representações sobre os pobres, a todas as pessoas que estão nessa situação.

Não obstante, o mesmo autor (1995:168) afirma que as tradições socioeconómicas e culturalista se completam. A tradição culturalista realça a sinalização das dimensões culturais de existência das pessoas pobres e a abordagem multidimensional da pobreza enquanto que a visão socioeconómica evidencia o desenvolvimento de critérios de operacionalização de conceitos que permitem a medição do fenómeno e consequente visibilidade social, evidenciando a forma como a estrutura social transporta mecanismos de injustiça que produz e reproduz a exclusão social e contribui para a sinalização das categorias mais vulneráveis à pobreza e dos processos económicos, sociais e políticos que lhe são subjacentes.

Labbens (1978:98) introduz na análise da pobreza, a noção de ausência de poder em vez da escassez de bens ou rendimentos, dando especial atenção no seu discurso "(...) à posição que uma pessoa ocupa, o poder que essa pessoa detém ou adquire por referência ao conjunto da sociedade" (Labbens, 1978:98).

Segundo Paugam (2005:5), a autora sublinha assim a questão da inferioridade social. Mais tarde, Amartya Sen (2003) propõe apreender a pobreza a partir das capacidades que os indivíduos possuem ou não do acesso a determinados bens de consumo e rendimentos. Ou seja, o que está em apreciação nesta perspectiva é aquilo a que o autor chama "a penúria das capacidades", a impossibilidade de escolherem o que entendem ser melhor para cada um deles. Para Sen (2003) esta é a questão principal que se coloca na análise da pobreza, muito mais do que a da insatisfação das necessidades básicas.

Nesta perspectiva, Paugam (2005:5) acrescenta que é prioritário garantir, equitativamente, a cada pessoa, a capacidade de ser activo nas escolhas, de forma a viver mais dignamente. Valores como a liberdade de expressão, dignidade, respeito por si e participação na vida social são importantes para assegurar que cada pessoa é um ser social com direito a estar integrado e a ser reconhecido pelos outros como tal (Paugam, 2005:5; Pattaroni, 2002).

Ainda segundo Paugam (2005:6), compreender a pobreza não se pode resumir a descrever e quantificar as pessoas pobres. Requer, isso sim, que nos interroguemos sobre a noção de pobreza em si. O autor não nega a pertinência e a utilidade das estatísticas, mas considera que estas são insuficientes para a compreensão do fenómeno em si.

Entender o estatuto social do pobre ou os critérios a partir dos quais alguém passa a ser considerado pobre aos olhos dos outros, são questões consideradas relevantes e formuladas por Paugam (2005:6).

Simmel (1998:98), na sua perspectiva construtivista, afirma que uma pessoa é considerada pobre a partir do momento em que é assistido pelas organizações da comunidade. “Ser assistido” é o carimbo identitário do pobre que a partir desse momento o desvaloriza em relação aos demais. Diz-nos o autor que “(...) não é a falta de meios que torna alguém pobre (...) a pessoa pobre é o indivíduo que recebe assistência por causa da falta desses meios” (1998:102). Assim sendo, nesta perspectiva, parece ganhar expressão a importância de transformar em objecto de estudo sociológico, a relação de assistência que se estabelece entre indivíduo e sociedade, ou seja, estudar a pobreza enquanto desqualificação social (Paugam, 2005:7).

1.2. Pobreza e Exclusão Social: dimensões sociais e simbólicas

Tal como para o conceito de pobreza, também no que respeita ao conceito de exclusão social, existem diversas perspectivas de análise e discussão. Durante anos, refere Costa *et al.* (2008:59) os dois conceitos eram utilizados sem distinção para nos referirmos às pessoas que viviam situações de desfavorecimento. Porém, reconhece-se, desde logo, uma diferenciação das opções, tanto na visão anglo-saxónica como na francesa. Apontam alguns autores que o conceito de exclusão social surge em 1960, em França, outros referem René Lenoir como o seu autor, a partir de 1974, com a publicação do seu livro “Les exclus”. O seu uso é, porém, amplamente alargado a partir da sua referência em documento oficial da União Europeia, em 1980.

Ainda segundo Costa *et al.* (2008), quando se faz referência à pobreza, o que é trazido à discussão são questões relacionadas com a distribuição de recursos, bens e serviços, bem como o acesso a

oportunidades, motivações e expectativas. Partindo destas dimensões, as mesmas aparecem representadas num “modelo vertical” (Costa *et al.* 2008:60): os que possuem mais e ocupam o topo da pirâmide e os que têm menos e ocupam a base. Já no que respeita ao conceito de exclusão social, acrescentam que, neste caso, é adoptada uma perspectiva de “dentro para fora” para a qual a ênfase é colocada nos laços sociais entre os indivíduos e a sociedade (Costa *et al.* 2008). A primeira perspectiva prende-se com a abordagem da escola britânica, focada principalmente em aspectos distributivos. Já a segunda, com origem na escola francesa, enfatiza os aspectos relacionais.

Importa reconhecer que os dois conceitos se interligam e complementam ainda que um mais relacionado com a privação de bens e serviços e a falta de recursos e o outro entendido numa lógica de processo, com carácter estrutural de fragilização e ruptura dos laços sociais (Rodrigues, 2000:174). Neste caso, a falta de recursos é apenas uma dimensão do processo de exclusão social.

A ruptura com a sociedade pode dever-se à falta de alguns tipos de recursos ou de capitais, se se quiser utilizar os conceitos propostos por Bourdieu (2011), nomeadamente, os de natureza simbólica como sejam os recursos identitários tidos como a base para a definição da posição que cada indivíduo assume na sociedade e da identidade social que o indivíduo tem de si próprio e que os outros lhe atribuem, como nos diz Diogo (2007:26). Pode acontecer que essa ruptura se dê na sequência de processos de estigmatização que afectam alguns grupos sociais em especial.

Diogo (2007), refere-se particularmente, à exclusão dos indivíduos face aos modos de vida dominantes num dado contexto social, para os quais a participação no mercado de trabalho é muito valorizada.

Dito de outro modo, a exclusão social está intimamente ligada a fenómenos como o desemprego, a precariedade das relações laborais, a fragilidade dos laços sociais, o enfraquecimento das estruturas tradicionais de socialização e de solidariedade que afectam, nas últimas décadas, novas e diferentes vítimas. Desta vez são afectados indivíduos com habilitações escolares e profissionais, com um passado profissional assente em vínculos estáveis que foram, de repente, atingidos pelo desemprego de massa, a precariedade profissional e a incerteza no futuro, hoje, sem fim à vista, e a uma escala internacional.

Quer se esteja em contextos de crise ou de prosperidade, as situações de pobreza e exclusão social permanecem um fenómeno social visível, impossível de ser confinado a manifestações individuais e fragmentadas (Amaro, 2015b: 183). Esta realidade é sentida como socialmente injusta, pois não se trata de circunstâncias do destino, mas sim de condições socialmente experimentadas como humilhação, tal como sustenta Fernandes (2000:204). Poder-se-á dizer, ainda segundo este autor, que as situações de pobreza e exclusão social representam uma ameaça aos valores democráticos e de igualdade que

fundamentam o funcionamento das sociedades actuais, entrando, até, em contradição com eles e “denunciam ineficiências nos sistemas de redistribuição e limitações na interpretação política dos conceitos de justiça social e cidadania” (Amaro, 2015b:185).

Castel (1998) e Rosanvallon e Fitoussi (1997) consideram que a condição de cidadão depende do exercício dos direitos reconhecidos por uma determinada sociedade, sejam os direitos civis, políticos ou sociais. As pessoas em situação de pobreza e exclusão social vêm-se negados do exercício desses direitos. Dessa forma, gera-se a impossibilidade ou a dificuldade de participarem de um conjunto de benefícios, de valores, para além da vivência de situações de privação de recursos materiais que, em conjunto, vão *empurrando* as pessoas *para fora* da sociedade.

Estes “novos pobres” passam a integrar situações simbolicamente associadas ao fracasso e ao insucesso. A sua identidade parece transformar-se e passa a estar marcada pelo sentimento de inutilidade ligado à sua própria incapacidade de superar os obstáculos e os processos (re) produtores de exclusão social (Rodrigues; Samagaio; Ferreira; Mendes e Januário, 1999). Trata-se de indivíduos que se encontram, assim, arredados do funcionamento da sociedade em que vivem, dominada pela ideologia do sucesso e da riqueza enquanto valores supremos. Mas, mais ainda, o ser-se pobre tem subjacente a ausência de direitos e, conseqüentemente, a negação do exercício da cidadania, como acrescenta Fernandes (1991:65).

A pobreza transformou-se numa realidade intolerável nas sociedades desenvolvidas, precisamente em virtude da rejeição generalizada das desigualdades sociais mais extremas. Estamos perante um fenómeno que não está apenas associado à privação de bens materiais, mas, também, a uma situação que envolve um estatuto social específico, inferior e desvalorizado.

Como afirmávamos antes, para além da dimensão económica, outras são tidas em conta: a dimensão social e a dimensão simbólica. Os pobres não são, somente, privados de recursos económicos, mas, também, da influência sobre o poder político, assim como da respeitabilidade. Por ser percebida e muitas vezes vivida como signo da decadência humana, da desqualificação social, a pobreza acaba por marcar a identidade daqueles que a vivem (Paugam 2003:24). Este processo tende a permanecer e intensificar-se no tempo, fragilizando cada vez mais os indivíduos, gerando um sentimento de desvalorização perante a restante sociedade (Paugam, 2003:24; Spicker 2007:71).

A aceitação desse estatuto de humilhação e de inferioridade por parte dos indivíduos pode levá-los a uma espécie de cultura da pobreza composta por sentimentos, valores, representações subjectivas e

comportamentos tidos como característicos dos pobres, que favorecem a sua estigmatização pela sociedade.

Paugam (2003:33), influenciado pelo interaccionismo simbólico de Goffman, aponta a necessidade de estudar os processos de designação e de etiquetagem das populações desfavorecidas e sublinha as suas consequências no plano identitário. Segundo o mesmo autor, interessa captar a vivência subjectiva daqueles que recorrem à assistência cuja experiência é muitas vezes descrita como uma prova humilhante e que pode induzir rupturas muito negativas no itinerário moral dos indivíduos.

Na perspectiva de autores como Paugam (2003:24) e Simmel (1998:98) é apenas a partir do momento em que o indivíduo começa a ser assistido que passa a fazer parte do grupo dos pobres porque é o resultado de uma condição social reconhecida e os pobres são definidos como tal, a partir do estatuto social que lhes é atribuído pelas instituições de acção social.

As representações que são socialmente produzidas acerca da condição de “pobre” interferem no processo da sua (des) valorização simbólica e, por esta via, são responsáveis pela criação de mecanismos de reprodução dessa mesma condição. Ser assistido é, portanto, a marca identitária da condição do pobre, o critério da sua pertença social a um estatuto específico da população, um estatuto desvalorizado dado a sua situação de dependência de apoios e subsídios socialmente instituídos. O indivíduo pobre acaba por interiorizar uma imagem de inutilidade para a sociedade, assumindo-se como um indivíduo “indesejável”. Trata-se, porém, de uma pobreza relativa e construída socialmente, uma vez que o seu significado é aquele que a sociedade lhe atribui.

Retomando a proposta de análise de Paugam, também Castel (2009) chama a atenção para a quebra dos laços sociais com especial incidência na esfera do trabalho e das relações familiares, de vizinhança e de comunidade, cuja causa reside nos processos de individualização que favorecem o retraimento social, o fechamento dos indivíduos sobre si e a crise do sentido da própria vida face à ausência de um lugar socialmente reconhecido. O autor opõe à noção de exclusão social, a de desafiliação, como um processo de ruptura da coesão social. Os desafiliados, mais do que excluídos, são, para este autor, pessoas que perderam referências anteriores e não encontram substitutas.

Num contexto económico marcado por uma forte degradação do mercado de trabalho e um enfraquecimento dos laços sociais, a pobreza atinge aqueles que possuem e os que não possuem habilitações académicas e profissionais, que têm passados eventual, mas não necessariamente, marcados por situações de desemprego e trajectórias de vida diferenciadas que os remetem para

processos de desqualificação social/desafiliação, caracterizados pela inactividade e dependência da assistência.

Estes indivíduos experienciam as situações de pobreza e da exclusão social de diferentes formas, “(...) ora numa lógica de vitimização e de adopção de uma postura passiva (aceitando as condições de vida), ora lutando no sentido de uma crescente afirmação da cidadania (desenvolvendo mecanismos de fuga a estas situações)” (Loriol, 1999; cit. Rodrigues, 2010). Como refere Fernandes (1991:49-50), alguns indivíduos conseguem sair da situação em que se encontram, no entanto, outros são levados a aceitar com naturalidade a sua condição. Desta forma, se reproduz a sociedade e se mantém em “(...) equilíbrio e harmonia na desigualdade” (1991:49-50).

Os indivíduos pobres, por estarem desprovidos de um conjunto de capitais diferenciadores e serem vítimas de categorizações sociais limitadoras como, por exemplo, a de desempregado ou de beneficiário do RSI, vivem situações de exclusão social, com oportunidades muito limitadas de promoção social.

Estes indivíduos lançados para o exterior do sistema produtivo, evidenciam falta de “capitais” de suporte (económico, cultural, social e simbólico) que, como esclarece Bourdieu (2011:137), determinam a posição social do indivíduo e a capacidade para aceder ou criar recursos importantes para a construção da sua identidade. Desta forma limitados na condução dos seus projectos, na definição dos seus interesses e dependentes da boa vontade e benevolência de alguém em particular ou da assistência pública (Castel, 2009:27). Neste caso, o indivíduo tende a sentir-se desligado da sociedade.

A escassez de rendimentos, a inexistência de uma carreira profissional, a remissão para actividades menos reconhecidas socialmente ou a degradação das regalias sociais associadas ao emprego constituem vulnerabilidades que impedem ou dificultam a possibilidade do indivíduo contornar a situação de desfavorecimento e mudar as suas condições de vida (Castel, 2009).

Segundo Soulet (2006), estas vulnerabilidades presentes nos contextos sociais de incerteza actuais levam cada indivíduo a pensar subjectivamente os seus problemas, como se se esperasse que cada um, de per si, tivesse de encontrar os meios e estratégias necessárias para alterar a sua situação de fragilidade.

1.3. Estratégias individuais face à desqualificação social inerente à situação de pobreza

Gaulejac e Léonetti (2007:189) propõem-nos uma tipologia de estratégias de resposta individuais à desqualificação, designada por estes autores, de condição de “desfavorecimento” ou “desinserção” vivida por aqueles indivíduos que, face a uma estigmatização identitária, reagem de modo a “negar a

legitimidade desta autoridade, reivindicar ou encontrar (...) uma outra autoridade para a qual a imagem de si permanece valorizada” (Gaulejac e Léonetti, 2007).

Uma das estratégias apresentadas pelos autores é designada estratégia de contorno através da qual os indivíduos “visam evitar a ferida narcísica, livrar-se da responsabilidade da situação que produz a vergonha e restaurar a estima em si, ameaçada pela estigmatização” (Gaulejac e Léonetti, 2007:190). O contornar da situação através da contestação da legitimidade de atribuição de uma imagem negativa a um indivíduo por outrem e a revalorização dessa identidade só serão possíveis se existir um conjunto de “recursos identitários, relacionais e culturais (...)” que o facilitem (Gaulejac e Léonetti, 2007).

Outros, por seu turno, accionam estratégias de saída, principalmente, quando são capazes de transformar a sua revolta em acções que lhes permitam ultrapassar os constrangimentos da situação de desinserção e potenciar a concretização de um projecto de vida futuro que passe pela saída dessa realidade. Contudo, nem sempre o indivíduo sai vencedor nesta tentativa de defesa contra a imposição de uma identidade negativa por alguém externo, sobretudo, por falta de recursos capazes e suficientes para se poder alhear dela ou contorná-la, acabando por interiorizá-la. Neste caso, estamos perante a mobilização de estratégias de defesa (Gaulejac e Léonetti, 2007:207).

O modo de vivenciar estas experiências dependerá em parte, diz Paugam (2003), da consciência que os indivíduos têm dos constrangimentos decorrentes do seu estatuto de assistidos, tal como da consciência dos papéis sociais que as instituições de acção social lhes atribuem. Esta dependência das instituições de assistência remete-os para uma relação de poder tanto mais difícil de controlar quanto a definição dos papéis que é esperado desempenharem for imprecisa, indefinida, fluida... enfim, dominada pela visão e a vontade do profissional que o acompanha.

Assente na perspectiva de que os actores sociais possuem uma margem de autonomia que lhes permite interiorizar, recusar ou negociar a definição social do seu estatuto, Paugam (2003) defende que “as populações ajudadas ou assistidas negoceiam a inferioridade do seu estatuto tentando, por exemplo, reinterpretar os traços negativos que a definem ou elaborar racionalizações para aceitarem, pelo menos temporariamente, os constrangimentos”. Pelo menos em certa medida participam na construção da sua identidade social e pessoal, o que, todavia, não equivale a afirmar que os actores são completamente donos do seu jogo.

Dependentes do assistente social para sobreviverem, tendem a despende uma energia importante para manter comportamentos que correspondem às expectativas específicas da instituição que, muitas vezes,

se enquadra em modos de fazer fragmentados e assistencialistas, em vez de se situar numa abordagem integrada e multidimensional do fenómeno em presença.

Tal como Gaulejac e Léonetti (2007), também Paugam (2003:47-49) propõe uma tipologia de beneficiários partindo das vivências subjectivas de cada grupo a respeito da sua situação: os “frágeis”, os “assistidos” e os “marginais”.

Os indivíduos pertencentes ao primeiro grupo da sua tipologia, ou seja, os “frágeis”, vivenciam de duas formas a sua desqualificação: uns interiorizam essa situação desqualificante, outros negoceiam-na, constituindo assim o que Paugam (2003) designa por “fragilidade interiorizada” e “fragilidade negociada”.

No que respeita aos indivíduos que se enquadram no subgrupo da “fragilidade interiorizada” estes vivenciam a inferioridade social como humilhação e acabam por se fechar sobre si próprios, alimentando um ressentimento alicerçado na percepção de uma ordem social injusta. A ajuda social é percebida de modo muito negativo, uma vez que beneficiar dela contribui para alterar a sua dignidade. Convictos de que os seus comportamentos quotidianos são interpretados pela vizinhança como sinais de inferioridade do seu estatuto, vivem uma vida marcada pela angústia do fracasso, entregando-se ao desânimo e a uma grande solidão.

Na relação com os serviços de acção social, estes indivíduos dão mostras de um mal-estar e, ao mesmo tempo, de descrédito nas suas possibilidades de aceder a um estatuto social superior. A obrigação de se submeter a certas exigências administrativas, de que é exemplo a resposta a perguntas que farão parte do seu processo individual, suscita, nalguns destes indivíduos, um sentimento de desânimo ou de esgotamento. Têm a impressão de serem permanentemente julgados e etiquetados pelos serviços que lhes fazem sempre as mesmas perguntas. Experimentam, nestas relações, um sentimento novo de dependência e muitas vezes, adoptam uma estratégia de distanciação, recusando ser assistidos. Para eles, a relação com um assistente social é humilhante e representa um custo simbólico, na medida em que contribui para alterar a sua dignidade e a sua identidade social.

Por sua vez, os indivíduos que experimentam a “fragilidade negociada”, pertencentes ao segundo subgrupo da tipologia de Paugam (2003), tentam superar o fracasso por via do investimento em projectos e da multiplicação de iniciativas para sair da situação. A inferioridade social é vista, neste caso, como uma situação temporária e a utilização dos serviços de acção social como uma necessidade também temporária. Esta atitude caracteriza principalmente os jovens que desejam integrar-se socialmente e recusam o fracasso (Paugam 2003:63-71).

Na medida em que estes jovens adoptam uma atitude dinâmica para sair da situação, são muito críticos a respeito daqueles que manifestam menos energia na procura de um emprego. Afirmam a sua vontade de afastar o fracasso, mesmo quando as circunstâncias são pouco favoráveis e têm muito mais confiança em si próprios, multiplicam as iniciativas, elaboram projectos e sonham com um estatuto social superior libertando-se, progressivamente, do peso do fracasso e da inferioridade social. Conscientes da sua fragilidade, adoptam um comportamento pragmático na utilização dos serviços de acção social (Paugam, 2003).

A tipologia proposta por Paugam (2003:73-96) compreende um segundo grupo de indivíduos, os “assistidos” relativamente aos quais é possível distinguir mais três subgrupos de experiências vividas - a “assistência diferida”, a “assistência instalada” e a “assistência reivindicada” que “marcam uma progressão na carreira psicológica dos assistidos, isto é, no ciclo das modificações que intervêm na personalidade no decorrer do processo de assistência: dependência acrescida em relação aos serviços de acção social; perda progressiva da motivação para o emprego; elaboração de uma negociação do estatuto de assistido (auto justificações ou racionalizações) e, enfim, aprendizagem de estratégias eficientes de relação com os trabalhadores sociais de modo a obter, graças ao seu contributo directo e indirecto, a melhor satisfação das necessidades.” (Paugam, 2003:48).

A passagem da assistência diferida à assistência instalada implica uma manipulação simbólica do estatuto de assistido que lhes permite identificarem-se com esse mesmo estatuto. Deixam de ver a sua situação de assistidos como resultado de constrangimentos externos, como é o caso da assistência diferida, e passam a construir reinterpretações do sentido dado ao seu estatuto.

Tais reinterpretações, por sua vez, repercutem-se em mudanças profundas da organização da sua vida quotidiana, designadamente, a ausência de motivação para procurarem uma actividade profissional e o grande investimento de energia na elaboração de estratégias de relacionamento com os assistentes sociais.

Se, por um lado, se pode verificar neste tipo de beneficiários uma tendência para a sua identificação com o estatuto de assistidos, isso não significa que dependam totalmente dos serviços de acção social. Os assistidos utilizam estratégias defensivas, por vezes de manipulação das suas relações com as instituições de que dependem para sobreviver e satisfazer as solicitações que apresentam (Paugam, 2003:48).

Em suma, a assistência instalada corresponde a uma etapa na qual os assistidos interiorizam as atitudes que estão de acordo com a lógica do seu estatuto. O descrédito que sobre eles recai deixa de representar

um custo simbólico intolerável e a dependência dos serviços de assistência torna-se cada vez mais forte, sem que renunciem à sua personalidade e à sua capacidade de decisão.

Estas tendências acentuam-se na assistência reivindicada, tendo como traço dominante a total desmotivação para o emprego e a forte dependência dos serviços (Paugam 2003:91). Esta experiência corresponde ao último estágio da carreira de assistido. Neste caso, os assistidos não têm quaisquer escrúpulos em pedir uma intervenção social e sublinhe-se que os trabalhadores sociais são tidos por eles como agentes ao seu serviço.

A relação assistente-assistido assume a forma duma relação entre distribuidor e consumidor. Desde logo, o jogo consiste em tirar o melhor partido possível da assistência. A estratégia de relação com os trabalhadores sociais é de reivindicação, o que poderá ser factor de ruptura com os trabalhadores sociais que dificilmente aceitam ser manipulados. Acrescente-se que a interiorização do estatuto e a aprendizagem dos papéis sociais inerentes à condição de assistido decorrem duma negociação da identidade pessoal no contacto com os trabalhadores sociais (Paugam, 2003).

Por último, o terceiro grupo da tipologia de Paugam (2003:48-49) compreende os marginais que ora vivem uma “marginalidade conjurada” quando evidenciam a vontade de aceder a um estatuto diferente que lhes proporcione alguns recursos, apesar de não possuírem os “capitais” adequados e necessários à concretização das suas aspirações, ora experimentam uma “marginalidade organizada” que se configura numa “adaptação individual a uma condição miserável” e numa “resistência simbólica à estigmatização” (Paugam, 2003).

Contrariando a tendência de homogeneização dos indivíduos, que utiliza classificações como “os pobres” ou “os excluídos”, esta tipologia remete para a diversidade de beneficiários e de formas de experimentar a relação de assistência que, segundo Gaulejac e Léonetti (2007:257), nem sempre é factor de mudança das situações evidenciadas.

Outras tipologias existem como é o caso da tipologia da autoria de Rodrigues (2006:505), que se compõe de três tipos de beneficiários. No grupo dos beneficiários designados pelo autor como “acomodados” distinguem-se aqueles que o são por opção, dos que o são por omissão, sendo que no primeiro subgrupo se podem encontrar indivíduos cuja situação é “(...) fruto de um conjunto de características de desmotivação, de laxismo, de ausência de um projecto de vida e, conseqüentemente, de tendencial propensão para o afastamento dos laços sociais (...)” (Rodrigues, 2006:505).

Para além destes, também se distinguem os acomodados por omissão que recebem a prestação sem que perspectivem investir na “(...) alteração dos mecanismos de fragilização da sua própria história de

vida”. O autor apresenta como exemplo deste grupo os indivíduos limitados na capacidade de mobilização de estratégias de inserção, de que são exemplo os idosos e os portadores de deficiência, entre outros (Rodrigues, 2006). Neste caso, a prestação que auferem de RSI é perspectivada como um rendimento a manter-se por tempo indeterminado porque, por um lado, a associam a características do processo de fragilização a que estão sujeitos e, por outro, porque estas são por eles consideradas como incontornáveis no futuro, para si próprio e para o agregado (Rodrigues, 2006).

Num segundo grupo da tipologia, Rodrigues (2006: 505) enquadra os beneficiários por ele classificados de “bloqueados” que, não obstante manifestarem vontade em alterar a sua situação de beneficiário e de disporem de competências para o efeito, encontram constrangimentos que os impossibilitam de mobilizar meios para o efeito, nomeadamente quando se encontram a prestar apoio a membro do agregado familiar (menores, idosos, doentes...), como é o caso das mulheres.

Por último, o mesmo autor (2006:506) apresenta-nos os “beneficiários incomodados” para os quais a prestação que recebem é apenas transitória, de curta duração e tem carácter pontual. A sua entrada na medida é recente e representa para eles uma condição “(auto)estigmatizante e de vergonha social” sendo notória a motivação para desenvolverem uma estratégia de inserção, nomeadamente, de carácter socioprofissional. Resulta das diversas tipologias analisadas, a identificação de um conjunto de elementos que refutam as opções sociais classificatórias dos pobres enquanto pessoas que pertencem a um grupo homogéneo, com características e perfis semelhantes. Resulta antes o registo da heterogeneidade das pessoas que recorrem à assistência e dos modos como vivenciam a situação de desfavorecimento social, nomeadamente, no que à relação com os dispositivos institucionais de assistência diz respeito.

Capítulo 2. Medidas de Mínimos Sociais

2.1. Breve contextualização histórica

Ao longo dos tempos, sempre houve situações de pobreza. No entanto, estas realidades eram explicadas por perspectivas individualistas e naturalistas do fenómeno e, conseqüentemente, tidas como resultante de condicionalismos individuais, como é o caso da preguiça. E, por isso, eram tratadas como algo natural/normal na sociedade ou, até, como um castigo de Deus.

Em certas sociedades distinguiam-se, por um lado, os indigentes e, por outro, aqueles que se encontravam arredados do trabalho que exigiam alguma atenção dado que, muitas vezes, era feita “(...) a associação entre pobreza e tendências criminosas naturais” (Andrade, 1989:108) o que justifica que as situações de pobreza fossem tratadas, ora como acções de caridade materializadas nas dádivas de esmolas ora com acções punitivas.

No início da era industrial, as situações de pobreza foram, durante muito tempo, consideradas como uma “anomalia” corrente na evolução de uma sociedade” (Bureau International du Travail, STEP 2003:9). As sociedades tradicionais que, segundo Fernandes (1991:57), antecederam as actuais sociedades modernas do consumo, estruturavam-se em valores de “(...) hierarquia, da privação, do sacrifício, da religiosidade, do caritativismo e do assistencialismo”. Conseqüentemente, a pobreza era vista como uma mera ausência de riqueza, com as conseqüentes privações, resolvida, em condições normais, pelo crescimento económico de base industrial.

Sustentam Rodrigues, Figueira, Nunes, Tapajós e Paiva (2003:34) que, embora fosse comum considerar a pobreza como um fenómeno natural, a determinada altura passou a ser necessário tratá-la com medidas de controle, porque os pobres começavam a ser vistos como ameaçadores da ordem social.

Segundo alguns autores, como é o caso de Silva (2013:17) as medidas levadas a efeito tinham como objectivo principal “(...) a manutenção da ordem pública, o controlo do movimento das populações, a gestão do mercado laboral, mais do que propriamente o bem-estar dos mais pobres”. Ou seja, os objectivos não se dirigiam à promoção do bem-estar dos mais pobres, antes pelo contrário, favoreciam a continuidade das condições precárias em que vivia uma parte da sociedade e procuravam contrariar qualquer tentativa de reacção desses mesmos pobres (Fernandes, 1991:31).

Ao recuarmos na nossa história, percebemos a existência de iniciativas para responder ao dever moral de protecção das situações de necessidade dos indivíduos. A fundação da primeira Santa Casa da Misericórdia, pela Rainha D. Leonor, em Lisboa, e as que se seguiram e se implementaram por todo o

país, em 1498, são o mais significativo exemplo da preocupação existente com quem nada ou pouco tinha. O objectivo era, então, o de prestar assistência aos necessitados, guiada pela prática das catorze obras de Misericórdia que constituíam princípios base da doutrina cristã e católica. Estava instalado o primeiro sistema de assistência privada nos domínios da saúde e da acção social.

Já no que respeita aos sistemas de assistência pública, há referências de que na Europa, no século XVII, existiam acções públicas de cariz assistencialista de que são exemplo as “Poor Laws” - Lei dos Pobres criada em 1601, no final do reinado da Rainha Elizabeth. Em Portugal, atribui-se à criação da Casa Pia de Lisboa, fundada em finais do século XVIII, o primeiro serviço de assistência pública. Seguiu-se mais tarde, em 1835, a criação do Conselho Geral da Beneficência, também, exemplo da necessidade sentida de promoção de iniciativas assistenciais.

Muito mais tarde, em 1911, foi consagrado em Portugal o *direito* constitucional *à assistência pública*. Nesse mesmo ano foi, ainda, criado o Fundo Nacional de Assistência e a Direcção-Geral de Saúde. Oito anos depois, em 1919, foram publicados diplomas que tentavam instituir um sistema de seguros sociais obrigatórios, para a generalidade dos trabalhadores por conta de outrem que beneficiassem de salários ou rendimentos inferiores a um determinado valor. Tal facto não se veio a efectivar por razões políticas.

Foi em 1935 que este prenúncio se concretizou através da Lei n.º 1884, de Março. Esta lei determinava, ainda, as bases da *previdência social* para os trabalhadores por conta de outrem, do comércio, indústria e serviços a quem eram conferidas prestações de doença quer através de cuidados de saúde quer de subsídios de doença, invalidez, velhice e morte.

Os trabalhadores agrícolas e os pescadores não eram abrangidos. Estes foram enquadrados em sistemas específicos de protecção social a cargo das casas do povo e casas dos pescadores.

Mais tarde, para além do alargamento dos níveis de cobertura, promoveu-se ainda a territorialização das instituições de previdência e foram criadas a Caixa Nacional de Pensões, Caixa Nacional de Seguros de Doenças Profissionais e Caixa Central de Segurança Social dos Trabalhadores Migrantes.

Feita esta resenha histórica importa agora sublinhar que, durante muito tempo, a pobreza não esteve no centro de atenções de políticos e de teóricos porque era considerada uma *anomalia* aceitável na evolução normal de uma sociedade moderna, que por esse motivo não necessitava de intervenções específicas e sistematizadas por parte das sociedades e, particularmente, do Estado (Bureau International du Travail, STEP, 2003:9).

Tendo por base esta concepção das situações de pobreza, parecia garantido que o crescimento económico associado às sociedades industriais iria ser o garante da redução da pobreza, porque criaria maiores oportunidades de emprego, maior consumo, acompanhado do aumento da riqueza. E assim se defendia que os países com forte crescimento económico estavam livres desses problemas ou, então, os faziam regredir para níveis aceitáveis, em consequência do seu desenvolvimento (Bureau International do Travail, STEP, 2003:9).

Contrariamente ao esperado, o processo de industrialização gerou o aparecimento de novas formas de pobreza marcadas pelo aumento da exploração da mão-de-obra e pela miséria. Por este motivo, após os *trinta gloriosos anos*, agudizam-se velhos e novos problemas sociais: o desemprego estrutural torna-se cada vez mais acentuado, assim como a crescente precarização do trabalho, a par da degradação das condições de vida em geral.

Perante esta situação, foi crescendo a indignação da classe operária e, ao mesmo tempo, a sua mobilização para a defesa dos seus interesses e conquista de novos direitos (idem). As lutas sociais tornaram-se então visíveis e, por isso, desencadearam a necessária intervenção do Estado para a definição e reconhecimento de direitos e deveres dos diferentes intervenientes.

A pobreza e a exclusão social passam a merecer um outro olhar da sociedade e Rosanvallon (1995:7) fala-nos do aparecimento de uma “nova questão social” e associa-se à pobreza e exclusão social, causas de ordem estrutural (Rosanvallon, 1995:7; Rodrigues *et al.*, 2003:36).

Face a esta “nova questão social”, são criadas políticas sociais que tentavam garantir um mínimo social e que se dirigem, sobretudo, a quem vive situações de vulnerabilidade, mas contribui para o financiamento do sistema, a partir do trabalho. Deixava-se de fora todos quantos se encontravam ausentes do mercado de trabalho porque eram entendidos como “vítimas dos seus próprios comportamentos” (Rodrigues *et al.*, 2003:35).

Nestes casos, remetia-se para o próprio indivíduo a resolução dos seus problemas. E a ser assim, questiona-nos Castel (2005:31) “(...) como poderia aquele que é corroído todos os dias pela insegurança, projectar-se no futuro e planear a sua vida?”. Possuir ou não possuir bens fazia toda a diferença uma vez que, ainda segundo o mesmo autor, o Estado de Direito não acautelava as condições de vida daqueles que não dispunham dos meios necessários.

Nem as medidas económicas de pleno emprego, defendidas por Keynes, foram capazes de travar o aparecimento de cada vez mais situações de pobreza e situações de gravidade acrescida. Assim, é

desfeita a crença de que o crescimento económico é condição bastante para eliminar a pobreza ou, que basta para o efeito accionar medidas de cariz assistencialista para combater a pobreza.

Neste contexto, o Estado Social passou a desempenhar um importante papel na redução de riscos sociais e os indivíduos desprovidos de propriedade passaram a poder contar com um mínimo de recursos, de oportunidade e de direitos para poder constituir, “uma sociedade de *semelhantes*” (Castel, 2005:37). Contudo, continua-se numa lógica de garantias associadas ao trabalho, ou seja, dependentes de contribuições a ele ligadas.

Rapidamente se verificou a inadequabilidade de um sistema protector baseado nas contribuições do trabalho. Surgiu então uma nova modalidade de protecção social que pretendia abranger também as restantes pessoas sem vínculo ao mercado de trabalho que antes eram preteridos, no contexto das protecções clássicas (Castel, 2005:71). Contudo, defendia-se que os indivíduos afectados pelas situações de pobreza não podiam manter-se “fora” da sociedade porque, tal como nos diz Schnapper (1996:27), para as sociedades modernas fundadas na participação dos cidadãos na vida colectiva, a existência de cada vez mais indivíduos excluídos, em particular do processo produtivo, põe em causa a ordem e a justiça social.

2.2. Emergência dos direitos sociais

Os problemas estruturais resultantes dos processos de industrialização são cada vez mais abrangentes e favorecem o aumento das tensões sociais. Aumenta também a dificuldade de o Estado resolver os problemas sociais e coloca-se a questão do seu próprio financiamento. Estes factores influenciaram uma nova orientação para a resolução das situações de pobreza e, assim, começa a surgir um contexto favorável para a emergência do direito social, que se fundamenta na protecção efectiva dos direitos essenciais do ser humano dos quais se destacam: o direito a ser livre, o direito à vida, à dignidade, à integridade física, entre outros (Rodrigues, 2010:193).

A par dos direitos civis e políticos emergem então os direitos sociais conferindo ao Estado o papel adicional de regulação de várias dimensões da vida social, para além da regulação do mercado (Rodrigues *et. al*, 2003:36).

Reconhecer a existência dos direitos sociais pressupõe a participação activa na vida social e, conseqüentemente, a promoção efectiva da inserção social. Mas nem sempre está garantido que os indivíduos usufruam desses direitos porque, tal como nos refere Rodrigues (2010:191), nem sempre têm a capacidade de mobilização social para os reclamar. Espera-se, assim, que o Estado dito *Social*,

que surgiu de forma diferenciada consoante a organização económica e social subjacente, assuma a sua responsabilidade, assegure a universalidade da protecção social e promova a igualdade de oportunidades para todos, independentemente da situação de cada indivíduo perante o trabalho.

2.3. As políticas de mínimos sociais

A emergência de políticas de mínimos sociais surge na sequência da necessária configuração de uma nova modalidade de protecção social como referíamos anteriormente, caracterizada pelo aparecimento de medidas de mínimos sociais, intimamente ligados ao reconhecimento de direitos sociais que acautelem a satisfação das necessidades fundamentais e essenciais ao exercício do direito de cidadania, conforme sustentam Rodrigues *et al.* (2003:107).

Poder-se-á questionar se estes mínimos sociais são de facto promotores da passagem duma situação de exclusão para uma outra de inclusão (Branco 2001), desde logo, porque a definição de mínimos sociais se baseia em conceitos relativos como o de “necessidades” e “grau de satisfação de necessidades” cujos significados variam conforme os contextos temporal e geográfico, social e político, tal como nos refere Bruto da Costa (1984:280).

Também Castel (2005:74) traz à discussão as limitações das medidas de mínimos sociais mas não deixa de sublinhar a propósito que, sem elas, os impactos da crise da sociedade salarial seriam ainda mais degradantes. Por outro lado, outros autores, como é o caso de Rosanvallon (1995), acrescentam que as políticas dos mínimos sociais têm a virtude de universalizar um mínimo que permita a sobrevivência, baseado na solidariedade, independentemente das contribuições de origem salarial.

Estas políticas, de que é exemplo o actual RSI (anterior RMG), representam, portanto, uma mudança na forma como são concebidos os instrumentos de combate à exclusão social, num novo contexto de mudança estrutural da segurança social que abandona as lógicas tradicionais de cariz assistencialista para afirmar o princípio da universalidade de direitos para todos os cidadãos (Rodrigues, 2010:193). Os métodos antigos de gestão do social, segundo Rosanvallon (1995:10), tornam-se obsoletos face à agudização das situações de vulnerabilidade económica e social.

Relativamente à alteração estrutural da Segurança Social, Palier (2002, cit. Rodrigues, 2010:194), propõe-nos uma síntese dessas principais mudanças, que constam da Tabela 1, que se segue:

Tabela 1. Alteração estrutural da Segurança Social

Modelo Tradicional	Novo Modelo
Abertura generalizada e igualitária	“Diferenciação” e discriminação positiva
Prestações uniformes	Definição das prestações a partir das necessidades sociais
Sectores distintos e separados uns dos outros (saúde, acidentes de trabalho, velhice, família)	Tratamento transversal do conjunto de problemas sociais encontrados por uma mesma pessoa
Administração centralizada	Partenariado contratualizado com todos os actores em presença
“Administração de gestão”	“Administração de missão”
Centralização e administração piramidal	Descentralização e territorialização
Enquadramento nacional	Enquadramento local/territorial
Estrutura piramidal	Estrutura reticular
Rigidez institucional	Interinstitucionalidade
Subsídio	Contrato de inserção
Assistência	<i>Learnfare/ Workfare</i>
Caridade	Direitos

FONTE: Palier (2002, 289:290)

A medida de Rendimento Mínimo Garantido surgiu num contexto de reconfiguração da segurança social que transita, segundo Palier (2002 cit. Rodrigues, 2010:194), de um modelo dito “tradicional” para um “novo” modelo, conforme nos mostra o Tabela nº 1. Trata-se, segundo Rodrigues (2010:193), da consequência da introdução dos direitos sociais nas sociedades capitalistas, o que remete para um novo modelo baseado no reconhecimento do princípio da universalidade de direitos para todos, o que garante, a cada cidadão, o direito a condições mínimas de vida, independentemente da sua participação no mercado de trabalho. Este facto “(...) permitiu evitar fazer de cada cidadão uma simples mercadoria sujeita a troca mercantil” (Rodrigues, 2010:194).

As prestações atribuídas, neste novo modelo, são calculadas com base em critérios de diferenciação porque dependem das condições económicas de cada pessoa e/ou família, o que nos remete para um regime diferenciado de protecção social dirigido aos grupos sociais vulneráveis, em substituição do anterior regime de carácter geral.

No que respeita às contrapartidas por parte dos beneficiários da medida, estas assumem configurações distintas para além de contemplarem novas modalidades de inserção, em contexto laboral ou em formação, numa lógica de *workfare*, como nos refere ainda Rodrigues (2010). Ou seja, sustenta-se que, para se beneficiar de apoios estatais, se torna indispensável responder com disponibilidade,

nomeadamente, para o exercício de actividade laboral. Estas acções constam dos contratos de inserção que são concebidos e utilizados como instrumentos facilitadores do regresso ao mercado de trabalho.

Quanto à intervenção institucional, deseja-se que esta seja cada vez mais efectiva, com o envolvimento activo dos diferentes actores sociais na promoção da integração social dos indivíduos, defendendo-se, para isso, o trabalho territorializado, em rede e em parceria. Deste modo, ao centralismo sucede a descentralização porque se acredita que só dessa forma se responde adequadamente às necessidades emergentes.

Neste aspecto, sublinha-se o papel que as instituições de solidariedade social têm vindo a desempenhar enquanto parceiras na implementação das medidas de política social, nomeadamente, no que diz respeito à operacionalização da política de Rendimento Social de Inserção, a nível local, através de celebração de protocolos específicos celebrados com o Estado, de que são exemplo os protocolos RSI e os Serviços de Atendimento e Acompanhamento Social das Redes Locais de Inserção Social SAAS/RLIS.

2.4. Rendimento Social de Inserção: um olhar sobre a medida em Portugal

2.4.1. Génese e configurações das políticas de mínimos garantidos

Em 1992, assistia-se, na sociedade portuguesa, a uma crescente visibilidade de situações de pobreza e exclusão social tal como nas demais sociedades europeias, facto que levou a União Europeia (à data designava-se Comunidade Económica Europeia), a proferir a Recomendação 92/441/CEE dirigida aos seus Estados Membros, incluindo Portugal, para que fosse garantido “no âmbito de um dispositivo global e coerente de luta contra a exclusão social, o direito fundamental dos indivíduos a recursos e prestações suficientes para viver em conformidade com a dignidade humana”.

Defendia-se, assim, a existência de políticas de mínimos sociais nacionais que, segundo Rodrigues (2006:153) “correspondem a uma importante mutação das características da protecção social” e visam responder a várias dimensões da exclusão social.

Em Portugal, já no ano de 1979, tinha sido instituído, pela primeira vez, um sistema mínimo de protecção social, pelo Dec. Lei nº 513-L/79, de 26 de Dezembro que consagra um esquema mínimo (universal) de protecção social, composto por Esquema Mínimo de Saúde e Esquema Mínimo de Segurança Social, a atribuir aos cidadãos nacionais residentes.

Em certa medida, a instituição da pensão social está na base da criação do esquema mínimo de protecção social para todos os cidadãos nacionais residentes, independentemente do vínculo laboral ou

de contribuição prévia. Este sistema de mínimos tinha por objectivo a garantia universal do direito a prestações no âmbito da saúde e da segurança social, incluindo a pensão social, o suplemento de pensão a grandes inválidos, o abono de família, o subsídio mensal a menores deficientes e o equipamento social.

O esquema mínimo é, mais tarde, substituído pelo regime não contributivo de protecção social (Decreto-Lei n.º 160/80, de 27 de maio) que, mantendo todos os benefícios do referido esquema, passa a limitar o acesso aos cidadãos mais desfavorecidos na base da verificação da condição de recursos. E, em 1984, é aprovada a primeira Lei de Bases da Segurança Social - Lei n.º 28/84, de 14 de agosto, que estabeleceu a garantia da protecção dos trabalhadores e das suas famílias nas situações de falta ou diminuição de capacidade para o trabalho, de desemprego e de morte, a compensação dos encargos familiares e a protecção das pessoas em situação de falta ou diminuição de meios de subsistência. Consolidou-se, assim, o carácter não supletivo da acção social do Estado.

No entanto, não obstante os esforços estatais de promoção da protecção social, só em 1996 é que se efectivou, no nosso país, a criação do Rendimento Mínimo Garantido, vulgo RMG, pela Lei 19-A/96 que veio, posteriormente, a dar origem ao Rendimento Social de Inserção (RSI).

A Lei do Rendimento Mínimo Garantido marcou a passagem para as políticas sociais activas. Tal como nos referem Guibentif e Bouget (1997:54-55), trata-se de uma medida que integra o regime de protecção social, entendido como um direito e que se concretiza a partir da atribuição de uma prestação diferenciada em função da situação, por um lado, e que associa o desenvolvimento de um conjunto de acções promotoras do laço social, na esfera profissional e familiar através dos programas de inserção, por outro. Para além de se pretender assegurar, por direito, um mínimo de recursos, visa-se também preservar ou restabelecer sentimentos de pertença social e integração profissional que implicará o estabelecimento de acções que, segundo Adão e Silva (1998:44), respeitam a multidimensionalidade das situações de pobreza e exclusão social.

Atentos ao diploma legal que instituiu o RMG, pode assim ler-se nos seus artigos primeiro e segundo que se “(...) *institui uma prestação do regime não contributivo de segurança social e um programa de inserção social, por forma a assegurar aos indivíduos e seus agregados familiares recursos que contribuam para a satisfação das suas necessidades mínimas (...)*”. Esta prestação é temporária e de montante variável tendo em conta que se ajusta a cada situação em particular. Ainda tendo por referência o artigo primeiro, neste se acrescenta o objectivo de “(...) *favorecimento de uma progressiva inserção social e profissional*” consubstanciado num “(...) *programa de inserção (...)*” que abrange o titular e o seu agregado familiar e é constituído por um “(...) *conjunto de acções cujos princípios são definidos pelos Ministérios da*

Solidariedade e Segurança Social e para a Qualificação e o Emprego (...)". Estas acções serão desenvolvidas ao nível dos territórios e carecem de acordo entre as partes: CLA's - Comissões Locais de Acompanhamento e os titulares do direito à prestação.

A Lei do RMG em Portugal insere-se nas políticas sociais activas, anteriormente referidas e sofreu, segundo Rodrigues (2006:155), uma influência significativa do modelo adoptado pela França em 1988, nomeadamente, no que diz respeito à adopção da noção de inserção - Revenu Minimum d'Insertion – R.M.I..

Com a implementação do Rendimento Mínimo Garantido, tida então como uma nova política social, pretendia-se resolver os “velhos” e “novos” problemas sociais para o qual se tinham mostrado ineficazes as medidas accionadas até então.

A par de um aumento exponencial do desemprego, eram muitos os indivíduos que viam ameaçada a sua participação na vida social e conseqüente quebra dos laços sociais e ficavam, conseqüentemente, deixados à sua própria sorte.

O RMG procurou, por um lado, garantir, precisamente, uma responsabilidade partilhada entre o Estado, a sociedade e os beneficiários na promoção da inclusão social dos indivíduos em situação de pobreza e exclusão social, accionando acções para o efeito, e por outro, favorecer a activação das competências individuais para a formulação de novos projectos de vida, a partir das oportunidades que lhes são disponibilizadas localmente.

Estamos perante um novo conceito de acção social sustentado na procura de soluções que promovem a autonomização de cada cidadão beneficiário. Para isso é importante o envolvimento de um conjunto de actores sociais, em cada território, para que, em parceria, sejam disponibilizadas oportunidades e recursos para a integração social. O mesmo é afirmar, segundo Pereirinha (2008:20-21), que importa promover condições de bem-estar social que impliquem satisfazer as necessidades, garantir a realização dos direitos sociais, promover o seu alargamento e redistribuir os recursos.

O Rendimento Mínimo Garantido é um mecanismo legal de protecção social de acesso universal, que reconhece às pessoas em situação de pobreza e exclusão social, o direito a um nível mínimo de subsistência, conjugada com a disponibilidade para a inserção social. Esta noção de inserção, segundo Hespanha (2008:5) é algo que transcende a do direito à subsistência, dado que se reconhece aos beneficiários da medida, um papel social positivo ao “contribuir com a sua actividade para a utilidade social”.

O programa de inserção, tal como nos refere Rodrigues (2010:181) possui um cariz “pedagógico”, desde logo porque pressupõe que a sua concepção se faça a partir da participação activa dos intervenientes: técnico de serviço social, titular e os restantes membros do agregado familiar, quando existem. A partir deste envolvimento espera-se ser possível construir projectos de vida que correspondam às necessidades, expectativas e interesses de cada beneficiário.

Dando continuidade à apreciação da medida de RMG, sublinha-se a importância da sua territorialização e o envolvimento de vários agentes neste processo: o Estado, os cidadãos beneficiários e a sociedade civil entre os quais é celebrado um *contrato social* que contempla uma prestação financeira suportada pelo Estado, a criação de oportunidades para a inserção social que deve ser da responsabilidade da sociedade civil, representada pelas Comissões Locais de Acompanhamento, mais tarde designadas de Núcleos Locais de Inserção e, por último, os beneficiários de quem se espera uma atitude de compromisso em seguir as trajetórias de inserção que forem possíveis definir.

As Comissões Locais de Acompanhamento passam a ter um papel importante enquanto facilitadoras da implementação e desenvolvimento da medida, uma vez que se esperava que possam coordenar os recursos e as parcerias locais para a criação de oportunidades e soluções ajustadas às necessidades dos beneficiários. Neste âmbito, pela primeira vez, a sociedade civil, foi chamada a assumir responsabilidades nesta matéria, muitas vezes materializadas em parcerias institucionais, cuja actuação se pretendia integrada e de base local.

Neste sentido, conforme se percebe da análise dos números 1, 2 e 3 do artigo 16.º da Lei, as CLA tinham, normalmente, base municipal e integravam “(...) *elementos em representação dos organismos públicos responsáveis, na respectiva área territorial, pelos sectores da segurança social, do emprego e formação profissional, da educação e da saúde (...) ou representantes de outros organismos públicos cuja presença se torne necessária, das autarquias locais, das instituições particulares de solidariedade social e de outras entidades sem fins lucrativos, nomeadamente associações empresariais e sindicais, que actuem na respectiva área geográfica e que para tal se disponibilizem.*”

Do conjunto das instituições representadas nas CLA esperava-se que fossem capazes de se mobilizarem para criarem os mecanismos potenciadores da inserção social dos indivíduos, como nos refere Capucha (1998:4). A este propósito, talvez seja interessante acrescentar um parêntesis para registar que, um ano após a publicação da Lei que institui o RMG, a Resolução do Conselho de Ministros n.º197/97, de 18 Novembro, veio reconhecer o papel imprescindível da Rede Social bem como das entidades particulares sem fins lucrativos e dos organismos públicos que trabalham no domínio da acção social, na promoção

do desenvolvimento e coesão social, e da necessária e desejada articulação que se pretende que exista entre elas e estas com o Governo para o combate à pobreza e exclusão social. O seu funcionamento foi regulamentado em 2002 através do Despacho Normativo n.º 8/2002, de 12 de Fevereiro.

Só através do envolvimento dos vários actores da sociedade civil e a co-responsabilização dos indivíduos no processo de inserção social que lhes diz respeito se pode ter, segundo Branco (2001:310), os efeitos positivos esperados, a par da necessária e desejada construção de oportunidades e disponibilização de recursos, de base local. Esse acesso a condições e oportunidades para a inserção social passa a ser suportado pela contratualização entre Estado, beneficiários e sociedade civil, materializada num Programa de Inserção.

Esta relação contratual tripartida representa para Rosanvallon (1995:179), a passagem duma visão do titular do direito enquanto sujeito passivo, para alguém com direito a ser considerado como membro de uma sociedade que nela tem o seu lugar, numa combinação positiva e recíproca, entre estes. Ou seja, o indivíduo passa a ter o “direito à integração” que, para o mesmo autor (idem), supera o direito social clássico. Mais do que garantir as mínimas condições de subsistência, procura-se garantir o direito à utilidade social e consideram-se os indivíduos como cidadãos activos e não como “assistidos a socorrer” (Rosanvallon, 1995:178).

2.4.2. A transição para o Rendimento Social de Inserção

O direito à protecção social sai reforçado em 2000 quando se viu aprovada a Lei de Bases do Sistema de Solidariedade e Segurança Social (Lei n.º 17/2000, de 8 de Agosto), prosseguindo “a melhoria das condições e dos níveis de protecção social e o reforço da respectiva equidade; a eficácia do sistema; a eficiência da sua gestão e a sustentabilidade financeira.” Actualmente o sistema de Segurança Social tem suporte na Lei n.º 4/2007, de 16 de Janeiro e é composta por 3 sistemas: protecção social de cidadania; previdencial e complementar.

O abrandamento da economia e o conseqüente aumento do desemprego obrigou a revisões sucessivas das medidas de protecção social que se debatiam com o aparecimento de cada vez mais pessoas em situação de pobreza e exclusão social, por um lado, e com dificuldades cada vez mais severas de financiamento do sistema de segurança social, por outro lado. O envelhecimento da população, a diminuição das contribuições do trabalho, etc., são factores que fragilizam a sustentabilidade financeira da Segurança Social.

Tendo em conta o que se acaba de referir, em 2003, procedeu-se à criação do Programa de Emprego e Protecção Social aprovado pelo Decreto-Lei n.º 84/2003, de 24 de Abril, que estabelece medidas de protecção social de natureza temporária para minimizar os efeitos decorrentes deste contexto. É nesta conjuntura que se dá uma alteração significativa na Lei do Rendimento Mínimo Garantido.

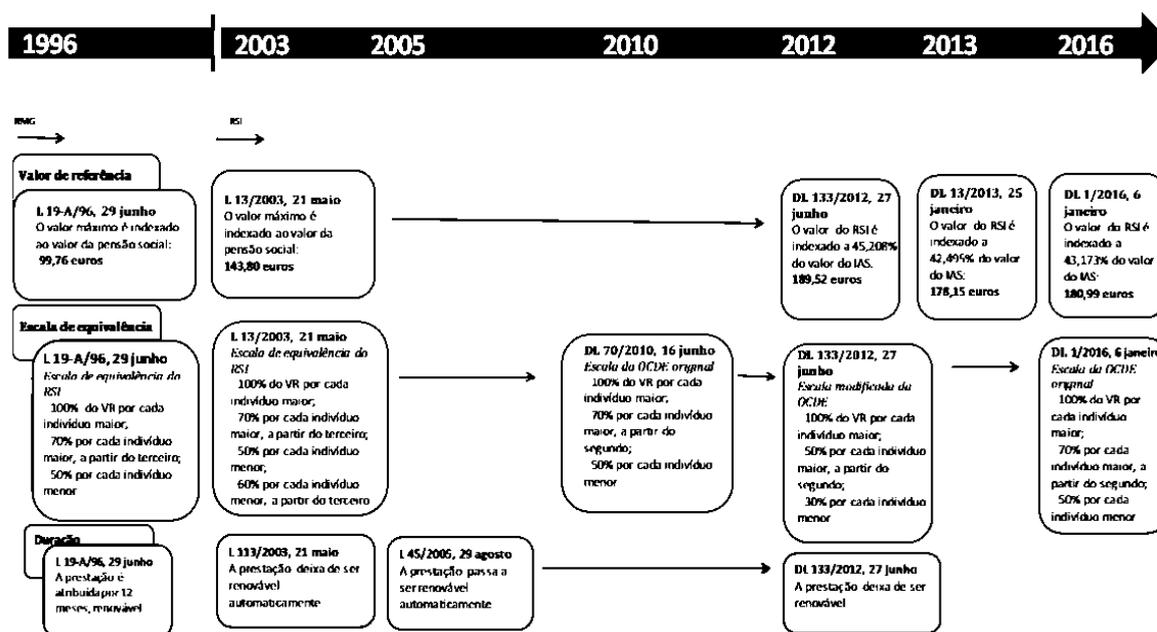
Em 2003, foi criado o Rendimento Social de Inserção pela Lei n.º 13/2003, de 21 de Maio, que trouxe com ela uma intenção de *moralização* da medida pretendendo dotá-la de mecanismos de eficiência que permitissem atingir o objectivo *mais nobre* da medida, evitando que esta se tornasse permanente para aqueles que a ela recorriam, segundo as palavras do então Ministro da Segurança Social e do Trabalho, Bagão Felix. Pretendia-se assim evidenciar o carácter transitório da medida e garantir, através de acções de fiscalização, que apenas usufruía da medida quem dela precisasse verdadeiramente.

O novo regime pretendia reforçar a natureza social da prestação e promover a inclusão dos mais carenciados, privilegiando a inserção e introduzindo um maior rigor na atribuição, processamento e gestão da própria medida, conferindo assim uma eficácia social acrescida com claros benefícios para as pessoas e para o Estado (Decreto-Lei n.º 283/2003, de 8 de Novembro e Decreto-Lei n.º 42/2006, de 23 de Fevereiro).

A medida de RSI sofreu, ao longo dos anos, alterações em função de opções ideológicas e partidárias assumidas pelos diferentes governos que lhe foram reconhecendo mais ou menos importância na redução de situações de pobreza e exclusão social e promoção da coesão social.

Essas opções tiveram as suas conseqüentes repercussões legais conforme se encontram representadas na Figura 1 que nos é proposta pelo GEP -Gabinete de Estratégia e Planeamento do Ministério do Trabalho, Solidariedade e Segurança Social.

Figura 1. Cronologia das principais alterações legislativas



FONTE: Rendimento Mínimo em Portugal: Retratos de 20 anos a desafiar práticas e (pre)conceitos 1996-2016

Da leitura da referida Figura 1, verifica-se que as principais alterações na Medida de RMG/RSI se deram ao nível do valor de referência, da escala de equivalência e da duração.

Analisemos, sucintamente, cada uma delas, começando pelo valor de referência. Em 1996, na vigência do Rendimento Mínimo Garantido, o valor máximo da prestação era igual ao fixado para a pensão social do regime não contributivo de segurança social e, posteriormente, em 2003, com a Lei que instituiu o Rendimento Social de Inserção, o seu valor foi indexado ao montante legalmente fixado para a pensão social do subsistema de solidariedade.

Este valor altera-se em 2012, quando pela Lei 133/2012, de 27 de Junho, o valor deixa de estar indexado ao valor da pensão social e passa a estar relacionado com o montante do Indexante dos Apoios Sociais – IAS e assim permanece até 2019. Nesse ano de 2012, o valor de RSI, valia 45,208% do IAS, num total máximo de 189,52€. Em 2013 este montante diminui para 42,495% perfazendo 178,15€ para ser alterado para 43,173%, que equivale a 180,99€, em 2016, pelo Dec. Lei 1/2016, de 6 de janeiro.

Em 2017, com a publicação da Portaria n.º 5/2017, de 3 de janeiro, este montante é fixado em 183,84€, valor esse que representa a maior percentagem do IAS fixada desde 2013 até então e que representa 43.634% desse Indexante. Em 2018, essa percentagem baixa para 43,525% do IAS e 186,68€ conforme consta da Portaria 52/2018, de 21 de fevereiro. Este é o valor fixado em 2019, embora o valor do RSI aumente para 189,66€.

No que respeita à escala de equivalência, o valor global da prestação varia, de acordo com a composição do agregado familiar dos titulares do direito à prestação, que em 1996, era a seguinte:

- Por cada indivíduo maior, até ao segundo, 100 % do montante da pensão social;
- Por cada indivíduo maior, a partir do terceiro, 70 % do montante da pensão social;
- Por cada indivíduo menor, 50 % do montante da pensão social.

Em 2003, na vigência do RSI, foi acrescentado um novo valor de referência:

- Por cada indivíduo menor, 60% do montante da pensão social, a partir do terceiro filho.

Em 2010, passou-se a ter por base a escala da OCDE original que alterou a escala de equivalência que vinha a ser tida em conta com impacto directo no valor final da prestação que, neste caso, passou a ser menor:

- Por cada indivíduo maior, 100 % do valor de referência;
- Por cada indivíduo maior, a partir do segundo, 70 % do valor de referência;
- Por cada indivíduo menor, 50 % do valor de referência.

Nesta data, para além do exposto, outras alterações se deram, essencialmente, quanto à noção de agregado familiar, aos rendimentos que passaram a ser considerados e à fórmula de cálculo da capitação familiar. Paralelamente, deu-se também o corte de apoios especiais e complementares bem como das situações de majoração existentes anteriormente.

Mais duas alterações se seguiram. Em 2012, a partir da escala da OCDE modificada, houve de novo uma redução significativa nas percentagens consideradas para o cálculo da prestação global de RSI porque se passaram a ter em conta:

- Por cada indivíduo maior, 100 % do valor de referência;
- Por cada indivíduo maior, a partir do segundo, 50 % do valor de referência;
- Por cada indivíduo menor, 30 % do valor de referência.

Destacamos ainda que a assinatura do contrato de inserção passa a ser condição necessária e obrigatória para o início do recebimento da prestação.

E mais uma vez se vincou a importância do trabalho como condição central para a inserção, de tal modo que se tornou obrigatória a inscrição para emprego no IEFP com vista, por um lado, à procura activa de emprego e, por outro, ao desenvolvimento de trabalho socialmente útil, entendido como forma de participação na sociedade.

Sublinhe-se que, em 2016, os valores de equivalência retomaram os de 2010 e assim se mantêm até 2019.

O acesso à prestação, nos diplomas legais de 1996 e de 2005, era renovado automaticamente. Pelo contrário, nas alterações introduzidas em 2003 e 2012, a manutenção da prestação exigia que o titular fosse responsável pela formalização do pedido de renovação.

A partir da publicação, em 2017, do Dec. Lei 90/2017 de 28 de julho institui-se que essa renovação passa a ser feita a partir da verificação oficiosa da manutenção das condições de atribuição da prestação, o que se verifica até 2019.

Tendo ainda em conta as alterações introduzidas pela Lei 13/2003, no seu artigo 37.º, institui-se a possibilidade de transferir responsabilidades estatais para a sociedade civil, através da celebração de protocolos específicos, nomeadamente, com instituições particulares de solidariedade social, a quem eram atribuídas competências para contratar equipas técnicas para que se responsabilizassem pela elaboração do relatório social e acompanhamento do programa de inserção, tarefas estas que até então eram desempenhadas por técnicos do Estado.

2.4.2.1. A transição para o RSI traduzida em números

Como é possível perceber pelo descrito até aqui, entre 2010 e 2013 o contexto de crise económica e financeira esteve na origem das alterações propostas naquela altura e que foram equacionadas tendo em conta o Programa de Estabilidade e Crescimento que se apresentava com um conjunto de medidas para a promoção do crescimento económico e do emprego e para a consolidação orçamental.

Nesse contexto, registou-se a redefinição das condições de acesso aos apoios sociais, conforme se pode ler no excerto retirado do texto introdutório ao diploma em apreço: *“Ao nível do sistema de segurança social, a criação de um Tabela harmonizado de acesso às prestações sociais não contributivas permitirá, por um lado, atribuir maior coerência na concessão das prestações sociais não contributivas e, por outro, reforçar de forma significativa a eficiência e o rigor, nomeadamente ao nível do controlo da fraude e evasão prestacional”*. Estas mudanças tiveram impactos significativos na diminuição do montante das prestações e, ao mesmo tempo, no afastamento de inúmeras famílias da medida, independentemente de se manterem em situação de vulnerabilidade económica e social.

A Tabela 2 exhibe dados retirados do PORDATA que evidenciam a significativa diminuição do número de indivíduos a beneficiarem de RMG e RSI entre os anos 1998 e o ano de 2016. Tal como se afirmou anteriormente, foi em 2010 que o número de beneficiários atingiu o seu valor mais elevado, num total de 526 382 indivíduos, tendo-se verificado, a partir de então, até 2018, uma redução que equivale a 46%, ou seja, baixou para um total de 282 254 indivíduos.

Tabela 2. Beneficiários de RMG e RSI: N° total e por sexo

Anos	Beneficiários do RMG segundo o sexo			Beneficiários do RSI segundo o sexo		
	Total	Masculino	Feminino	Total	Masculino	Feminino
1998	340.784	159.538	181.246	//	//	//
2000	505.394	236.444	268.950	//	//	//
2001	426.740	198.917	227.823	//	//	//
2002	383.718	178.973	204.745	//	//	//
2003	367.690	172.038	195.652	//	//	//
2004	281.471	131.913	149.558	84.307	39.145	45.162
2005	170.282	79.732	90.550	198.125	92.189	105.936
2006	87.052	40.748	46.304	332.294	154.292	178.002
2007	//	//	//	369.801	171.348	198.453
2008	//	//	//	418.291	193.649	224.642
2009	//	//	//	486.812	228.717	258.095
2010	//	//	//	526.382	249.665	276.717
2011	//	//	//	448.107	214.099	234.008
2012	//	//	//	420.022	201.987	218.035
2013	//	//	//	360.372	175.140	185.232
2014	//	//	//	320.554	157.273	163.281
2015	//	//	//	295.664	146.162	149.502
2016	//	//	//	287.473	142.394	145.079
2017	//	//	//	288.112	141.780	146.332
2018	//	//	//	282.254	137.520	144.734

FONTE/ENTIDADE: II/MTSSS, PORDATA

No que respeita aos valores das prestações pagas, tendo também por referência os dados fornecidos pelo PORDATA, representados na Tabela 3, verificamos um decréscimo de 45% entre os valores pagos no ano de 2010 (€519 908,7) e no ano de 2015 (€287.351,1) para, de seguida, se registar novo aumento até 2017 (€344 677,7), equivalente a cerca de 20%, segundo os últimos dados disponíveis.

Tabela 3. Despesa com as prestações de RMG e RSI

Anos	Despesa com RMG / RSI	Anos	Despesa com RMG / RSI
1996	1.759,8	2009	507.708,9
2000	266.797,4	2010	519.908,7
2001	244.282,0	2011	414.383,5
2002	231.795,4	2012	387.904,3
2003	243.419,1	2013	315.143,4
2004	241.639,5	2014	294.448,0
2005	285.298,3	2015	287.351,1
2006	334.764,6	2016	334.677,7
2007	372.596,4	2017	344.098,0
2008	425.721,0		

FONTE/ENTIDADE: IGFSS/MTSSS, PORDATA

Como já se havia afirmado e conforme nos é dado a perceber pela leitura da Tabela 3 do Gabinete de Estratégia e Planeamento do Ministério do Trabalho, Solidariedade e Segurança Social, a par da prestação pecuniária, a medida de RMG/RSI exige a construção e negociação de projectos de integração social, que abordaremos de seguida.

2.4.2.2. A transição para os contratos de inserção

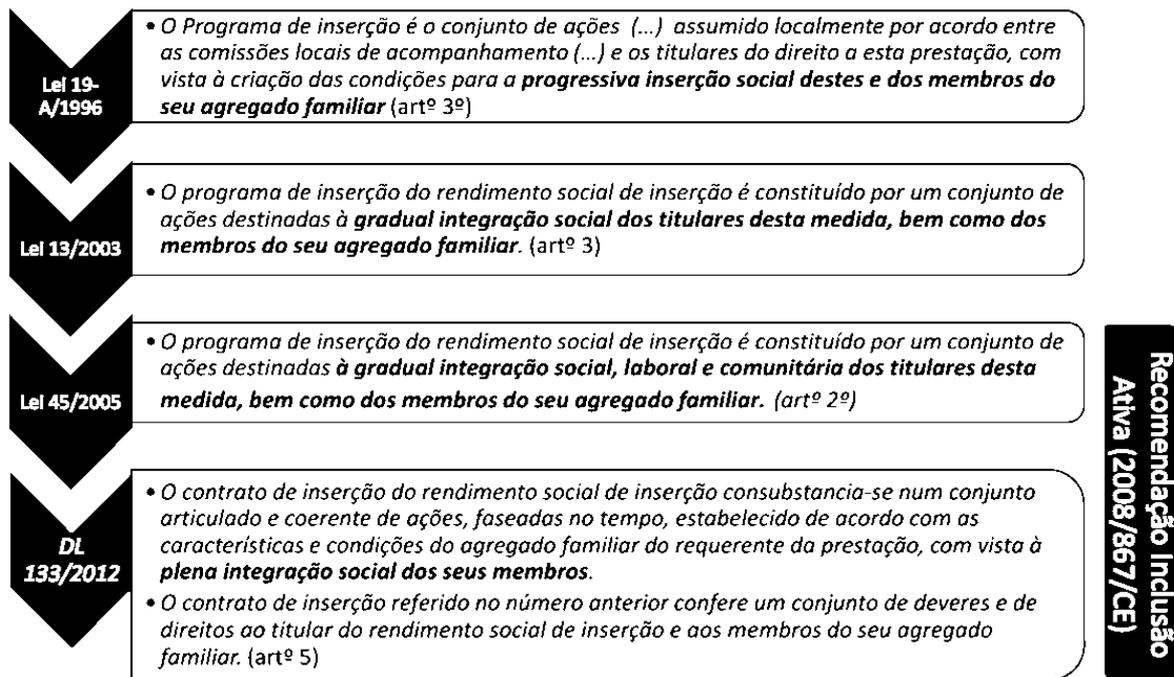
Os objectivos de integração social preconizados pelo RMG e depois pelo RSI, pressupõe a concepção e negociação de um conjunto de acções que são contratualizados e concretizados nos programas de inserção que, a partir de 2012, adquirem a designação de *contratos de inserção*.

Em 1996 (Dec. Lei 19-A/96), o Programa de inserção era entendido como “(...) *o conjunto de ações (...) assumido localmente por acordo entre as comissões locais de acompanhamento (...) e os titulares do direito a esta prestação, com vista à criação das condições para a progressiva inserção social destes e dos membros do seu agregado familiar (artº 3º)*”.

Nas revisões da Lei, em 2012, passa a fazer-se alusão a um “contrato de inserção” com o objectivo de responder à Recomendação Inclusão Activa (2008/867/CE). Descrito como “(...) *um conjunto articulado e coerente de ações, faseadas no tempo, estabelecido de acordo com as características e condições do agregado familiar do requerente da prestação, com vista à plena integração social dos seus membros, (...)*” o contrato de inserção “(...) *confere um conjunto de deveres e de direitos ao titular do rendimento social de inserção e aos membros do seu agregado familiar*”.

Não obstante a mudança de denominação, não se alteraram as premissas subjacentes à contratualização. Por um lado, importa accionar os recursos individuais e/ou do agregado familiar (p.e. o desenvolvimento de competências escolares ou profissionais) e, por outro, os recursos da comunidade para a promoção da integração social dos beneficiários. Para além disso mantém o objectivo de assegurar às pessoas e suas famílias, os recursos que contribuam para a satisfação das suas necessidades mínimas e de favorecer uma progressiva inserção social, laboral e comunitária.

Figura 2. Do Programa ao Contrato de Inserção



FONTE: Rendimento Mínimo em Portugal: Retratos de 20 anos a desafiar práticas e (pre)conceitos 1996-2016

Registe-se ainda que, nas alterações legislativas de 2003, 2005 e 2012, não é feita menção à importância da responsabilização do Estado e sociedade civil, localmente representada pelas Comissões Locais de Acompanhamento, e do titular da prestação. No entanto, em 2005 (Dec. Lei 45/2005), para além dos objectivos de integração social, são acrescentados e especificados os de natureza laboral e comunitária (artº 2º) e, em 2012, é referido, pela primeira vez, que constarão dos contratos de inserção os direitos e deveres dos titulares da medida e seus familiares.

Laville (2001) considera que as “medidas de activação” se destinam aos indivíduos que padecem com a precariedade e selectividade do mercado laboral, por um lado, e com o enfraquecimento da solidariedade familiar e comunitária, por outro. Partindo deste pressuposto, as contrapartidas propostas aos indivíduos não lhes poderão ser impostas e, para além de contemplarem a dimensão profissional, devem ainda incluir uma dimensão social. Para Gough (2001) os programas sociais que integram as medidas activas, revelam-se menos punitivos e menos focados no trabalho, para além de procurarem o envolvimento dos beneficiários.

Diogo (2007:133) reforça a ideia de que o combate à pobreza e exclusão social não se faz apenas pela via do aumento do rendimento dos indivíduos e famílias, mas deve contemplar, para além disso, formas

de promoção da integração social dos indivíduos e, assim, proporcionar-lhes uma maior capacidade de autonomia no trabalho e na vida social em geral perante os apoios estatais.

O primado da inserção preferencialmente atribuída ao trabalho, permite segundo o mesmo autor, deduzir que o *beneficiário ideal* é alguém que se encontra desempregado. Esta incidência na importância do trabalho remete-nos, segundo Gough (2001), para a possibilidade de estarmos perante uma medida, não de welfare, mas de workfare seguindo-se, assim, os padrões neoliberais do conceito. Não obstante, isso não significa que a Lei não reconheça e preveja outras dimensões a observar com o propósito de facilitar a integração social dos indivíduos.

2.4.3. Fragilidades de uma política social (RSI)

Se para alguns, a aplicação da medida de RSI, os seus princípios e os seus critérios de implementação representam virtualidades, para outros a medida apresenta constrangimentos e fragilidades.

2.4.3.1. Responsabilização individual

A categoria de beneficiário ideal ao ser interiorizada pelos beneficiários na relação que estabelecem com o Estado, tal como nos refere Diogo (2004), acaba por interferir na “(...) na produção e reprodução das suas identidades sociais, implicando o desenvolvimento de estratégias identitárias para lidarem com essa forma de classificação nas suas transações identitárias” (Diogo, 2004:6).

Acresce a visão desajustada de responsabilização do indivíduo pelas situações de pobreza e exclusão social. Trata-se de uma perspectiva que encara estas situações como resultantes da incapacidade dos próprios para garantir as suas necessidades devido à falta de trabalho, de hábitos ou de desmotivação para a procura activa de trabalho e suas redes de solidariedade.

Neste caso, é entendido que o Estado deve reduzir a sua intervenção ao mínimo possível e, assim, ignoram-se os factores estruturais e sociais que lhes estão subjacentes. (Costa, 1998). A própria relação que se estabelece entre o direito à prestação pecuniária e a assunção de um contrato de inserção pode favorecer a perspectiva de que está ao alcance do indivíduo a resolução dos seus problemas.

Pode pensar-se que os beneficiários têm condições para saírem da situação desde que accionem esforços e se empenhem positivamente na mudança. Esta premissa da responsabilização e da autonomia dos beneficiários aparece cada vez mais como um requisito das políticas sociais (Breviglieri, 2008:98). Os indivíduos passam, assim, de vítimas a actores empenhados e desvaloriza-se, neste caso, segundo Guerra (1997:162-163), alguns aspectos que poderão interferir na saída ou permanência dos indivíduos na medida. A saber:

- a (in)capacidade de gerarem e manterem níveis de expectativa e esforço perante a escassez de recursos e oportunidades disponibilizados pela sociedade;
- o possível desfasamento de expectativas de inserção entre os vários actores presentes no contrato de inserção estabelecido (Estado, Sociedade civil e beneficiário);
- a possibilidade de desvalorização de outros níveis de inserção para além da que é adquirida pela via o trabalho;
- a dificuldade de medir o êxito dos planos de inserção desde logo pela subjectividade que existe na definição dos critérios de avaliação;
- a autoria dos planos de inserção que, embora devam espelhar os projectos de vida dos beneficiários, nem sempre assim são concebidos.

Esta tendência para a responsabilização individual pelas situações de pobreza e exclusão social sai reforçada pelas inúmeras críticas das instituições europeias aos Rendimentos Mínimos por os considerarem *desincentivos* ao trabalho.

E, neste sentido, são produzidas recomendações com consequências nos critérios de acesso, a par de uma maior exigência de programas individualizados de inserção no mercado de trabalho e rigor na atenção às situações que possam configurar uma dependência continuada dos beneficiários face à medida. Rodrigues *et al.* (2003:101) sustentam a propósito que “(...) o esquema das medidas activas é percebido, por muitos especialistas, como um retrocesso da montagem do sistema de protecção social da cidadania, tanto pelo seu carácter compulsório, como pelo moralismo que está explícito na base da sua argumentação ideológica”.

Assim sendo, o RSI que é uma medida que se apresenta como um direito, pode transformar-se num conjunto de obrigações a serem observadas pelos beneficiários a que corresponderão recompensas monetárias e, por isso, poderá ainda estar associado ao risco de estigmatização dos beneficiários, como sustenta Adão e Silva (1998:45).

Paralelamente, reforça-se também a necessidade de serem criadas as condições para que o trabalho seja encarado como algo a privilegiar, em detrimento da prestação social. Estamos perante um pressuposto, que poderá levar-nos ao regresso da distinção neoliberal entre os bons e os maus pobres, os mais ou menos merecedores, aqueles que acedem ao mercado de trabalho ou não. A propósito, Rosanvallon (1995:211) alerta para o risco de “(...) classificação dos pobres em função dos seus méritos”.

Para além disso, sublinha-se o preconceito de que os cidadãos necessitados são incapazes de gerir o seu orçamento e, por isso, são os eternos *subsídio-dependentes*. Estes e outros pressupostos já antes discutidos, levaram responsáveis políticos a afirmar a necessidade de ampliar a exigência e a fiscalização da política.

2.4.3.2. Moralização da medida

A mudança para a medida de RSI revestia-se de um perfil transitório e auxiliar no âmbito das políticas sociais, tal como era possível ler-se no excerto do discurso proferido pelo Ministro do Trabalho e Segurança Social, à época, Bagão Félix:

“O RSI não pode ser visto como a primeira medida de combate à exclusão, nem como uma mera e rotineira prestação social de natureza pecuniária. (...) O RSI deve ser subsidiário em relação à solidariedade familiar e constitui uma ajuda de último recurso que só deve actuar depois de esgotadas todas as outras medidas seja no plano laboral, seja no domínio das outras prestações sociais” (Bagão Félix, cit. Marques, 2016).

E assim se assistiu à “moralização” da medida através da criação de mecanismos de inspeção e de controle, “penalizando de forma mais gravosa o incumprimento dos compromissos assumidos pelos titulares e beneficiários, bem como quaisquer condutas consideradas abusivas ou fraudulentas” (REAPN, 2007:6). A referência ao “controle” e fiscalização remete-nos para pressupostos de desconfiança nos cidadãos beneficiários da política.

Nas palavras de Rodrigues (2009:18-19), sobressaem “(...) os argumentos da “boa gestão” nos discursos oficiais e dá-se a “reafectação da responsabilidade à família e à sociedade, ao mesmo tempo que se acentua a direcção para os que mais carecem de apoio (critério que permite escolher os mais dos mais dos mais... assim se *residualizando* a abrangência e responsabilidade pública) (...)”. Objectivos de eficácia, transparência e uma maior exigência e rigor eram evidenciados nos discursos oficiais da altura e, por isso, as acções de fiscalização ganharam novo dinamismo. Pretendia-se assegurar que se gastava melhor e com quem, efectivamente, mais carecia de apoio.

2.4.3.3. Primado da dimensão económica

Atentos à legislação, é o rendimento que define o acesso ao RMG. Acede-se à medida em função da escassez ou ausência de rendimentos e a autonomização face à medida dá-se quando os rendimentos, preferencialmente obtidos a partir da integração no mercado de trabalho, excedem os valores definidos na medida. E assim se define inserção: estar inserido é não depender da medida.

Mais tarde pelo Decreto-lei n.º 84/2000, de 11 de Maio, houve uma tentativa de alterar esta noção de inserção não a restringindo aos aspectos que se limitam à óptica do rendimento e à integração profissional. Inserção passa a ser considerada “(...) *qualquer acção que acrescente do ponto de vista pessoal, da vida familiar, da vida social de cada cidadão beneficiário, competências novas, ou novas qualificações*”. Aparece aqui associada uma dimensão social.

Estabelece-se, ainda, a intenção de continuidade das acções de acompanhamento da inserção mesmo que os indivíduos deixem de ser beneficiários da medida. Por outro lado, considera-se também que nem todos os beneficiários reúnem condições para contribuir com contrapartidas, nomeadamente, ao nível da disponibilidade para o emprego, dado que conhecem um processo profundo de “degradação individual” (Ferro Rodrigues, 1996; cit. Diogo 2007:127).

A disponibilidade para o trabalho entendido como condição essencial para a promoção da inserção aparece de forma destacada nos programas de inserção e, conseqüentemente, como contrapartida essencial para o recebimento da prestação. Deste modo, ignoram-se condicionantes estruturais, de que são exemplo a precarização e fragilização dos vínculos com o mercado de trabalho, aos quais os indivíduos são completamente alheios. Ou seja, é atribuída aos beneficiários a responsabilidade da sua situação porque não se empenham, não despendem esforço ou iniciativa para mudar a sua condição. Este aspecto reforça as perspectivas individualistas das causas do desemprego.

Ao analisarmos as diferentes publicações legislativas sobre a medida de RSI encontramos subjacentes referências a um perfil de beneficiário que Diogo (2007:127) designa de *ideal* (porque é *idealmente* apresentado pela legislação enquanto beneficiário de RSI) e que caracteriza, nomeadamente, como alguém que não é autónomo do ponto de vista económico e em relação ao emprego e formação profissional, mas também do ponto de vista social. A esta característica junta-se, desde logo, uma outra ligada à “desconfiança sobre a capacidade dos beneficiários se autonomizarem por si sós” (Diogo, 2007:131).

Subsiste na sociedade a necessidade moral de defender a inserção pelo trabalho e, dessa forma, evitar que se recompense quem não produz. A existência do acordo de inserção justifica-se a partir deste mesmo pressuposto e, por vezes, é sustentada a necessidade de dissuadir os beneficiários da acomodação à prestação pecuniária atribuída pelo RSI e de garantir que não se recompense quando não há esforço para a integração no trabalho.

A propósito, Laville (2001:142) esclarece que os indivíduos que beneficiam de RSI estão expostos a um mercado de trabalho cada vez mais exigente e selectivo, acompanhado por um enfraquecimento das

solidariedades familiares e comunitárias. Neste contexto, ainda segundo o mesmo autor, deve valorizar-se, a formação profissional e o desenvolvimento de competências sociais.

Acrescenta Hespanha (2002:6) que as denominadas políticas de activação ou políticas sociais activas como, habitualmente, é designado o RSI, para além de promoverem positivamente a participação social dos beneficiários através da realização de actividades socialmente úteis, podem conter o risco de “compulsão ao trabalho apenas para justificar o subsídio que se recebe”, tendo em conta o contrato social que regula a relação entre o Estado e os cidadãos.

2.4.3.4. Transitoriedade da medida

Ao abordarmos a medida em apreço como apoio social temporário parte-se do princípio que esta possui todas as ferramentas necessárias para criar as condições de autonomização dos beneficiários. Porém, ignoram-se os diferentes ritmos e necessidades dos destinatários da medida que se explicam pela heterogeneidade das pessoas e grupos atingidos pelas situações de pobreza e exclusão social, bem como, dos contextos e das reais capacidades de integração económica e social destes contextos.

A par destes, um outro aspecto é referido por Diogo (2007:134) que tem a ver com “(...) a criação de expectativas de uma saída rápida dos beneficiários do sistema, o que, (...) entra em contradição com dois aspectos: as condições que a medida proporciona aos beneficiários para que saiam do sistema e as próprias condições de produção da situação de pobreza e Portugal (cuja tendência é para a reprodução ao longo do tempo)” (Diogo, 2007).

Pode ser questionável a ideia evidenciada de estarmos perante uma medida que prevê um beneficiário “a prazo” que apenas passa pela medida enquanto não consegue a sua integração profissional e que esta lhe é facilitada pelo programa de inserção. Rodrigues (2006:185) sublinha isso mesmo quando afirma que “(...) os programas de inserção implícitos na lei viram-se dificultados pelo facto de a maioria dos beneficiários serem vítimas de processos de pobreza e exclusão social, muitas vezes independentes do fenómeno de desemprego e, em alguns casos, até mesmo prejudiciais para uma rápida inserção na vida activa. (...) lutar apenas no sentido da inserção profissional pode não ser suficiente para uma rápida inserção social dos beneficiários” (Rodrigues, 2006:185).

É também ilustrativo do que temos vindo a expor, o resultado de um estudo realizado pelo Instituto de Desenvolvimento Social, datado de 1999, junto dos Técnicos de Intervenção Social enunciado por Diogo (2007:137-138) no qual era tratada esta questão e se indicava que 76% de entrevistados afirmava que

os programas de inserção eram negociados não em função dos interesses e necessidades dos beneficiários mas sim em função dos recursos existentes que continuam a ser escassos.

Desde logo, como reconhece Pedroso (1997:101) o envolvimento empresarial na promoção da coesão social é ainda incipiente assim como o da participação sindical na gestão territorializada de processos de inserção.

2.4.3.5. Desadequação da medida face aos perfis individuais

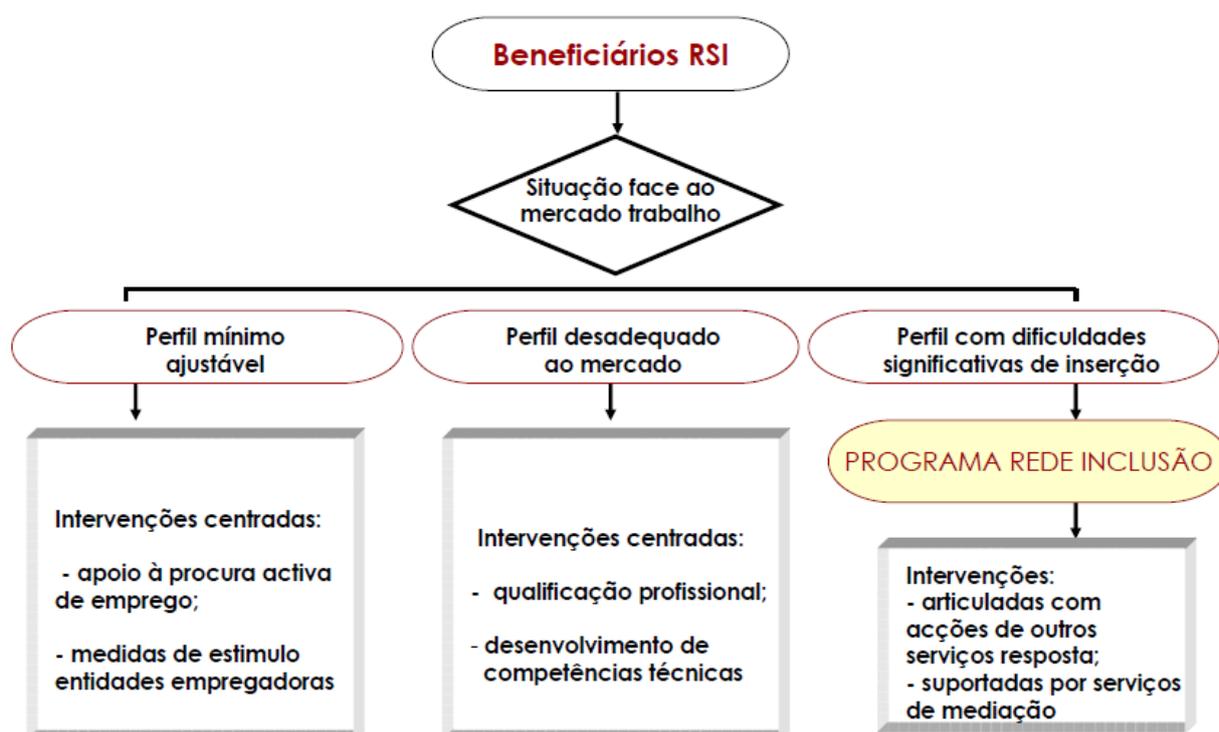
Tendo em conta o plasmado na lei, espera-se que o aumento do rendimento por via do acesso a um trabalho (independentemente da estabilidade do vínculo) seja condição suficiente para garantir a autonomização dos indivíduos face à medida. Mas, conforme sustenta Diogo (2007:139), isso nem sempre se verifica dado que o trabalho não deverá ser visto apenas enquanto rendimento, mas deve ver aliado a este o conjunto de benefícios sociais que contribuem para que os indivíduos ocupem uma posição na sociedade.

Capucha *et al.* (1998:50) acrescenta a ideia que muitas vezes poderá haver um desfasamento das características dos destinatários de que são exemplo a ausência ou as baixas qualificações, os problemas de toxicoddependência, a deficiência, entre outros que podem dificultar a verificação das condições necessárias para corresponder ao que se espera dos beneficiários no âmbito dos programas de inserção negociados. Ou, por outro lado, as acções propostas podem não estar adaptadas aos perfis destas pessoas.

Nesta matéria refira-se que o estudo realizado pelo Instituto de Segurança Social, em 2002, no qual se pretendia avaliar os impactos da medida, nele era sublinhado por Castro, Cavalheiro, Quedas, Rodrigues, Guerra e Guerra (2002:54), a importância de se ter a consciência de que esta exigência de integração no mercado de trabalho é necessária mas não é suficiente para garantir a saída da situação de pobreza ou exclusão social ao mesmo tempo que se afirma que esta exigência não poderá ser feita indiscriminadamente a todos os beneficiários pois todos eles possuem perfis diferentes que requerem distintas medidas de acompanhamento e avaliação.

Tendo por base a Estratégia para a Inclusão Activa, adoptada em 2007, a Comissão Nacional do Rendimento Social de Inserção apresentava esses diferentes perfis e as respectivas medidas que pareciam ajustadas a cada um dos casos, conforme Figura 3.

Figura 3. Perfis de Beneficiários RSI face ao mercado de trabalho



FONTE: Estratégia para a Inclusão Activa - Comissão Nacional do Rendimento Social de Inserção, 2007

É possível retirar da leitura da figura 3 a existência de três tipos de perfis de beneficiários RSI face ao mercado de trabalho. Num primeiro caso, considera a CNRSI o grupo daqueles indivíduos que possuem um perfil “minimamente ajustável” considerando como adequado desenvolver intervenções centradas no apoio à procura activa de emprego e, em simultâneo, estimular a oferta de emprego através de medidas de incentivo para entidades empregadoras. Seguem-se os indivíduos que não detêm competências adequadas ao mercado de trabalho e, nesses casos, torna-se importante conferir-lhes oportunidade de se qualificarem profissionalmente e desenvolverem competências técnicas. Por último, resta um conjunto significativo de pessoas que revelam grandes dificuldades de inserção no mercado de trabalho a que é dirigido um acompanhamento multidimensional, que envolve vários serviços e respostas.

Acabamos de elencar um conjunto de características individuais que segundo os seus autores explicam a relação mais ou menos “viável” com o mercado de trabalho. Tendo por base Guerra (1997:160), são apontadas características individuais para os problemas relacionados com a falta de integração no mercado de trabalho, pressupondo-se que o mercado de trabalho tem as condições para assumir a maioria dos beneficiários desde que possuam mais e melhores competências.

A importância que é dada ao trabalho, obrigatoriamente contratualizado nos contratos de inserção, pressupõe que as soluções se consigam encontrar a nível local e que os empresários poderão corresponder a esse desafio através da criação de emprego. No entanto, a autora esclarece que essa perspectiva ignora que o desemprego é um fenómeno macroeconómico (Guerra, 1997). Tem-se verificado que, em contrapartida, o que tem tido mais expressão são os empregos de tipo social, considerados de segunda se tivermos em linha de conta as qualificações, o tipo de trabalho e a remuneração subjacentes.

Em suma, sublinha-se mais uma vez a importância que a medida sempre atribuiu ao trabalho, ao considerá-lo determinante na autonomização dos indivíduos, sendo visto como um “(...) elemento estruturador da ideia de programa de inserção e do RMG/RSI como um todo.” (Diogo, 2007:139). Contudo, como acabamos de verificar esse objectivo não é linearmente possível.

2.4.4. Virtualidades de uma política social (RSI)

A medida de RSI, possui fragilidades, mas, ao mesmo tempo, também lhe são reconhecidas virtualidades.

2.4.4.1. Valorização de novos mercados de trabalho

Tal como vimos anteriormente, nem sempre se tem verificado a boa execução do primado de integração social conseguida, sobretudo, a partir do trabalho. Pese embora esta limitação nos impactos desejados na vertente de integração laboral há, contudo, a registar que a este propósito, Guerra (1997:160) nos aponta a vantagem de ter sido impulsionado o desenvolvimento de um outro tipo de mercado de trabalho designado de “mercado local”, de “proximidade”, de “utilidade social”, que não se reduz à economia mercantil e formal e faz a apologia da importância da economia solidária.

2.4.4.2. Dimensões da integração

Para além das medidas de integração laboral, os contratos de inserção permitem aos beneficiários da medida de RSI o acesso a outras dimensões também importantes da vida, nomeadamente:

- a melhoria substancial no acesso aos cuidados de saúde com repercussões nas condições de saúde dos beneficiários;
- melhoria de oportunidades de aumento de qualificações escolares;
- acesso facilitado a respostas sociais com especial relevo para as respostas para a infância que se traduzem num melhor e mais adequado desenvolvimento das crianças e, ao mesmo tempo,

maior disponibilidade dos progenitores e outros familiares, para se envolverem em actividades de promoção de competências;

- aumento das oportunidades de formação ou participação em actividades culturais que favorecem também o desenvolvimento de vários tipos de competências dos beneficiários.

O estudo de Castro *et al.* (2002) anteriormente referido, confirma impactos positivos nas áreas da acção social, educação, saúde, habitação, etc., muitos deles decorrentes da existência de um rendimento adicional.

Também Gouveia e Rodrigues realizaram em 1999 um estudo sobre os impactos do RMG na distribuição dos rendimentos dos agregados familiares e na pobreza e concluem que as consequências mais importantes do RMG se produzem ao nível da “redução da gravidade e intensidade da pobreza”.

Rodrigues (2009), por sua vez, preocupou-se em estudar o impacto do RSI e constatou que o nível de eficiência do RSI na redução da pobreza é de 94% o que significa, segundo o autor, que as transferências do RSI contribuem, significativamente, para a redução do “défice de recursos” da população pobre e, conseqüentemente, também a intensidade da pobreza em geral é reduzida em 18%.

Perante estes dados, Baptista e Cabrita (2009:19) afirmam que a medida de RSI constitui um importante superador de recursos das pessoas. Porém, acrescentam que, mesmo reconhecendo-se este papel importante no combate à falta de rendimentos das pessoas, o RSI não consegue retirá-las da pobreza, pelo menos do ponto de vista monetário.

2.4.4.3. A mobilização da solidariedade de base local

A medida de RSI representa também, segundo Guerra (1997: 161), um pedido de apoio à sociedade civil, levando o combate às situações de pobreza e exclusão social a cada território, co-responsabilizando localmente cada comunidade pela procura de soluções para os seus problemas sociais. As várias entidades públicas e privadas, de natureza social, empresarial, de formação, etc. passam a estar coordenadas por uma estrutura, o Núcleo Local de Inserção, para fins sociais bem definidos. Dá-se a “emergência de uma responsabilização colectiva face aos fenómenos de exclusão (...)” (Guerra, 1997:162) em que cada um dos parceiros, para além de disponibilizar recursos, passam a ter a seu cargo uma gestão territorial das populações em risco que os implica numa mobilização comprometida para os resultados que se desejam favoráveis.

Capítulo 3. Intervenção social: os seus significados

Conforme teremos oportunidade de analisar no capítulo 4, o presente trabalho desenvolve a sua investigação empírica em contextos institucionais formados por equipas de profissionais que visam a aplicação/operacionalização da medida de política de RSI, compostas por Assistentes Sociais, Psicólogos e Educadores Sociais. Interessa-nos perceber em que medida a intervenção social levada a efeito por estes profissionais pode influenciar a mudança das condições de vida dos beneficiários de RSI. E, para esse efeito, importa, antes de mais, tentar clarificar o conceito de intervenção social, também ele, subjectivo e construído socialmente, que toma significados em função do contexto social, cultural e político e da época histórica em que é aplicado.

A pesquisa bibliográfica realizada permite constatar a existência de uma multiplicidade de significados atribuídos ao conceito de intervenção social. Ora é designado por uns autores como trabalho social ora, por outros, por acção social (Rodrigues *et al.*, 2003) ou ainda serviço social. Para alguns autores estes significados são divergentes, para outros são semelhantes.

De forma sucinta iremos apresentar alguns destes significados. Começemos por analisar a definição avançada por Carmo (2001:2) que considera a intervenção social é um processo que implica uma interacção social entre o que o autor designa por *sistema-interventor* e o *sistema-cliente*, com o objectivo de ajudar este último a dar resposta às suas necessidades sociais, a ultrapassar obstáculos, incentivando-o à mudança pretendida.

Ainda segundo Carmo (2001) a intervenção social como actividade social ganha legitimidade à medida que cresce a necessidade de responder de forma sistemática aos problemas sociais decorrentes das mudanças que se vão operando a nível económico, social e político. Consequentemente, novas áreas profissionais surgem e trazem consigo o anseio de encontrar soluções eficazes na resposta a essas necessidades sociais, vivenciadas em cada conjuntura.

Para Ander-Egg (2011:186) a intervenção social refere-se ao conjunto de actividades realizadas de forma mais ou menos sistemática e organizada sobre um aspecto da realidade social com o objectivo de produzir um determinado impacto e baseia-se em métodos e técnicas. Marcada por opções político-ideológicas por quem a realiza, a intervenção social pressupõe a existência de um sujeito de intervenção, de um objeto intervenção, aquilo sobre o qual se intervém e a forma como se intervém.

Esta intervenção social é desenvolvida no âmbito do *serviço social* ou do *trabalho social* conceitos que, sublinha Ander-Egg (1995:167), têm o mesmo significado e designam o mesmo tipo de actividade

profissional. A utilização de um ou outro termo depende, nomeadamente, do contexto académico em que é utilizado. A escola de tradição francesa tem preferência pela designação de serviço social enquanto que a corrente anglo-saxónica prefere optar pelo termo trabalho social. A este propósito Carmo (2010:110) refere que cada uma das designações estão correctas mas restringem o alcance deste tipo de prática profissional atribuindo-lhes até o risco de poderem “(...) conduzir a efeitos perversos de natureza corporativa que limitariam o trabalho (serviço) social à actividade praticada por um grupo fechado de profissionais possuidores de uma formação inicial comum”. Acrescenta o autor que a sua preferência pela designação de intervenção social se justifica pela transdisciplinaridade presente no “agir na área do social” (Carmo, 2010).

A adopção de um ou outro termo varia, para Ander-Egg (1995:188), em função das diferentes épocas em que se desenvolve esta actividade profissional: a primeira fase, a da assistência social, influenciada por correntes assistencialistas e filantrópicas; a segunda fase, correspondente à designação de “serviço social”, que tem como objectivo promover a integração social dos indivíduos que recorrem aos serviços de apoio social e a de “trabalho social” que tem por objectivo a organização, mobilização e consciencialização desses mesmos indivíduos.

Já Falcão (1979; cit. Carmo 2010:111) afirma que é consensual considerar que a intervenção social pretende responder a necessidades de subsistência e de participação, beneficiando do contributo dos diferentes profissionais, ou seja, de interventores sociais.

Por sua vez, resultante da sua reflexão sobre a nova centralidade dos direitos sociais e o papel do Serviço Social, Francisco Branco (1996:49) afirma que a intervenção social desenvolve “(...) estratégias de auto-desenvolvimento dos utentes, de potenciação da sua participação social e da sua construção enquanto utente-cidadãos”. Por isso, entende registar o papel importante que esta tem a desempenhar no “aprofundamento da dialéctica direitos-deveres de cidadania”.

Paugam (1993:XVI-XXII) utiliza, indistintamente, os termos “intervenção social”, “trabalho social” e “acção social”. E apresenta duas modalidades de respostas que designa de “intervenção burocrática” ou de “intervenção individualista”.

No que se refere ao primeiro tipo, a intervenção social resume-se a “aplicar escrupulosamente o que a legislação preconiza sem ter em atenção os casos individuais” (Paugam, 1993). A pessoa que recorre aos serviços deverá ajustar-se aos critérios objectivos estabelecidos na lei ou, caso contrário, terá de recorrer a outras respostas na comunidade. Ao profissional é exigido que averigue os critérios de

elegibilidade constantes dos processos administrativos dos sujeitos que lhes dão acesso aos apoios a que têm direito.

No segundo tipo, a intervenção social funda-se na “(...) interpretação [dos profissionais] dos casos individuais e na procura da solução mais adequada conforme avaliação das situações” (Paugam, 1993). Segundo este autor exige-se, aos profissionais, que estejam aptos a mobilizarem um conjunto de competências porque se espera que sejam capazes de accionar as respostas mais adequadas às necessidades dos indivíduos, a partir de uma variedade de soluções que se encontram disponíveis.

Neste caso, ao invés do que se verifica no primeiro tipo, os profissionais serão mais interventivos, a ponto do autor referir o risco de “intrusão (...) na vida privada” e de ser “percebida como uma atitude moralizadora (...)” que pode ser formulada a partir de um maior grau de subjectividade, propensa a julgamentos destes face aos comportamentos dos indivíduos (Paugam, 1993).

Partilhamos também a visão de Henry Soulet (2007:12) que utiliza a designação de trabalho social que evoluiu, segundo ele, em função da necessária adaptação perante a reconfiguração que o Estado Social conheceu nos últimos anos. Divide-o em dois tipos: um que procura “promover potencialidades positivas” junto dos sujeitos que recorrem aos serviços (trabalho social generativo) e um outro tipo de trabalho social (paliativo) que visa “contrariar as potencialidades negativas”.

As lógicas de activação defendidas pelas políticas sociais recentes preconizam o abandono de práticas compensatórias e afirmam-se como incentivadoras da capacidade emancipatória dos indivíduos, de modo a quebrar a dependência destes face aos dispositivos do Estado Social. Contudo, este objectivo não se atinge com todos os indivíduos, por razões que adiante se analisarão e, por isso, o autor defende a coexistência dos dois tipos de trabalho social mencionados, atribuindo-lhes um papel diferenciado em função do perfil dos públicos em acompanhamento.

3.1. Intervenção Social – Perspetivas teóricas

A intervenção social realiza-se a partir de diferentes formas de olhar os contextos, os indivíduos e os fenómenos sociais. Estes distintos olhares têm subjacentes diferentes perspetivas teóricas que examinaremos de seguida.

Amaro ((2008:67) alerta-nos para o facto de ser corrente encontrar nos trabalhos científicos a referência a *teorias*, de forma indistinta da referência a modelos de intervenção, facto que remete para uma eventual sobreposição entre “o fazer” e as “diferentes formas de fazer”. Procuraremos neste tópico da tese

apresentar perspectivas teóricas e modelos que influenciam a intervenção do profissional e lhes conferem sentido.

Iniciamos esta análise pela proposta de Malcolm Payne (2002:20-24). Este autor identifica o que designa de *visões* que influenciam a prática profissional e lhes conferem identidade. São três as *visões* apresentadas que representam modos de compreender a acção e os seus objectivos: as “visões reflexivas-terapêuticas”; as “socialistas-colectivistas” e as “individualistas-reformistas”.

Na primeira perspectiva, a visão reflexiva-terapêutica (Payne, 2002:20) considera que o trabalhador social se preocupa com o bem-estar dos indivíduos e das comunidades e procura promover e facilitar o crescimento e a realização pessoal de modo a habilitá-los à superação das situações de desvantagem social que lhes causam sofrimento. Trata-se de alguém que foca a sua actuação na valorização das competências individuais e forças (Saleebey, 2009) presentes em quem recorre aos serviços de acção social. Nesta perspectiva a pessoa tem a oportunidade de estabelecer os seus próprios objectivos e participar na construção do seu projecto de vida. Acrescente-se que o profissional se demarca das lógicas meramente tecnicistas e assume um papel reflexivo, valorizando a interação constante com outros técnicos que lhe permite desenvolver uma reflexão sobre a prática profissional.

Na perspectiva socialista-colectivista (Payne, 2002) e emancipatória (Dominelli, 1998) entende-se o trabalho social enquanto busca de cooperação e apoio social mútuo de modo a que as pessoas desfavorecidas e em situação de opressão assumam o poder e o controle das suas vidas, cabendo ao profissional, segundo Payne (2002:21), proporcionar as condições para que as pessoas possam participar e cooperar num processo de criação de instituições das quais todos possam beneficiar. Pretende-se, neste âmbito, alcançar relações sociais mais igualitárias, o que na perspectiva de Payne (idem) é difícil, uma vez que, para isso, se necessitaria de atingir uma mudança social tal que os interesses das elites não se sobrepujam aos das pessoas em desvantagem social e oprimidas.

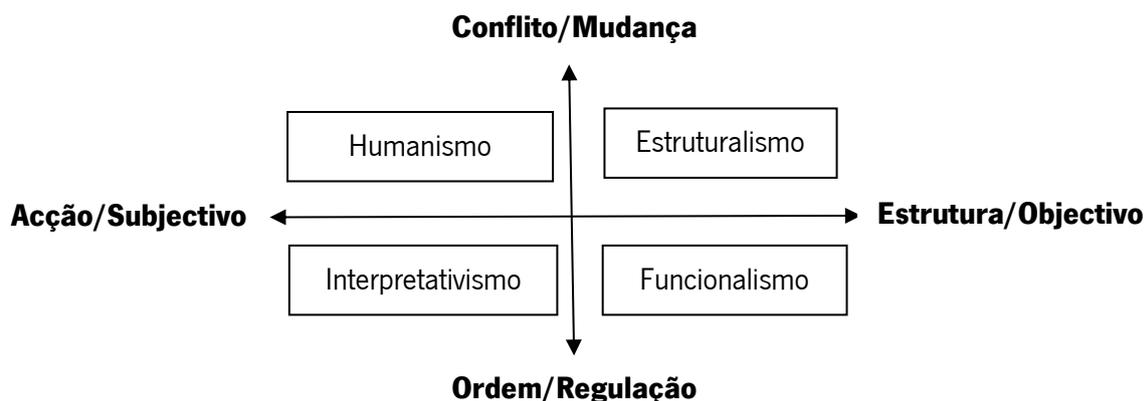
Por último, temos a perspectiva individualista-reformista (Payne, 2002) ou adaptativa (Dominelli, 1998), influenciada pelo funcionalismo (Amaro, 2015a:89) que assenta no assistencialismo como forma de responder às necessidades individuais e aposta no funcionamento eficaz dos serviços sociais. Nesta perspectiva cabe aos indivíduos que recorrem aos serviços de acção social, a sua adaptação às normas e requisitos legais e institucionais. Não se procuram mudanças sociais porque se consideram difíceis de alcançar. As mudanças visadas são de cariz individual, de pequena escala e, por isso, incapazes de arrastar mudanças sociais. A preocupação centra-se, portanto, na adequação, o melhor possível, entre os indivíduos e a sociedade. Aos profissionais atribui-se o poder de diagnosticar e de decidir sobre as

acções a realizar, bem como, o encaminhamento, tido por conveniente, para respostas e serviços. As suas tarefas são marcadamente administrativas e visam responder a exigências legais e burocráticas. Amaro (2015a:89) dá-nos conta que estamos perante um tipo de intervenção conservador que se pauta por objectivos de regulação e adaptação dos indivíduos ao meio social.

Temos assim três perspectivas com diferenças e semelhanças entre si. Destaca-se o facto das duas primeiras *visões* integrarem objectivos de promoção da mudança e do desenvolvimento social. Quanto às perspectivas “reflexivo-terapêuticas” e “individualista-reformistas”, estas centram-se mais no trabalho individual do que em objectivos sociais. Trata-se de abordagens que não são estanques entre si porque acabam por adoptar aspectos umas das outras, para além de sofrerem influencia dos contextos sociais, culturais, históricos e geográficos em que se desenvolvem.

Howe (2016:47), propõe-nos quatro campos paradigmáticos do serviço social representados na Figura 4 abaixo:

Figura 4. Campos Paradigmáticos do Serviço Social



FONTE: Howe (2016:47)

Cada quadrante representa uma orientação teórica que influencia a prática profissional que se pode, a partir das considerações de Amaro (2008:69), resumir-se da seguinte forma: a prática profissional influenciada pelo funcionalismo é marcada pela estabilidade; a que é marcada pelo interpretativismo procura os sentidos das coisas, já a que se sustenta no humanismo, procura a consciencialização e, por fim, a que se baseia no estruturalismo, procura a revolução.

Especifica Oliveira (2016:29) que no 1º quadrante – humanismo - encontramos as teorias que procuram consciencializar os indivíduos sobre as suas condições e que apelam à auto-determinação e ao controlo das suas vidas. Neste contexto, se insere o Serviço Social Crítico.

No 2º quadrante temos o interpretativismo em que se enquadram as teorias que procuram um significado para as experiências das pessoas e a construção de novos significados. Nele se inscrevem as Abordagens Centradas no Cliente (Amaro, 2008:69).

O 3º quadrante remete para o estruturalismo onde se inscrevem os revolucionários que procuram a redistribuição da riqueza e do poder e defendem radicalmente os direitos sociais uma vez que a sociedade é considerada como composta por um conjunto de estruturas externas aos indivíduos que os oprimem e dominam. Remete para o Serviço Social Estrutural (Amaro, 2008:69).

Por último, temos no 4º quadrante uma perspectiva que aponta para o funcionalismo e defende a correcção e a manutenção da ordem estabelecida através do apoio a pessoas com problemas. Esta perspectiva é influenciada por abordagens psicanalistas e behavioristas (Amaro, 2008:69).

Tal como nos é dado perceber pela análise da figura acima explicitada, ora se está perante opções teóricas que valorizam mais o indivíduo (Interpretativismo e Humanismo) ora estamos perante uma opção pela estrutura (Funcionalismo e Estruturalismo) enquanto determinantes das acções e comportamentos.

Continua Oliveira (2016) que as abordagens centradas na pessoa e o Serviço Social Radical e Feminista se enquadram nas opções teóricas que valorizam o indivíduo. Já as abordagens psicodinâmicas, comportamentalistas e sistémicas, bem como o Serviço Social Estrutural integram as opções teóricas estruturalistas. Sublinha este autor que “a prática profissional não pode ser vista apenas como um simples conjunto de actividades, mas o resultado de um conjunto complexo de diferentes componentes analíticas que influenciam directa ou indirectamente a natureza da intervenção” (2016:35).

Amaro (2008:69) esclarece ainda que os campos que se situam no quadrante da ordem/regulação, ou seja o interpretativismo e o funcionalismo, são classificados por Ander -Egg como pertencentes ao “paradigma vigente” do Serviço Social enquanto que no paradigma alternativo se acolhem as propostas teóricas identificadas especialmente com o “imperativo do conflito e da mudança”.

A autora invoca Mullaly (1993 cit. Amaro 2008:69) para esclarecer que a maioria das práticas profissionais “persegue a ordem e a conformação” que concebem o profissional com competências técnicas e com a neutralidade necessária para desempenhar funções de controle social, que visa contribuir para a manutenção da ordem social estabelecida e a promoção da adaptação/cooperação entre os indivíduos e a sociedade. Neste contexto, tudo o que põe em causa o funcionamento do sistema é tido como patológico e necessita de ser corrigido (Amaro, 2008:70).

Ainda neste âmbito o indivíduo é tido em conta apenas na sua dimensão objectiva e considerado como alguém a quem são dirigidos estímulos e que produz respostas. Partindo deste pressuposto, o profissional identifica o problema e determina a(s) forma(s) de actuar, à semelhança de um modelo clínico que diagnostica para prescrever um tratamento (Howe, 2016:54-59).

A dimensão objectiva a partir da qual são olhados os indivíduos na perspectiva funcionalista dá lugar à valorização da sua dimensão subjectiva pelo interpretativismo. O sentido atribuído por cada indivíduo às suas condições de vida e às suas necessidades são consideradas importantes e objecto de contratualização entre este e o profissional. Está-se perante o que Amaro (2008:70) denomina de “abordagem marcadamente psicologizante dos problemas sociais”.

Em contraposição a estas teorias da ordem e da regulação estão o Serviço Social Estrutural e o Serviço Social Crítico. No Serviço Social Estrutural, diz-nos Amaro (2008:75) que o profissional é concebido como alguém que tem uma noção ampla sobre os mecanismos sociais de produção da opressão, por um lado, e, por outro, assume o seu papel político no desenvolvimento da intervenção.

A promoção dos direitos dos oprimidos é um dos desígnios da sua acção e encara o conflito como um meio para dirimir as desigualdades sociais. No Serviço Social Estrutural, o profissional é visto como um “militante das causas das classes oprimidas” que está acima das pessoas e por elas determina como agir para melhorar as suas condições de vida. Estes dois aspectos merecem a crítica de Amaro (2008) ao mesmo tempo que considera esta teoria determinista porquanto a estrutura social é imposta aos indivíduos considerados impotentes para o contrariar.

Quanto ao Serviço Social Crítico, preconiza-se que, com o apoio do profissional todos os indivíduos são capazes de se autodeterminar, construir uma trajectória que os realize e contribuir para a mudança social num sentido positivo (Amaro, 2008:76). Esta característica é apontada pela autora como passível de ser, excessivamente, considerada ao entender que o indivíduo depende apenas de si mesmo para alcançar uma alteração das suas condições de vida no sentido da inclusão social.

Podemos ter práticas que se sustentam na adopção de traços de umas e de outras perspectivas/teorias em conformidade com a situação concreta e o contexto e, dessa forma, terão a sua expressão nos modelos de intervenção social.

3.2. Modelos assistencialistas de intervenção social

Desde a sua génese, o trabalho social surge ligado à caridade de cariz religioso. Aos problemas dos indivíduos é atribuída uma causa moral. A intervenção social centra-se então na resolução desses problemas e os indivíduos são entendidos como moralmente fragilizados (Oliveira 2016:46).

Esta preocupação com os problemas e défices tem subjacente o modelo clínico e patológico que influencia a intervenção social. Este modelo, preconizado por autores como Mary Richmond, considera que a solução para os problemas se faz a partir de um bom diagnóstico, ao qual corresponde um tratamento prescrito pelo profissional.

De acordo com este modelo, caracteriza-se, frequentemente, a intervenção social como tendo por base a satisfação de objectivos assistencialistas de cariz paternalista, que fomenta a dependência dos beneficiários que recorrem aos serviços e, conseqüentemente, é incapaz de trabalhar com eles a responsabilização individual (Branco, 1996:69). As pessoas e famílias atendidas pelos serviços de acção social são tidas como incapazes ou patológicas e, por isso, nesta perspectiva, a intervenção social faz-se com objectivos de tipo terapêutico como forma de resolver as patologias apresentadas pelos beneficiários e suas famílias (Mito, 2004:3-4). O técnico apresenta-se como o especialista que detém as soluções para os problemas, independentemente da vontade do “paciente”. E, no caso de desobediência à prescrição, o beneficiário sujeita-se a ser-lhe negada a ajuda.

Segundo Netto (2013:28-29), a emergência de novos problemas sociais cada vez mais complexos, decorrentes da crise económica dos últimos anos, remete a intervenção social para “limites do pronto-socorro social”, marcadamente assistencialista, com preocupações de resolução de necessidades materiais imediatas. Ainda, segundo o autor, “a persistência do assistencialismo tem múltiplas causas e motivos, que envolvem tradicionais valores ético-religiosos, interesses económicos e ideo-políticos, tanto mais acentuada quanto mais as expressões da “questão social” se ampliam e se agudizam” (Netto, 2013).

Nesta perspectiva patológica de intervenção, Saleebey (2009:3-6) diz-nos que a pessoa é percebida como o próprio problema, aqui entendido como uma falha ou incapacidade da pessoa afectada, correspondendo ao diagnóstico elaborado pelo profissional, que receita o tratamento respectivo. Esta insistência nos problemas gera, segundo o mesmo autor (2009), uma “linguagem de pessimismo e dúvida” que pode alterar a identidade das pessoas porque estão sujeitas ao descrédito nas suas competências e qualidades para alterarem as suas condições de vida e promoverem a mudança.

Ainda de acordo com Saleebey (2009), a intervenção social, especialmente a relação que é estabelecida entre o profissional e a pessoa que recorre aos serviços, é marcada pela distância, desigualdade de poder, controlo e manipulação, desde logo porque o profissional aparece como o detentor do saber e a visão do próprio indivíduo parece ser irrelevante. Imbuído de um perfil *científico-burocrático* (Amaro, 2015a:119-121), o profissional foca a sua atenção, sobretudo, na gestão de casos e nos resultados da intervenção e descarta as dinâmicas relacionais e a construção de sentidos.

Branco e Amaro (2011) afirmam que estes profissionais sobrevalorizam os procedimentos e subvalorizam os impactos da intervenção social na transformação das condições de vida das pessoas em situação de pobreza e exclusão social.

Ao fazer incidir a sua análise nos problemas, como se de uma doença se tratasse e, ao entender que se trata de um “caso” passível de se enquadrar em categorias pré-concebidas de problemas, faz com a singularidade da pessoa atendida se perca e se anule. Esta forma de perceber a intervenção influencia, segundo Oliveira (2016:50), a forma de olhar e de agir, tanto no que respeita aos profissionais, como aos dos indivíduos que recorrem aos serviços.

Esta perspectiva de intervenção encontra-se, entre outras, na proposta de Mito (2004:12) que classifica a intervenção social a partir do que chama “eixos”. Mais concretamente no eixo da “*normatividade e estabilidade*” no qual se inscrevem as acções sustentadas em modelos clássicos de intervenção: “o técnico-burocrático” baseado no pressuposto de que “a família é um problema e o tipo de atendimento proposto é diretamente condicionado aos objetivos da instituição, muito mais que pelas necessidades apresentadas pelas famílias” e o psicossocial-individualizante que se caracteriza “pela atenção que seria dispensada às famílias especialmente nos casos daquelas diagnosticadas como patológicas” (Mito, 2004).

Até aqui, o contexto social parece não ter interesse para a intervenção social desenvolvida. Só no segundo eixo proposto por Mito (2004), o do *conflito e da transformação* é que se enquadram as intervenções que consideram os indivíduos como sujeitos sociais e visam a “construção da cidadania e a defesa dos seus direitos”.

Tendo em conta que a intervenção social pressupõe a existência da relação entre o técnico e a pessoa que recorre aos serviços, a qualidade do laço institucional que se estabelece com o “desinserido”, as instituições e os profissionais é para Gaulejac e Léonetti (2007:258) um “factor de inserção ou desinserção” porque, para além duma relação interpessoal, é também uma relação social “... sobredeterminada pelas lógicas de acção que caracterizam o funcionamento da organização ...[que] se

traduzem por normas, regras, procedimentos e “habitus” que se impõem aos actores” (2007:259). As lógicas institucionais impõem-se ao profissional e levam-no a adoptar uma postura mais normativa do que reflexiva que dá atenção à eficácia e eficiência aferida a partir de indicadores e resultados quantificáveis (Amaro, 2015a:120).

Os autores Gaulejac e Léonetti (2007) avançam ainda que a intervenção institucional “tende a privar os utentes de qualquer poder sobre as modalidades de obtenção e de gestão” da mesma. Esta dependência é vivida, segundo Paugam (2003), como uma inferioridade social, uma vez que o facto de se ser ajudado ou assistido induz uma alteração da identidade pré-existente que se torna, muitas vezes, um estigma que impregna o conjunto das relações com os outros e acaba por remeter os indivíduos para uma “carreira moral específica”.

Como refere Fernandes (1991:60), trata-se de um processo de reprodução da pobreza que tem como resultado “a vivência duma impossibilidade de poder tornar-se plenamente um indivíduo, no sentido moderno do termo” (Soulet, 2005b), ou seja, um cidadão livre, responsável e actuante. Como acrescenta Bauman (1989:137); “a vida dos que são privados [pobres] está sujeita ao governo burocrático que isola e incapacita as suas vítimas, dando-lhes poucas possibilidades para lutarem, darem resposta ou (...) resistirem através da não cooperação”.

Numa mesma linha de pensamento, Jeanine Verdès-Leroux (1978 in Paugam 2003:31;) afirma que o trabalho social conduz, inevitavelmente, à etiquetagem e à estigmatização de categorias que apresentam sinais de inadaptação social. Na sua leitura, os profissionais da acção social, habilitados a intervir junto de populações desfavorecidas, dão mostras de um etnocentrismo de classe, ao interpretarem em termos patológicos, os traços característicos do modo de vida das classes populares, acabando por pôr em acção a sua segregação, uma vez que as suas expectativas a respeito dos assistidos os fazem desistir da procura de formas de intervir que não se limitem a reproduzir a dependência. Os assistidos são pois, na perspectiva de Verdès-Leroux, continuamente dominados e tornados passivos pelo enquadramento de que são objecto e, deste modo, levados a perder progressivamente toda a consciência colectiva. A autora analisa esta relação em termos de dominação simbólica, uma relação que podendo desencadear algumas formas de resistência, não faz mais do que destruir as formas de resistência portadoras de uma consciência política contra a ordem dominante.

Gaulejac e Léonetti (2007) acrescentam que as lógicas de gestão das instituições de intervenção social se distanciam das lógicas existenciais dos indivíduos e que actuar junto destes implica agir “sobre o seu comportamento para o levar a reinserir-se. (...) o indivíduo é objecto de um subsídio, de um tratamento,

de uma medida ou de um procedimento; (...) é convidado a mudar-se a si próprio para mudar a sua situação pela redução do fosso em relação à norma; a relação que se estabelece é determinada por um Tabela pré-construído a partir de critérios administrativos e regulamentares” (Gaulejac e Léonetti, 2007:271).

Como afirma Rodrigues (2010:196), a intervenção social baseada nos Modelos assistencialistas tem por objectivo “controlar os grupos sociais vistos como mais perigosos, (...) passíveis de ameaçar a ordem social. (...) Serve sobretudo à reprodução da pobreza, uma vez que as instituições assistenciais mobilizam basicamente recursos económicos e desvalorizam a mobilização dos fundamentais mecanismos de poder, ou seja, servem normalmente de válvula de escape ao funcionamento da sociedade, colocando sob tutela os indesejáveis e actuando como agências de normalização. Criadas para promover a erradicação da pobreza, acabam por reforçá-la” (Fernandes, 1991:60-61).

Também Sousa *et al.* (2007:84) realçam a ambiguidade destas instituições que, segundo as autoras, aparecem como promotoras da resolução dos problemas da pobreza e exclusão social mas que, em vez disso, exercem funções coercivas, parecendo querer fazer com que as pessoas se comportem como deve ser.

As representações que os beneficiários possuem sobre a sua situação presente e futura são diferentes das que os profissionais têm acerca destes, cabendo à instituição, segundo aqueles autores, a decisão sobre os respectivos projectos de vida (Sousa *et al.*, 2007:84).

Em reforço desta perspetiva, Sousa *et al.* (2007:56) referem que, neste modelo de intervenção social tradicional, estes profissionais desvalorizam os pontos de vista dos beneficiários, as suas competências e as suas estratégias tomando-os por meros receptores passivos das acções. A intervenção aparece sustentada na “expertise dos profissionais, nas instituições e nas políticas sociais” (Sousa *et al.*, 2007:55).

Faleiros (2013:84) fala mesmo em “violência institucional” na medida em que configura uma “relação de poder que infringe direitos reconhecidos e garantias civilizatórias” com consequências para as pessoas, uma vez que, como nos diz Goffman (2001), as abordagens baseadas nos problemas fomentam a construção de uma imagem negativa de si próprio e sujeitam os indivíduos ao estigma social.

3.3. Modelos colaborativos de intervenção social

Aos modelos de tipo assistencialista opõem-se os modelos designados de colaborativos (Sousa e Rodrigues, 2013:17) que pressupõem um trabalho em conjunto e, por isso, uma mudança na forma como se relacionam os profissionais e as pessoas que recorrem aos serviços de acção social.

Trata-se segundo Madsen (1999) de um modelo em que os profissionais abandonam uma visão dos seus “clientes” de receptores passivos de soluções padronizadas, para prosseguirem práticas de cooperação entre ambos.

Os modelos colaborativos de intervenção social assentam numa perspectiva teórica que valoriza as capacidades dos indivíduos em vez de se centrar nos seus problemas, dificuldades e deficits (Oliveira, 2016:44). Acrescenta a autora que há uma alteração das lógicas de intervenção ao se relevarem as forças e dinâmicas positivas dos indivíduos e, conseqüentemente, a forma como se olham as pessoas e os seus contextos no sentido da sua capacitação. Baseada numa “perspectiva das forças”, Oliveira (2016:45-46) afirma que se trata de uma forma de olhar as pessoas e as suas situações concretas numa lógica de êxitos em detrimento do que parecem ser os “falhanços”. Sublinha-se assim uma intervenção atenta sobretudo aos recursos e não dos “défices”. Ao focarem a intervenção na descoberta das “forças das pessoas” e exploração dos recursos, os profissionais dos serviços de assistência permitem que as pessoas atinjam os seus objectivos, realizem os seus sonhos, “estilhaçando os ferros das suas próprias inibições, enganos e domínio da sociedade.” (Saleebey, 2009:1).

Fernandes (1991:62) sustenta que “somente uma assistência tornada prática, oposta ao assistencialismo, pode promover uma acção transformadora das situações existentes...”. O que implica que o assistido se converta “em agente da sua própria promoção (...) sujeito dotado de vontade e intencionalidade”.

Esta ideia sai reforçada com Gaulejac e Léonetti (2007:266) que defendem que as pessoas que recorrem aos serviços de acção social devem ser consideradas capazes de interpretar e dar significado à situação concreta de vida e, ao mesmo tempo, a formular soluções para resolverem os seus problemas. Importa, contudo, que lhes seja possibilitado o acesso aos recursos necessários.

Neste modelo de intervenção social apoia-se o indivíduo a agir positivamente para sair da solidão das suas “falhas”, reconhecendo-o como um cidadão igual aos demais e distribuindo, de forma igualitária, os recursos e os papéis sociais (Soulet, 2006). A abordagem deve desviar-se dos problemas, sem os negar, e centrar-se na relação que se estabelece entre os profissionais e as pessoas que recorrem aos

serviços sociais, deve respeitar os sentimentos destas últimas, capacidades e competências e procurar facilitar os processos de mudança a partir dos próprios indivíduos.

Amaro (2015:121) sustenta que a procura da mudança deve ser um objectivo claro da intervenção social, sustentada, numa construção simbólica conjunta presente no que designa de *perspectiva científico-humanista* da intervenção social.

Como refere Rodrigues (2010:196-197), a partir da “adopção [por parte dos indivíduos apoiados] de uma postura activa e de uma estratégia institucional positiva, verificamos que muitos indivíduos são capazes de construir um projecto de vida e de se projectarem nele, reagindo positivamente sobre a sua situação.” Por conseguinte, ainda segundo o mesmo autor, trata-se de igualar as oportunidades e actividades socialmente úteis que geram auto-estima e reconhecimento pessoal, permitindo uma real participação dos indivíduos na sociedade. Isso implica, simultaneamente, o respeito e o reconhecimento pelas diferenças individuais e a necessidade de autonomia e protecção, refutando-se uma atitude social culpabilizante para estes indivíduos (Sousa *et al.*, 2007:84).

Nesta perspectiva, a intervenção social deverá fornecer mecanismos de fortalecimento dos sujeitos, evidenciando a particularidade de cada indivíduo numa perspectiva de reconhecimento do potencial de cada um e reactivação da confiança em si próprio para lutar num mundo incerto e cheio de oportunidades plurais e contraditórias, ou seja, para fazer face ao “sofrimento social” (Soulet, 2006).

O trabalho social generativo é a designação atribuída por Soulet (2007) a uma intervenção que visa a “perfectibilidade” do processo de mudança das condições de vida dos indivíduos em situação de pobreza e exclusão social.

Trata-se de uma acção que preconiza objectivos de promoção e habilitação dos indivíduos a partir da valorização da capacidade de agir, das suas potencialidades. Ao mesmo tempo, procura-se o favorecimento das condições sociais necessárias à mudança que se alcança, através da definição de um projecto de vida construído em conjunto, pelo profissional e pelo indivíduo, cuja eficácia pode ser mensurável (objectivo atingido ou não atingido).

Dito de outro modo, a intervenção social proposta por estes autores deve atender aos processos identitários dos indivíduos e valorizar as suas capacidades de modo a que possam transformar e controlar as suas condições de existência, rompendo com um destino de dependência, insucessos e fracassos.

Esta mudança opera-se a partir de pequenas e grandes evoluções, de pequenos “arranjos práticos (...) que fazem da integração um lugar onde os indivíduos podem encontrar algum grau relativo de autonomia

e de condições menos más de existência” (Soulet, 2007:26). Exige, como afirma Le Bossé (2003:34), a combinação da mobilização do indivíduo para agir, com a disponibilidade de recursos necessários para essa acção. Assim, para além da existência de recursos individuais, são necessários recursos colectivos: possibilidades colectivas de acção, disponibilidade de recursos financeiros, condições de acesso e utilização de serviços, etc.

Para além de atender às necessidades materiais definidas a partir de critérios fixados para o efeito, a intervenção passa a abranger outras áreas essenciais de que são exemplo o acesso à saúde, à educação, à formação profissional, à habitação condigna, às sociabilidades, entre outras. E, por fim, esta intervenção adapta-se aos indivíduos e aposta na valorização das suas qualidades e competências, conferindo-lhes capacidade de formulação de um projecto de vida e de mudança.

Trata-se, portanto, de assegurar as condições que permitam que os indivíduos criem a sua autonomia e “mudem de mundos” (Berger e Luckman, 1985:207), mudança essa que, conforme nos refere Soulet (2011:1) “oscila entre continuidade e transformação”, na medida em que se torna essencial que o indivíduo seja capaz de “reconhecer a sua trajectória anterior como parte de si, por um lado, e por outro, reconhecer a sua pertença ao mundo comum” (Soulet 2011:3). Neste sentido, segundo o mesmo autor (2005b), a intervenção social deverá prestar atenção aos processos identitários dos indivíduos, de modo a que os ajude a (re) construir identidades, a dar sentido e a perspectivar trajectórias de vida alternativas.

Segundo Berger e Luckman (1985:208), é necessário a implicação de uma estrutura social que possibilite a mobilização dos recursos necessários para que a sua vida mude efectivamente. Para estes autores, “a condição social mais importante é a possibilidade de dispor de uma estrutura efectiva de plausibilidade, isto é, de uma base social que sirva efectivamente de “laboratório” da transformação” (Berger e Luckman, 1985).

Como já se afirmou, fenómenos como o desemprego, a precariedade das relações laborais, a fragilidade dos laços sociais, o enfraquecimento das estruturas tradicionais de socialização e de solidariedade são, entre outros, factores externos de vulnerabilidade a que os indivíduos estão expostos.

Neste sentido, destaca-se também o papel dos profissionais que, segundo Sousa *et al.* (2007:67-69), deve assentar na capacidade de mobilizar as competências dos indivíduos acompanhados e de adaptar os projectos de intervenção à realidade específica e às necessidades de cada um, em detrimento da prescrição de mudança de comportamentos e atitudes com vista a alcançar a “cura” do indivíduo/famílias.

Este modelo assenta na “co-expertise e na co-construção de caminhos de mudança” que envolve, ao mesmo nível, profissionais e as pessoas que recorrem aos serviços de acção social (Sousa e Rodrigues, 2013:17).

Refere Howe (2016:4-7) que, na perspectiva de quem recorre aos serviços, os profissionais devem possuir competências de relacionamento interpessoal que permita a ambos estabelecer uma relação empática que permite, a ambos, saber em que realidade se encontram e para onde querem ir. A qualidade da relação que se estabelece entre o profissional e a pessoa que recorre ao serviço é muito considerado por estes como um factor determinante para que ganhem a confiança necessária à continuidade dessa relação profissional que desejam que se baseie na simpatia, na escuta, na honestidade, proximidade e acolhimento.

Baseado nos pressupostos que acabamos de enunciar, e retomando Sousa *et al.* (2007) compreende-se que a mudança não pode ser imposta do exterior; ela constrói-se num processo relacional de confiança que facilita a (re)descoberta de possibilidades e soluções alternativas que as famílias deverão ter a possibilidade de testar e adequar ao seu estilo, num contexto de comprometimento entre técnico e famílias (Sousa *et al.*, 2007:75).

Reconhece-se que esta mudança não é fácil de atingir porque, não obstante estas famílias possuírem competências e esforçarem-se por resolver os seus problemas, vivenciam constrangimentos que as fragilizam e, muitas vezes, as impedem de dirigir os seus esforços no melhor sentido, da melhor forma e de atingir os objectivos desejados. Elas não são incapazes, mas sentem-se limitadas nas soluções e recursos disponíveis para construir uma vida diferente (Sousa *et al.*, 2007:47).

3.4. Intervenção social de tipo “paliativo”

A evolução do papel do Estado Social remete-nos para uma lógica que passou a entender a pessoa enquanto detentora de capacidades de acção “socialmente significativas e socialmente adaptáveis”, como nos explica Soulet (2007:11). É abandonada a cultura da dependência, a favor da cultura de participação dos indivíduos no que a eles diz respeito.

Contudo, na perspectiva deste autor, nem sempre é possível alcançar a emancipação/activação dos indivíduos no sentido da melhoria das suas condições de vida até à sua autonomização. Isto porque se encontram fragilizados pelas suas condições de vida e desprovidos de recursos e de apoios que lhes sustentem algum sentimento de segurança. Por este motivo, existe a necessidade de trabalhar no sentido do que o autor designa de “ancoragem” (Soulet, 2007). Consequentemente, salienta o autor

(2007:12;18;26), que cabe ao “Trabalho Social Paliativo” a missão de contrariar as potencialidades negativas e procurar, sobretudo, promover a referida “ancoragem” dos indivíduos, o que implica a personalização dos programas sociais “através de planos individuais de reintegração...uma individualização daquilo que pode ser considerado como um sucesso e ...a redução de riscos, uma vez que o objectivo será a estabilização de condições de vida em níveis que sejam o menos negativos possível e a recuperação da disponibilidade para si próprio e para os outros e reedificação de si enquanto pessoa” (Soulet, 2007).

Na tabela que se segue, Tabela 4, Soulet apresenta-nos, esquematicamente, as particularidades do trabalho social paliativo, tendo em conta, nomeadamente, o tipo de medidas que são desenvolvidas, os destinatários e como estes são entendidos, o tipo de acções que desenvolve, o tipo de relação de ajuda, a temporalidade, a modalidade e a eficácia:

Tabela 4. Trabalho Social Paliativo

Tipo de trabalho social	Trabalho social paliativo com fracas condições de vida, que evite uma maior degradação do indivíduo
Tipo de medidas	Medidas de manutenção que procuram manter o contacto e restaurar a auto-estima. Visam ajudar a manter o acompanhamento, através da definição de um pacto
Alvo	A pessoa enquanto ente/indivíduo desarmonizado, sendo necessário restabelecer a sua dignidade (indivíduos pessimistas)
Tipo de acção	Trabalho de reabilitação, valorizando a capacidade de ser
Tipo de relação de ajuda	Relação de ajuda definida a partir da vulnerabilidade do utente. Relação de acompanhamento social personalizado que visa evitar a redução de um desprendimento da vida social
Temporalidade	Presença: trabalho de reaproximação e de redefinição
Modalidades	Manutenção do utente numa dinâmica de ajuda com vista a não quebrar os últimos laços, libertando-se, no entanto, de uma perspectiva de longo prazo e de qualquer perspectiva normativa e de múltiplas orientações susceptíveis de transformar os laços a partir dos quais a pessoa poderá reatar com a sociedade
Eficácia	Eficácia “poética” imprevisível e invisível (criação de condições para a acção)

FONTE: Soulet, 2007

O Trabalho Social Paliativo reconhece-se pela intervenção que desenvolve centrada no indivíduo que recorre aos serviços. Visa especialmente a “(...) sua reabilitação, em simultâneo, como pessoa moral, como um ser portador de dignidade e como ser social” (Soulet, 2007:14). O seu desafio é evitar a desafiliação, a redução de riscos evitando, desse modo a agudização das situações.

O autor partilha connosco a visão de Jacques Ion (2005:18) que nos diz que, após um processo de intervenção em que se identifica uma dificuldade em abandonar a dependência dos serviços, “não se trata de libertar o indivíduo dos seus laços primários, mas sim de assegurar as suas capacidades de ligação aos outros” (Ion, 2005:18).

Dessa forma, o acompanhamento social das pessoas exige tempo e pode perdurar, uma vez que o principal objectivo passa a ser procurar nessas pessoas o que lhes “(...) resta como pessoa, apoiando-o na construção de uma linha condutora do seu imobilismo num caminho partilhado onde o desejo de assim continuar pode encontrar um sentido ou muitos outros sentidos” (Soulet, 2007:14). É muito importante ter em linha de conta a experiência das pessoas, interpretada, pelas suas narrativas, acções, percepções e sentimentos.

Não se pretende o conformismo, visa-se fundar a intervenção social num processo partilhado que aposta numa relação mais ou menos duradoura no tempo em que o utente, consciente da sua identidade e da realidade em que vive, assume os compromissos necessários para ultrapassar os constrangimentos da sua vida (Giuliani, 2005; cit. Soulet 2007:15). Nesta perspectiva, o processo de intervenção social deve ter em consideração os ajustamentos necessários (Pichon, 2005:191) para o qual é imprescindível ter em conta as expectativas das pessoas e os seus pedidos.

Deste modo, é impossível antever o modo como a intervenção se vai desenvolver porque depende da interacção que se estabelece entre o indivíduo que recorre aos serviços e o profissional de acompanhamento a partir da qual é concebido um programa de acção que faça sentido para ambos e, em particular, para cada um dos intervenientes neste processo (Soulet, 2007:15).

O trabalho social paliativo tem como principal foco o momento presente no atendimento e valoriza a pessoa atendida a quem se deve dispensar atenção, escuta e preocupação. Estas atitudes transformam-se em ferramentas importantes, muito mais do que os dispositivos normativos legais e institucionais.

Na perspectiva de Soulet (2007), assim se alcança uma intervenção baseada na disponibilidade, acessibilidade e proximidade para com a pessoa atendida e acompanhada que representa “(...) um espaço de conforto e de primeira protecção (...)” e que facilita a exteriorização das potencialidades de acção muitas vezes dificultadas pela presença de ambientes fechados a esta exposição (Soulet, 2007). Por esta via consegue-se promover o que Soulet designa por “*re-aquecimento* da disponibilidade para si próprio e para os outros, passando prioritariamente pela sua (re) consideração como pessoa” (Soulet, 2007). O autor considera como prioritários e alcançáveis, ainda que de forma gradual, os seguintes objectivos do acompanhamento social:

- **a redução dos riscos ligados ao consumo**

Esta redução de riscos encontra-se especialmente vocacionada para pessoas a quem está associada uma experiência de consumos de estupefacientes e álcool, por exemplo.

- **a autonomização**

A autonomização é considerada por Soulet como a “reapropriação da capacidade de agir” da pessoa que, entretanto, se viu afectada por uma identidade estigmatizada por causa da dependência face aos serviços. Esta reapropriação exige, segundo o autor, a (re) aprendizagem de competências específicas e interiorização das competências de gestão do quotidiano (Soulet, 2007).

- **a inserção social**

A dependência tem como consequência gerar “inaptidão relacional” pretendendo-se, portanto, “(...) restaurar o poder de amar, em particular as competências relacionais, numa óptica de reaproximação ou de se colocar à distância (...)”, atribuindo-se à família um papel preponderante nesse processo de construção identitária (Soulet, 2007).

- **a inserção profissional**

Este objectivo é percebido pelo autor como de difícil alcance e pretende “reconstituir o poder fazer” (Soulet, 2007). A dificuldade reside na presença de deficits de competências e experiências que se foram instalando ao longo do tempo que contrariam as exigências cada vez mais vincadas pelas lógicas de mercado que valoriza o trabalho marcado pela introdução das novas tecnologias e altos níveis de competitividade e rentabilidade. Neste contexto, pode tornar-se difícil trabalhar este objectivo porque a mudança desta situação de acumulação de constrangimentos reais contraria a exigência de tempo de que se necessita quando o que está em causa é reforçar a valorização da pessoa em si, por si e pelos outros, ou seja, a activação dos indivíduos.

A procura da activação, quando é possível, não se faz com brevidade. Pelo contrário, exige tempo para que se torne possível a realização de “(...) uma interrogação sobre si, sobre a sua trajectória e sobre o seu papel no mundo que irá, no final, eventualmente, voltar a dar segurança e permitir descobrir meios esquecidos para atrever-se a [escolher e definir] um projecto pessoal. (...)” que evolui de “(...) um universo anterior feito de incerteza generalizada e um novo, no seio do qual será possível a orientação como sujeito relativamente autónomo, que compreende os códigos, mesmo que de forma imperfeita.” (Soulet, 2007:19).

A liberdade de escolha é, assim um factor importante nesta procura de redescoberta da confiança em si próprio e da sua existência e na conquista da capacidade de se reorganizar em função de novos referenciais de vida e não se compadece com as exigências da acção com pressão e urgência em função de pressupostos normativos. Antes se constrói a partir da “(...) descompressão do tempo e o estímulo

individual constrói uma espécie de filtro que, como uma rede, permite aos indivíduos uma triagem das suas aspirações, fazendo-as decantar de forma a reavaliá-las e dar-lhes consistência. (...) Esta suspensão provisória do mundo, podendo alongar-se, transforma-se então numa oportunidade de reconsiderar a trajectória anterior, de analisar as orientações tomadas e de repensar as falhas e os erros” (Soulet, 2007:19) de forma a conseguirem confiar de novo nas suas capacidades e competências.

O Trabalho Social Paliativo atende, por isso, ao indivíduo na sua integralidade considerando-o como uma pessoa que tem problemas circunstanciais. Consequentemente, esta forma de olhar o indivíduo que recorre aos serviços influencia a visão da intervenção que terá de assumir características diferentes em função das pessoas atendidas/acompanhadas. O indivíduo é percebido como um “actor completo, susceptível de agir nas situações e sobre os problemas com os quais se depara, ou pelo menos agir sobre a percepção que tem, de forma a poder reformular, eventualmente, a sua relação com o mundo” (Soulet, 2007).

O que está em causa é a procura de uma intervenção que, embora vise agir “sobre o outro” o faça “com o outro” implicando para isso a capacidade e predisposição técnica para desenvolver uma escuta aberta baseada, fundamentalmente, na confiança mútua.

As pessoas que recorrem aos serviços de acção social estão diariamente confrontadas com situações de vida diária instáveis, repetidamente incontroláveis e incertas que provocam sentimentos de inquietude (Soulet, 2005a). Diz-nos Soulet que “estas situações sem qualidade caracterizam as formas de experiência social negativa, isto é, sem respostas socialmente predefinidas e socialmente sustentáveis (Soulet, 2007:21). Desta forma põe-se em causa a condição de acção porque, para isso, será importante que o indivíduo viva em segurança e com a “quietude que confere o sentimento da continuidade identitária” (Soulet, 2007).

É este o desafio que se espera conseguir alcançar com a intervenção paliativa, nomeadamente, com o que Soulet (2007) designa de “re-aquecimento”. Visa-se, sobretudo, sustentar a relação técnico/beneficiário na confiança como já tivemos oportunidade de afirmar anteriormente, para assim serem criadas as bases para a acção, mesmo que o contexto social seja de inquietude.

Se ao longo da vida os indivíduos vivem situações desfavoráveis, mais ou menos duradouras, que os colocam, muitas vezes, em situações de desconfiança, de descrédito e de desânimo importa que o técnico de intervenção social seja capaz de desconstruir essas incertezas e motive para a acção num determinado sentido, com objectivos precisos, adequados e atingíveis.

A definição concreta das acções, dos seus objectivos, dos limites e dificuldades, a mobilização de recursos, ou antes de micro-recursos, como propõe Soulet (2007), permitem que as pessoas readquiram a previsibilidade das suas condutas, das suas tomadas de decisão, das suas escolhas, dos caminhos que definiram traçar. Só deste modo é possível alcançar efeitos positivos de transformação das condições existenciais dos indivíduos ao dar sentido à sua acção, quer para eles próprios, quer para a sociedade em que se inserem e, conseqüentemente, proporcionar-lhes as condições para serem reconhecidos socialmente como actores.

Soulet (2007) sublinha que “a intervenção de manutenção e de “re-aquecimento” exige a confiança em si e naqueles que formam o contexto social em que vivem e também “a credibilidade aos seus próprios olhos e aos olhos dos outros” sendo para isso necessário funcionar sobre “ (...) um triplo registo: um registo de ruptura da evidência de uma relação com um contexto “extraordinário”, um registo de trabalho sobre as experiências sociais vividas e um registo que coloca em foco a perspectiva biográfica” (Soulet, 2007).

Esta capacidade de cada um dos indivíduos se transformarem em sujeitos de acção não é generalizável a todos os que vivem situações de vulnerabilidade económica e social pois nem todos conseguem alcançar essa realização por dificuldade de mobilização de “(...) capacidades de promoção, gestão e realização de si, de reflexividade, capitais sociais e recursos económicos (...)” (Soulet, 2006), sendo enquadráveis, neste caso, no perfil dos “indivíduos por defeito” como os designa Castel (2009:27).

Acrescenta a propósito Branco (2015) que o contexto social exerce influência tanto quanto as competências que são esperadas que os indivíduos accionem para viverem em sociedade, desde logo porque se espera que consigam adaptar-se às lógicas definidas no âmbito das políticas sociais e normas institucionais, presentes em cada momento.

Ciente do facto de que a activação por parte dos próprios indivíduos é um objetivo difícil de atingir, Soulet partilha que a integração destes indivíduos deve ser devidamente definida tendo em conta as respectivas características e por isso opta por defini-la como uma integração relativa porque o que se procura, nestes casos, é conseguir “(...) um lugar onde os indivíduos podem encontrar algum grau relativo de autonomia e de condições menos más de existência” e que exige “a personalização dos planos individuais de reintegração, (...) a individualização daquilo que pode ser considerado como um sucesso, (...) [e] a estabilização de condições de vida que sejam o menos más possíveis” (Soulet, 2007:25).

A partir daqui se deduz a necessidade de repensar o conceito de mudança e de integração presente nas actuais políticas sociais. Estas normalizam conceitos em função de critérios estandardizados baseados

na ideia de sucesso e mudança a partir do (re) ingresso numa actividade profissional que permite a ascensão a níveis de rendimentos que os exclui dos mecanismos de assistência social. No entanto, o desempenho de uma actividade profissional nem sempre determina uma alteração significativa das condições de vida.

O Trabalho Social Paliativo que nos é apresentado por Soulet (2007) dá-nos conta que nem toda a integração dos indivíduos é “pura e perfeita”, ao alcance de todos. Em alternativa apresenta-nos a concepção de uma “intervenção não-finalizada no conjunto de intervenções sociais e consagra o imobilismo na assistência social, santificando o acolhimento aberto, incondicional e repetido” (Soulet, 2007).

Neste contexto, passa a ser desejável que cada profissional seja capaz de accionar experiências ou aptidões individuais, refutando-se o habitual papel administrativo que lhes é exigido, a partir das lógicas e normas políticas e institucionais. Estas massificam e tipificam as situações em procedimentos fundamentalmente burocráticos, estatísticos e rotineiros, que os afastam do contacto próximo e disponível com os beneficiários.

Capítulo 4. Objetivos e procedimentos metodológicos

Na presente investigação parte-se de contextos institucionais de implementação e operacionalização da medida de política social RSI, visando-se conhecer os impactos da intervenção social na mudança das condições de vida de beneficiários de RSI a partir das representações sociais de profissionais e das vivências quotidianas e subjectivas de beneficiários de RSI.

Tendo em conta os objectivos do nosso trabalho, optou-se pelo desenvolvimento de um estudo de cariz qualitativo porque nos permite ter em consideração as dimensões objectivas e simbólicas do fenómeno estudado, nomeadamente, a partir da perspectiva dos protagonistas. Parte-se, assim, da diversidade das perspetivas dos diversos sujeitos sobre o objecto de estudo (Flick, 2005), das suas percepções através da experiência vivida (Guerra 2006:48).

Por conveniência do investigador, nomeadamente a necessidade de garantir alguma proximidade dos territórios para realização do trabalho empírico, este desenrolou-se na zona norte do país, mais concretamente nos concelhos da Trofa, Paços de Ferreira e Vila Verde.

4.1. Objectivos da pesquisa

A presente investigação tem como objectivo geral, avaliar as determinantes da mudança das condições de vida de indivíduos em situação de desfavorecimento económico e social que são beneficiários de RSI e, por isso, acompanhados por técnicos de intervenção social, alguns deles integrados em equipas técnicas de Protocolo RSI estabelecido com o Ministério da Segurança Social e responsáveis pela implementação de iniciativas de acção colectiva.

Pretendemos contribuir para o aprofundamento do conhecimento do objecto de estudo, com o propósito de apoiar a concepção e operacionalização dos programas de apoio social ajustando-os, cada vez mais, às necessidades e expectativas dos indivíduos que deles beneficiam e envolvendo-os activamente, tendo em atenção os recursos colectivos disponíveis que possam concorrer para a mudança das condições de existência dessas pessoas.

Pretende-se especificamente:

- i. identificar o conjunto dos dispositivos de protecção social existentes de apoio às situações de pobreza e exclusão social;
- ii. descrever a política de RSI e seus princípios orientadores;

Para além dos dois primeiros objectivos, ao eleger os profissionais responsáveis pela implementação do RSI como uma das populações-alvo, pretende-se atingir os seguintes objetivos específicos:

- iii. perceber as representações sociais dos profissionais sobre a pobreza e exclusão social e sobre os beneficiários de RSI;
- iv. identificar as representações sociais dos profissionais sobre o papel da intervenção social e factores facilitadores e inibidores de uma intervenção transformadora;
- v. caracterizar as estratégias de intervenção social accionadas pelos profissionais na aplicação da medida de RSI;
- vi. apurar os critérios utilizados pelos profissionais para selecção de beneficiários para as iniciativas de acção colectiva e a avaliação que fazem deste tipo de iniciativas;
- vii. apurar os critérios dos profissionais subjacentes à identificação das situações de mudança das condições de vida dos indivíduos;

Em complementaridade, integramos também, neste estudo, os beneficiários da medida RSI com os seguintes objetivos específicos:

- viii. identificar as representações dos beneficiários sobre a medida de RSI;
- ix. identificar o tipo de relação que os beneficiários estabelecem com o serviço de acção social e com os profissionais, a partir das suas representações;
- x. identificar as representações dos beneficiários de RSI sobre as iniciativas de acção colectiva que lhes foram propostas;
- xi. identificar, a partir dos pontos de vista dos beneficiários, os factores explicativos ou constrangedores da mudança;
- xii. identificar as dimensões da mudança a partir dos significados atribuídos pelos beneficiários.

4.2. Procedimentos metodológicos

A investigação realizada assenta numa metodologia qualitativa, na qual o objeto de estudo é entendido a partir dos significados atribuídos pelos sujeitos e da interpretação dos autores (Lessard-Herbert, Goyette e Boutin, 2008). A realidade social é uma construção dos atores sociais, neste caso, os profissionais que operacionalizam a medida de política social de RSI e os beneficiários dessa mesma medida. Torna-se imprescindível compreender as suas perspetivas, os seus significados e interpretações. Guerra (2006:18)

dá especial atenção ao que designa de “sense making” que traduz as significações que são produzidas por quem experiencia a realidade dos fenómenos, em contextos concretos de vida. A partir daqui desenvolve-se um processo analítico do material recolhido que procura (...) tornar objetiva a subjetividade” (Guerra, 2006:31).

4.2.1. Entrevistas semi-estruturadas

No que respeita à recolha de dados juntos dos sujeitos incluídos no estudo empírico, usou-se, para os profissionais, a entrevista semi-estruturada realizada presencialmente, nos contextos institucionais de enquadramento profissional acautelando-se o que Guerra (2006:60) sugere nesta matéria ao considerar que o entrevistado fica mais à vontade se a entrevista se realizar em contexto que lhe seja familiar.

Cada um dos profissionais foi convidado antecipadamente para a entrevista e inteirado dos objectivos do trabalho de investigação em causa. Antes de cada entrevista foi explicitado mais uma vez o objecto de estudo e os seus objectivos, após o que se solicitou o consentimento (Anexo I) para a recolha das informações e a respectiva gravação. Na tese foi assegurada a protecção das fontes através da utilização de nomes fictícios para cada entrevistado, tal como nos é recomendado por Lassard-Herbert, Goyette e Boutin (2008).

Foram realizadas entrevistas a catorze técnicos, responsáveis pela implementação da medida de RSI. Estas entrevistas desenrolaram-se com base num guião específico (Anexo II), previamente testado, composto por um máximo de 12 questões principais agrupadas do seguinte modo:

- 1º grupo de três questões com as quais pretendemos elencar os determinantes da pobreza e exclusão social, factores de redução e alteração das situações de pobreza e exclusão social e papel atribuído ao indivíduo na mudança da condição de pobre/excluído;
- 2º grupo de duas questões que tratam dos objectivos da intervenção social e eventuais factores constrangedores/facilitadores dessa mesma intervenção social;
- 3º grupo de sete questões que permitem perceber o significado atribuído à mudança de vida dos beneficiários de RSI e o papel desempenhado pela medida de RSI e/ou iniciativas de acção colectiva na promoção dessa mudança; factores constrangedores/facilitadores dessa mudança.

No que respeita ao guião utilizado, houve a necessidade de considerar a adaptação do seu conteúdo, nomeadamente, no que respeita às questões 9, 10 e 11 (Anexo III), para melhor se ajustar à situação dos quatro profissionais do concelho da Trofa responsáveis pelo acompanhamento social de beneficiários de RSI que conhecem as iniciativas de acção colectiva desenvolvidas no concelho da Trofa mas não

encaminham beneficiários de RSI para estas acções. Teve-se como objectivo, neste caso, identificar as acções e estratégias alternativas que são contempladas na intervenção, bem como, as percepções sobre a mudança e sobre as iniciativas de acção colectiva desenvolvidas pela IPSS da Trofa, ou seja:

- estratégias accionadas com vista à mudança de vida dos beneficiários e objectivos pretendidos;
- motivos para o não encaminhamento de beneficiários para a horta solidária e percepções sobre a mesma, seus pontos fortes e as suas fragilidades e propostas de melhoria do seu funcionamento;
- identificação de outros encaminhamentos efectuados; objectivos inerentes e seu contributo para mudança de vida dos beneficiários encaminhados.

4.2.2. Focus Groups

No que respeita à recolha de dados junto dos beneficiários de RSI, optou-se pela utilização da técnica de *focus group* por se entender a mais adequada tendo em conta que se pretendia a criação de um contexto de proximidade e envolvimento com os participantes, que se tornasse um factor facilitador para a verbalização das suas experiências e percepções sem inibições ou outros constrangimentos.

Teve-se em consideração as sugestões de Guerra (2006:60) para a marcação do local de realização dos *focus groups*. Todos eles decorreram nas instalações das entidades seleccionadas para o presente estudo, em salas devidamente resguardadas de interferências indesejáveis e, desta forma, acautelou-se a desejável familiaridade dos intervenientes com o local e as instalações.

Com estes pressupostos desenvolveram-se seis *focus groups* e foram abrangidas as trinta pessoas que aderiram às iniciativas de acção colectiva desenvolvidas pelas Instituições de Paços de Ferreira, Trofa e Vila Verde.

O grupo da IPSS de Paços de Ferreira foi constituído por sete pessoas que participam nas iniciativas de enriquecimento pessoal e outras seis que frequentam a horta da mesma entidade; o grupo da IPSS da Trofa foi constituído por onze pessoas que frequentam a horta da entidade e o grupo da IPSS de Vila Verde contou com a participação de seis pessoas também frequentadores da horta respectiva. Cada grupo foi sujeito à realização de duas sessões de *focus group*, com o intervalo de uma semana.

Na primeira sessão dos *focus groups*, para além da explicitação do objectivo de trabalho, a investigadora partilhou a importância que cada participante representava para a construção do conhecimento sobre o objecto de estudo, procurando a valorização do papel de cada um na transmissão de informações, opiniões, sentimentos e percepções. Foi ainda solicitado o consentimento informado (Anexo I) para

validação da participação e gravação da entrevista e expostos, em traços gerais, os objectivos do estudo e a duração prevista para que pudessem antever o modo como a sessão se desenrolaria.

Lassard-Herbert, Goyette *et al.* (2008), consideram que, para além da necessária informação sobre os objectivos do trabalho empírico, é, também importante que se protejam as fontes, o que foi garantido porque para o efeito de identificação dos intervenientes foram utilizados nomes fictícios.

Utilizou-se um guião flexível (Anexo IV) que norteou o tema de discussão e a sessão foi gravada e objecto de anotações escritas sempre que se achou oportuno. Visava-se, sobretudo, identificar as representações subjectivas:

- sobre a medida de RSI e os beneficiários da medida;
- o papel atribuído ao RSI para promoção da mudança das condições de vida das pessoas;
- o tipo de relação que os beneficiários estabelecem com o serviço de acção social e com os profissionais;
- os factores explicativos ou constrangedores da mudança;
- sobre as iniciativas de acção colectiva que lhes foram propostas e os seus impactos na mudança de vida.

No decurso do primeiro *Focus Group* foi solicitado aos participantes que, durante as semanas que se seguiram até à realização de novo *Focus Group*, fotografassem os aspectos que consideravam representar a mudança nas suas vidas, determinada pela participação nas iniciativas de acção colectiva.

Foram disponibilizadas máquinas fotográficas que acabaram por não ser distribuídas uma vez que todos os participantes possuíam telemóveis com câmaras incorporadas e diziam saber utilizá-los sem dificuldades.

Segundo Harper (2012:3) a utilização da fotografia em investigação sociológica permite tornar visível as realidades sociais a partir dos olhares dos protagonistas e captar o mundo das suas percepções. Através desta técnica, inspirados na metodologia *photovoice*, pretendeu-se utilizar a imagem, acompanhada das respectivas descrições dos significados que estes lhes atribuem, como fonte complementar de obtenção de dados sobre as representações dos beneficiários acerca das iniciativas de acção colectiva.

O conceito de Photovoice foi introduzido por Caroline Wang e Mary Ann Burris em 1997 e tem como objectivo principal constituir-se em ferramenta de acção política comunitária de empoderamento das pessoas e comunidades dando voz à experiência individual através da utilização das fotos, objectivo esse que não se preconiza no presente trabalho de investigação.

Tratou-se apenas de utilizar as potencialidades reconhecidas ao photovoice enquanto técnica de investigação participada que responsabiliza os participantes pela recolha de dados significativos para a investigação e os capacita a exprimirem sentimentos, emoções e interesses (Harper, 2012:202).

O convite de obtenção de imagens sobre a mudança de vida que foi formulado aos participantes, atribuiu-lhes um papel activo na recolha de dados empíricos e o estatuto de co-investigadores. Coube a cada um escolher o que queriam fotografar e evidenciar, segundo a sua perspectiva da realidade.

Acessível a todos os que conseguem tirar uma fotografia, recorreu-se a esta técnica porque se adequa a quem tem limitações ao nível da oralidade, do saber ler ou escrever (Wang e Burris, 1997). Para além disso, entendeu-se importante que a par da captura da imagem fosse estimulada a reflexão crítica sobre as fotos e, dessa forma, fazer com que as pessoas se sentissem mais envolvidas e competentes para, de forma reflexiva, falarem sobre o que desejavam evidenciar.

A utilização de uma câmara surge como uma forma criativa de capturar e partilhar experiências e de reflectir sobre situações de vida. Para além disso, diz-nos Wang (1999) que ao pensar-se em pessoas que vivem em situação de vulnerabilidade e exclusão social, o recurso à fotografia pode ser uma importante ferramenta para captar as representações de algo significativo para o seu produtor. As imagens contêm informações comportamentais e simbólicas. Valem, assim, pelos significados que podem transmitir sobre a vida de quem as tira.

Aos participantes foi-lhes, então, pedido que trouxessem para a sessão grupal seguinte, as 3 fotos que considerassem mais significativas de todas as realizadas.

Estas fotografias serviram de base à discussão realizada no segundo *Focus Group*. Nessa sessão cada pessoa foi convidada a falar sobre as suas fotografias (Anexo V), nomeadamente no que respeita a:

- motivação subjacente ao registo fotográfico apresentado;
- aspecto a realçar no registo;
- identificação das dimensões da mudança das condições de vida a partir da participação nas iniciativas de acção colectiva;
- identificação de momentos de felicidade e tristeza;
- identificação de sonhos para a vida e do papel desempenhado pelas iniciativas de acção colectiva na prossecução desse sonho.

No que se refere ao *Focus Group* realizado com o conjunto dos beneficiários de RSI que não frequentam as iniciativas de acção colectiva (Hortas ou atelier de enriquecimento pessoal), o seu guião (Anexo VI) foi

adaptado a essa especificidade contendo três grupos de questões que visam identificar, igualmente, as representações subjectivas sobre:

- a medida de RSI e seus beneficiários;
- o tipo de relação que os beneficiários estabelecem com o serviço de acção social e com os profissionais;
- o papel atribuído ao RSI para promoção da mudança das condições de vida das pessoas.

Distingue-se do anterior guião pelo facto de se ter em conta que todos os beneficiários presentes assinaram um contrato de inserção para poderem permanecer na medida e, a partir das acções contratualizadas nesse documento, enquadraram-se questões sobre a mudança das condições de vida, seus factores explicativos ou constrangedores.

4.2.3. Análise dos dados

A análise dos dados (texto ou imagem) pressupõe que deles se consiga extrair sentido, como nos diz Creswell (2010:216). Trata-se de um processo em constante construção que envolve uma atitude reflexiva em permanência, a anotação de factos importantes e a capacidade de formulação de questões analíticas pertinentes ao estudo em causa (Creswell, 2010:216).

Os dados recolhidos a partir das catorze entrevistas aplicadas aos técnicos e dos 7 *focus groups* realizados com os beneficiários de RSI foram objecto de gravação e, posterior, transcrição integral cujo conteúdo foi revisto uma vez, para além do momento inicial da transcrição, para evitar duplicações ou incoerências.

No que respeita às entrevistas realizadas aos profissionais foram analisadas uma a uma com recurso à construção das sinopses em grelha vertical, tendo em conta as temáticas constantes do guião às quais foram acrescentados os dados obtidos pela leitura da respectiva entrevista (Guerra 2006:73). A esta análise seguiu-se uma leitura horizontal das catorze entrevistas.

Todo o material recolhido junto de profissionais e beneficiários, foi sujeito à análise de conteúdo temática (Guerra, 2006:83) e para o efeito recorreu-se à utilização de software específico, MAXQDA. Numa segunda fase, completou-se este trabalho com uma análise tipológica do material recolhido porque foi possível identificar semelhanças entre categorias e entendeu-se reagrupá-las por proximidade do seu conteúdo (Poirier, Valladon e Raubaut, 1983).

A partir desta análise tipológica foram construídas duas tipologias, uma primeira, referente aos profissionais e, uma segunda, relativamente aos beneficiários. Estas tipologias serão apresentadas nos capítulos 5 e 6, respectivamente.

4.3. Amostra

Tendo em conta as características do estudo optou-se por uma amostra de conveniência “(...) baseando-se em critérios pragmáticos e teóricos em vez de critérios probabilísticos, buscando-se não a uniformidade mas as variações máximas.” (Bravo, 1998:254).

Teve-se em consideração a necessária diversificação da amostra. Para além da horta da IPSS da Trofa, à qual o investigador se encontra ligado, procuraram-se iniciativas de acção colectiva do mesmo tipo – hortas – implementadas e desenvolvidas por outras entidades e em zonas geográficas distintas. Para além disso incluiu-se um outro tipo de iniciativas de acção colectiva diferente das hortas e que é o caso do atelier de enriquecimento pessoal da IPSS de Paços de Ferreira para diversificação do tipo de projectos de acção colectiva.

No que respeita à população alvo do estudo empírico, essa diversificação também foi acautelada. Foram envolvidos profissionais de 7 entidades distintas. No que respeita aos beneficiários de RSI, foi incluído um grupo de controle de 10 pessoas beneficiários de RSI que não frequentam qualquer tipo de iniciativas de acção colectiva para se obterem perspectivas diferentes sobre o fenómeno estudado.

Realça-se que a proximidade geográfica das iniciativas de acção colectiva foi tida em conta porque o investigador se debate com constrangimentos de disponibilidade de tempo por exercício profissional a tempo inteiro.

4.3.1. Selecção das entidades

Para a identificação das entidades que promoviam as iniciativas de acção colectiva visadas, tivemos como ponto de partida um conjunto de notícias veiculadas por meios de comunicação social e de informações obtidas em congressos ou a partir do contacto directo ou via telefone com profissionais da área que identificavam os profissionais e entidades que desenvolviam as referidas acções. Para além da consulta prévia de informação institucional a partir de sites, foram desenvolvidas diligências junto dos serviços respetivos para se perceber adequadamente os objectivos e modo de funcionamento das iniciativas implementadas.

Numa primeira fase foram identificadas cinco entidades, das quais 3 IPSS's (Paços de Ferreira, Vila Verde e Trofa) e 2 autarquias (Vila Nova de Gaia e Póvoa de Lanhoso). Destas seleccionámos para este estudo apenas as iniciativas desenvolvidas pelas três IPSS's porque tivemos como critério de selecção final que a participação dos destinatários nas iniciativas de acção colectiva fosse supervisionada e acompanhada por profissionais da área social. No caso das hortas desenvolvidas pelas autarquias, a

participação dependia de inscrição espontânea e não havia acompanhamento por profissionais da área social.

Depois de identificadas e seleccionadas, foram realizados contactos pessoais presencialmente ou por telefone. Em todos os casos verificou-se uma reacção de acolhimento à participação neste estudo, após a qual foram dirigidos a cada entidade, os pedidos escritos, por via eletrónica, com a apresentação do investigador, faculdade de enquadramento e o respectivo orientador. Foi enviada, ainda, a descrição dos objectivos da investigação, designadamente, os objectivos definidos para o trabalho empírico.

No que respeita às restantes entidades seleccionadas no concelho da Trofa, foram seguidos os mesmos procedimentos.

4.3.2. Selecção dos profissionais

Depois de concedida formalmente a autorização para a recolha de dados nas entidades seleccionadas, foi solicitado ao coordenador institucional que indicasse os profissionais que reuniam os critérios que se seguem:

- i. Profissionais gestores de processos sociais de beneficiários de RSI, das IPSS's seleccionadas nos concelhos da Trofa, Paços de Ferreira e Vila Verde, que encaminham para iniciativas de acção colectiva;
- ii. Profissionais responsáveis pela dinamização das iniciativas de acção colectiva. Estes profissionais acumulam as funções de gestores de processos sociais dos beneficiários;

Para além destes, foram ainda seleccionados:

- iii. Profissionais a exercerem actividade profissional em entidades no concelho da Trofa que são gestores de processos sociais de beneficiários de RSI e que não encaminham para iniciativas de acção colectiva.

Foram, assim, identificados um total de catorze técnicos dos quais sete são responsáveis pelo acompanhamento social de beneficiários de RSI e encaminham para as iniciativas de acção colectiva (hortas e atelier de enriquecimento pessoal).

Acrescem três profissionais que, simultaneamente, são responsáveis pelo acompanhamento social de beneficiários de RSI, encaminham para as iniciativas de acção colectiva (horta) e dinamizam as iniciativas de acção colectiva.

Por fim, somam-se quatro profissionais responsáveis pelo acompanhamento social de beneficiários de RSI que não encaminham beneficiários de RSI para as iniciativas de acção colectiva.

Na Tabela 5 apresenta-se o perfil de todos estes profissionais tendo em consideração o género e a profissão, por concelho.

Tabela 5. Distribuição dos profissionais em função da profissão e género, por concelho

	Paços de Ferreira		Trofa		Vila Verde	
	Feminino	Masculino	Feminino	Masculino	Feminino	Masculino
Psicologia	1	-	-	1	-	-
Serviço Social	3	-	5	1	1	-
Educação Social	1	-	1	-	-	-

FONTE: Autora

Da leitura da tabela 5 resulta que a profissão mais representada no grupo de profissionais seleccionados é o Serviço Social com 10 elementos, seguido em igual número pelos profissionais da área da psicologia e educação social, cada uma com 2 elementos.

Quanto à sua distribuição em função do género, as mulheres representam a maioria, ou seja, 12 profissionais são do género feminino e 2 são do género masculino.

O concelho da Trofa é o que está mais representado uma vez que 8 dos profissionais seleccionados trabalham neste concelho seguidos de 5 profissionais que exercem actividade em Paços de Ferreira e 1 que exerce em Vila Verde.

4.3.3. Selecção dos beneficiários

A partir da permissão para a realização do estudo iniciamos os contactos presenciais com os profissionais seleccionados e começámos por solicitar, aos dez profissionais que encaminham beneficiários para as iniciativas de acção colectiva, que nos indicassem as pessoas que, sendo beneficiárias de RSI, aderiram às iniciativas de acção colectiva desenvolvidas pelas instituições de Paços de Ferreira, Trofa e Vila Verde. Foram indicadas e seleccionadas trinta pessoas para participarem no estudo.

Dessas trinta pessoas, sete participam nas iniciativas de enriquecimento pessoal levadas a cabo pela IPSS de Paços de Ferreira (PF), outras seis frequentam a horta da mesma entidade; dez pessoas frequentam a horta da IPSS da Trofa (MT) e seis pessoas frequentam a horta da IPSS de Vila Verde (VV).

De modo a termos um perfil destas pessoas, apresentamos alguns dados que os caracterizam e que estão enunciados nas tabelas que se seguem.

No total das trinta pessoas seleccionadas, 10 são homens e 20 são mulheres. E como se pode verificar na Tabela 6 a maioria (21) dos beneficiários tem 45 ou mais anos.

Tabela 6. Distribuição dos beneficiários por idades

	Paços de Ferreira	Trofa	Vila Verde
15-20	0	0	1
20-25	0	1	0
25-30	0	0	1
30-35	1	0	1
35-40	2	0	1
40-45	0	0	1
45-50	4	2	0
50-55	3	3	1
55-60	1	4	0
60-65	2	1	0
N= 30	13	11	6

FONTE: Autora

No que respeita às habilitações escolares, vinte e uma pessoas possuem entre o 1º ano incompleto e o 4º do ensino básico.

Tabela 7. Distribuição dos beneficiários por nível de escolaridade

	Paços de Ferreira	Trofa	Vila Verde
1º ano incompleto	1	1	-
2º ano	2	-	-
3º ano	-	2	-
4º ano	7	5	3
5º ano	-	-	-
6º ano	1	1	1
8º ano	-	1	-
9º ano	1	-	2
12º ano	-	1	-
Ensino superior	1	-	-
N= 30	13	11	6

FONTE: Autora

Dos seis frequentadores da Horta de Vila Verde, três são de etnia cigana, dois dos quais com relação de parentesco entre si. Por fim, o tempo de permanência na medida é de 3 anos ou menos, para dezasseis pessoas. Para as restantes é de 5 a 9 anos.

Para além destes trinta elementos, constituímos outro grupo de beneficiários de RSI, que designamos de grupo de controle, composto por dez elementos, pertencentes à área geográfica da Trofa, mas que não frequentam as iniciativas de acção colectiva. Porém, possuem contrato de inserção assinado e também são acompanhados pela equipa de Protocolo de RSI da Trofa.

A constituição deste grupo de beneficiários teve por objectivo permitir identificar as suas representações subjectivas e compará-las com as representações dos beneficiários que aderiram às iniciativas de acção colectiva, nomeadamente, sobre:

- i. a medida de RSI;
- ii. o tipo de relação que os beneficiários estabelecem com o serviço de acção social e com os profissionais;
- iii. as suas percepções acerca da mudança das suas condições objectivas de vida;
- iv. os factores explicativos ou constrangedores da mudança.

No que respeita à caracterização destas dez pessoas que compõem este grupo de controle em termos de idade, a sua maioria tem igualmente 45 ou mais anos de idades e os níveis de escolaridade situam-se entre o 1º ano incompleto e o 6º ano de escolaridade, para 8 pessoas. Quanto ao tempo de permanência na medida, oito pessoas estão na medida há 3 anos ou menos e as restantes entre 4 e 9 anos.

As características dos beneficiários, que acabamos de apresentar, determinaram o tipo de técnicas seleccionadas para a recolha de dados, como veremos mais adiante neste capítulo.

4.4. Validação de resultados

Partiu-se para a presente investigação pela curiosidade profissional do investigador que o levava a querer entender cientificamente os fenómenos, as dinâmicas que lhe são familiares pela proximidade a um dos projectos analisados, a horta da IPSS da Trofa.

No momento da recolha de dados junto dos beneficiários que frequentam a horta em causa, o investigador foi acompanhado por um outro investigador alheio ao contexto, a sua orientadora, que assegurou a condução dos 2 *focus groups* levados a efeito com beneficiários que frequentavam as iniciativas de acção colectiva desenvolvidas pela entidade de pertença do investigador.

Este papel de condução realizou-se em equipa, no caso do primeiro *Focus Group* durante o qual, seguindo as orientações de Guerra (2006), competiu ao investigador, sobretudo, as questões de ordem logística relacionadas com a supervisão da gravação, anotação de elementos essenciais à entrevista como é o caso da identificação dos participantes por sequência da intervenção, bem como de reacções não verbais e outros elementos importantes à boa compreensão dos conteúdos relatados.

Posteriormente, no segundo, *focus group* realizado com os mesmos participantes com o objectivo de recolher informação a partir das fotografias que cada um tirou e relatou as suas percepções sobre o impacto que a participação na horta tinha tido nas vidas deles, esses elementos foram subdivididos em dois e a investigadora e orientadora tiveram a seu cargo cada uma o seu subgrupo com dimensões iguais. No final, realizou-se uma discussão partilhada de validação dos dados recolhidos.

Na esteira de Denzin (1989), promoveu-se a validação externa através da “triangulação do investigador”, sendo que, como nos diz Duarte (2009), se trata de envolver mais do que um investigador que, com independência face aos demais, procede à recolha de dados sobre o mesmo fenómeno em estudo e à comparação de resultados. Este procedimento, permite controlar a influência dos vários investigadores sobre os problemas e os resultados da pesquisa (Duarte, 2009:11).

Realizaram-se as entrevistas e os *focus groups* em diversas etapas, tendo-se dado início à recolha de dados junto dos profissionais e beneficiários de RSI de Trofa, seguindo-se os participantes de Paços de Ferreira. Nesta etapa da recolha de dados, os resultados obtidos apontavam para alguma saturação da informação. Apesar disso, deu-se continuidade à recolha de informação na IPSS de Vila Verde, não se tendo obtido dados novos pelo que podemos apontar para a saturação dos resultados.

Importa ainda dar conta que tivemos a oportunidade de submeter parte dos resultados, à medida que iam sendo analisados, à revisão de pares, a partir de comunicações em vários congressos.

PARTE II. ESTUDO EMPÍRICO

Capítulo 5. A intervenção social e os seus impactos na mudança de vida dos beneficiários de RSI - a percepção dos profissionais

No presente capítulo apresentam-se os principais resultados das entrevistas semi-estruturadas realizadas aos técnicos de intervenção social que exercem actividade em IPSS's dos concelhos de Paços de Ferreira, Vila Verde e Trofa. Procurou-se perceber as representações sociais que formulam sobre a intervenção social e os seus impactos na mudança de vida dos beneficiários de RSI.

Começamos por partilhar as representações e os significados atribuídos pelos técnicos aos conceitos de pobreza e exclusão social dado que essas representações têm consequências nos modelos de intervenção social por eles adoptados.

Foi possível identificar práticas profissionais de tipo assistencialista que perpetuam as situações de pobreza e exclusão social e torna os indivíduos mais dependentes do sistema de protecção social, os vulnerabiliza e os remete para processos de desqualificação social.

E também foram identificados modos de fazer que se enquadram em modelos participativos de intervenção social que investem no envolvimento dos indivíduos que recorrem aos serviços de apoio social e no compromisso entre o profissional e o indivíduo, valorizando as suas experiências, as suas capacidades, competências e motivação enquanto importantes factores dos processos de mudança das suas condições de vida e de (re)conquista do seu estatuto de cidadão.

5.1. Pobreza e exclusão social: os significados atribuídos pelos profissionais

Conforme se descreve de seguida, as narrativas recolhidas junto dos profissionais revelam que estes tratam indistintamente os conceitos de pobreza e exclusão social e identificam, na sua maioria, factores estruturais e factores individuais enquanto determinantes objectivos das situações de pobreza e de exclusão social.

5.1.1. Factores estruturais

Reportando-nos aos factores estruturais, a maioria dos profissionais entrevistados aponta a situação face ao mercado de trabalho, principalmente, as situações de desemprego ou de precariedade do emprego, como a determinante mais relevante para a existência de situações de pobreza e exclusão social, porque a falta duma fonte de rendimento permanente põe em causa o acesso a bens e serviços essenciais às pessoas:

“(...) podemos falar na questão do desemprego e o facto das pessoas, tendo uma redução de rendimentos, ficarem desprovidas do acesso a determinados bens, a determinadas situações.”
(Adriana, Serviço Social).

Para alguns técnicos, a participação no mercado de trabalho constitui o garante da independência económica das pessoas face aos apoios sociais, dando-lhes, por essa via, autonomia face aos serviços de acção social:

“(...) integrando as pessoas a nível profissional também se resolvem os índices de pobreza, (...). Ficam autónomas da prestação social e têm rendimentos próprios, são mais independentes, têm a sua própria vida, (...).” (Tânia, Serviço Social).

No entanto não basta ter um emprego porque caso este seja mal remunerado ou incerto, também representam uma dificuldade porque afecta a disponibilidade de rendimentos suficientes para garantir, igualmente, o acesso a bens e serviços que permitam a satisfação das necessidades básicas:

“(...) nós temos muitas situações em que as pessoas estão a trabalhar, mas não deixam de estar numa situação precária porque o vencimento que auferem é insuficiente para fazerem face às despesas.” (Ilda, Serviço Social).

A par das necessidades básicas são referidas outras dimensões também elas afectadas pela ausência ou insuficiência de rendimentos, com especial relevo para os efeitos que têm na integração social dos indivíduos. Reconhece-se que a participação dos indivíduos no mercado de trabalho desempenha um papel fundamental, desde logo, porque tem repercussões identitárias, nomeadamente, na formulação de sentimentos de pertença, respeitabilidade e de utilidade social:

“(...) Surgiu o desemprego (...). Logo aí colocou muitas pessoas numa situação de precariedade económica que, por seu lado, leva depois à exclusão não só a nível laboral, mas também no acesso a outros bens e à sua própria integração social, porque o factor económico sustenta toda a outra parte envolvente no dia a dia de uma família.” (Sandra, Serviço Social).

Alguns dos profissionais falam-nos na *pobreza herdada* e defendem que as situações de pobreza e exclusão social são, muitas vezes, “decalçadas” do contexto familiar de origem. O modo “de ser, agir e pensar” nesses contextos influenciam quem, no presente, vive situações de pobreza e remete para a adopção de representações, atitudes e comportamentos que possibilitam que os indivíduos se adaptem às condições de vida, reproduzindo os modelos, anteriormente adoptados pelos familiares, facto que lhes confere uma espécie de identidade própria que é transmitida de geração em geração:

“ (...) não será muito fácil para quem se encontra nessa situação... ter alguma intervenção e alterar a sua condição de pobreza, porque quem não teve acesso à educação, à formação, a um bom nível de vida dos seus progenitores, também não será muito fácil sair dessa condição e não transmitir essa condição até aos seus próprios filhos.” (Andreia, Serviço Social).

Segundo alguns técnicos, esta pobreza herdada dificulta a alteração dos modos e condições de vida:

“A pobreza tem, muitas vezes, uma origem no contexto social e familiar em que as pessoas estão inseridas. Muitas vezes, (...) a família não consegue transmitir ferramentas e desenvolver competências que possam (...) [torná-las] autónomas social e economicamente.” (Anabela, Serviço Social).

Ainda tendo em conta os factores estruturais enunciados, aparece referido, em menor escala, o estigma e o preconceito social sobre as pessoas que vivem situações de pobreza, facto que agrava a condição de exclusão em que aquelas vivem:

“(...) exclusão social eu creio que tem a ver com a forma como a sociedade percepciona as pessoas (...) pobres, as pessoas que sofrem toxicoddependência, de alcoolismo(..).” (António, Psicologia).

A condição de beneficiário de RSI é uma marca, um rótulo social que afecta a sua identidade ao mesmo tempo que o estigmatiza (Caleiras, 2015:39) e condiciona a sua participação social, o acesso a um emprego, tal como é enunciado por um dos profissionais entrevistados:

“(...) não conseguimos respostas [dos empregadores] por serem beneficiários de prestações sociais, neste caso por exemplo o RSI, e terem aquela mancha negra que é o rótulo.” (Sandra, Serviço Social).

Para além dos factores apresentados até aqui, outros foram apontados de forma muito residual por alguns profissionais, como é o caso da pertença étnica e o género:

“[As situações de pobreza e exclusão social, podem depender de] (...) factores sociais que possam ter a ver com a raça e com o género até.” (Carolina, Educação Social).

Também o isolamento geográfico é referido dado que, por razões de ausência de infraestruturas (ex: rede de transportes), se considera constituir um impedimento para as famílias acederem a um conjunto de serviços e apoios:

“Se calhar o meio social onde habita, a falta de acessos, (...) não ter uma rede de transportes que lhes permita aceder a determinados serviços.” (Elvira, Serviço Social).

Dos catorze profissionais entrevistados, apenas três indicam as determinantes estruturais como principais causas de pobreza e exclusão social. A maioria (8) refere, para esse efeito, a conjugação de determinantes de natureza estrutural e individual.

5.1.2. Factores individuais

Da análise das entrevistas destacam-se quatro factores individuais que são apontados como explicativos das situações de pobreza e exclusão social. São eles: as competências escolares e profissionais, a saúde, a origem familiar e a atitude motivacional dos beneficiários.

Tendo em conta que a ausência ou escassez de rendimento foi um dos determinantes estruturais responsável pelas situações de pobreza, mais apontados pelos profissionais. Estas determinantes, em muitos casos, são acompanhadas de limitações individuais que, segundo a maioria dos entrevistados, dizem respeito aos níveis de escolaridade e habilitações profissionais das pessoas. Também elas são entendidas como indutores de processos de pobreza e exclusão social, uma vez que dificultam o acesso ao emprego e a outras oportunidades.

Em contraposição diz-nos a literatura que há cada vez mais pessoas arredadas do mercado de trabalho, independentemente dos níveis de literacia e das competências pessoais e profissionais e, por isso, as situações das pessoas que recorrem aos sistemas de protecção social têm causas para além do domínio individual (Guerra e Pinto, 2015:169).

Retomando a análise às narrativas dos profissionais, a maioria entende que as pessoas lançadas para o exterior do sistema produtivo evidenciam a falta de “capitais” que determinam a posição social do indivíduo e a capacidade para aceder ou criar recursos importantes para a sua vida:

(...) podemos falar, também, na baixa escolaridade, que dificulta o acesso ao emprego e outras oportunidades.” (Andreia, Serviço Social).

Uma das medidas possíveis para contrariar a falta de habilitações escolares e profissionais prende-se com a frequência de acções de formação profissional, mas, muitas vezes, essa formação não se ajusta aos perfis dos indivíduos e, por isso, fica aquém do esperado. Dizem-nos as narrativas de uma parte significativa de técnicos que se, por um lado, se consegue aumentar o nível de escolaridade, por outro, diz-nos a literatura, que nem sempre essa formação representa a melhoria das competências

profissionais entendidas como facilitadoras da integração efectiva no mercado de trabalho (Caleiras, 2015:203):

“Sabemos que temos como entrave para a empregabilidade o facto dos nossos beneficiários (...) terem uma escolaridade muito baixa (...) que os limita. (...) a formação profissional passa sempre pelas mesmas áreas e o nível de integração no mercado de trabalho não tem quase resposta nenhuma (...).” (Sandra, Serviço Social).

Para além do que já foi referido, afirmam alguns técnicos que a falta de motivação para a mudança e a apatia na formulação de objectivos de vida dificultam a formulação de novos projectos de vida. E realçam o papel que devem ter os profissionais na alteração desta atitude por parte das pessoas apoiadas face às suas fragilidades:

“Eu acho que as pessoas que estão fragilizadas, neste momento, não acho que estejam muito direccionadas na tentativa de mudança. Ou somos nós, por detrás, que tentamos motivá-los, informar, orientar e dizer que existem formas de melhorar a situação e encaminhá-los da melhor forma nesse percurso, ou, então eu acho que [pensam que] não lhes vale a pena investir na alteração da sua situação porque já aceitaram a sua condição de pobres.” (Paula, Educação Social).

Neste caso, é atribuída especial importância ao papel do técnico, nomeadamente, no que se refere ao seu papel de encorajador e facilitador enquanto responsável pelo acompanhamento das pessoas. Os beneficiários de RSI vivem situações de vulnerabilidade que os fragiliza e entendem importante não permitir que essa fragilidade venha a configurar uma situação de apatia ou descrédito. A proximidade entre técnico e beneficiário é realçada neste excerto, desde logo, pela preocupação que é evidenciada em facilitar o acesso à informação, como um aspecto que poderá quebrar esta dificuldade, na definição de objectivos e de acesso a outras oportunidades:

“(...) Acho que a informação tem um poder muito grande na possibilidade de nós podermos escolher as nossas oportunidades e de estabelecermos objectivos...” (Carolina, Educação Social).

Segundo alguns dos entrevistados, desta apatia parece resultar, algumas vezes, uma acomodação às condições de vida da pobreza e exclusão social, vivendo-se sempre o presente sem olhar ao futuro que passa a ser vivido como incerto:

“E vivem naquela situação de exclusão e acham que é normal viverem o dia a dia: hoje têm amanhã não sabem se vão ter. Vamos viver no presente e não pensar no futuro.” (Paula, Educação Social).

Essa suposta acomodação é percebida como tendo, muitas vezes, subjacentes problemas psicológicos que impedem o indivíduo de sair da situação. A vivência de situações de pobreza e exclusão social, quando perduram no tempo, afectam as pessoas no seu íntimo e acarretam sofrimento social (Soulet, 2006):

“Qualquer pessoa que está excluída, irá desenvolver outros problemas, mesmo de saúde. Por isso é que, neste momento, temos beneficiários com medicação psiquiátrica por depressões repetidas. Porque acabam por adormecer num dia e acordar no outro, sem perspectivas de futuros e (...) ânimo (...) metidos dentro daquelas quatro paredes um dia atrás do outro.” (Paula, Educação Social).

As pessoas sentem-se desvalorizadas socialmente e tendem a fechar-se cada vez mais sobre si próprias, a isolarem-se e sem forças para lutar por um futuro melhor, dizem-nos alguns técnicos:

“Se acha que no dia seguinte não vai haver qualquer tipo de resposta e perspectiva para a mudança [das condições de vida] da sua família para que é que se vai dar ao trabalho de limpar a casa, de ter a vida familiar organizada?” (Paula, Educação Social).

Para finalizar a análise desta dimensão, acrescentamos que, além de problemas de saúde do foro psiquiátrico ou outros, são também apontados, ainda que residualmente, como determinantes da pobreza e exclusão social, os factores relacionados com deficiência física e mental ou dependências diversas (alcoolismo e toxicoddependência), como nos refere este técnico:

“(...) [A pobreza e exclusão social] podem ter a ver com (...) a toxicoddependência, a saúde, o alcoolismo, a deficiência física e mental...” (Carolina, Educação Social).

Estamos perante respostas que nos apontam para a multidimensionalidade dos problemas sociais que as pessoas vivenciam e que podem interferir, condicionar e favorecer a manutenção de condições de vida precárias e vulneráveis por parte destes públicos.

5.2. Estratégias de luta contra a pobreza e exclusão social

É esta multiplicidade de factores, subjacentes às situações de pobreza e exclusão social, que justifica a reacção de alguns dos profissionais entrevistados que vão no sentido de considerarem que as situações de pobreza e exclusão social são de resolução difícil e, inclusive, são cépticos quanto a essa possibilidade:

“(...) não creio que a curto, médio prazo iremos conseguir resolver a pobreza.” (António, Psicologia).

Decorre dos seus depoimentos, a existência de três tipos de factores que podem contribuir para a redução das situações de pobreza e exclusão social: factores de tipo macro, meso e micro.

5.2.1. Factores de nível macro

No que se refere aos factores de nível macro, a maioria dos entrevistados faz depender a resolução das situações de pobreza e exclusão social de alterações preconizadas pelo Estado que ajustem as políticas na área da educação/formação, saúde e emprego, para assim ir ao encontro do preconizado pela medida:

“o investimento (...) na educação, na saúde, por exemplo. Acho que seria importante. (...) também ao nível de políticas de investimento no emprego.” (Carolina, Educação Social).

Destas áreas são realçadas as políticas de emprego, de educação e de formação. Os profissionais, na sua generalidade, consideram que a integração no mercado de trabalho representa a principal fonte de rendimentos e que o aumento da empregabilidade destes públicos resolveria os problemas gerados pela ausência ou insuficiência económica dos agregados:

“O aumento do emprego e a possibilidade de as pessoas verem resolvidas algumas das suas dificuldades por via da melhoria dos rendimentos. E esta melhoria dos rendimentos, actualmente, penso que só será possível efetivamente pelo emprego.” (Paula, Psicologia).

A importância de ajustar as políticas de educação e formação aos perfis dos beneficiários de RSI torna-se fundamental, segundo a maioria dos entrevistados, porque o acesso à melhoria das qualificações facilita, por sua vez, o acesso ao emprego:

“Podemos falar num investimento na educação e facilitar o acesso a formação, porque também, assim, as pessoas têm mais facilidade de conseguir emprego.” (Andreia, Serviço Social).

Em complementaridade, um pequeno número de entrevistados acrescenta que, na impossibilidade de se agir sobre o emprego/desemprego, seria imprescindível acautelar o aumento dos apoios sociais:

“Em primeiro lugar haver a possibilidade de aumento de ofertas de emprego e, por outro lado, também haver a possibilidade de aumentar os apoios sociais.” (Paula, Educação Social).

Por outro lado, é admitido por alguns profissionais, que os apoios sociais só serão necessários se não estiverem reunidas as condições de integração no mercado de trabalho:

“(...) Porque integrando as pessoas a nível profissional resolvem-se os índices de pobreza, não é? Ficam autónomas da prestação social e têm rendimentos próprios, são mais independentes, têm a sua própria vida, digamos assim.” (Tânia, Serviço Social).

5.2.2. Factores de nível meso

Passando a uma análise de nível meso e, continuando a ter presente a dimensão do emprego, uma parte dos entrevistados refere a importância que a envolvimento da comunidade pode ter na resolução destes problemas sociais. Desde logo, sublinham a importância de mobilização e sensibilização das empresas, a nível local, para que se quebrem as representações negativas sobre os indivíduos pobres. Sublinham que, na maioria dos casos, os empresários locais não acreditam nas competências destas pessoas e constroem visões estereotipadas e preconceituosas sobre as mesmas, considerando-as *preguiçosas, acomodadas, sem iniciativa* para procurar a mudança:

“A nível concelhio acho que as empresas têm que ser trabalhadas para olharem para os nossos utentes não como pessoas que não querem trabalhar que não têm perspectivas de futuro, que não querem mudanças (...) mas antes [permitir-lhes] mostrar o que valem e serem contratadas por esses espaços.” (Sandra, Serviço Social).

Na falta de oportunidades de acesso à integração no mercado de trabalho, surge a referência, por alguns dos técnicos, aos projectos de proximidade como factor de redução da pobreza e exclusão social, uma vez que se apresenta como recurso facilitador de integração e valorização dos beneficiários na sua dimensão humana e capacidade transformadora das condições de vida, a partir do reconhecimento dessa capacidade de ser e estar:

“Acho que o investimento em projectos de proximidade são importantes porque permitem o investimento nas pessoas, não como números, mas como seres humanos únicos e capazes (...) de transformar, aos poucos, o que está à sua volta”. (Carolina, Educação Social).

Reconhece-se, assim, que a participação em actividades desenvolvidas na comunidade podem ter um efeito muito positivo no sentido de devolver às pessoas, em situação de desfavorecimento social e

económico, um sentimento de pertença e utilidade social. Para além disso, preconiza-se também que esta participação favorece o desenvolvimento de competências:

“A integração em estruturas da sociedade que possam conseguir um sentimento de pertença eu acho que isso melhora a auto-estima das pessoas e a motivação para se envolverem e desenvolverem competências.” (Anabela, Serviço Social).

À necessária valorização social do beneficiário junta-se o sentido de utilidade que é necessário devolver-lhe, tal como é partilhada por um outro entrevistado quando considera que:

“(…) para as pessoas, até em termos de saúde, é fundamental sentirem-se úteis para a sociedade. Seja ele, muitas vezes, por via do emprego, com uma nova colocação, obviamente isso era o ideal, mas seja até, às vezes, sentirem-se úteis e ocupados. Acho que isto contribuiria, e muito, para melhorar esta situação de exclusão, [dando oportunidade] para que as pessoas se sintam novamente reintegradas.” (Carla, Serviço Social).

Ainda neste âmbito, como já vimos, preconiza-se a importância de existirem, na comunidade, oportunidades para a participação activa dos beneficiários onde vivem e é dada especial atenção aos menores, como nos referem alguns dos entrevistados:

“(…) participar em grupos, inseri-los em equipas desportivas, por exemplo ao nível dos menores, incluir os menores, motivá-los a participar em clubes é um factor que contribui para diminuir a exclusão social.” (Elsa, Psicologia Social).

Segundo as narrativas recolhidas a equipa técnica de acompanhamento dos beneficiários pode ter um papel importante a desempenhar nesta tarefa sustentada na criação de uma relação de confiança. A partir daqui dá-se a desejada aproximação ao indivíduo e famílias, o que facilita a construção de um sentimento positivo de capacidades e valor individual e social:

“Se calhar também é um dos papéis muito importante dos técnicos o acreditar, nas pessoas. Passa um bocadinho por aí. Porque às vezes não é fácil acreditar nas pessoas, sobretudo naquelas famílias que são tão problemáticas. Às vezes é difícil manter esse crédito nas pessoas.” (Carolina, Educação Social).

Como se depreende do comentário acima, nem sempre é adoptado pelos profissionais a atitude adequada de confiança e investimento nos seus beneficiários de modo a motivá-los para a mudança das suas condições de vida objectivas e subjectivas. Sousa *et al.* (2007:55), diz-nos, a propósito, que há

profissionais que tendem até a considerar que as famílias não possuem as condições necessárias para mudar ou simplesmente “não querem mudar”.

5.2.3. Factores de nível micro

Até aqui, vimos tratados os factores macro e meso que são apontados nas narrativas analisadas e, por ultimo, resta-nos referir os factores micro que, neste caso, se resume ao valor que é atribuído ao investimento na melhoria das competências escolares e profissionais por parte das pessoas pobres e excluídas. Alguns técnicos entendem, até, que a melhoria das competências é fundamental para a integração social das pessoas:

“(...) à partida a escolarização é sempre um factor que capacita as pessoas para conseguirem a integração social.” (Anabela, Serviço Social).

Este aspecto é muito valorizado, ainda que pareça um pouco contraditório face ao que já vimos anteriormente, no que se refere à inadequabilidade das acções propostas nesta área tendo em conta o perfil e as necessidades dos candidatos.

Para além da escolarização, é igualmente referida a necessidade de investir nas qualificações profissionais dos beneficiários de RSI:

“As pessoas que estão em situação de pobreza e exclusão social deverão fazer um investimento nas suas qualificações tanto escolares como profissionais.” (Manuela, Serviço Social).

Segundo a maioria dos entrevistados, as pessoas em situação de pobreza e exclusão social devem empenhar-se na alteração das suas condições de vida, sendo imprescindível que os beneficiários invistam nas suas qualificações escolares e profissionais, de forma activa, preferencialmente, por iniciativa própria e, quando necessário, com o apoio dos técnicos.

Trata-se de adquirir os conhecimentos e as competências necessárias à empregabilidade tão defendida pelos entrevistados enquanto fonte primordial de rendimentos e, consequente, autonomização face à medida de RSI:

“(...) apostar na educação e na formação pessoal é importante, (...) principalmente nas classes mais novas porque é determinante para travar o ciclo da pobreza e da exclusão social. É evidente que depois, a possibilidade de integrar o mercado de trabalho, de ter a sua autonomia económica... [é também maior] e é evidente que também é um factor importantíssimo para a redução da pobreza.” (Andreia, Serviço Social).

Não obstante o esforço que é feito para os tornar activos na procura de soluções para os seus problemas, na verdade os técnicos reconhecem a enorme dificuldade que esse desafio representa para a maioria dos beneficiários. Ainda mais porque o mercado de trabalho está cada vez mais distante destes públicos, facto que dificulta a melhoria das condições de vida que os leve à saída da pobreza e exclusão social:

“(...) o nosso discurso é nesse sentido, de que as pessoas têm que ser pró-activas e têm que tentar melhorar elas próprias, por si próprias, pelos seus próprios meios tentar melhorar a sua condição de vida. Mas elas, na verdade, esbarram-se com dificuldades que, muitas vezes, as ultrapassam. Como é o exemplo do emprego porque acho que, queiramos quer não, nós só conseguimos sair da situação de pobreza se tivermos rendimentos, e [estes] conseguem-se ou por via do emprego ou por via dos apoios.” (Paula, Educação Social).

Estes factos estão subjacentes à opinião de um dos entrevistados que considera que a alteração das condições de vida é uma tarefa muito difícil de atingir pelos beneficiários:

“(...) é muito difícil para os pobres e excluídos alterarem a sua condição. (...) estão sujeitos a factores de stress e fragilidade tão grandes e que se repetem de forma tão rápida que é muito difícil, para eles, terem capacidades emocionais e factores de coping que lhes permitam dar a volta à sua situação.” (António, Psicologia).

Não obstante a referência às dificuldades que estão subjacentes à alteração das situações de pobreza e exclusão social com base na activação individual, algumas entrevistas apontam, paradoxalmente, a necessidade de haver um envolvimento activo das pessoas na procura das soluções para a sua situação. Para uma parte dos entrevistados, assiste-se à individualização dessa responsabilidade pela procura de alternativas para a melhoria das condições de vida e, conseqüente, autonomização dos beneficiários de RSI face à medida.

Nestes casos parecem estar esquecidas questões estruturais relevantes como é o caso das actuais exigências do mercado de trabalho cada vez mais absorvido pela alta tecnologia e a automatização das tarefas que cada vez mais tende a “dispensar” as pessoas mesmo que sejam qualificadas académica e profissionalmente:

“Quando nós o que pretendemos na medida é que as pessoas se autonomizem (...), isso só é possível se houver respostas em termos de emprego. (...) eu acho que a saída para que as pessoas, de facto, deixem de estar na condição de pobreza é (...) conseguirem ter uma fonte de rendimentos que lhes permita fazer face às necessidades básicas e, por aí, saírem da condição de pobreza. Eu acho que isso só se consegue por via do emprego e as pessoas têm que ter

consciência que têm que ir actualizando os seus conhecimentos e melhorando as suas competências procurando-se adequar a estas novas exigências.” (Paula, Educação Social).

Reforçando a ideia até agora exposta, pelos excertos anteriores percebe-se que a maioria dos profissionais espera que, por parte dos beneficiários, sejam accionadas estratégias de saída da situação de pobreza e exclusão social que lhes permitam ultrapassar os constrangimentos que vão encontrando e potenciar a concretização de um projecto de vida futuro que passe pelo abandono dessa realidade de pobreza para a qual concorrem, particularmente, as questões da integração profissional como também já referimos.

Tendo por base Guerra (1997:160), são apontadas características individuais para os problemas relacionados com a falta de integração no mercado de trabalho, pressupondo-se que o mercado de trabalho tem as condições para assumir a maioria dos beneficiários desde que possuam mais e melhores competências. Porém, nem sempre existem os recursos “formais” necessários para o efeito e o exemplo dado é a falta de empregos adequados a esta população.

Porém, alguns dos profissionais estão conscientes de que o problema do desemprego é estrutural e externo ao individuo. Daí que, em alternativa, salientem a vantagem que poderá representar a existência de apoio, por parte das equipas técnicas, desde logo, na procura de alternativas e soluções, permitindo construir em conjunto as condições necessárias para alterar a situação de inactividade:

“Às vezes as pessoas precisam de alguém que confie nelas e que lhes demonstre que também elas têm competências e têm capacidades e que podem criar objectivos. É obvio que vão esbarrar com algumas dificuldades porque nós não as podemos resolver todas, mas devem perceber que todos nós somos capazes de, aos poucos, conseguirmos alterar a nossa condição.”
(Carolina, Educação Social).

Com este pressuposto da existência de dificuldades e constrangimentos à boa resolução do problema do desemprego, em algumas entrevistas são apontadas respostas alternativas que pretendem, igualmente, manter os beneficiários activos e inseridos sem que se tenha que passar obrigatoriamente pela integração no mercado:

“A situação ideal seria integrar profissionalmente, mas isso será difícil de conseguir, pelo menos, a longo prazo para algumas situações.” (Carla, Serviço Social).

Neste caso, é entendido como vantajosa a participação dos beneficiários em actividades comunitárias nas quais podem desenvolver papéis socialmente úteis, dando-se como exemplo as acções de voluntariado e a participação nos projectos das hortas sociais:

“Temos várias situações em que as pessoas estiveram integradas em ocupações e elas próprias sentem que, pelo menos, estão a dar algum contributo. Falamos das nossas hortas e tenho ideia que as pessoas que participam, mesmo não [mudando] a situação de precariedade económica, porque não é isso que vai mudar a situação económica das pessoas, mas temos alguns voluntários na horta, e nota-se que eles se sentem (...) com outro ânimo, participam de outra forma nas actividades, e têm uma postura diferente. E pronto, esta possibilidade de se sentirem úteis, de sentirem ocupados acho que é muito importante.” (Carla, Serviço Social).

Defendem os profissionais que, desta forma, os beneficiários de RSI conseguem restaurar a auto-estima, o sentimento de participação social e de valorização pessoal, aspectos estes com contributos reconhecidamente interessantes quanto ao contributo que podem dar para a mudança de atitude face à situação em que se encontram.

5.3. Intervenção social – percepções de quem a desenvolve

Quanto às representações sociais dos profissionais sobre a intervenção social que desenvolvem com os beneficiários da medida de RSI, começamos por procurar conhecer os objectivos dessa intervenção.

Foi identificado, pela maioria, que a intervenção realizada pelo técnico tem como objectivo promover a mudança das condições de vida das pessoas apoiadas, procurando a sua autonomização e integração social, nomeadamente, através da motivação dos próprios beneficiários para a procura de soluções para essa mudança.

Quase metade dos entrevistados valoriza a dimensão económica para a mudança e o papel desempenhado pelo mercado de trabalho enquanto factor de integração social:

“(...) é trabalhar, acima de tudo, a motivação para a mudança e para saírem dessa situação. Poderem sair da situação de depender dos serviços para tudo o que é que seja da vida deles.”
(Paula, Educação Social).

Reforça-se que a mudança é vista, por alguns técnicos, como apenas sendo possível quando os beneficiários conseguirem a sua integração no mercado de trabalho, como se pode perceber neste depoimento:

“Quando nós o que pretendemos na medida é que as pessoas se autonomizem da medida, só é possível se autonomizar se houver respostas em termos de emprego.” (Paula, Educação Social).

E é por esta razão que sublinham a importância do investimento em formação de modo a alcançar a melhoria das competências escolares e profissionais essenciais que permitem concorrer e conquistar um emprego:

“É mostrar-lhes que, apesar das dificuldades, se eles derem um passo, conseguimos melhorar. Trabalho muito a questão da motivação para a melhoria das qualificações e das competências pessoais, também.” (Elsa, Psicologia Social).

Evidencia-se uma tendência para individualizar as responsabilidades pela procura das soluções para a melhoria das condições de vida, conforme se depreende do excerto de entrevista que se segue.

“Acho que deveriam ter uma atitude mais proactiva em relação à procura de emprego e também formação.” (Tânia, Serviço Social).

Registamos inclusive, de um dos técnicos, a opinião de que compete aos próprios beneficiários (individualização da responsabilidade) accionar todos os recursos para fazerem face aos seus problemas:

“Eles próprios, pobres e excluídos, neste momento, têm que utilizar todos os recursos para melhorar a sua condição.” (Mário, Serviço Social).

Em oposição, temos os depoimentos de alguns entrevistados que definem outras prioridades para as suas intervenções, tendo em conta que os constrangimentos estruturais condicionam a mudança das condições de vida das pessoas em acompanhamento social.

É o caso quando valorizam a disponibilidade de tempo para as pessoas. Para, dessa forma, conseguirem a proximidade que entendem adequada e necessária para construir uma relação sustentada na confiança que lhes permite compreender melhor as necessidades das pessoas que acompanham, as suas experiências de vida e, com elas, construir novos projectos de vida:

“Acho que há um descrédito no futuro, hoje em dia. Muitas pessoas têm descrédito no futuro. E, se calhar, também passa por aí. (...) Nós não podemos esperar fazer grandes mudanças de um dia para o outro, é óbvio, não é? (...) E o trabalho social tem muito a ver com isso. Nós precisamos de tempo e as próprias pessoas precisam de tempo para se encontrarem. (...) Há pessoas que conseguem, há pessoas que não conseguem ou que têm dificuldades (...) E é óbvio que as pessoas têm que ser implicadas no seu processo, não é? Nós não nos podemos esquecer das pessoas.” (Carolina, Educação Social).

Sai reforçado o papel do técnico enquanto elemento essencial no trabalho com as pessoas. Nomeadamente, são explicitadas funções de apoio, orientação e trabalho conjunto de descoberta do valor de cada um, das suas capacidades, competências, de soluções ou alternativas:

“(...) algumas pessoas, devido a estarem há vários anos nesta situação e até terem famílias que também eram pobres e que estavam em situação de exclusão, necessitam, por parte do técnico, de um apoio, uma orientação, um despertar para algo que eles não estejam a ver... o caminho que será mais correcto.” (Manuela, Serviço Social).

Atribui-se ao técnico a tarefa de consciencialização dos indivíduos e famílias para o reconhecimento do potencial de cada um e (re)activação da confiança em si próprios para procurar soluções, alternativas e oportunidades para alterarem as suas condições de vida e alcançarem a sua autonomia face à medida:

“(...) uma intervenção social próxima da família, reunindo e reflectindo com a mesma, vendo as suas potencialidades e a partir daí construir em conjunto o seu projecto de vida [e] tendo em conta a opinião da família também daquilo que é o seu projecto de vida, (...) seguirem e trabalharem em conjunto essas potencialidades.” (Adriana, Serviço Social).

Os depoimentos imediatamente anteriores vão de encontro ao que Sousa *et al.* (2007:74) identificam como “linhas orientadoras” das intervenções bem-sucedidas como tempo, flexibilidade, informalidade e a ajuda prática. Acrescentam os autores (2007:75) que a reciprocidade e igualdade na relação estabelecida entre o profissional e as pessoas que recorrem aos serviços de acção social, são condições importantes para “libertar as famílias dos rótulos estigmatizantes e do estatuto de necessitadas” e as encorajar a agirem para a mudança (Sousa *et al.*, 2007:74).

Mas esta intervenção social que se deseja mobilizadora dos indivíduos para a mudança das suas condições de vida nem sempre encontra as condições necessárias e facilitadoras à sua operacionalização. E por isso é referenciada a necessidade de se adequarem as escassas respostas existentes às necessidades identificadas, o que muitas vezes exige um trabalho técnico em rede:

“(...) É claro que nós tentamos colmatar essa fragmentação [da intervenção] fazendo articulação entre técnicos e tentando articular intervenções ...” (António, Psicologia).

No excerto que se segue percebe-se quais são os constrangimentos mais enunciados pelos entrevistados: o acesso ao emprego, à formação ajustada ao perfil dos beneficiários e a habitação social, em alguns casos:

“(...) melhorar os constrangimentos que são mesmo ao nível do emprego que é a falta de emprego e o emprego precário... e a ausência ou a fraca resposta ao nível da formação. Embora

existam muitos cursos, não são para aqueles grupos que têm baixas qualificações. E depois é um constrangimento, também na nossa intervenção, a falta de resposta a nível da habitação social. Ainda existem muitas situações que acompanhamos com péssimas condições de habitabilidade.” (Elsa, Psicologia Social).

Trata-se de reconhecer a complexidade das situações que acompanham, da multidimensionalidade dos problemas sociais que podem estar presentes em cada uma das realidades familiares em acompanhamento e que as vulnerabiliza, como nos diz este técnico:

“a pobreza em si acaba por criar outros constrangimentos que depois acabam por formar uma teia de problemas”. (António, Psicologia).

Face aos problemas que encontram, a tendência de uma parte de entrevistados é a de reclamar que o Estado esteja mais presente nesta conjuntura de crise económica em que os acessos ao emprego, à saúde, à habitação e à educação são cada vez mais difíceis. Consideram mesmo que deveria aparecer mais protector ao invés de reduzir os apoios sociais:

“(…) haver, mesmo que não seja contínuo, mais apoios na área da saúde. Apoios mesmo económicos, como já houve porque há de facto cada vez mais pessoas que não têm acesso a este direito, porque é um direito que nos assiste. Anteriormente a medida de Rendimento Social de Inserção tinha apoios complementares para medicação, para aquisição de óculos ou outro tipo de material para deficiência ou reabilitação. (...) Neste momento, não há. Temos a verba da acção social, normalmente quando existe uma situação, mas tem que ser uma situação mesmo de urgência, nós podemos fazer uma proposta à verba da acção social mas como as verbas também são cada vez mais pequenas, nós também ficamos muito limitados...” (Tânia, Serviço Social).

Por outro lado, dizem confrontarem-se, muitas vezes, não só com a escassez de meios, mas também, com uma prática profissional baseada no diagnóstico de problemas e nas incapacidades dos indivíduos que, segundo alguns técnicos, não se adequa aos objetivos de mudança e promoção da cidadania:

“(…) é uma intervenção focada no diagnóstico de incapacidades e de encaminhamento para serviços, portanto, uma intervenção fragmentada (...) que está muito implementada [e] à qual é muito difícil fugir.” (António, Psicologia).

A escassez de respostas ou o desajustamento das existentes face às necessidades dos beneficiários é o principal constrangimento à intervenção social apontado pela quase totalidade dos entrevistados:

“As pessoas têm determinadas necessidades para as quais nós não temos respostas. (...) Também é bastante frustrante termos alguém que até quer seguir, progredir [aumento da escolaridade] e não haver respostas nesse sentido.” (Sandra, Serviço Social).

Esta realidade exige, segundo alguns técnicos, a capacidade criativa para abandonar uma intervenção social de cariz assistencialista e conservadora, baseada nos apoios sociais atribuídos pelo Estado de que é exemplo o RSI, os apoios complementares de acção social, apoio ao arrendamento, etc. para, numa perspectiva de complementaridade com os beneficiários, identificar oportunidades que concorram para a melhoria das condições de vida em, pelo menos, alguns aspectos:

“(...) os próprios técnicos, também, que queiram ser criativos, que tenham ideias e que realmente as apliquem depois na prática com as pessoas que acompanham.” (Manuela, Serviço Social).

Perante os constrangimentos, importa conceber planos de intervenção realistas, em conjunto com os indivíduos, que exige muitas vezes que os profissionais sejam criativos o suficiente para procurarem recursos alternativos que façam sentido para as pessoas (Sousa *et al.*, 2007:78).

Com o propósito de alterar a configuração da prática profissional, nomeadamente, no que respeita à capacidade mobilizadora de recursos, os entrevistados atribuem uma responsabilidade complementar às instituições da sociedade civil, como IPSS's, Misericórdias, Mutualidades, etc., que, muitas vezes, são também enquadradoras de equipas técnicas e implementam a medida de RSI. Segundo eles, estas instituições devem ter um papel importante na promoção de projectos sociais alternativos de proximidade que respondam às necessidades efectivas das pessoas a quem se destinam e promovam a sua participação efectiva, que as envolvam de facto na definição do que pretendem para as suas vidas:

“o financiamento de projectos é um dos aspectos que se calhar é importante. Porque só existem técnicos, se houver financiamento e se houver vontade que haja esse investimento nas pessoas. Eu acho que... quer a nível do Estado, quer a nível das Instituições, se calhar, tentarem encontrar formas de, em conjunto, promoverem os tais projectos de proximidade. (...) implicar as pessoas, perceber o que elas querem, também, porque não vale a pena fazer projectos ou pensar em coisas porque nos convém, mas pensar naquilo que as pessoas querem, naquilo que elas sentem necessidade.” (Carolina, Educação Social).

Pretende-se facilitar o acesso a oportunidades e actividades socialmente úteis que geram auto-estima e reconhecimento pessoal, permitindo estimular a participação dos indivíduos na sociedade:

“[É útil] a integração em estruturas da sociedade para que possam conseguir um sentimento de pertença, eu acho que isso melhora a auto-estima das pessoas e a motivação para se envolverem e para desenvolverem competências. Por exemplo: grupos de jovens da comunidade, associação de pais das crianças em idade escolar, grupos desportivos, recreativos, grupos relacionados com a igreja...” (Anabela, Serviço Social).

Isso implica, simultaneamente, o respeito e o reconhecimento pelas diferenças individuais e a necessidade de autonomia e protecção. Desta forma, afirmam que minimizam a dificuldade em mobilizar os beneficiários para a mudança.

5.4. Rendimento social – entre a prestação e a inserção

Ao Rendimento Social de Inserção é apontada por uma grande parte dos entrevistados, sobretudo, uma função assistencialista de minimização da precariedade económica das famílias já que a prestação pecuniária atribuída lhes permite ter acesso a alguns bens e serviços básicos. Porém não lhe é atribuída a capacidade de contribuir para a mudança de vida das pessoas, o que contraria os pressupostos da lei:

“Não sei se é esta a medida que os vai fazer mudar, mas a medida é muito positiva e, pelo menos garante-lhes o acesso às condições básicas. E neste momento estamos a falar de pessoas que, às vezes, nem sequer têm acesso a ter garantidas condições de habitabilidade, de alimentação e isto é, obviamente, importante. Como eu disse no início da entrevista, nós temos pessoas que trabalharam a vida toda, não tem idade para uma reforma e são um casal, às vezes, na casa dos cinquenta anos, estiveram desempregados, receberam o subsídio de desemprego, não conseguiram a integração profissional e se não fosse a medida, não tinham que comer. Eu acho que isso é importante, para as pessoas verem garantidas estas... estas necessidades básicas.” (Carla, Serviço Social).

Para além disso, também salientam a importância da medida para o desenvolvimento de competências pessoais, escolares, e sociais dos beneficiários como factores de inserção:

“Porque se calhar se ela não existisse, e se ela não contemplasse intervir nestas áreas, que não fosse só a questão monetária... as pessoas também não teriam, se calhar, melhoradas algumas dimensões da sua vida. Eu falo das competências pessoais, parentais, sociais...” (Paula, Educação Social).

Em reforço do ponto anterior, a maioria dos técnicos refere, como ponto forte da medida, o contributo económico para a satisfação das necessidades básicas mas sobretudo, realçam o papel importante que

a medida desempenha na aproximação das pessoas com necessidades de apoio, a profissionais da área para, em conjunto, tentarem intervir positivamente, sobre a situação, tal como se lê no excerto:

“Ter-se investido em mais técnicos para que houvesse uma maior proximidade no acompanhamento das próprias famílias.” (Carolina, Educação Social).

Este acompanhamento técnico é, segundo alguns dos entrevistados, uma das mais valias do RSI porque, ao terem um técnico responsável pelo acompanhamento, os beneficiários sentem-se mais apoiados e mobilizados para a mudança:

“Obviamente que estando na medida e tendo um técnico de acompanhamento, também é feito um trabalho com as famílias no sentido de saltar um degrauzinho. E tem-se conseguido, obviamente, algumas situações de recomeço, outras nem tanto mas, às vezes, também aqui é muito a expectativa própria do técnico que realmente quer que a família esteja integrada profissionalmente, que esteja bem, (...) obviamente que isso é complicado. Mas vamos percebendo que há situações que se vão conseguindo evoluções, porque temos evoluções positivas. Por exemplo, com os alcoólicos, com as pessoas que tinham dependências, acho que se tem conseguido um bom trabalho, temos pessoas que não estavam sensibilizadas para o tratamento, e muitas vezes é um bocadinho por imposição, a própria medida impõe-lhes um bocadinho isso. Mas eles depois vão e ficam com este vínculo, com este serviço e percebem que têm que estar em períodos abstinentes, e começam a investir um bocadinho na saúde. Eu acho que se calhar, se não tivessem este contacto com a medida e com os técnicos, possivelmente não o fariam.” (Carla, Serviço Social).

Este trabalho de acompanhamento técnico é considerado por alguns dos entrevistados como sendo potenciado pela mobilização e intervenção de uma rede de instituições locais, conforme previsto na lei que pode facilitar a utilização de múltiplos recursos que se ajustem a uma intervenção multifacetada e integradora que é necessário desenvolver em presença de um conjunto de necessidades e constrangimentos vividos pelas pessoas que recorrem aos serviços.

Estamos perante fenómenos sociais complexos pela sua multidimensionalidade que exigem a capacidade de mobilização de todas as estratégias e recursos disponíveis, nomeadamente, a nível local. Daí decorre a importância do desenvolvimento de um trabalho técnico e institucional em rede que minimize as situações de carência e promova a mudança de vida dos beneficiários:

“(...) é a existência de uma rede que é um ponto forte porque (...) se nós queremos facilitar a mudança de vida das pessoas temos que trabalhar a vários níveis: da saúde, educação, do emprego.” (António, Psicologia).

Porém, cerca de metade dos entrevistados considera que a medida tem sofrido alterações que a torna cada vez mais desajustada às necessidades das famílias, nomeadamente, no que respeita à prestação pecuniária cujo valor tem vindo a diminuir face ao aumento do custo de vida e, por isso, a dificultar o acesso aos bens essenciais:

“(...) os valores actuais da medida. Esta diminuição da prestação veio dificultar, também, a intervenção, porque muitas famílias não têm [rendimentos] para satisfazer as necessidades (...) nomeadamente, a despesa habitacional e aquisição de bens essenciais que é a alimentação.” (Elvira, Serviço Social).

O favorecimento da acomodação dos indivíduos e famílias beneficiárias por parte da medida, é outro aspecto negativo evidenciado por alguns dos profissionais:

“Depois tem o reverso da medalha que pode contribuir para o acomodar com essa situação... quando, também, são dadas as coisas de bandeja, digamos assim, e é oferecido tudo às pessoas, e as pessoas não têm de se esforçar por ter o mínimo também pode ser prejudicial. E o que eu considero é que a medida do RSI veio, em algumas situações, criar uma situação de as pessoas se habituarem a viver com aquilo e até não lutarem por ter uma coisa melhor. Aquele rendimento seria necessário para satisfazer as necessidades básicas e, portanto, foram-se acomodando àquilo ou deixando-se ficar e não lutam e não têm objectivos a longo prazo. Penso que o pior é mesmo isso, o acomodar à medida e não lutar e não traçar objectivos a longo prazo de independência, de autonomia da medida.” (Andreia, Serviço Social).

Esta opinião, de alguma forma, estende-se à comunidade em geral e influencia as representações sociais associadas à medida que, para a generalidade da sociedade, é negativa. Em consequência, quem beneficia da medida é também rotulado negativamente pela sociedade:

“Acho que a medida está muito associada a essas questões irregulares, tal como está o subsídio de desemprego, como estão as baixas médicas. (...) o RSI tem um problema... é que as pessoas para terem direito ao subsídio de desemprego trabalharam, o RSI é visto, muitas vezes, como para as pessoas que não trabalham. Nós não nos podemos esquecer que é uma população muito abrangente, que há pessoas com situações de vida completamente diferentes. Pessoas que estão na medida porque, efectivamente, é cómodo assim, não vamos dizer que não. Mas

também há pessoas que estão na medida porque não têm, neste momento, hipótese de alterar essa situação. A medida tanto pode ser vista como algo muito positivo, como pode ser vista algo como um monstro que é quase como um parasita da sociedade. E acho que tem este aspecto duplo.” (Carolina, Educação Social).

Os processos de desqualificação social desencadeiam-se a partir desta relação que se estabelece entre quem é designado de pobre porque depende dos sistemas de protecção social e a sociedade que assim o designa (Simmel, 1998; Paugam, 1993).

Acresce que os procedimentos inerentes ao desenvolvimento da medida de RSI têm-se tornado cada vez mais burocratizados, facto que, para alguns técnicos, põe em risco o tempo necessário ao adequado acompanhamento das famílias:

“(…) tem existido... cada vez mais uma burocratização. Temos cada vez mais que obedecer a determinados critérios, determinadas avaliações que nos são exigidas fazer que acho que roubam um bocadinho de tempo para aquela relação de proximidade e de mais investimento nas famílias. Porque é muito burocrática acho que nos absorve e que depois deixa um bocadinho menos de tempo para nós investirmos na relação de proximidade com as famílias.” (Manuela, Serviço Social).

A rigidez burocrática e procedimental, é apresentada como um obstáculo à mudança (Sousa *et al.*, 2007:84), uma vez que os profissionais ficam absorvidos por necessidades de responder a imposições procedimentais e administrativas.

Por um lado, importa que os técnicos tenham a percepção dos limites à intervenção que desenvolvem junto das famílias, a nível profissional, organizacional e individual o que lhes exige uma grande criatividade para que accionem estratégias que permitam a obtenção de resultados na resolução das situações de pobreza e exclusão social, por outro, também é indispensável que os próprios beneficiários se mobilizem para, em conjunto, ser possível inverter o processo que os conduziu à situação de dependência face aos serviços.

Neste sentido, quando questionados sobre as estratégias que julgam que os beneficiários accionam ou deveriam accionar para conseguirem a mudança das suas condições de vida, a maioria dos entrevistados valoriza as que se referem ao envolvimento activo dos beneficiários na procura de emprego:

“São cada vez mais, as pessoas que procuram trabalho por iniciativa própria e tentam formas de resolver a situação. (...) nós temos muitos beneficiários que por iniciativa própria, vão para o

estrangeiro porque sentem aqui um bocadinho esgotado. Outros vão tentando sempre arranjar umas horas, qualquer coisa que lhes possa dar ali uma fonte de rendimento complementar. Mas que não é muitas vezes suficiente, não é? (...) [E]a criação do próprio emprego para algumas situações. Víamos [os técnicos] que até tinham condições, que tinham vontade para isso e foi, então, um trabalho positivo. Uma delas foi uma senhora que montou uma confecção. Foram três pessoas que se juntaram e começaram a pedir trabalho a umas fábricas e faziam em casa, entretanto desentenderam-se mas uma agarrou a ideia e então começou a contactar empresas para trabalho para fazer em casa. Está ela, o marido veio para trabalhar com ela depois, e tem já pessoas a trabalhar com ela também.” (Carla, Serviço Social).

E, na opinião desses mesmos profissionais, também devem apostar na melhoria das suas habilitações escolares e profissionais porque fundamentam tratar-se de um factor importante de mobilidade social:

“(...) o objectivo principal seria... investir na educação. Até porque a educação é(...) o principal factor na mobilidade social.” (António, Psicologia).

O mesmo técnico realça a importância deste investimento ser feito por parte da família, desde logo, a começar pelos filhos:

“(...) quando vejo uma família a mostrar interesse pela educação das suas crianças eu estou a ver ali um potencial de mudança, a nível dessa família, enorme. (...) a longo prazo eu sei que a próxima geração será capaz de ter uma vida melhor.” (António, Psicologia).

A procura de alternativas junto da comunidade e familiares é outra das estratégias desenvolvidas pelos beneficiários e que são assinaladas e valorizadas por alguns técnicos:

“(...) uma estratégia muito adoptada pelos beneficiários do RSI é serem capazes de recorrer a elementos da comunidade, do seu meio, das relações e de terem apoios informais por parte de vizinhos, de amigos, (...) é uma estratégia que acaba por ser fundamental até para complementar uma prestação pecuniária que é muito baixa.” (António, Psicologia).

Um dos técnicos atribui a opção por esta estratégia ao facto desta população, em seu entender, viver na necessidade de resolver os problemas imediatos. Trata-se, na maioria das vezes, de necessidades de subsistência que urgem satisfazer:

“(...) [Recorrem] a familiares para resolver, os seus problemas do dia-a-dia e mais imediatos. Acho que uma parte dos beneficiários, hoje em dia, pensa mais nos seus problemas imediatos

do que eventualmente no amanhã. (...) daí, as estratégias que eles utilizam terem mais a ver com a questão de “resolver os meus problemas hoje” (Carolina, Educação Social).

Num contexto marcado por sucessivos constrangimentos e dificuldades as pessoas em situação de pobreza e exclusão social, tendem a orientar a sua vida para o presente (Sousa *et al.*, 2007:35)

Há ainda aqueles profissionais que enunciam que muitos dos beneficiários preferem depender da medida e acomodarem-se:

“Há pessoas que não estão predispostas para mudar, preferem depender dos serviços e as obrigações, muitas vezes, não cumprem e não têm vontade, não querem agarrar projectos, que lhes poderiam dar, a longo prazo ou curto, depende, uma autonomização face à medida. (Andreia, Serviço Social).

Referem também que há beneficiários que, em alternativa, recorrem à economia paralela como meio de obtenção dos meios de sobrevivência necessários. (...) *[outros] fazem economia paralela.*” (Andreia, Serviço Social).

A importância da tomada de consciência das competências que possuem e do valor de cada um, surgiu referenciado num dos discursos:

“(...) perceberem o que sabem fazer, quais as suas competências, até para investirem em pequenas coisas. (...) buscar um bocadinho o gosto por algo, de algo que gosta que depois poderia despoletar outras questões (...). Eu acho que as pessoas podiam ir buscar coisas que, se calhar, até para elas é muito normal fazerem e que não pensariam usar isso para melhorarem a sua situação, em busca de algo melhor.” (Carolina, Educação Social).

Na abordagem que se segue inverteremos o foco da nossa questão e direcionámo-lo para as estratégias que os próprios profissionais entendem acionar para a promoção das mudanças das condições de vida dos “seus” beneficiários.

5.5. Iniciativas de acção colectiva - uma estratégia valorizada

As estratégias que são agora apresentadas são entendidas como necessárias para a mudança das condições de existência dos beneficiários. Esta mudança opera-se a partir de pequenas e grandes evoluções, de “arranjos práticos... que fazem da integração um lugar onde os indivíduos podem encontrar algum grau relativo de autonomia e de condições menos más de existência” (Soulet, 2007:26). Exige,

como afirma Le Bossé (2003:34), a combinação da mobilização do indivíduo para agir, com a disponibilidade de recursos necessários para essa acção.

Acrescenta Branco (2009) que, no âmbito do RSI, a intervenção é orientada para a inserção pela via do mercado de trabalho, da formação profissional e qualificação das pessoas e refere ainda a importância das actividades de utilidade social e comunitária, entendidas como “tarefas de desenvolvimento” assentes em formas inovadoras de articulação entre o económico e o social de base num dado território.

Assim, para além da existência de recursos individuais, são necessários recursos colectivos: possibilidades colectivas de acção, disponibilidade de recursos financeiros, condições de acesso e utilização de serviços, etc.

Como exemplo destas iniciativas registam-se as quatro iniciativas de acção colectiva estudadas -Hortas e atelier de enriquecimento pessoal nas áreas da culinária, artes decorativas e artes florais- promovidas pelas Instituições que enquadram as equipas técnicas abordadas neste estudo.

Os resultados que se apresentam de seguida ilustram a opinião dos técnicos sobre estas iniciativas, nomeadamente, no que respeita aos motivos para o encaminhamento para estas iniciativas, os critérios subjacentes, objectivos a atingir, pontos fortes e fragilidades dos projectos e propostas de melhoria a ter em conta no seu funcionamento.

Começamos por analisar os critérios que estão subjacentes aos encaminhamentos para as hortas. A maioria dos entrevistados encaminha os beneficiários que residem próximos ao terreno de cultivo e que possuem experiência ou motivação para o trabalho agrícola. Surge aqui uma preocupação com a proximidade geográfica ao projecto, de modo a evitar eventuais gastos acrescidos com as deslocações, facilitar a frequência e o acesso ao mesmo e respeitar os interesses e competências pessoais:

“(..) para o projecto tive em consideração a proximidade em relação ao terreno do projecto, de modo a que as famílias não tivessem muitos gastos com a deslocação. Que o projecto não fosse mais um encargo para as famílias, que as famílias pudessem aceder regularmente ao terreno e não terem gastos com isso. Também tive em consideração o gosto que a pessoa tinha pela prática agrícola e, ao mesmo tempo, também, o conhecimento dessa prática.” (Manuela, Serviço Social).

É evidenciado ainda por alguns profissionais, nomeadamente pelos técnicos responsáveis pelo projecto [horta da Trofa], que esse encaminhamento se baseia na livre adesão dos beneficiários:

“Eu costumo perguntar às pessoas se acham que ter um talhão de terra iria ser benéfico para a sua família e se a pessoa iria gostar. Porque lá está...é um projecto que, sem dúvida, não é obrigatório, [a sua adesão] é de livre e espontânea vontade.” (Carolina, Educação Social).

A atitude dos profissionais é influenciada pela expectativa que possuem sobre o efeito positivo que a participação dos beneficiários neste tipo de iniciativas pode ter a nível económico, como complemento do orçamento familiar:

“O facto de a família estar, também, numa situação económica muito complicada que poderá depois com a participação neste projecto e aquilo que recolhe da terra, conseguir a sua subsistência.” (Andreia, Serviço Social).

Para além do já exposto, apresentam como critérios de encaminhamento para as referidas iniciativas, a possibilidade de proporcionar aos beneficiários que não exercem actividade profissional um meio para se sentirem ocupados e poderem-no fazer de uma forma saudável, como avança este entrevistado: *“é uma forma de ocupar saudavelmente o seu tempo”* (Andreia, Serviço Social) e de ganharem hábitos e rotinas.

A participação nestes projectos representa para a maioria dos entrevistados, uma estratégia para a quebra do isolamento social ao permitir que o indivíduo estabeleça novas relações com os demais e se dê o alargamento das redes de pertença:

“Tenho situações que estou a recordar que foram [encaminhadas] muito pela questão do isolamento. São elementos isolados, são agregados isolados que se diziam em situação de pré depressão.” (Elsa, Psicologia Social).

É também reconhecido que estes projectos são facilitadores do acesso a oportunidades que promovem o sentimento de utilidade pessoal e social a partir da execução de uma actividade valorizante e, conseqüentemente, influenciam uma eventual mudança das condições de vida. Por um lado, porque aumentam e diversificam o número de contactos sociais, por outro, exercitam-se competências e habilidades que podem ser facilitadoras na conquista de um lugar no mercado de trabalho:

“[Porque permite às pessoas] se manterem activas e da pessoa estar em contacto com a sociedade, com situações novas que vão surgindo, com oportunidades, eventualmente, até de trabalho. Às vezes na troca de informação estabelecem-se amizades mas podem estabelecer-se também contactos de trabalho ou de outras situações.” (Andreia, Serviço Social).

Tendo em conta, mais concretamente, as iniciativas de enriquecimento pessoal, às questões que lhe diziam respeito, só responderam os cinco profissionais integrados na instituição promotora. Na sua maioria, como fundamentação para o encaminhamento atendem ao facto da pessoa não exercer actividade e se sentir afectada por sentimentos de desvalorização pessoal e social e de possuírem baixa auto estima:

“É pela pessoa se encontrar desempregada... São essencialmente pessoas do sexo feminino... viradas unicamente para a sua casa, para a sua família, para os filhos, e que se esquecem de si próprias, tanto na parte pessoal e valorização pessoal, como na parte profissional também. E que se habitua só... a estar em casa e a não fazer mais nada.” (Andreia, Serviço Social).

Há ainda, por parte destes técnicos, uma preocupação com alguns dos beneficiários no que respeita às suas baixas competências pessoais e, por isso, os encaminham para estas acções:

“[a sinalização] para os Ateliers das Senhoras, quer da costura, artes florais, artes decorativas e culinária, foi pela questão das baixas competências pessoais.” (Elsa, Psicologia Social).

Evidencia-se mesmo uma tendência para o descrédito nas suas competências e capacidades e, através desta integração das pessoas nas hortas ou nos ateliers, os profissionais acreditam que se consegue levar a pessoa a perceber que, afinal, sabe fazer algo socialmente meritório:

“Sobretudo é isso... É elas perceberem e muitas destas senhoras não percebem, que têm jeito para algumas coisas. Para elas, nunca sabem fazer nada: não sabem informática, não sabem de culinária, não sabem nada.” (Paula, Educação Social).

A maioria dos técnicos reconhece a relevância dos projectos no que se refere aos aspectos que se prendem, fundamentalmente, com a valorização pessoal e social dos participantes, a devolução do sentimento de utilidade social e a quebra do isolamento social.

Aliada a estas dimensões de ordem pessoal, social e simbólica, outros objectivos são enunciados, desta vez, de natureza económica, pois espera-se um aumento dos rendimentos familiares e a melhoria da qualidade alimentar:

“(...) que uma pessoa sinta que tenha algo, que tire algum proveito do seu trabalho e que melhore a sua auto-estima ao alterar a percepção que trabalha, que está ali a produzir alguma coisa, que não é uma pessoa inútil, que está a trabalhar... e (...) claro, também, ajuda a complementar o seu orçamento familiar e a ter uma alimentação saudável.” (António, Psicologia).

Surtem testemunhos de casos em que os beneficiários integrados nestas acções chegam mesmo a desenvolver pequenos negócios a partir das aprendizagens que lhes são proporcionadas:

“Nas artes decorativas, por exemplo, umas senhoras aprendem a fazer bordados e colares [bijuteria] e fazem daquilo um pequeno negócio...uns miminhos que eles têm também para oferecer e, [para além disso] criam algo.” (Elsa, Psicologia Social).

5.5.1 Pontos fortes das iniciativas de acção colectiva

Na sequência do que temos apresentado, percebe-se que são atribuídos às iniciativas de acção colectiva impactos positivos na vida das pessoas que as frequentam. Estes resultados, fazem com que estas acções sejam exemplos de estratégias a valorizar na intervenção social com objectivos de promoção da mudança das condições de vida dos beneficiários e corroboram o que nos é referido por Branco e Amaro (2011) quando nos apresentam o “trabalho grupal e comunitário” como soluções alternativas a considerar no combate à pobreza e exclusão social em oposição às lógicas da individuação e subjectivação da intervenção.

Do ponto de vista social, a maioria dos entrevistados evidencia como ponto forte, os efeitos positivos que as iniciativas de acção colectiva desempenham nas relações interpessoais e de ajuda e no consequente alargamento das redes de pertença que favorece a integração social dos indivíduos:

“Também a questão das relações entre as pessoas. Tinha, por exemplo, uma senhora que se sentia isolada, que chegava muitas vezes aqui aos serviços deprimida, pelo tipo de vida que tem, da relação com o filho não ser muito boa. (...) Então era uma senhora também muito confinada ao espaço casa e com poucas amigas. A partir do momento que veio aqui para o projecto notou-se uma melhoria muito grande na sua aparência. Porque muitas vezes dirigia-me ao terreno e via a senhora a sorrir no grupo das várias senhoras que estão aqui no projecto, toda contente a conversar. (...) Mesmo quando não trabalhava o terreno, sempre que havia alguma actividade que era proposta pelo projecto, um workshop, uma festividade... ela aderiu e nota-se aquela alegria de estar cá, de integrar um grupo, de estar com as amigas e tudo.” (Manuela, Serviço Social).

Está implícito no conteúdo do depoimento anterior o potencial que resulta da participação dos beneficiários nestas iniciativas e que respeita à alteração das condições de vida marcadas pela solidão e isolamento social. Essa potencialidade sai vincada no testemunho que se segue:

“A questão de eu conhecer outras pessoas que têm uma situação idêntica à minha; pessoas que até têm uma situação de vida completamente diferente da minha; podermos partilhar opiniões, ideias...a questão de se criar amizades (...) Este projecto também tem essa questão (...) de quebrar o isolamento que muitas vezes as pessoas sentem.” (Carolina, Educação Social).

Este efeito integrador resultante da participação num dos projectos em análise, estende-se aos casos inter-étnicos, com relevo para pessoas de etnia cigana e muçulmanos que conseguiram acolher e verem-se acolhidos, de forma positiva, por todos os participantes dos projectos que frequentam:

“Nesta horta temos beneficiários de etnia cigana e não cigana. Numa fase inicial tínhamos um elemento ou outro não cigano que apresentou alguma resistência. Integraram-se muito bem e têm um óptimo relacionamento, porque a beneficiária não cigana acaba por se sentir útil e importante porque está ali a passar outros ensinamentos.” (Elvira, Serviço Social).

A par destas dinâmicas interpessoais entre os diferentes intervenientes nos projectos, alguns testemunhos apontam também para os benefícios para as próprias relações interpessoais intrafamiliares. Há relatos de que o projecto permitiu alterar a relação existente entre pai e filho, a partir do trabalho em equipa que foi necessário desenvolver e, conseqüentemente, valorizar mutuamente as competências e habilidades de cada um:

“...famílias que eu acompanho e estão aqui no projecto, a quem este permitiu a aproximação entre determinados elementos de uma mesma família. (...) O pai e o filho identificam-se mais com o projecto e a prática agrícola e iniciaram, então, os trabalhos aqui e houve uma grande aproximação entre estes dois elementos. É muito curioso depois ver a relação dos dois e a grande proximidade entre eles.” (Manuela, Serviço Social).

Outro dos efeitos que se reconhece a estas iniciativas diz respeito à influência que exercem na “aparência” das pessoas, já referida num dos excertos anteriores. Aponta-se a melhoria do autocuidado e alteração positiva da imagem dos beneficiários, com destaque para as mulheres que as frequentam, tal como percebemos por este comentário:

“Melhoram a imagem pessoal (...), arranjam-se e nota-se que elas têm esse cuidado quando vêm para cá.” (Elsa, Psicologia Social).

Para além destas, outras dimensões simbólicas são mencionadas. Destaca-se a (re)construção de sentimentos de utilidade social porque realizam uma actividade valorizada socialmente, quer através do cultivo da terra ou da confecção de artigos de artesanato ou produtos de culinária, quer através da

transmissão dos saberes que possuem em cada área e que podem ser de grande interesse para os demais participantes. É-lhes conferida a oportunidade de descobrir competências pessoais e sociais, muitas vezes, desconhecidas dos próprios ou por si desvalorizadas:

“[É importante] a possibilidade deles partilharem experiências uns com os outros, aprenderem, adquirirem mais conhecimentos, (...) o facto deles se entreajudarem, sentirem-se úteis uns para com os outros e perceberem que todos são importantes, cada um à sua maneira. Tivemos uma situação que estava a passar por uma fase mais complicada em termos emocionais e que o facto de estar integrada e de poder partilhar os conhecimentos que ela tinha com outras pessoas, deu-lhe uma outra perspectiva de vida, uma outra forma de estar que a ajudou imenso.” (Elsa, Psicologia Social).

Por esta via informal, tomam consciência da importância do seu papel enquanto elementos de uma comunidade, recuperam o seu lugar na sociedade e restabelecem o ânimo perante a vida. Segundo alguns dos técnicos entrevistados, esta mudança de perspectiva de vida é também trabalhada na medida em que a participação nos projectos representa a possibilidade de cada um dos participantes se sentir saudavelmente ocupados, quando até então, o tempo era vazio e sem significado, para a maioria deles.

“Eu vejo a horta como um instrumento para a mudança na medida em que permite às pessoas ocuparem o seu tempo de uma forma saudável e, ao mesmo tempo, tirarem proveito disso.” (António, Psicologia).

Este entrevistado, acompanhado por outros profissionais que manifestaram a mesma opinião, acrescenta que as iniciativas de acção colectiva em estudo configuram uma oportunidade efectiva de melhoria das condições de vida resultante da obtenção de rendimentos adicionais e de alguma poupança. Nomeadamente, no que respeita às hortas sociais os beneficiários aderentes, beneficiam dos montantes angariados com as vendas dos produtos agrícolas que cultivam ou poupam verbas do orçamento familiar porque obtêm os produtos que cultivam ou partilham outros com os colegas:

“Aquilo que eu verifico é que existe uma necessidade; as pessoas têm uma necessidade da parte do económico, e se nós cultivarmos ali umas alfaces, um feijão ou umas ervilhas, seja lá o que for, automaticamente, conseguimos retirar dali um lucro, não é? A parte económica vem de outra forma e às vezes as pessoas ainda não chegaram lá. Ainda não perceberam que se calhar com um simples trabalhar a terra resolvemos alguns problemas básicos do nosso dia-a-dia, que é a questão da alimentação.” (Manuela, Serviço Social).

O exercício desta actividade permite-lhes aceder a um conjunto de bens que, direta ou indirectamente, lhes vão proporcionar recursos financeiros e, para além disso, melhorar a qualidade da sua alimentação:

“(...) a poupança efetiva que as pessoas nos têm transmitido, no seu orçamento familiar com a aquisição destes produtos, com o cultivo destes produtos têm feito uma poupança. Através desta prática agrícola conseguem beneficiar de produtos que não tinham capacidade económica para adquirir anteriormente. E algumas das pessoas que tiveram conhecimento de alguns produtos aos quais não tinham acesso nem conheciam e, através do projecto, começaram a poder introduzi-los na sua alimentação e esta tornou-se mais variada.” (Manuela, Serviço Social).

Este efeito de melhoria de recursos financeiros também é reconhecido como um benefício resultante da participação de beneficiários nos ateliers de desenvolvimento pessoal (ateliers de costura, artes decorativas e artes florais) de que é exemplo a venda dos produtos manufacturados (bijuteria, arranjos florais, etc.) que ali aprendem a fazer:

“No final agradeciam porque até fizeram um jogo de velinhas agora para o Natal para oferecer ou, como diziam: “Vender estas velinhas já vai ser uma ajuda para a ceia de Natal””. (Elsa, Psicologia Social).

Para além disso, é realçado o facto de proporcionarem a aquisição de novos conhecimentos e melhoria de competências pessoais e profissionais.

“Acho que isso é uma mais valia.... o gosto com que estas senhoras apresentam os trabalhos, a motivação com que elas tiveram a elaborar os trabalhos manuais. Por isso eu acho que é um ponto forte elas conseguirem adquirir competências e melhorar outras.” (Elsa, Psicologia Social).

Em simultâneo, referem que se trata de uma mais valia que pode potenciar a integração no mercado de trabalho porque se dá uma abertura destas pessoas à comunidade e à construção de novas amizades e, conseqüentemente, podem surgir contactos importantes para a identificação de oportunidades de ingresso no mercado de trabalho, ainda que reconheçam que possam ser por tempo determinado e limitado:

“(...) a acumulação de experiências e, eventualmente, oportunidades de integração no mercado de trabalho, porque... e nós temos exemplos concretos disso, de pessoas que começaram por fazer as acções de enriquecimento pessoal no Centro Comunitário e que as ficamos a conhecer e se ofereciam a fazer mais isto ou aquilo pontualmente, em situações de maior trabalho em algumas actividades que nós temos de alguns trabalhos que envolvam maior número de

peçoas. A partir daí começaram a ser voluntárias de forma mais regular. E do voluntariado tiveram a oportunidade de integrarem projectos do Centro de Emprego que têm esse duplo objectivo de juntar competências pessoais e integração no mercado de trabalho e ter rendimento. (...), ter realmente um rendimento naquele período, mas, também, ter mais capacidades e ter mais competências pessoais para realmente voltarem a estar no ciclo, produtivo, é isso, exactamente.” (Andreia, Serviço Social).

Por outro lado, dizem os entrevistados que a participação no projecto gera oportunidades de ocupação saudável e, ao mesmo tempo, permite-lhes experienciar o sentimento de contribuir activamente para a satisfação das suas necessidades básicas, a partir do produto do seu trabalho e do seu esforço:

“A pessoa que está ali a trabalhar está a ocupar o seu tempo, está a ter um complemento do seu orçamento familiar, (...) está a produzir para si própria. E, portanto, tem esse sentimento, essa questão simbólica de estar, a própria pessoa, a assegurar o seu próprio sustento.” (António, Psicologia).

Os beneficiários readquirem, segundo alguns técnicos, a capacidade de decidir e escolher com autonomia o que desejam para si, num cenário habitualmente marcado por imposições administrativo-institucionais tão “naturais” na relação que estabelecem com os serviços de apoio social. Nestes projectos é-lhes dada a liberdade de decidirem sobre o tipo de cultivos a realizar, o tipo de plantas, o planeamento de espaços, a organização de horário, para além de outros aspectos:

“(...) sei que aquele projecto pode dar outras coisas àquela pessoa, que ela não está à espera. Acaba até por ser um bocadinho terapêutico, pela liberdade de escolha que as pessoas têm. E daí também ser importante este projecto, é a liberdade de escolha que, muitas vezes, são negadas noutras respostas sociais. E este projecto tem essa vertente, essa liberdade de escolha. Acho que até tem muito a ver com os objectivos do projecto [horta da Trofa] e faz todo o sentido. (...) lá está, aquela liberdade que o projecto dá; permite à pessoa até encontrar-se, dar de si. A questão de, por exemplo, eu poder escolher qual é o legume que eu quero semear, escolher como eu quero fazer a minha plantação, eu ter a capacidade de criar os meus próprios horários, por exemplo, eu poder escolher os dias em que eu vou, como eu quero ter o meu talhão, acho que isso é um ponto bastante forte deste projecto”. (Carolina, Educação Social).

Neste excerto está ainda implícita a importância de possuir, de ter algo, um produto, um talhão... algo que é de cada um e depende do seu empenho e da sua acção, em contradição com um contexto anterior marcado por perdas sucessivas:

“Não tem horários, não tem essa rigidez, mas consegue ao mesmo tempo dizer: Ok, isto é meu, venho cá de manhã ou à tarde ou quando me der jeito ou quando me apetecer, mas faço isto com gosto.” (Manuela, Serviço Social).

Para além disso, a frequência dos projectos cria, segundo alguns dos entrevistados, as condições para treinar a rotina e o sentido de responsabilidade:

“(...) E o facto de eles irem para lá, faz com que eles ocupem mais o seu tempo, que saiam de casa, que tenham alguma rotina, (...).” (Ilda, Serviço Social).

Esta realidade, a par do que se tem vindo a tratar, constitui um factor que concorre para a melhoria do autoconceito e da auto-estima de cada pessoa:

“(...) um espaço para trabalhar competências, tanto a nível social como a nível pessoal, permite trabalhar a auto-estima e o cumprimento de regras.” (António, Psicologia).

Segundo os entrevistados, promove-se, desta forma, a alteração da imagem que cada um possui de si ou pensa que os outros possuem sobre si e que têm consciência ser, muitas vezes, uma imagem desgastada e desvalorizada socialmente, aliada à preguiça, à falta de competências, à dependência dos serviços e dos apoios sociais e, conseqüente, de acomodação das pessoas.

A participação no projecto das hortas tem efeitos positivos na concepção de uma nova identidade a partir da valorização das competências de cada um, por si próprios, com repercussões na melhoria do nível de auto-estima dos indivíduos, como já havíamos destacado:

“Há um orgulho muito grande em se poder partilhar porque depois, por sua vez, há o orgulho em dizer: eu tenho a melhor alface, tu tens o melhor feijão, tu tens a melhor cabaça. (...) as pessoas sentem-se bem, também, por isto, por esta partilha.” (Manuela, Serviço Social).

Esta partilha que aqui é relatada prende-se com a troca de produtos cultivados pelos vários beneficiários intervenientes. Ao mesmo tempo, estão a ser valorizados pelo desempenho de uma actividade e pelo produto da mesma:

“Eu acho muito positivo o facto de serem as próprias pessoas a cultivar e a terem a possibilidade de que o que cultivam ser mais uma forma de se sustentarem, não é? Porque contribui para a alimentação da família e, também, terem a possibilidade de até fazerem trocas com outros beneficiários que fazem também cultivo.” (Adriana, Serviço Social).

Há técnicos que evidenciam o sentimento de orgulho que é revelado pelos beneficiários ao verem os seus legumes crescerem:

“Penso que eles até vão fazendo algumas partilhas e lembro-me duma situação muito, muito curiosa, duma das situações que tivemos lá, que um dos beneficiários quando começou a ver, penso que era umas couves a nascerem, não as cortava porque gostava de as ver ali. E é engraçado de se ver isto, não é?” (Elvira, Serviço Social).

Um outro factor que é apresentado como muito positivo tem a ver com o facto da participação nestes projectos permitir aos intervenientes ver resultados imediatos da sua acção um exemplo é a utilização dos produtos que cultivam na sua própria alimentação:

“E acho que é muito importante o facto de se ter uma actividade em que os beneficiários conseguem ver os resultados. Porque existem outros projectos... porque aquela falta de resistência à frustração, por vezes noutras actividades não resulta tão bem, porque não há resultados imediatos. Acho isso um aspecto muito positivo. E depois, não só o resultado é imediato, como é possível fazer um consumo imediato, não é? As pessoas têm uma satisfação directa daquilo que estão a fazer.” (Adriana, Serviço Social).

Daqui resulta num estímulo que é importante para que estas pessoas continuem a acreditar em si próprias e se mantenham activas no processo de descoberta de possibilidades de mudança.

Esta predisposição para a mudança está presente, quer nos participantes nas hortas, quer nos participantes nos ateliers de desenvolvimento pessoal, conforme reforçam alguns dos entrevistados. Os beneficiários envolvem-se espontânea e voluntariamente em actividades produtivas que lhes trazem alguma autonomia, reconhecimento e valorização pessoal e social:

“O facto de eles se sentirem úteis, na horta principalmente. O sentirem-se úteis por ajudarem uma instituição com algo que eles sabem fazer, é um ponto forte. Acho que na Horta Comunitária para esses grupos de voluntários é o facto de eles se sentirem úteis porque são por norma pessoas já com mais... mais velhas que sentiam que não tinham já nada para dar e por isso vieram junto do técnico solicitar: eu estou disponível para ajudar porque vai ser para a Instituição.” (Elsa, Psicologia Social).

Percebe-se pelo excerto que acabamos de ler a importância que tem a disponibilização de recursos e projectos pelas instituições de acção social para a melhoria do bem-estar das pessoas que acompanham. Mais do que garantir as mínimas condições de subsistência, através da participação nestas iniciativas,

procura-se garantir o direito à utilidade social e consideram-se os indivíduos como cidadãos activos e não como “assistidos a socorrer” (Rosanvallon, 1995:178).

Por fim, surge a referência à importância de se verificar um acompanhamento técnico de proximidade destes beneficiários. Estas relações sustentam-se na relação de confiança, na partilha entre técnico e beneficiário, no respeito pelas suas escolhas, na atitude valorizadora do técnico face às competências demonstradas pelos beneficiários, etc.:

“Não é naquele sentido que em vez de ser: dou uma cana que vais pescar vou-te dar uma sachola que tu vais cavar. Não é só nessa lógica, é: dou-te a sachola, dou-te as sementes, dou-te os produtos e vou-te ajudar a cultivar. Eu acho que é aqui que faz a grande diferença. O estar lá, eu [técnico] vou estar presente e é uma presença com consciência, ou seja, é de alguém que sabe.” (Manuela, Serviço Social).

Os técnicos também valorizam a continuidade de um dos projectos em análise, uma horta social que existe desde 2010. Consideram importante que as pessoas sintam que o envolvimento não será interrompido por factores administrativos:

“A horta é um projecto de continuidade. Portanto as pessoas sabem que podem continuar desde que cumpram com o regulamento (...).” (Carolina, Educação Social).

5.5.2. Fragilidades das iniciativas de acção colectiva

Não obstante todos estes aspetos positivos que aqui foram apresentados, alguns dos entrevistados apontaram, também, fragilidades aos projectos em análise.

A falta de motivação de alguns dos beneficiários é um dos constrangimentos enunciados porque, muitas vezes, está na base da desistência e do abandono do projecto:

“(...) Haver ali um determinado momento de falta de motivação e abandono do projecto por parte dos utilizadores.” (Manuela, Serviço Social).

A par disso, partilham as ocorrências relacionadas com a existência de relações conflituosas entre os participantes:

“E este projecto também tem essa vertente, devido a essa proximidade, porque eu tenho um talhão muito perto do seu e, portanto, isso obriga-nos a ter regra de convivência e muito próximas e às vezes não é fácil de gerir estes conflitos, não é nada fácil gerir esses conflitos. É um aspecto que pode ser bastante complicado neste projecto.” (Carolina, Educação Social).

Estes conflitos surgem, segundo o técnico que os mencionou, devido à falta de um acompanhamento técnico regular:

“Também da parte dos técnicos, (...) haver um acompanhamento regular que pudesse permitir um acompanhamento mais adequado às famílias e às pessoas que frequentam o projecto.”
(Carolina, Educação Social).

A centralidade geográfica de um dos terrenos de cultivo é um aspecto que, segundo alguns entrevistados, impede a adesão de um maior número de famílias às hortas:

“Podemos falar na centralização do mesmo. O facto de ser inacessível a famílias de outras freguesias mais distantes...” (Andreia, Serviço Social).

Por fim, identificam como sendo, igualmente, um constrangimento o deficiente envolvimento no desenvolvimento das actividades por parte dos parceiros de uma das iniciativas de acção colectiva:

“Nem sempre é fácil que os parceiros ponham mão na massa. E que, tenham o mesmo interesse pelo projecto que nós temos e, até ter a mesma visão deste projecto que nós temos.” (Carolina, Educação Social).

No que concerne às acções de enriquecimento pessoal, revelam que nem sempre é fácil a adesão das beneficiárias às acções propostas e associam tal resistência à vergonha de serem identificadas e reconhecidas como tal, conforme nos comenta um dos técnicos:

“É elas, muitas vezes, se sentirem constrangidas porque se estão naquele grupo é porque são beneficiárias. Embora nestes grupos de trabalho haja a possibilidade de senhoras que não são beneficiárias da medida os frequentarem, mas queremos que não a maioria são beneficiárias do Rendimento Social de Inserção... e quando elas integram estes grupos de alguma forma estão a assumir que são beneficiárias do Rendimento Social de Inserção. (...) Têm mais dificuldade em assumir isso aquelas famílias que estão recentemente na medida e que recorreram à medida em último recurso. Para estas pessoas... como são meios mais pequenos onde vivem... sentem mais dificuldade.” (Paula, Educação Social).

E, para além disso, entendem também alguns técnicos que um dos aspectos negativos destas acções é a sua duração visto que seis meses é um período de tempo insuficiente face às necessidades, expectativas e impactos que têm na vida das participantes:

“Elas [participantes] no início, sobretudo para as sessões do Centro Comunitário de S., mostram-se sempre, a maioria delas, muito resistentes, porque pensam que se vão encher... e depois de

algumas sessões elas acabam por gostar, e depois vêm dizer: “Ai que pena que já acabou!”. Pronto, se calhar, não sei se haverá condições para isso, se calhar também não porque é muita gente no concelho, mas era dar continuidade, não é? De uma forma mais personalizada, que também já é tempo de ser feito.” (Andreia, Serviço Social).

Esta questão da duração dos projectos é um dos aspectos tratados por Sousa *et al.* (2007:75) que consideram que a intervenção é mais eficaz se tiver uma duração mais prolongada no tempo. Entendem os autores que o envolvimento activo em programas de apoio de longo prazo, permite um melhor conhecimento das pessoas e um reforço da relação de confiança importantes para o adequado processo de acompanhamento social.

Tendo em conta a descrição feita em capítulo anterior, no caso da horta promovida pela IPSS de Paços de Ferreira, as pessoas são integradas no projecto a partir de candidatura efectuada ao IEFP e recebem uma bolsa durante um ano por nele participarem. Neste caso, um dos técnicos responsáveis afirma que, por vezes, essa limitação temporal que implica, simultaneamente, um período limitado para auferir um dado rendimento, representa para quem adere, um desfasamento entre as suas expectativas e a realidade das acções em que participam, causando alguma frustração:

“Já é a segunda vez que está a acontecer que as pessoas que começaram como voluntárias que, entretanto, tiveram nesse projecto do Centro de Emprego e que quando o projecto termina, por mais que a pessoa tenha consciência que o projecto é de um ano e que não pode ser renovado e que quando chega ao fim, chega mesmo ao fim... fica ali um vazio e quase uma mágoa. Nos primeiros tempos a pessoa tem muita dificuldade em aceitar isso. A pessoa sente-se quase como que desrespeitada, digamos assim, e sente-se muito perdida porque também cria uma expectativa, durante este ano, que depois possa haver mais qualquer coisa. E estas expectativas são um bocadinho difíceis de gerir.” (Andreia, Serviço Social).

Ao fim de um ano a receber a bolsa, os participantes podem continuar ligados ao projecto em regime de voluntariado. E como veremos em capítulo próprio, não obstante haver quem se sinta defraudado nas suas expectativas, outras pessoas mantêm-se ligadas porque percebem impactos positivos nas suas vidas através dessa participação nas actividades da horta.

Uma outra técnica revela alguma preocupação com a sustentabilidade do projecto referente à horta da IPSS de Vila Verde, projecto que também é dependente, até à data da realização deste estudo empírico, de verbas que sustentem as despesas de funcionamento das acções e o acompanhamento técnico. Aqui os participantes também recebem bolsa durante um ano, mas a sua permanência no projecto não tem

esse mesmo limite temporal. Neste caso e para este efeito, o que está em causa na visão do profissional entrevistado, tem a ver, sobretudo, com a garantia da continuidade da horta. Afirma o técnico que a promoção da venda dos produtos excedentários obtidos das culturas realizadas por cada um dos participantes pode ser uma solução para a referida sustentabilidade do projecto, uma vez que deixaria de ser necessário depender de apoios públicos para o efeito:

“(...) aquela questão da venda e de não se ter conseguido concretizar. Acho que é a maior fragilidade, porque também se pretendia que fosse no fundo, daqui a uns tempos, autossustentável. E se não conseguirmos realmente ver aqui uma outra oportunidade para esta questão da venda, vai ser realmente aqui a maior fragilidade que vamos ter.” (Elvira, Serviço Social).

5.6. Impactos das iniciativas de acção colectiva na mudança de vida dos seus beneficiários

Quando questionados sobre os impactos destes projectos na mudança de vida dos beneficiários participantes, os técnicos respondem, unanimemente, realçando as mudanças operadas em várias dimensões da vida das pessoas: individual, social e simbólica.

Questionados sobre os efeitos positivos da participação nas condições de vida dos beneficiários, referem que não têm dúvidas quanto a isso porque ouvem os relatos dos próprios beneficiários.

Um dos domínios referidos tem a ver com a alimentação e os benefícios que têm directamente a ver com essa participação:

“As próprias pessoas verbalizam essa mudança. E quando assim é, é impossível achar que o projecto não tem o seu valor, não é? Quando temos pessoas que dão um testemunho que a sua vida muda radicalmente desde melhoria da questão da saúde, diminuição do isolamento, o facto de se sentirem mais úteis, o facto de terem legumes para fazer sopa para praticamente todos os dias, o facto de poderem ter legumes para dar alguém em troca quase como um presente, o facto dessa coisa tão simples faz com que valha a pena.

Porque não precisamos nós de avaliar o projecto. As próprias, os próprios utilizadores dão-nos o feedback dessas mudanças. E quando assim é, é muito importante!” (Carolina, Educação Social).

Do ponto de vista económico, realça-se, fundamentalmente, o papel das hortas. Aponta-se como vantajosa a possibilidade de venda ou troca de produtos entre beneficiários agricultores permitindo-lhes evitar a compra dos alimentos em causa:

“...A nível económico também existe uma mais-valia que é óbvia, o que produzem na horta não precisam de comprar no supermercado. Alguns utilizadores vendem, outros trocam. Alguns vendem aqui na Misericórdia, outros vendem fora, nas suas redes informais.” (António, Psicologia).

Quanto à participação nos ateliers de desenvolvimento de competências é também referida esta questão da poupança. O exemplo apresentado aponta para o facto das participantes adquirirem conhecimentos na área da costura e, dessa forma, poderem realizar pequenos arranjos que lhes permitem também obter uma fonte de rendimento indirecta, pela via da poupança:

“Em relação às acções de enriquecimento pessoal tentamos que estas acções abordem alguns temas que lhes possam ser úteis. (...) introduzimos a área da costura com o objectivo de as dotar de ferramentas que possam utilizar na sua própria vida pessoal. O fazer uma costura, o fazer uma bainha, pregar um botão, não ter que levar à costureira, isso para fazer fora, elas poderem fazer em casa e, eventualmente, até mais alguma coisa: fazer uma bolsinha, fazer uma carteira, aprenderem a fazer um bordado...bordar uma babete para oferecer, já não vai comprar. Portanto, tentamos que este tipo de acções também lhes deixem lá alguma coisa, pode não ser no momento, pode não lhes criar um trabalho, digamos assim, um emprego, uma empresa, mas a nível pessoal podem ser mais algumas ferramentas que elas possam utilizá-las no futuro.” (Andreia, Serviço Social).

Para além desta situação, foram partilhados outros depoimentos de técnicos que referem ser possível a angariação directa de rendimentos complementares, a partir da venda dos artigos de artesanato que aprenderam a confeccionar nos ateliers de desenvolvimento de competências.

“(...) do universo das famílias que eu acompanho, eu tenho duas situações de duas senhoras que a partir das aprendizagens que fizeram conseguiram, de alguma forma, também ter, naquilo, uma fonte de rendimento. (Paula, Educação Social).

Nestes depoimentos é-nos dito que a participação nestas acções possibilita o reforço dos rendimentos das famílias. Porém, não nos é referido que esse reforço é suficiente para a autonomização face à medida de RSI. Mas, apesar disso, não retira a importância que lhe é atribuída pelos beneficiários enquanto fonte complementar do orçamento familiar.

A par desta melhoria dos recursos financeiros dos agregados, crescem os efeitos que as hortas têm na alteração da qualidade alimentar dos participantes. Tanto em qualidade e diversidade, como em quantidade:

“Por outro lado, a melhoria em termos alimentares porque é uma alimentação saudável. As pessoas podem consumir mais, decerto não tinham acesso a legumes. O tipo de alimentação era muito mais pobre e agora podem, realmente, melhorar a sua alimentação consideravelmente.” (Manuela, Serviço Social).

Como se depreende da análise das entrevistas, a dimensão económica é a mais valorizada pelos técnicos a que se seguem outras, como é o caso da dimensão simbólica. Os técnicos registam com muito interesse e entusiasmo, os impactos positivos que estas acções desempenham na melhoria da auto-estima das pessoas envolvidas. Realçam, sobretudo, os efeitos que produzem ao nível da quebra dos níveis de desmotivação e descrédito pessoal que, habitualmente, afectam estas pessoas que, ao longo do tempo, foram lutando sem resultados percepcionados:

“Muitas vezes temos pessoas que estão abatidas, que se esforçaram mas estão exaustas, não conseguem fazer mais e acomodaram-se à medida por causa de todas as tentativas falhadas. E se nós fizermos as pessoas sentir que nem sempre falham essas pessoas podem sentir-se com mais vontade para procurar mudar as suas vidas e sair um bocado daquela zona de conforto que é muito desconfortável. (...) [Neste projecto] a pessoa sente-se melhor, tem uma maior auto-estima, sente-se capaz. Essa pessoa estará muito mais disposta a dar o salto para mudar a sua vida.” (António, Psicologia).

A valorização pessoal é referenciada por uma grande parte de técnicos como sendo um dos aspectos mais trabalhados e potenciados a partir da participação dos beneficiários nestes projectos:

“(...)Eu acho que estas acções precisamente este tipo de efeito benéfico nelas, não é só aprendizagens e pela tomada de consciência que elas têm de que são capazes, não é? Elas nunca são capazes de fazer nada. Eu acho que acima de tudo é isso: é elas sentirem que... acabam por perceber que é gratificante e que, pronto, há dentro delas coisas que elas sabem fazer e é uma questão de dar uma oportunidade a elas próprias.” (Paula, Educação Social).

Salienta-se a importância do apoio de proximidade assegurado por outros pares ou pelos técnicos de acompanhamento. Esta proximidade é considerada importante na procura de recursos pessoais e comunitários para a promoção da mudança de vida dos intervenientes. Ao mesmo tempo também é evidenciado o carácter permanente dos projectos e quanto essa característica é importante para quem vive em circunstâncias de instabilidade e perdas permanentes:

“(...) a horta é algo permanente que as pessoas têm; dentro das suas trajectórias marcadas por tantos imprevistos e tantas coisas más, as pessoas sempre podem virar-se para a horta. (...) [a

horta] pode promover sem dúvida a mudança de vida das pessoas porque pode permitir dar a volta. A partir da horta as pessoas podem tomar consciência de que têm capacidades, que têm recursos e têm pessoas que estão ali para ajudar, também, com a ajuda dessas pessoas conseguem mudar a sua vida.” (António, Psicologia).

As próprias dinâmicas familiares, em alguns casos, se alteram, segundo os entrevistados, e são-nos dados como exemplos as oportunidades de valorização mútua dos saberes e competências dos diferentes elementos da família. Dessa forma, se contribui também para o fortalecimento dos laços intrafamiliares:

“(…) em termos de relações familiares, porque como tinha dito aquele caso daquele pai e aquele filho que notou-se aqui uma aproximação grande, um fortalecimento dos laços entre eles os dois; De uma mãe também que eu tenho com um filho, que era um miúdo que apresentava comportamentos desviantes, que tinha um percurso escolar muito complicado e um dia destes, quando fui à horta, estava a mãe e o filho, os dois ali juntos e com um objectivo comum, estavam ali os dois a limpar o terreno e a plantar. Tinham uma actividade onde ambos estavam com o mesmo fim.” (Manuela, Serviço Social).

Para além do reforço dos laços intrafamiliares, os entrevistados apontam ainda os efeitos de potenciação de oportunidades que permitem o alargamento das redes de pertença, algumas delas, surgem a partir da mobilização das próprias instituições enquadradoras dos projectos como nos dizem de seguida. Neste excerto percebemos que é dada a possibilidade de integração das pessoas em actividades intra e intergeracionais que favorecem a integração social das pessoas envolvidas e a construção de sentimentos de utilidade social e, ao mesmo tempo, a quebra do isolamento social:

“E o facto de, também, integrarem aqui a própria Instituição, que os recebe nas suas festividades, que doutra forma decerto não teriam acesso a este tipo de comemorações, como temos aqui o Carnaval que eles gostam tanto, o S. João e tudo. E têm possibilidade aqui, também, de integrar as festividades, estar com os técnicos, estar com os funcionários, com os utentes idosos. Também é muito interessante.” (Manuela, Serviço Social).

A entreajuda que decorre durante as tarefas de cultivo são igualmente muito valorizadas pelos técnicos porque, segundo eles, conferem outro recurso para o desenvolvimento do sentido de utilidade social:

“Sim! O facto de eles se entreajudarem, não é? Se sentirem uteis uns para com os outros.” (Elvira, Serviço Social).

Aliada ao desenvolvimento destas relações de entreaajuda surge a referência a uma dimensão também interessante que é viabilizada no âmbito destas acções e que tem a ver com a possibilidade que estas pessoas adquirem de se tornarem autoras de dádivas.

Habitadas a assumirem um papel passivo de sujeitos destinatários de apoios sociais e/ou de outros apoios de familiares, de vizinhos ou de instituições da comunidade, pela via da actividade agrícola ou da confecção de artigos artesanais, invertem esse papel e adquirem também a posição de dador. Segundo a percepção dos técnicos a aquisição da capacidade de retribuir materialmente, fá-los sentirem-se bem:

“Temos pessoas que tiveram um vizinho ou um familiar que os ajudou a certa altura e que agora as pessoas têm oportunidade de recompensar com algumas plantas.” (António, Psicologia).

A vida social constrói-se num contínuo entre dar, receber, retribuir e, a partir desta interacção obtém-se reconhecimento, prestígio e inclusão (Mauss, 2003 cit. Martins, 2005:53). Os profissionais assim o referem quando partilham que estes participantes passam a ser vistos pelos elementos da comunidade como alguém com competências, capacidade de iniciativa e vontade de lutar pela mudança. E, deste modo, são postos em causa preconceitos muito frequentes que atribuem a estas pessoas características pessoais “inatas” de preguiça e subsidiodependência:

“(...) a nível social se calhar começam a perceber que [os participantes do projecto] são capazes, porque às vezes também poderá haver aqui situações que acham que eles não vão ser capazes e são. E acho que pessoais também, porque as pessoas têm mudado em algumas situações a sua forma de estar, a sua forma de ver as coisas. Por isso acho que tem sido muito positiva aqui a questão do projeto da horta.” (Elvira, Serviço Social).

Esta nova “forma de estar” e de “ver as coisas” também entendidas como desenvolvimento de competências pessoais, representa para os técnicos um dos potenciais da participação nestes projectos, com destaque para as hortas. A partir desta participação, multiplicam-se oportunidades de aquisição de aprendizagens múltiplas:

“Depois temos, também, aqui a questão, como também tínhamos falado antes, deles poderem integrar várias actividades aqui, a vários níveis: workshops e outra formação. Sabemos de formações na área da agricultura biológica, por exemplo, feiras de sementes, feiras aqui da nossa localidade e lá vamos com eles. Eles participam, têm acesso a isso, a que de certo não tinham se não tivessem neste tipo de projecto. Possibilita-lhes adquirir conhecimentos e com isto [projecto da horta] nós podemos-lhes possibilitar esse conhecimento. Temos, também, visitas a outros

projectos do mesmo género da nossa horta, para eles também verem e poderem dali adquirir conhecimentos para eles próprios, para depois aplicarem aqui.” (Manuela, Serviço Social).

Apesar de todos estes aspectos positivamente realçados pelos técnicos, alguns consideram ser necessário introduzir algumas melhorias para que estes projectos sejam ainda mais “eficientes” do ponto de vista dos seus objectivos. Mas a maioria dos entrevistados não considerou haver necessidade de introduzir melhorias nas acções desenvolvidas.

Quanto às propostas que visam a melhoria dos projectos a mais relevante tem a haver com a descentralização das hortas solidárias e a sua implementação em novas freguesias, de modo a permitir o acesso a novas famílias beneficiárias de RSI. Em simultâneo, apontam como benéfica a manutenção do envolvimento de famílias com e sem apoio social, com o objectivo de quebrar preconceitos e favorecer o reconhecimento e valorização social dos beneficiários envolvidos:

“Descentralizar, ou seja, aplicar este projecto noutras locais. E o facto de neste projecto termos a participação de famílias com situações multiproblemáticas, ou seja, famílias desempregadas, famílias em situações de insuficiência de rendimentos e famílias que felizmente têm uma situação mais favorável mas que por motivos de habitação e por motivos de falta de terreno na habitação não têm essa oportunidade de cultivar a terra e vêm neste projecto a abertura para isso, é uma forma, também, de todos estarem envolvidos e de haver aqui um corte com preconceitos, daquilo que estamos habituados a ouvir relativamente às famílias beneficiárias do rendimento social de inserção e que dependem dos serviços.

O facto de estarem envolvidas pessoas da comunidade com situações económicas favoráveis e famílias beneficiárias do RSI ou da acção social, corta aquilo que estamos habituados a ouvir que as famílias não querem fazer nada, não têm competências para... Portanto, falamos aqui na questão dos estereótipos e dos preconceitos, que com este projecto ajudamos a diminuir essa tendência.” (Andreia, Serviço Social).

Para este objectivo e segundo o mesmo técnico, pode interessar disseminar os resultados do projecto:

“(...) apostar na divulgação do mesmo de forma a que pudéssemos captar famílias que por diversos motivos não querem participar. Às vezes por não saberem cultivar a terra consideram que só por isso já não vão participar porque não vão atingir o objectivo. Portanto, seria de conseguir uma forma de divulgar o projecto com os seus pontos fortes, com os objectivos que conseguimos atingir até agora, que foram favoráveis, para captar realmente a participação de outras famílias no projecto. (Andreia, Serviço Social).

Ainda relativamente às hortas solidárias, alguns dos entrevistados propõem o estabelecimento de parcerias que permitam adquirir ou aperfeiçoar os conhecimentos teóricos e práticos úteis à prática da agricultura, potenciando até a criação do próprio emprego na área. Com este último objectivo consideram também imprescindível o aumento da área de cultivo disponível para cada família, de modo a permitir a diversificação das culturas, por um lado, e por outro, o aumento das quantidades produzidas para a criação de excedentes para comercialização, por outro:

“Há um objectivo que nós queremos, realmente, obter que era a criação do próprio emprego. Poderia ser, se nós tivéssemos a possibilidade, decerto ter mais terreno, ou um terreno que um ou outro utilizador que nós vemos que tem potencial para passar para o próprio emprego, desenvolver a actividade e passar para o próprio emprego. Nós temos aqui um terreno em que eles pudessem, realmente, produzir o suficiente para venda, porque muitas das pessoas verbalizam-nos que o que têm é mais para consumo próprio, das suas famílias. E muitos têm famílias numerosas e o que têm é para consumo próprio e não têm possibilidades de vender, não tem excedentes para poderem dispor para venda e que verbalizam essa vontade. Em termos de apoio técnico, também, acho que poderíamos ter uma parceria com uma escola relacionada com a área da agricultura ou com uma pessoa, individual, que nos pudesse dar um bocadinho mais de apoio no dia-a-dia da horta, da prática da agricultura.” (Manuela, Serviço Social).

A par disso, propõem ainda a diversificação das técnicas de cultivo.

“Porque eu acho é importante criar legumes em boas condições. A estufa deu-nos essas boas condições porque muitas vezes quem trabalha na agricultura com o clima é muito complicado e é frustrante, muitas vezes. E ter espaços [de cultivo] com uma estufa e com a hidroponia permitem-nos, até, proteger mais as culturas e fazê-las crescer mais rápido... pode ser um aspecto muito importante.” (Carolina, Educação Social).

No que respeita à horta solidária da IPSS de Paços de Ferreira, como já afirmámos anteriormente, a produção reverte a favor das cantinas das respostas sociais desenvolvidas pela própria instituição e os excedentes são distribuídos pelos beneficiários que ali trabalham integrados em programas de Contrato Inserção, financiados pelo IEFP, remunerados com as respectivas bolsas. Neste caso, há técnicos que propõem a possibilidade de os participantes poderem cultivar um espaço cedido para consumo próprio à semelhança da experiência do projecto da IPSS da Trofa e da IPSS de Vila Verde:

“Eu acho que era interessante as pessoas sentirem que cultivavam para elas, para consumo próprio. Vamos notando que as pessoas vão fazendo por iniciativa delas. Estavam desligadas destas questões da agricultura mas começam a criar hábitos e a tentar, a entender, a pesquisar alguma coisa.” (Carla, Serviço Social).

Por fim, quantos às acções de enriquecimento pessoal, sugerem os entrevistados, que a sua duração seja reequacionada, prolongando-as no tempo. A permanência das acções no tempo é muito valorizada, em detrimento da realização de iniciativas de acção coletiva com prazos estipulados para terem um fim:

“Ser mais do que duas vezes por semana ou até um período mais alargado, em vez de ser meio ano ser durante um ano, se for as duas vezes por semana durante o ano. Porque no fim, quando acabam, as pessoas ficam com imensa pena e pedem sempre para continuar. Gostavam sempre de continuar mais tempo.” (Andreia, Serviço Social).

Na esteira de Gaiger, Sperotto e Corrêa (2008), a continuidade das acções representa um aspecto fundamental a observar na intervenção porque se, por um lado, permite a criação e sedimentação de uma relação empática e de confiança, por outro, representam “processos locais de participação” que devolvem sentimentos de esperança às pessoas e as motiva à mudança.

5.7. No outro lado da balança... justificações e alternativas de quem não encaminha beneficiários de RSI para iniciativas de acção colectiva

Por opções metodológicas, oportunamente explicitadas em Capítulo próprio, foram envolvidos neste estudo empírico quatro técnicos de IPSS's que acompanham beneficiários de RSI mas não encaminham os “seus” beneficiários para as iniciativas de acção colectiva que têm estado em análise neste trabalho.

Quisemos perceber as razões pelas quais não encaminham os seus beneficiários para as acções enunciadas e as alternativas utilizadas, tendo em conta que lhes compete negociar um contrato de inserção com cada um dos titulares da medida e nele fazer constar acções, com o objectivo de promover a integração dos beneficiários em acompanhamento.

Os motivos elencados prendem-se, antes de mais, com a localização da horta da IPSS da Trofa que, segundo eles, é distante das residências dos beneficiários que acompanham.

“Eu acompanho beneficiários de RSI das freguesias de Alvarelhos, Guidões e Muro, em situação de precariedade económica, ainda que a longo prazo poderia ser benéfico para a família, é-lhes difícil, no imediato, assegurarem o transporte. Muitos não têm transportes próprios e os

transportes públicos são escassos e por vezes, com custos que não conseguem suportar.”
(Anabela, Serviço Social).

A falta de motivação para a prática de trabalhos agrícolas foi outro condicionalismo apontado.

“Não nunca tive essa oportunidade. Não encaminhei precisamente por isso, porque as pessoas não se mostraram disponíveis para... não se mostraram com vontade.” (Mário, Serviço Social).

E por fim, metade dos técnicos apontam a existência de alternativas, uma vez que muitos dos beneficiários possuem um espaço de cultivo na residência ou optam por desenvolver uma horta de varanda.

“Tinha um senhor que eu pensei encaminhar, mas depois ele disse que o senhorio lhe cedeu um bocadinho de terreno. Pronto deixar estar. (...) Tinha outra família que acabou por fazer em garrafinhas. Faziam na varanda as plantações e...pronto!” (Ilda, Serviço Social).

Em contrapartida, os entrevistados dizem centrar as suas opções em três vertentes: informação, empregabilidade e desenvolvimento de competências pessoais e profissionais. E por isso, os encaminhamentos dão-se, fundamentalmente, para acções de formação com o objectivo de promoverem a melhoria das competências pessoais e escolares que possam facilitar o acesso ao mercado de trabalho considerado o principal factor de aumento de rendimentos e consequente inserção social dos indivíduos (Baptista e Cabrita, 2009:13).

Há ainda um dos técnicos que indica ser sua preocupação informar os beneficiários que o acesso à medida de RSI é um direito dos cidadãos que reúnam os critérios estabelecidos na Lei.

“Eu tento transmitir-lhes a ideia que estão a usufruir de um direito. Isso acontece ainda com mais frequência quando surge famílias que nunca tiveram que recorrer aos serviços para pedir apoios e que sentem muita vergonha por estar numa situação em que necessitam de apoios sociais. Sim! Para lhes aliviar a carga negativa e para também os motivar e para, de certa forma, lhes dar alguma responsabilidade.” (Mário, Serviço Social).

Com esta informação aos beneficiários, o profissional acrescenta que pretende aliviar o indivíduo do estigma que afecta a sua identidade e ao, mesmo tempo, motivá-lo e responsabilizá-lo. Esta tarefa de responsabilização dos beneficiários na procura de soluções para os seus problemas está também presente no depoimento de um outro profissional.

“Esses que têm condições [para a integração no mercado de trabalho], é colocar metas, prazos e objectivos: nos próximos 15 dias, 3 semanas, vamos ter que arranjar uma estratégia de procura activa de emprego.” (Mário, Serviço Social).

Sem grandes alternativas, um quarto técnico acrescenta que, dada a escassez de respostas existentes na comunidade, habitualmente centra os seus encaminhamentos para as acções de formação que são promovidas por entidades concelhias e para ofertas de emprego.

“Encaminho os beneficiários para as respostas que existem no concelho e posso dizer que neste momento são muito poucas. Tem a ver com a formação profissional que o Centro de Emprego tem a decorrer. Tanto o Centro de Emprego, Espaço T, AEBA, CENFIM e ACIF de Famalicão (...) E tento ver também respostas da área do emprego, as propostas semanais que tem para os beneficiários frequentar e se algum se enquadra... Enquanto técnica sinto que às vezes acabo por não ter uma efectiva resposta para os beneficiários e sentir-me mal por isso. (...) E se tento encaminhar para as respostas locais, neste momento (...) não são suficientes para as nossas necessidades.” (Sandra, Serviço Social).

Reconhecem que não há alternativas. Afirmam mesmo que se limitam ao encaminhamento para acções padronizadas, previstas pela medida de RSI e aceites em Núcleo Local de Inserção (NLI).

“As estratégias que eu acciono são muito aquelas que nós vamos desenvolvendo em termos de NLI. O encaminhamento para acções de formação, por exemplo, as acções de desenvolvimento de competências, o encaminhamento efectivo para o IEF. Digamos que são estratégias um bocadinho padronizadas.” (Anabela, Serviço Social).

E em alguns casos, sempre que é viável, os encaminhamentos têm em atenção o tipo de formações, em função do “perfil” do beneficiário que é traçado pelos técnicos.

“Outras [pessoas] que não têm conhecimento suficiente eu simplesmente encaminho para estas formações que estamos agora a iniciar na área social.” (Sandra, Serviço Social).

Quando questionados sobre os objectivos que pretendem atingir com as opções de encaminhamento que foram apontadas são vários os referenciados pelos diferentes técnicos entrevistados.

Há uma referência imediata a objectivos ligados à promoção de competências pessoais e sociais, principalmente quando o que está em causa são os encaminhamentos para formações.

“Os objectivos são definidos conforme o projecto, não é? Principalmente desenvolver competências e fazer com que as pessoas se sintam capazes. Por vezes o resultado, por

exemplo, de uma formação, aquilo que as pessoas acabam por aprender no fim pode, efectivamente, não lhes conferir tanto a competência profissional, mas a nível de competências sociais eu acho que, na maior parte dos casos, funciona muito bem. Criação de hábitos... não será de trabalho, não é? Mas hábitos de vida, as pessoas têm horários a cumprir, tem que colocar as crianças no infantário.” (Anabela, Serviço Social).

Há uma prevalência de discursos que sublinham a necessidade de retirar as pessoas do isolamento social em que vivem ao mesmo tempo que se definem estratégias de exercitação de hábitos e criação de rotinas. Estes objectivos estão presentes neste e noutros excertos.

“E, eu acho, que isso é a estruturante para a vida das pessoas, que as pessoas tenham uma motivação para saírem de casa, tenham uma tarefa a cumprir. É... é aquilo que é uma palavra um bocadinho batida, mas é a questão do empowerment. De conferir competências às pessoas e um sentimento de que são capazes de fazer mais alguma coisa do que estar simplesmente em casa. Eu acho que mesmo que o resultado final não seja o desenvolvimento de competências profissionais, a pessoa não ficar apta para (...) exercer aquela profissão, mas acho que é muito importante em termos de competências pessoais e sociais.” (Anabela, Serviço Social).

A preocupação com a fragilidade dos beneficiários acompanhados é outro aspecto referido. Entende um dos técnicos que a integração em actividades como as referidas atrás, concorrem para a melhoria do bem-estar de cada um. Com o seu acompanhamento constante e próximo, acredita que contribui para a melhoria das condições de vida dos indivíduos em causa. Procura proporcionar meios para que ultrapassem obstáculos e dificuldades a partir do fortalecimento das suas competências em geral.

“Dependendo do projecto viso coisas diferentes, não é? Mas viso sempre a autonomia das pessoas, ou seja, viso que elas melhorem a sua situação independentemente da situação em que estão, viso sempre que a pessoa consiga progredir em alguns aspectos da vida e que consiga, de alguma forma, superar as suas dificuldades e os seus obstáculos, sempre com o meu acompanhamento, não é? (...) E o objectivo mesmo é que estas pessoas estejam bem com elas para que consigam depois alterar a sua situação de vida. Porque nós também não podemos exigir a estas pessoas que voltem à sua situação de vida se eles estão de alguma forma frágeis em alguns aspectos de vida no seu quotidiano.” (Ilda, Serviço Social).

Para outro dos entrevistados é importante que os indivíduos que participam nas acções para as quais são encaminhados se sintam capazes. Sustenta essa opinião com o exemplo do projecto Horta da IPSS da Trofa, ao qual reconhece trabalhar esta dimensão.

“Necessitam de ter o reforço da ideia que foi feito por eles, aquela lógica do projecto da horta da Trofa: “é feito por mim” e, portanto, tem outro valor.” (Mário, Serviço Social).

O mesmo técnico, tal como um outro entrevistado anterior, acrescenta a importância do acompanhamento técnico de proximidade e de trabalhar a dimensão relacional, nomeadamente, o restabelecimento de laços familiares no caso dos indivíduos consumidores de álcool ou outras substâncias aditivas:

“(...) dar-lhes ali a oportunidade de fazer uma espécie de retiro temporário em que as pessoas vão perceber o quanto [o passado] foi mau. E eu parto do pressuposto que foi mau, não é? O passado deles e o quanto pode ser útil e bom o seu futuro, não é? E quase todos eles, e eu estou há muito pouco tempo no projecto, mas já os conheço a todos e eles, quase todos eles sentem que, quer a equipa quer o projecto em si, está a trabalhar apenas e somente para a melhoria da qualidade de vida deles.

Se virmos muitos destes utilizadores ficaram destroçados de todos os níveis, até da família. E é objectivo, também, do projecto este religar de... familiares, de laços e tudo isso.” (Mário, Serviço Social).

A dimensão relacional mantém-se sublinhada enquanto objectivo da actuação e encaminhamento dos técnicos, tal como nos apresenta o testemunho que se segue.

“Temos estas respostas que já tinha vindo a falar, mesmo ao nível do Espaço T, dos ateliers que têm e que, neste momento, que se realizam semanalmente: música, artes florais, entre outros. Que são espaços de convívio e que encaminho pra lá beneficiários na tentativa de haver ali um momento de convívio, nem é tanto de aprendizagem, mas há este convívio.” (Sandra, Serviço Social).

Quando se lhes coloca a questão sobre os impactos da frequência destas acções na mudança de vida dos beneficiários, as respostas foram hesitantes e oscilam entre o afirmativo e o negativo.

A falta de continuidade da maioria das acções foi avançado como um grande obstáculo à mudança, pela maioria dos entrevistados deste grupo de profissionais.

“Depende se têm continuidade ou não. Isto porque uma pessoa que até pode desenvolver essas competências pessoais e sociais, mas depois se não tiver a oportunidade de continuar a exercê-las pode cair nos mesmos hábitos. Porque estamos a falar de projectos que estão limitados no

tempo. A horta, eu acho que sim. Acho que consegue promover, efectivamente, a mudança. Em contrapartida com estes...” (Anabela, Serviço Social).

O único aspecto que é focado, por dois dos profissionais que consideram o impacto destes projectos positivo, tem a ver com as oportunidades que algumas das acções desenvolvidas representam, segundo eles e tendo em conta uma das acções em concreto, em termos de convivência social e de quebra do isolamento.

“Sim, sim...a nível social, essencialmente a nível social. (...) as pessoas estabelecem outro tipo de relações, conhecem-se umas às outras e não estão naquela apatia de estarem fechados em casa...O isolamento social que depois tem outro tipo de consequências: o suicídio, a violência doméstica... Depois aqui estas dependências que advêm, muitas vezes, de estarem isolados socialmente. Tem muito a ver com isso. O meu objectivo é que estas pessoas acabem por sair.” (Ilda, Serviço Social).

5.8. Da acomodação à irreverência profissional

A partir da análise dos discursos dos catorze profissionais responsáveis pelo atendimento e acompanhamento social, no âmbito da medida de RSI, integrados em equipas ou a intervirem individualmente, suportados por organizações sociais, foi possível distinguir três perfis de profissionais tendo em conta as suas percepções sobre:

- os objectivos da intervenção social que desenvolvem;
- as estratégias que utilizam no âmbito da intervenção social;
- a concepção que têm dos processos de mudança das condições de vida dos beneficiários que acompanham e do papel destes nesse processo.

Resultou dessa análise a elaboração dos seguintes perfis: os profissionais **Acomodados**; os profissionais **Inconformados** e os profissionais **Irreverentes**. Cada um destes perfis apresenta especificidades que vamos evidenciar.

5.8.1. Perfil 1: Profissionais Acomodados

Neste perfil enquadram-se os profissionais cujos objectivos de intervenção se centram, sobretudo, na procura de respostas, para a integração dos seus beneficiários, no mercado de trabalho, para a qual a formação é tida como um meio facilitador da obtenção das competências pessoais, sociais e profissionais necessárias. Refira-se a este propósito que estes objectivos se enquadram na legislação do Rendimento Social de Inserção que, como nos dizem Baptista e Cabrita (2009:13) continua a considerar o trabalho

como sendo a finalidade prioritária do processo de inserção. Isto porque é estabelecida uma correspondência directa entre a falta de recursos económicos e o desemprego (Baptista e Cabrita, 2009:13).

Regista-se, portanto, um empenho técnico significativo na promoção deste tipo de encaminhamentos das pessoas que acompanham para este tipo de acções. Desta forma, cumprem o pré-estabelecido na *cartilha* disponibilizada e regulamentada nos sucessivos documentos legais que suportam a implementação da Medida de RSI. Dito doutro modo, estes profissionais têm como objectivo principal, prescrever e contratualizar as acções padronizadas e previamente identificadas como obrigatórias nos documentos de suporte legal. Importa acima de tudo cumprir com as normas em vigor em função do caso social em presença e do diagnóstico realizado pelo técnico a quem compete prescrever unilateralmente o “tratamento” para os problemas sociais identificados.

Esse tratamento inclui, muitas vezes, a frequência das acções de formação, que segundo estes profissionais para além de responderem a um “indicativo” legal, são vistas como instrumentos que possibilitam trabalhar as rotinas diárias, a responsabilização, a quebra do isolamento social e, ao mesmo tempo, contrariar a acomodação às condições de vida que cada um vivencia. Acreditam que através desta participação, os beneficiários adquirem novos conhecimentos que se constituem como factores de inserção no mercado de trabalho. O exercício de uma actividade profissional ganha relevo na medida em que a legislação entende que a inserção destas pessoas tem que passar obrigatoriamente pela procura e aceitação de emprego (Baptista e Cabrita, 2009:13). Tanto assim é, que a contratualização desta acção é uma das condições para se ter direito ao RSI.

Não obstante, possuem a consciência que os recursos neste âmbito são escassos e, cada vez mais, difíceis de obter, principalmente tendo em conta as baixas qualificações escolares e profissionais destes beneficiários. Têm ainda presente que a maioria das acções de formação disponíveis não se adequa ao perfil das pessoas que acompanham e encaminham e, por isso, são desajustadas face às suas necessidades. Paradoxalmente, defendem que os beneficiários devem ser activos na procura de soluções para responderem às suas necessidades, conforme o prescrito, especialmente, na área da integração laboral.

Para estes técnicos, são as determinantes económicas que justificam as situações de pobreza, com relevo para o desemprego que afecta, sobretudo, os níveis de rendimento disponíveis. Evidencia-se a dimensão económica da pobreza e da exclusão social. E, por isso, a intervenção social visa,

fundamentalmente, encontrar respostas para o problema do desemprego como via para a obtenção de rendimentos.

O Rendimento Social de Inserção representa para estes profissionais o garante da sobrevivência dos beneficiários, ao proporcionar os rendimentos necessários para a satisfação das suas necessidades básicas, nomeadamente de alimentação e habitação, entre outras. No entanto, esses rendimentos não são suficientes para permitir a mudança das condições de vida dos beneficiários que, na opinião destes profissionais, se concretiza apenas pela autonomização face aos subsídios sociais e à medida de RSI.

5.8.2. Perfil 2: Profissionais Inconformados

Neste perfil enquadram-se os profissionais que à semelhança daqueles que são integrados no perfil anterior, centram os seus objectivos de intervenção, sobretudo, na procura de respostas para a integração dos seus beneficiários no mercado de trabalho para a qual é tido como imprescindível trabalhar a melhoria das competências pessoais, sociais e profissionais necessárias e, assim, enriquecer o património das capacidades de cada um para agirem na obtenção de melhores condições de vida.

Face ao exposto, são lançados desafios à intervenção social e, desde logo, se percebe que, neste perfil, os técnicos que o integram procuram conceber um contrato de inserção partilhado e negociado com os beneficiários e dessa relação, que desejam mais próxima e baseada na confiança mútua, surge um maior e desejado envolvimento dos beneficiários na definição dos seus projectos de vida. Este envolvimento traduz-se na flexibilidade técnica para incluir, nos contratos de inserção, acções padronizadas e outras não padronizadas e assim designadas porque não integram a *cartilha* disponibilizada e regulamentada nos sucessivos documentos legais que suportam a implementação da Medida de RSI. Percebe-se a intenção técnica que procura obter a participação dos beneficiários desde o início do processo, embora não percam de vista a necessária conformidade dos seus procedimentos face às acções padronizadas e previamente identificadas como obrigatórias nos documentos de suporte legal. Mas, neste caso em concreto, é-nos relatado que para além das questões do cumprimento do estabelecido legalmente, o que importa acima de tudo é encontrar outras propostas de acções a contratualizar para além destas que respondam aos interesses e às expectativas dos beneficiários.

Sublinha-se que, embora se recorra a acções não padronizadas, estas são objecto de contratualização no âmbito do contrato de inserção negociado. Isto significa que são definidas para acontecer num dado momento, com início e fim determinados e, ao mesmo tempo, são objecto de avaliação central com critérios de “executado” ou “não executado”.

Ao longo dos discursos percebe-se uma vontade, mais ou menos explícita, de adoptar um outro modo de actuar durante o acompanhamento que realizam e que permita, de alguma maneira, esbater os contornos de um modelo de intervenção social marcadamente assistencialista, como sai evidenciado no primeiro perfil, situando-se numa perspectiva de intervenção social mais generativa que acredita nas potencialidades de cada pessoa e promove a participação activa dos beneficiários na procura de novos objectivos e projectos para as suas vidas. Acredita-se no seu potencial para a recuperação do potencial individual e comunitário a partir dos quais podem ser estabelecidas dinâmicas de mudança que ultrapassam a esfera do económico.

Para estes técnicos as situações da pobreza e exclusão social têm origem numa multiplicidade de factores e, por isso, para além da dimensão económica, também, as dimensões sociais e simbólicas são tidas em conta na sua intervenção. A par de preocupações relacionadas com o aumento das disponibilidades de rendimento dos agregados, estes profissionais dão atenção à importância do restabelecimento ou fortalecimento dos laços sociais; à recuperação de sentimentos de utilidade social a partir da promoção da (re)descoberta das suas competências e da quebra das situações de isolamento social que acabam por ter consequências na (re)valorização pessoal e social dos beneficiários.

Para este efeito os técnicos sublinham o quanto as iniciativas de acção colectiva (ex.: ateliers de enriquecimento pessoal e horta) podem ser úteis, porque representam oportunidades efectivas de desenvolvimento das capacidades e competências individuais para atingirem resultados que os autonomizem, apoiando-os nas suas condições de realização.

Por isso estão atentos aos recursos da comunidade, especialmente, aos recursos que as suas entidades enquadradoras disponibilizam e, prontamente, a elas recorrem como estratégias de intervenção social.

O Rendimento Social de Inserção representa para estes profissionais o garante de uma prestação pecuniária que permite assegurar as condições mínimas de sobrevivência dos beneficiários ao lhes proporcionar os rendimentos necessários para a satisfação das suas necessidades básicas. E consideram, para além disso, que a medida lhes trás algo mais do que a mera prestação pecuniária.

Segundo estes profissionais o RSI, facilita directa ou indirectamente (através dos apoios complementares da Segurança Social) o acesso a melhores condições de habitabilidade; contribui para a valorização da educação das crianças e jovens e a melhores níveis de saúde; promove o suporte técnico de proximidade que as pode apoiar a traçar os caminhos de um futuro positivamente diferente e a alcançar a mudança das suas condições de vida que apenas se efectiva, no entendimento destes técnicos, a partir da sua autonomização face aos subsídios sociais e à medida de RSI.

5.8.3. Perfil 3: Profissionais Irreverentes

As principais características diferenciadoras dos profissionais que se enquadram neste tipo de perfil dizem, fundamentalmente, respeito às estratégias de intervenção social que operacionalizam, aos recursos que mobilizam e à sua percepção sobre a mudança das condições de vida dos beneficiários.

Para estes profissionais, a multicausalidade da pobreza e da exclusão social se por um lado dificulta a intervenção social, principalmente pela falta de recursos que permitam atingir os objectivos que a medida de RSI estabelece, por outro, “espicaça-os” à criatividade de modo a ser possível contornar a escassez de recursos sociais e comunitários disponíveis e a manter os beneficiários ligados à sociedade. Focam a sua actuação na qualidade da relação que estabelecem com os beneficiários e na valorização, sobretudo, dos recursos individuais de quem acompanham porque entendem constituir um dos instrumentos mais importantes de dignificação de cada pessoa e da sua condição de existência. Importa, sobretudo, trabalhar a valorização do sentimento de que se é uma pessoa com capacidades, interesse e vontades.

Cumprem o dever de contratualizar, com os beneficiários, as acções estabelecidas pela medida (inscrição no IEFP demonstrando a disponibilidade para integração profissional; compromisso de integração em sistema educativo de menores em idade escolar, frequência de formações formais e informais, frequência de consultas de desintoxicação...). Para além disso, respeitam todos os procedimentos administrativos e burocráticos embora os percepcionem como um estorvo diário ao trabalho social de proximidade que desejam efectuar junto dos beneficiários. Mas, tal como os inconformados, entendem que existem respostas alternativas não padronizadas que procuram obter com os beneficiários.

No caso destes profissionais, para além de encaminharem beneficiários para respostas existentes na comunidade, são eles próprios os promotores e dinamizadores de iniciativas de acção colectiva pensadas para dar oportunidades de escolha a essas pessoas e com elas poderem intervir em dimensões julgadas importantes para a mudança das suas condições de vida. Nestes casos, esta participação é voluntária e informal no sentido em que não está sujeita a contratualização, não constam em contrato de inserção à semelhança das acções previstas na medida de RSI.

Face ao exposto, são lançados desafios à intervenção social enquanto relação de acompanhamento social que atende a cada beneficiário como uma individualidade que importa manter inserido na vida social e afastá-lo da ameaça da quebra dos laços sociais.

Reconhecem que nem sempre é fácil manter esta intenção e em simultâneo manter a necessária conformidade dos seus procedimentos face às acções padronizadas e previamente identificadas como obrigatórias nos documentos de suporte legal. Mas, neste caso em concreto, para além das questões do

cumprimento do estabelecido legalmente, o que importa acima de tudo é encontrar outras propostas de acções a contratualizar ou não e que respondam aos interesses e às expectativas dos beneficiários.

Um outro aspecto a reter prende-se com a possibilidade que é dada aos beneficiários de poderem ser envolvidos em iniciativas de continuidade como acontece no caso das iniciativas de acção colectiva subjacentes. Contrariamente ao que assistíamos nos dois tipos anteriores, em que as acções propostas acontecem num dado momento, com início e fim determinados e, ao mesmo tempo, são objecto de avaliação central com critérios de “executado” ou “não executado”, neste caso, as iniciativas de acção colectiva em causa perduram no tempo e a permanência dos beneficiários é facultativa e ajustável aos seus interesses.

Não negam os constrangimentos e as dificuldades à promoção deste tipo de intervenção social, mas acreditam no seu potencial para a recuperação da dignidade individual de cada pessoa acompanhada, a partir do qual acreditam que podem ser estabelecidas dinâmicas de mudança que ultrapassam a esfera do económico. As dimensões sociais e simbólicas são muito valorizadas e tidas em conta na sua intervenção. Estes profissionais dão atenção à importância do restabelecimento ou fortalecimento dos laços sociais; à recuperação de sentimentos de utilidade social a partir da promoção da (re)descoberta das suas competências e da quebra das situações de isolamento social que acabarão por ter consequências na (re)valorização pessoal e social dos beneficiários.

Para este efeito os técnicos sublinham o quanto as iniciativas de acção colectiva (ex.: horta) podem ser úteis, porque representam oportunidades efectivas de promoção de melhorias das condições de vida das pessoas que nelas participam, nomeadamente a nível social e simbólico.

O Rendimento Social de Inserção representa para estes profissionais o garante de uma prestação pecuniária que permite assegurar as condições mínimas de sobrevivência dos beneficiários ao proporcionar-lhes os rendimentos necessários para a satisfação das suas necessidades básicas. Paralelamente, valorizam o suporte técnico de proximidade que é entendido como importante para que as pessoas se sintam apoiadas e acolhidas nas suas experiências e nas suas opções de vida.

A mudança das condições de vida é percecionada como uma realidade que extravasa a mera dimensão económica que remete as pessoas para melhores condições materiais de vida e, até, para uma possível autonomização dos beneficiários perante a Medida de RSI. As situações vividas pelos indivíduos que recorrem à medida de RSI não se apresentam de resolução simples e rápida e, por isso, a mudança representa pequenas melhorias que se vão dando no quotidiano da vida concreta que concorrem para a redução das vulnerabilidades e promovem um maior conforto simbólico e bem-estar social.

5.9. Síntese

De forma resumida dá-se conta dos principais resultados apresentados neste capítulo.

A maioria dos profissionais entende a intervenção social como a acção realizada pelo técnico que tem como objectivo promover a mudança das condições de vida das pessoas apoiadas procurando a sua autonomização e integração social, nomeadamente, através da motivação dos próprios beneficiários para procurarem soluções para essa mudança.

Para alguns profissionais, a mudança implica autonomização face aos apoios sociais. Valorizam a dimensão económica para que haja mudança, evidenciando o papel da integração no mercado de trabalho enquanto factor de integração social. Entendem ainda que essa integração laboral estará facilitada se os beneficiários investirem em formação, de forma a alcançar a melhoria das competências escolares e profissionais essenciais para concorrer e conquistar um emprego.

Outros profissionais reconhecem os vários constrangimentos estruturais que condicionam a autonomização face aos apoios sociais e consideram que, mesmo assim, é possível gerar a mudança das condições de vida das pessoas em acompanhamento social, definindo outras prioridades para as suas intervenções. Valorizam a qualidade da relação que é estabelecida com os beneficiários que deve ser de proximidade relacional, empática e de confiança para melhor compreenderem as necessidades das pessoas que acompanham, as suas experiências de vida e, com elas, construir novos projectos de vida.

A par disso, evidenciam a adequabilidade das funções de apoio, orientação e trabalho conjunto de descoberta do valor de cada pessoa que acompanham, das suas capacidades e competências. A par da tarefa de consciencialização dos indivíduos e famílias para o reconhecimento do potencial de cada um e reactivação da confiança em si próprios para procurar soluções, alternativas e oportunidades para alterar as suas condições de vida e, se possível, alcançarem a sua autonomia face à medida.

Sublinham a importância do papel do profissional na mobilização das escassas respostas que existem e na sua adequação às necessidades identificadas, nomeadamente, emprego, formação ajustada ao perfil dos beneficiários e habitação social. E, nesse contexto de escassez, evidenciam a necessidade de serem criativos na procura de soluções e alternativas para proporem os beneficiários. Exemplo disso são as iniciativas de acção colectiva que as suas entidades desenvolvem.

Soulet (2007) dá importância à necessidade de os técnicos equacionarem oportunidades alternativas e com sentido para os beneficiários que permitam a reconstrução de identidades. As iniciativas de acção

colectivas utilizadas como estratégias de intervenção social com beneficiários, foram consideradas, por vários profissionais, incluindo os profissionais que não encaminham beneficiários para os projectos, como tendo impactos positivos na mudança de vida dos beneficiários de RSI nas seguintes dimensões: económica, alimentar, individual, social e simbólica.

A participação nas iniciativas de acção colectiva permite melhorar a alimentação dos participantes, em qualidade, diversidade e quantidade. Permite também obter um reforço financeiros dos orçamentos familiares por via da venda ou troca de legumes entre os beneficiários agricultores e pessoas da comunidade. Por um lado, porque lhes permite alguns níveis de poupança ao evitar a compra dos alimentos em causa que conseguem pela troca ou pelo cultivo e, por outro, porque angariam dinheiro pelas vendas quer dos legumes quer dos artigos que aprenderam a confeccionar nos ateliers de enriquecimento pessoal.

No que respeita às dimensões individual, social e simbólica, os profissionais consideram que a participação nestes projectos tem efeitos na quebra dos níveis de desmotivação e descrédito pessoal e, conseqüentemente, na melhoria da auto-estima das pessoas envolvidas. Isto porque promovem a valorização pessoal, o desenvolvimento do sentido de utilidade social, a construção de uma identidade positiva de si, a partir do reconhecimento social do valor de cada um, por parte da comunidade.

Tendo em conta os objectivos da intervenção social que desenvolvem, as estratégias que utilizam no âmbito da intervenção social, a concepção que têm dos processos de mudança das condições de vida dos beneficiários que acompanham e do seu papel nesse processo, foi construída uma tipologia que contempla 3 perfis de profissionais: os Acomodados, os Inconformados e os Irreverentes. Em cada um destes perfis estão implícitos modelos de intervenção diferentes. O primeiro perfil, é marcado por modos de fazer de cariz assistencialista baseado nos saberes do profissional que detecta os problemas das pessoas e para os quais prescreve e contratualiza acções previstas e padronizadas na lei sem inovar e atender às características e trajectórias de vida de cada beneficiário, ao seu ao potencial e aos seus interesses.

O perfil dos profissionais Inconformados é marcado por um esforço de superação de uma prática assistencialista pela adopção de uma postura profissional de valorização das pessoas e de reconhecimento das suas competências e do seu valor. Distanciam-se da necessária prescrição de acções padronizadas porque desenvolvem soluções alternativas (iniciativas de acção colectiva), porém mantém-se a contratualização da adesão aos projectos.

Quanto aos modelos colaborativos podemos afirmar que são adoptados pelos profissionais Irreverentes que constituem o 3º perfil. Estas práticas profissionais atendem às particularidades de cada uma das pessoas que recorre aos serviços de acção social, escutam-nas, reconhecem o seu valor e valorizam o *fazer em conjunto com* elas. Assente numa relação de qualidade com os beneficiários acompanhados encontra-se neste perfil uma referência particular ao respeito pela liberdade de adesão/participação em planos de acção concebidos de forma partilhada e sem obediência a normativos legais. Importam os interesses e vontades das pessoas acompanhadas para, dessa forma, ser possível construir projectos de vida e obter a mudança.

Capítulo 6. A intervenção social e os seus impactos na mudança de vida dos beneficiários de RSI - a percepção de quem a vivencia

Neste capítulo analisa-se o conteúdo das narrativas resultantes da dinamização de três *focus groups* nos quais participaram trinta pessoas beneficiárias de RSI, na sua maioria mulheres¹, enquadradas no Protocolo RSI de três IPSS's situadas em territórios distintos (Trofa, Paços de Ferreira e Vila Verde). Estas 30 pessoas que se encontram integradas nas iniciativas de acção colectiva alvo deste estudo (3 hortas e 1 atelier de enriquecimento pessoal) constituem um grupo que designámos de grupo 1.

Numa primeira parte deste capítulo identificam-se as representações subjectivas que estes entrevistados possuem sobre:

- a medida de RSI e seus beneficiários;
- os factores explicativos ou constrangedores da mudança;
- o tipo/qualidade de relação que os beneficiários estabelecem com o serviço e acção social e com os profissionais.

Entendemos, ainda, nesta primeira parte dos discursos produzidos pelos entrevistados que participam em iniciativas de acção colectiva e as narrativas obtidas de um outro conjunto de pessoas que, embora beneficiários de RSI², não integram hortas nem ateliers de enriquecimento pessoal (constituem um grupo de controle que designámos de grupo 2). Com esta análise comparativa visa-se compreender se a participação nas iniciativas de acção colectiva condicionam os significados atribuídos ao RSI e seus beneficiários, a explicação da mudança de vida e do tipo/qualidade da relação com os serviços e os profissionais de acção social.

Numa segunda parte, do capítulo, de novo centrados apenas no primeiro grupo de beneficiários, procura-se entender o significado da mudança de condições de vida para essas pessoas, nomeadamente:

- identificar, a partir dos seus pontos de vista, os factores explicativos ou constrangedores da mudança;
- apurar as suas percepções acerca da mudança das suas condições objectivas de vida;
- identificar as representações dos beneficiários de RSI sobre as iniciativas de acção colectiva que lhes foram propostas.

¹ Ver detalhes da população estudada no Capítulo 4.

² Ver detalhes da população estudada no Capítulo 4.

6.1. Rendimento Social de Inserção: as virtudes e os constrangimentos sentidos

Conforme nos é dado perceber pelos excertos que se seguem, esta medida de apoio social “desempenha um papel importante na redução das tensões e angústias do quotidiano, ao constituir-se como um rendimento complementar que esbate significativamente as situações de carência aguda.” (Diogo, 2007:198). Os montantes envolvidos produzem “o efeito de redução significativa da severidade e intensidade” (Rodrigues, n.d.) das situações de carência vividas pelos beneficiários.

Mas mais do que isso, para as pessoas integradas nas iniciativas de acção colectiva, os benefícios sentidos pelos participantes não se resumem a esta dimensão monetária porque, não obstante considerarem e identificarem constrangimentos e limitações à medida, apontam-lhe a virtude de abrir caminhos e alternativas de mudança das condições de vida.

6.1.1. Apoio pecuniário de sobrevivência

O Decreto-Lei 1/2016 de 6 de Janeiro, que regulamenta o RSI, atribui a esta medida o objectivo de *“garantir mínimos sociais, protegendo os grupos de maior fragilidade e vulnerabilidade, em situação de pobreza extrema, distinguindo-se de outros apoios e prestações sociais por incluir uma componente de integração e inclusão”*.

Esta componente da integração e inclusão social da medida não parece ser conhecida dos beneficiários, uma vez que nunca a abordam nos seus discursos. Esta é a conclusão a que chegam alguns autores como Diogo (2004:1), afirmando que a ausência a tal referência acontece num contexto em que a própria Lei exige a concretização da assinatura do contrato de inserção.

Pelo contrário, os testemunhos remetem para a percepção de que o RSI é apenas um apoio económico atribuído pelo Estado perante as necessidades sentidas pelos beneficiários (Diogo, 2004:12).

Como afirma Paulo, o RSI é considerado pela generalidade dos entrevistados (participantes nas iniciativas de acção colectiva e grupo de controle) como: *“(...) um fundo, é uma ajuda do governo”* (Paulo) ainda que o julguem escasso, como afirma Aida: *“É um apoio que a Segurança Social nos dá! Que nos ajuda imenso... não é? Mas podia ser mais um bocadinho... 178 euros é assim um bocadinho pouco”*. Estes dados são condizentes com os resultados obtidos por Gouveia e Rodrigues em 1999 a partir de um estudo realizado sobre os impactos do RMG na distribuição dos rendimentos dos agregados familiares e na pobreza no qual concluíram que as consequências mais importantes do RMG se produzem ao nível da *“redução da gravidade e intensidade da pobreza”*.

Acrescentam que este apoio se destina às pessoas que não possuem rendimentos de outra natureza, nomeadamente, os obtidos pelo exercício de uma actividade profissional: *“O RSI é como eu lhe digo, é uma ajuda. Nós não temos trabalho, não é? Pronto...e o RSI é uma ajuda que uma pessoa tem.”* (Luisandro).

Esta “ajuda”, ainda que, em geral, a considerem insuficiente para fazer face à totalidade das necessidades básicas, permite-lhes possuir um mínimo para acautelar as despesas referentes, nomeadamente, a necessidades de alimentação e habitação, tanto de si próprio como dos membros do seu agregado familiar. É o que nos diz Cesaltina que realça a importância de poder beneficiar da prestação de RSI porque, embora afirme que “pareça pouco”, considera que é imprescindível à sua sobrevivência e à do seu agregado familiar:

“A minha opinião é que eu não tinha nada, tinha perdido tudo e isto [prestação de RSI] veio-me ajudar muito porque não entrava nada na minha casa. E vocês não imaginam o que é... parece pouco e é pouco, não é? (...).” (Cesaltina).

Também Conceição reforça a importância atribuída à prestação, dada a falta de rendimentos obtidos do trabalho.

“Também é uma ajuda para as pessoas que realmente não têm emprego, que estão no nada, é uma ajuda pra que a pessoa realmente possa sobreviver e ter o indispensável para o dia a dia, não é?(...) foi o meu caso, porque eu estive desempregada, estive sem trabalho e não podia estar debaixo do meu tecto sem ter sobrevivência a nível financeiro.” (Conceição).

Procurando-se apurar o significado subjacente à expressão “*indispensável para o dia a dia*” concluiu-se que, para os beneficiários implica ter garantida a alimentação e a habitação.

Começamos por analisar a questão da alimentação partindo de depoimentos como o de Ana Rosa, de etnia cigana, único titular adulto de um agregado com dois filhos menores. Ana Rosa revela que a prestação foi a única fonte de rendimentos que lhe permitiu garantir a alimentação dos filhos. Esta preocupação com a disponibilização das condições mínimas de vida a familiares próximos, de que são exemplo os filhos, em detrimento da preocupação consigo próprio, é muito vincada pela generalidade dos entrevistados:

“(...) tenho dois filhos menores comigo, não tinha marido, mas o RSI foi uma boa ajuda, meter tudo pra casa, para alimentos prós filhos, porque eu não conseguia arranjar trabalho. O que era a minha vida se eu não vivesse do RSI?” (Ana Rosa).

Para alguns beneficiários, como é o caso de Madalena, seria muito difícil garantir a satisfação das necessidades de alimentação, se a família não beneficiasse do apoio do RSI e reconhece que a sua única alternativa teria sido o recurso à família para *“matar a fome”*.

“A mim já me fez muito jeito aquilo que eu já disse. Se eu, naquela maré não houvesse isso [RSI], eu ia passar fome velha, ou a minha mãe é que tinha que me matar a fome.” (Madalena).

O acesso à habitação é outro dos aspectos muito valorizados pelos entrevistados. Assinalam que a prestação que recebem é essencial para garantir o acesso a um *“tecto”*. Cesaltina sublinha o sentimento de gratidão pela prestação por ela entendida como *“uma oferta”*: *“Eu estou muito grata a essa ajuda que nos dão.”* (Cesaltina).

Também Catarina o destaca quando expõe o que pensa sobre a medida de RSI e refere que se trata de um rendimento que permite a inserção social pela via do acesso à habitação. Sem a prestação assumiriam a condição de sem abrigo, sublinha:

“O Rendimento Social de Inserção é exatamente isso, é o rendimento que é atribuído às pessoas para elas estarem inseridas socialmente, e não andarem deitadas num banco de jardim a dormir. Pra mim é isso o Rendimento Social de Inserção.” (Catarina).

Paulina, reforça o sentido do depoimento anterior e destaca que, na falta de outra fonte de rendimento, como é o caso do trabalho, o apoio pecuniário de RSI, lhe permite assegurar o pagamento de algumas despesas, nomeadamente, com a habitação.

“Portanto, este dinheiro que vem dá sempre jeito. (...) Ninguém nos dá trabalho, ao menos aquele bocadinho vai-nos fazendo jeito, (...) para pagar a rendinha, para a gente não ir viver para rua.” (Paulina).

A importância que é reconhecida à medida sai reforçada pelos efeitos atenuantes que parece representar cada vez que estamos perante situações de carência agudas.

“Uma fase da vida em que a pessoa está absolutamente incapaz de acudir às suas necessidades básicas, então aí funciona o RSI.” (Catarina).

Reconhecendo-se a imprescindibilidade de usufruir da prestação de RSI como garante da sobrevivência dos beneficiários, apresenta-se mais um testemunho, desta vez de Elsa, que, tal como Cesaltina, realça a *“gratidão”* pelo apoio que recebe sem o qual considera que viveria em piores condições.

“E o rendimento também é uma ajuda muito grande. Nós também temos que agradecer o bom que é para nós. Isso para mim foi uma ajuda, porque eu sei que chega o tempo sem receber.”
(Elsa).

Elsa já viveu momentos sem qualquer tipo de apoios sociais e revela ter experimentado sentimentos de inferioridade e sofrimento social que não gostaria de repetir. Nessa altura, também não contou com o apoio de familiares e vizinhos, o que a levou a isolar-se socialmente:

“Para mim é uma tristeza muito grande porque as ciganas, acampamento, família nossa, cunhadas e tudo...passava por nós, os meus filhos a chorar, mas isto é verdade dona, os meus filhos a chorar, e eles com sacos com tudo. Os meus filhos choravam e eu metia-me para dentro. Era uma tristeza muito grande.” (Elsa).

Reforça-se a imprescindibilidade do apoio pecuniário de RSI, mas, ao mesmo tempo, a maioria refere que este é insuficiente para fazer face às despesas essenciais, o que os leva a tentar encontrar rendimentos alternativos porque muitas são as dificuldades que experimentam na gestão dos orçamentos familiares. As quantias são insuficientes para pagar as despesas básicas como a renda, água, luz, gás e alimentação:

“Eu estava a receber 250 euros, com dois filhos. Comprar alimentos, comprar lanches para os meninos, algum calçado, quando chega o fim do mês não dá para nada. Eu apanhava coisas, porque aquilo demorava um mês pra vir, apanhava coisas pelo lixo, tinha que pagar tudo ao fim do mês.” (Ana Rosa).

Dado que a prestação é insuficiente, alguns dos entrevistados partilham as estratégias para a obtenção de recursos adicionais. No caso de Ana Rosa, procurava nos lixos o que lhe poderia servir para fazer face às necessidades que sentia.

Laura, a viver só, reconhece a necessidade de tentar realizar pequenas tarefas remuneradas não declaradas do ponto de vista legal, para dessa forma obter um complemento à prestação pecuniária de RSI:

“É uma ajuda, mas, por exemplo, para mim, se não for fazer horas ele não chega nem para a renda. Para mim se não for fazer horas ao máximo, porque não há sempre, (só uma vez por outra, não é?) ...não chega para a renda.” (Laura).

Para além de accionarem estratégias para ultrapassarem as dificuldades, muitas vezes têm ainda que contar com a ajuda de familiares, vizinhos e amigos para conseguirem assegurar todos os encargos mensais que, doutro modo, ficariam a descoberto:

“O meu filho é que suporta e suportava as despesas e uma irmã minha (...) Ora nós não temos mais dinheiro de lado nenhum a vir. E então o que é que acontece? Ele está ali preso para nos apoiar senão ele não aguenta com 2 vidas. E isto é uma bênção pra mim. Agora é claro, gostava de ter uma outra ajuda de maneira que pudesse sustentar, sozinha, uma renda de casa, que não posso, não é? E com a alimentação, luz e gás” (Cesaltina).

As despesas com saúde são umas das mais apontadas como difíceis de satisfazer tendo em conta apenas os rendimentos do RSI. Assim, ou se recorre ao apoio de familiares ou a outra (s) estratégia (s) para contornar o problema:

“Para comer a gente tem que fazer doutras maneiras. A luz, o gás e o lixo, que é mesmo assim, lá vai. E agora para quem tiver medicação para comprar e tudo, é ruim.” (Elvira).

Francisco partilha uma das suas estratégias para fazer face a situações de doença. No seu caso tem podido contar com o apoio de um médico que graciosamente o atende:

“Quando estou doente, tenho médico que vive à minha beira... não me leva dinheiro a mim! Ó Sr. Dr., não tenho dinheiro! Diz ele assim: “Vai à tua vida, mas não digas nada a ninguém!” (Francisco).

Há os casos de necessidade de consultas e da aquisição da medicação, mas o mais premente, segundo os beneficiários, acaba por ser o acesso às consultas de especialidade não comparticipadas pelo Sistema Nacional de Saúde:

“Nem vou sequer [ao dentista]. Vamos supor dói-me um dente, recebia o RSI, comprava uma caixa de comprimidos, tomava até passar a dor. Porque o dinheiro mesmo não dava para ir a um dentista.” (Ana Rosa).

Ramiro é um jovem alcoólico que nos fala especificamente da sua dificuldade em conseguir obter o tratamento de que necessita: *“Eu para fazer tratamento ao álcool tenho que pedir dinheiro ao meu tio.” (Ramiro).*

6.1.2. Independência face a familiares

Contrastando com o que vimos expondo, e embora sejam poucos os casos, alguns beneficiários referem que o facto de passarem a contar com a prestação de RSI foi positivo porque lhes proporcionou uma certa independência face ao apoio da família:

“Eu antes de ter o [RSI], de ser independente, era ajudada pela família. Era ajudada pela família e, é assim, era bom num aspecto porque a família ajudava. Noutro aspecto era mau porque a família controlava também e vivia dependente dos outros.” (Conceição).

Por outro lado, motiva-os a serem mais activos na gestão do seu quotidiano e na procura de soluções para ultrapassarem as suas dificuldades:

“Porque é uma situação que nos torna independentes e nos obriga a fazer algo que a gente se tivesse a protecção não faria.” (José).

Não obstante termos percebido que a prestação pecuniária é um elemento importante para assegurar a sobrevivência das pessoas, alguns entrevistados vincam, nas suas narrativas, o desejo que mantêm de acederem ao exercício de uma actividade profissional que lhes garanta uma remuneração certa e mais ajustada à satisfação das suas necessidades básicas:

“[No trabalho] A gente distraía-se e ao fim do mês vinha aquele bocadinho. Sempre fazia jeito. E tinha outras condições” (Paulina).

Tal como nos é dado perceber pelo exposto, a medida de RSI representa, sobretudo, um contributo financeiro do Estado que permite a sobrevivência das pessoas que dele beneficiam, mas que é insuficiente para obstar a todas as necessidades básicas.

6.1.3. RSI também é fonte de oportunidades

Se os entrevistados se percebem em condições limite de existência porque a prestação de RSI é insuficiente, embora imprescindível, uma parte significativa entende que a condição de serem beneficiários de RSI lhes dá oportunidades de acederem a um conjunto de recursos de que dão como exemplo a formação e, com especial relevância, a integração em iniciativas de acção colectiva que os dignificam.

A componente da aprendizagem parece representar um aspecto que é valorizado a par da dimensão das sociabilidades. A interacção com os outros é algo classificado de *“bom”* por alguns dos entrevistados:

“Ajuda, ajuda muito! Por exemplo, agora estou numa formação de geriatria e animação. Está a ser engraçado! A gente vai aprendendo sempre. Alguma coisa já conheço mas aprofunda-se o saber, aprofunda-se mais o nosso saber, aprofunda mais as nossas capacidades, (...) e interagir com os outros, é bom! Está a ser bom!” (Fernanda).

Nos casos em que existe uma contrapartida monetária pela frequência da formação, ela também é registada como importante para a vida das pessoas. A par das novas aprendizagens e do estímulo que representa para a recuperação de uma atitude mais pro-activa, é também valorizada a possibilidade de obter um rendimento extra para fazer face aos gastos mensais do agregado:

“É uma mais-valia para mim a formação, vou ficar mais culta. A mente não estava habituada a pensar, vai começar e já está a começar a ficar mais activa e assim, está-me a acordar e estou a receber aquele dinheirinho e que de outra maneira não tinha! É a mais-valia, acho eu!” (Cesaltina).

Para além da formação, estes beneficiários estão integrados em iniciativas de acção colectiva (horta ou ateliers de enriquecimento pessoal) e a maioria deles sublinha a importância que esse facto representa. Realçam, sobretudo, o facto de lhes terem sido apresentadas propostas de integração nas iniciativas de acção colectiva, nomeadamente, a participação nas hortas que lhes possibilita exercerem uma actividade socialmente dignificante a troco de uma recompensa que, para uns, é vista como um ordenado e, para outros, como uma fonte complementar de rendimentos:

“E sabe como é que isto melhorou? (...) Foi desde que vim pra horta. O dinheiro que eu gastava no supermercado em batatas, cenouras, repolho, portanto, o dinheiro que já não gasto nessas coisas, que fiz na horta, desde que tenho a horta...já poupo esse bocadinho que já dá para um “tapa-buraco”, como se costuma dizer.” (Rosália).

O exercício de uma actividade confere sentido de utilidade e é facilitadora da (re)-aquisição de uma identidade social positiva. Para além da obtenção de um rendimento complementar no caso dos beneficiários de RSI de etnia cigana, estes relevam a vantagem que representa para a sua valorização social e quebra do estigma de inutilidade que paira sobre estas pessoas, conforme se percebe do depoimento de Ana Rosa:

“Mas é assim, o rendimento também foi uma boa ajuda que nós através do rendimento [RSI] conseguimos agora ter este trabalho. Também foi...valeu-nos muito, se não fosse pelo RSI nós não tínhamos direito a este talhão [de terra], este ordenado que temos. (...) É bom nós trabalhar, podemos mostrar que somos pessoas normais como os outros, que temos mãos para trabalhar.”

Pra mim uma coisa muito importante foi essa, também foi mostrar o meu primeiro trabalho e o ordenado que entra em casa é bom.” (Ana Rosa).

Este excerto vinca o que nos refere a literatura quando se afirma que o exercício de uma actividade “permite assegurar, através dos rendimentos que ocasiona, a satisfação das necessidades elementares (alojamento, alimentação, vestuário, saúde, transporte, educação...)” e mais do que isso “(...) gera, igualmente, um estatuto social, isto é, uma posição identificada e reconhecida na sociedade.” (Clavel, 2004)

O acesso a uma actividade continua a ser vincado em muitos discursos, como nos mostra o excerto de Lara. A partir do exercício de actividades que começaram por se enquadrar em acções de voluntariado, deu-se a evolução para novas tarefas que passaram a ter implícita uma remuneração suplementar que lhe reforça o orçamento familiar:

“(...) ainda hoje, por exemplo, fui convidada para ir ajudar na hora de almoço, por isso é que cheguei mais tarde, para ir ajudar numa escola que pertence à PF, eu fui pra lá ajudar a distribuir os almoços aos meninos. Da mesma forma que viram que eu tinha jeito para os idosos, que poderia ter para as crianças. Parecendo que não, fui trabalhar. Realmente no voluntariado estou cansada, mas sei que vou ter o meu ordenadinho. Pronto, é um pequeno part-time mas foi útil pra mim.

Por isso, pra mim, de certa forma, abriu-me as portas. Se não fosse esta formação não conhecia a doutora A., não arranjava o pequeno part-time. Não é, no fundo não arranjava nada do que tenho hoje.” (Lara).

Para Conceição a participação na horta representa também a oportunidade de estabelecer novas relações interpessoais: *“Sair de casa, ter um emprego, conviver. Em todos os aspetos é bom. E temos o nosso ordenado.” (Conceição).*

Não obstante estes aspectos positivos, que integram os discursos dos beneficiários, existem limitações que também quiseram partilhar connosco.

6.1.4. Uma medida desajustada e injusta

Se por um lado nos é dada uma perspectiva da medida de RSI como suporte imprescindível à sobrevivência e ao acesso a novos recursos, por outro, também nos testemunham que a medida é desajustada tendo em conta a totalidade das necessidades sentidas e dos recursos disponíveis pelas pessoas e famílias.

Dai que, uma grande parte dos entrevistados, de ambos os grupos, refira que necessita de recorrer às redes de suporte ou a outras estratégias (actividades de economia paralela) para conseguir fazer face a todas as despesas mensais, suas e do respectivo agregado familiar. É especialmente realçado nos discursos proferidos pelos beneficiários que não participam em iniciativas de acção colectiva:

“Se não fosse a minha mãe, estava lixado! Eu também tenho dois filhos: 1 rapaz de 17 e uma cachopa de 15 e é a mesma coisa. Se não fosse a minha mãe a ajudar-me...” (Justino).

O baixo valor da prestação pecuniária leva mesmo César a afirmar que em situações extremas de precariedade existe quem ponha termo à vida:

“Eles estão-nos a dar um bocado... antes era mais, agora acharam que 178 resolvia a questão. Portanto, que não resolve... pronto vai adiando as coisas, não é? Por isso, é que se vê muitas pessoas a matarem-se e essas coisas todas...” (César).

É também referido que as acções que constam dos contratos de inserção, nomeadamente, as que se referem à procura activa de emprego, nem sempre se ajustam à realidade e dão como exemplo que as empresas não estão dispostas a colaborar na validação dos comprovativos dessa procura:

“(...) dão-nos um papel pra pôr carimbos e é difícil uma pessoa conseguir os carimbos. A mim, no ano passado, deram-me esse papel. Eu disse: olhe como é que eu vou conseguir esta folha toda de carimbos, dum lado e doutro? E eles: “Aí, tem de conseguir.” Não é assim, vocês pensam que é fácil, mas não é assim.” (Anabela).

Essa inadequabilidade da medida face à realidade vivenciada pelos beneficiários leva Paulo a referir que teve que se separar da progenitora para reunir condições para beneficiar da medida, facto que resulta da definição de “agregado familiar” que consta da legislação respectiva:

“Eu, para receber, para ter direito a receber o RSI, tive que me separar da minha mãe! Sabe, porquê?” (Paulo).

Um dos exemplos que é dado pelos beneficiários que não participam nas iniciativas de acção colectiva, no que respeita à desadequação da medida face às reais necessidades das pessoas, prende-se com a obrigatoriedade de frequentarem acções de formação de forma consecutiva sem entenderem o seu propósito. Alegam serem inúteis para a empregabilidade e servirem apenas interesses alheios:

“Mas eu acho que o grande, o grande interesse destes cursos são das firmas que fazem esses cursos, porque as firmas que fazem esses cursos é que vão açambarcar o grande bolo! E nós

que vamos lá somos tipo cobaias! Nós vamos lá porque temos, para eles darem os cursos, para eles ganharem o dinheiro do Estado.” (César).

Ora assim sendo, esta obrigatoriedade de participarem em acções tipificadas pela medida e o controle e fiscalização a que estão sujeitos são excessivos, segundo eles. Sublinham, nomeadamente, o controle que é exercido no âmbito do acompanhamento técnico que chega a ser percebido como um acompanhamento invasivo do seu quotidiano e da privacidade da vida das pessoas, como nos relata Anabela:

“É muito controlado e é uma coisa que eu detesto, é que controlem as pessoas e vão à casa das pessoas para verem o que uma pessoa tem ou não tem.” (Anabela).

Esta opinião foi manifestada por alguns entrevistados e refere-se aos profissionais que apenas assumem o acompanhamento social dos beneficiários. Segundo os beneficiários, o técnico gestor do respectivo processo social tem interesse em manter as suas vidas sob controlo e em penalizá-los quando não cumprem com o estabelecido no contrato de inserção:

“É: “Olhe, a senhora não apareceu. A senhora não agiu bem.” E... corte. E deviam dar às vezes uma facilidade à pessoa, não é? E aí acho que não agem bem nesse aspecto. Havia de ser, é assim, havia de haver um controlo sim, levar as coisas mais a preceito, mas cada caso é um caso, entende? Cada caso é um caso e acho mal logo estarem a cortar e a exigirem da pessoa, às vezes, aquilo que a pessoa não tem capacidade de ir avante, dão as suas exigências. Isso, eu acho mal, entre aspas, não é?” (Conceição).

Ressalta deste testemunho também uma referência a um papel autoritário que é assumido pelo técnico e que lhes desagrada, acusando-o tomar decisões sem atender à situação real das pessoas. O não cumprimento de uma prescrição parece resultar no corte do direito à prestação de RSI.

Este desagrado fica ainda mais vincado quando os profissionais até questionam os beneficiários sobre a propriedade de galinhas e coelhos, demonstrando insensibilidade face às suas carências. Ao mesmo tempo parece configurar uma desconfiança técnica sobre eventuais actividades paralelas não declaradas e face à necessidade concreta que os beneficiários sentem em arranjar fontes alternativas de sobrevivência para gerirem a escassez de rendimentos que marca as suas vidas:

“Como foi o meu caso, eu estou numa quinta que é da minha família e tenho animais que os meus irmãos me deixaram. Eles entram lá, a assistente social entrou lá e quis saber se os animais [galinhas e coelhos] eram meus. O que é que comia, se eu matava os animais, o que é

que eu fazia ao fim de semana, o que é que eu vendia, tudo assim em pormenores. Eu, isso aí acho uma estupidez. Desculpe, é um absurdo! Um absurdo!” (Anabela).

As visitas realizadas pelos profissionais, nomeadamente as que são realizadas sem aviso prévio, reforçam a percepção dos beneficiários de estarem a ser controlados e da existência de atitudes de desconfiança dos profissionais em relação a si (Grilo, 2013). Embora não seja do seu agrado, os beneficiários sentem-se sem alternativas e aceitam as imposições para não correrem o risco de serem penalizados, uma vez que a prestação pecuniária do RSI lhe faz muita falta.

Ao mesmo tempo que dizem sofrer com a desconfiança que percebem nos discursos e atitudes dos técnicos, evidenciam uma certa subalternização face à conduta destes porque necessitam de manter o apoio:

“À parte disto realmente é assim, estamos a usufruir desse dinheiro e é..., somos realmente muito controlados, com ou sem razão, não é? Estão sempre com suspeitas que a gente está a mentir, que a gente está a esconder isto ou aquilo, que não estamos a ser sinceros, eu também não gosto de ser controlada, mas no fundo esse dinheiro realmente faz jeito, faz falta.” (Conceição).

Este descrédito, esta desconfiança que marca a relação entre técnico e beneficiário afecta este último na sua auto-estima e favorece a perda da confiança em si próprio e nos outros. Há imposição de uma identidade negativa com origem no técnico de acompanhamento que deveria constituir um dos suportes sociais do beneficiário.

6.1.5. Beneficiários de RSI: entre a “fraude” e a “preguiça”

Para os beneficiários as representações que os outros possuem sobre as pessoas que recebem o RSI são negativas. Eles são ainda responsabilizados individualmente pelas suas condições de vida.

A maioria dos entrevistados diz-se, frequentemente, confrontada com acusações de serem “pessoas preguiçosas” e que “não querem trabalhar”, como nos testemunha Conceição:

“[Ouve-se dizer] Não tendes noção do que é a vida, do que é, porque vós tais dependentes dum subsídio, trabalhai se quereis e andamos nós a trabalhar pra vós, a descontar pra vós toda a vida. É uma injustiça. (Conceição).

Divina está na medida há pouco tempo e afirmou que antes de se encontrar na situação de beneficiária de RSI também pensava negativamente sobre estas pessoas:

“Eu pensava exactamente isto... Que passava por um certo sítio e via pessoal todo junto ‘Estes aqui estão a receber o Rendimento Mínimo e não querem trabalhar!’ É precisamente... Eu pensei isto! Eu pensei isto!!” (Divina).

Os entrevistados de etnia cigana também quiseram dar testemunho da vivência desta acusação: *“Nós os ciganos só vive à custa da Segurança Social, os ciganos não quer trabalhar.”* (Elsa).

Para além de serem criticados e julgados socialmente como sendo indivíduos que não querem exercer uma actividade profissional ou serem “preguiçosos”, são também tidos como quem quer “viver à custa dos subsídios” atribuídos pelo Estado:

“Olhe que já me disseram... nos correios uma vez, fui aos correios levantar o cheque do rendimento, e as pessoas que estavam atrás de mim, em fila, disse: ‘olha que boa vida, vocês ganham dinheiro a cair do céu.’” (Elsa).

Por vezes, estes comentários são proferidos com alguma revolta que é percebida pelos beneficiários:

“[Ouve-se com frequência:] Vós viveis à nossa custa, nós temos a descontar e vós a comer do nosso ordenado, com o nosso dinheiro.” (Elsa).

À medida que os relatos se produzem percebe-se a formulação de posições estratégicas de racionalização desculpabilizante dos entrevistados por receberem o RSI. Cada um vai enunciando motivos legitimadores do recebimento da prestação pecuniária. Fazem-no, por exemplo, estabelecendo distinções entre beneficiários “legítimos” e “não legítimos”; “merecedores” e “não merecedores”. Apontam factores explicativos das suas situações de pobreza em que se encontram que lhes são externos e manifestam o desejo de acederem a um trabalho que, segundo eles, não existe ou ao qual é difícil acederem:

“E não é [falta de] apetite, que a gente tem apetite para trabalhar. Não há é trabalho.” (Paulina).

A par das dificuldades de integração profissional atribuídas por alguns entrevistados à condição de pertença à etnia cigana, outros há que referem a idade como constrangimento ao acesso a um emprego ou a falta de competência profissional adequada às novas exigências do mercado de trabalho:

“Também agora a gente da idade que tem nem qualquer pessoa nos dá emprego pra nós ir trabalhar. Portanto este dinheiro que vem dá sempre jeito.” (Paulina).

A esta dificuldade são, por vezes, associados factores de ordem individual ligados à saúde psicológica como condicionantes para uma possível integração profissional. Segundo Lara, existem pessoas que se

sentem “desmotivadas” e “tristes” o que pode ser uma causa, mas também o efeito da situação em que vivem e que acaba por dificultar a saída da situação de desânimo e a procura de novas soluções:

“Eu se calhar não estou tão mal assim. Mas a maior parte das minhas colegas eu vejo que dependem muito desse dinheiro. Eu acho que havia de haver psicólogos grátis, ou outro tipo de ajudas para essas pessoas porque elas, por exemplo, já vêm para a formação desmotivadas. Vêm, por norma, tristes. (...) E às vezes se calhar é o receber [RSI], o não trabalhar.” (Lara).

Os efeitos do desemprego ultrapassam a perda de uma fonte de rendimentos e podem ter consequências psicológicas e sociais, nomeadamente, diminuição da auto-estima, apatia, sentimentos de inutilidade social, passividade, indiferença, entre outros (Caleiras, 2015:29).

Face ao constrangimento referente aos valores insuficientes da prestação todos os entrevistados revelam ser seu desejo poderem exercer uma actividade profissional que, segundo eles, lhes daria mais rendimentos e melhores condições de existência. A desvinculação dos indivíduos face ao mercado de trabalho representa um “fosso quase intransponível” com repercussões significativas na vida das pessoas, Caleiras (2015:25).

Os entrevistados que não participam em iniciativas de acção colectiva partilham as angústias que sentem quando abordam os potenciais empregadores e estes os recebem com desinteresse como nos diz Francisco:

“Alguns até vêm: “O que é que você queria?; Olhe, a ver se me arranja um trabalho!; Não quer levar alguns consigo? Olhe, desculpe lá amigo, não venho tirar trabalho a ninguém, eu só peço para mim!” (Francisco).

Factores como a idade dos beneficiários e a falta de competências profissionais são inibidores da empregabilidade tão desejada, segundo os entrevistados. Vejamos o que nos refere Carla:

“E depois para a confecção querem uma pessoa que tenha experiência em qualquer ramo, na confecção. Que seja especialista. Ora bem, eu já trabalhei na confecção... sei um bocadinho de tudo e não sei nada! E eles querem especialidades... eu não vou chegar lá. Eu só sei trabalhar numa máquina! e meto uma máquina a trabalhar, parece a curva da morte! Eu trabalho lá em casa, faço uns cortinados... tenho jeito. Agora numa confecção, fazer uma peça, por exemplo? Eu não sei fazer!” (Carla).

Entretanto, a este discurso foi dando lugar um outro marcado por uma tentativa de distanciamento face aos outros, adoptando como suas as críticas feitas pelos outros em relação aos beneficiários do RSI:

“Às auxiliares da assistente social, que vão fazer a visita às pessoas, semanalmente, eu cheguei a dizer: vocês aqui na minha freguesia há casos que haviam de ir a rigor ver, porque há pessoas que não têm necessidade disso. Eu conheço na minha terra, repare, uma família que ele está em Angola, têm uma oficina, têm empregados, têm uma vida estável, têm uma bruta casa, carros e tudo quanto é bom, e os filhos estão a tirar de abono o escalão 1? Há muitos casos assim que não têm lógica. (...) E depois conheço imensos casos, eu conheço uma senhora na minha terra que tem uma assistente social como comadre... e manipula, manipula tudo à maneira dela, ela recebe rendimentos mínimos, ela tem carro, tem tudo e continua, e os desgraçados que não têm, que não se sabe, tão tramados sempre.” (Conceição).

Segundo os próprios entrevistados, sem distinção entre aqueles que participam nas iniciativas de acção colectiva e os que não participam, muitos dos beneficiários não são “merecedores” do apoio do RSI e, a propósito, formulam opiniões sobre aqueles com os quais não se identificam e dos quais desejam distanciar-se, numa espécie de delimitação entre os que são “merecedores” e “não merecedores” desse apoio. Com maior destaque surgem as críticas de que são indivíduos “fraudulentos” e “manipuladores”. Divina faz questão de esclarecer a sua opinião dando conta que ela própria testemunha situações que considera irregulares:

Mas aquilo que eu vejo, porque eu moro perto de um bairro, eu peço-lhe imensa desculpa, mas aquilo que eu vejo... Ó pá, não tem sentido, não faz sentido.... Há pessoas que estão com o RSI estão no café de manhã, vão ao café no fim do almoço, vão ao café à tarde, vão ao café à noite. Andam muito mais bem vestidas do que nós!! E levam uma vida... Eu tive um exemplo há uns meses, ou um ano e tal, uma pessoa que estava com esse rendimento e conseguiu levar uma vida muito superior à minha, e o meu marido a ganhar! E até nem ganhava mal na altura... Superior à minha!! (Divina).

Na opinião dos beneficiários de ambos os grupos existem pessoas nas suas condições que “não merecem” usufruir da prestação pecuniária de RSI e, por isso, reclamam a falta de fiscalização para determinarem se essas pessoas têm ou não o direito ao RSI. Existe quem, segundo os entrevistados, simule dificuldades, mas não as vivencie de verdade:

“Saber se realmente as pessoas tinham ou não condições e aí dava-se o x, o montante adequado a cada família, consoante, porque há pessoas que também sabem muito bem manipular as

situações e recebem aquilo que realmente não devem, tá a perceber? Tá mal isso. E eu conheço tantos casos de pessoas que recebem esse dinheiro e não têm direito a receber. Por exemplo, famílias que eu conheço.” (Conceição).

Trata-se de uma realidade que os beneficiários repudiam e da qual desejam distanciar-se. A partir da utilização de estratégias de distinção, os beneficiários entrevistados constroem uma identidade para si, de alguém que é merecedor desse apoio social, em oposição àqueles a quem atribuem uma identidade negativa de “não merecedores”.

6.2. Relação com os serviços de acção social: entre a denegação e a contiguidade

A percepção dos entrevistados sobre os técnicos de intervenção social varia em função do maior ou menor grau de proximidade relacional entre ambos e o tipo de relação que estabelecem: se se trata de uma relação mais vertical em que o técnico se assume como o detentor do conhecimento e dos recursos para intervir na vida dos beneficiários ou, pelo contrário, se se está perante uma relação mais horizontal em que o técnico é apenas um elemento catalisador da vontade, dos interesses e das subjectividades de cada um dos seus beneficiários em prol da construção partilhada dos seus projectos de vida.

A propósito, Gaulejac e Léonetti (2007) dizem-nos que o modo como as instituições tratam as pessoas influenciam os seus comportamentos e isso pode perceber-se a partir dos resultados que se seguem.

Os discursos dos beneficiários sobre os profissionais que os acompanham variam em função da IPSS responsável pela medida de RSI e da iniciativa de acção colectiva a que estão associadas.

Tendo em conta o tipo e a qualidade da relação estabelecida entre beneficiários e técnicos de acompanhamento, definimos uma tipologia que compreende uma relação que designámos de denegação e uma segunda relação que apelidámos de contiguidade.

6.2.1. Relação de denegação

Os entrevistados que desenvolvem uma relação de denegação com os serviços de apoio social reconhecem a importância da prestação pecuniária de RSI nas suas vidas, mas, em contrapartida, percebem negativamente a relação que é estabelecida com os técnicos gestores de processos e responsáveis pelo acompanhamento social.

Consequentemente, a maioria dos entrevistados integrados nas iniciativas de acção colectiva levadas a efeito pelas IPSS's de Paços de Ferreira e de Vila Verde referem, com maior expressividade, que os técnicos de intervenção social responsáveis pela aplicação da medida e gestores dos respectivos

processos, são pessoas que quando os visitam apenas têm como único interesse fiscalizarem as suas vidas:

“É assim, semanalmente, constantemente, estar a telefonar, onde é que eu estou, onde não estou. Não, não!” (Conceição).

Ao invés de serem fiscalizadores, os técnicos podem ser ausentes e considerados pelos beneficiários também como elementos dispensáveis, tal como nos diz Catarina:

“A mim não me fazia falta nenhuma. Durante um ano elas nunca foram a minha casa” (Catarina).

Os beneficiários queixam-se ainda da presença de diversos técnicos nas suas vidas e veem como negativa a abordagem que lhes é feita por esses técnicos que os visitam sucessivamente e a quem têm de se expor consecutivamente e sem direito à privacidade das suas vidas. Sentem uma espécie de invasão de privacidade sem reconhecerem vantagens nesse tipo de intervenção:

“Para mim é bom ter um técnico. Mais vale ter um que ter vários. A controlar a vida...muita gente também não. É tudo ao contrário. [O técnico não ajuda].” (Elsa).

As percepções sobre o tipo e a qualidade da relação que se estabelece entre técnico e beneficiários alteram-se quando passamos para o perfil que apresentamos de seguida.

6.2.2. Relação de contiguidade

Tal como já afirmámos, as percepções sobre o tipo e a qualidade da relação que é estabelecida entre os profissionais e os beneficiários alteram-se à medida que se percebe que essa relação se baseia na proximidade empática entre ambos, na disponibilidade de tempo dos profissionais para os apoiarem, no respeito mútuo e na confiança nas suas potencialidades para a mudança.

Os discursos evidenciam uma relação de contiguidade com os serviços de apoio social e caracterizam os entrevistados que frequentam as iniciativas de acção colectiva desenvolvidas pela IPSS da Trofa e alguns da entidade de Paços de Ferreira. Estes beneficiários valorizam, desde logo, o apoio que recebem para a boa resolução das questões administrativas de preenchimento de impressos, renovação de requerimentos, etc.:

“[Ajudam a] Fazer papeladas, o quê que é preciso, as coisas. Tudo, tudo. Tudo, tudo.” (Elsa).

Apontam as funções de orientação que os técnicos desenvolvem junto dos beneficiários como válidas e necessárias:

“Eu acho que uma técnica (...) sempre é uma ajuda porque já é uma pessoa que sabe, tá dentro e a gente quer uma orientação ou isso e tem com quem falar ...” (Bernardete).

Para além dessa orientação, sentem os técnicos como um apoio efectivo que não dispensam:

“Faz! Muita falta! A mim faz muita falta! Ela está sempre a chamar-me à atenção a estas coisas. E eu também estando atenta às coisas que sei, não é? Também não me esqueço de tudo! E orienta-me e eu peço-lhe ajuda para alguma coisa, para o que for preciso às vezes mercearia para ajudar para a alimentação.” (Fernanda).

Mais do que o apoio administrativo que entendem indispensável, sublinham o papel que os técnicos desempenham como seus conselheiros e até amigos:

“No meu ver, para mim, são um grande apoio psicológico a todos os níveis. Vão regularmente a casa, qualquer dúvida que eu tenha (...) é a eles que eu recorro em opiniões, em formas como devo agir e em tudo. E para mim não são técnicos, já são praticamente familiares a quem eu peço auxílio. Quando eles não vão lá, eu vou ter com eles. Pra mim é uma grande ajuda.” (Lara).

Este sentimento de indispensabilidade do apoio técnico é partilhado também pela generalidade dos beneficiários que não frequentam as iniciativas de acção colectiva:

“Aí está, por isso é que é apoio técnico, que é para conhecer a nossa vida, todos os pormenores, os problemas de saúde, os nossos problemas de casa. Eles é que também, além de nos encaminharem, também nos dão conselhos e também... lá está, ver que cada caso é um caso, não é? E então, eles também têm que atuar conforme o caso da pessoa.” (César).

Para estes entrevistados, o técnico é percebido como alguém que se interessa verdadeiramente por eles, pelos seus problemas, pelas suas necessidades. Está “ao lado” deles sempre que precisam e dá-lhes o incentivo e o suporte psicológico que entendem ser importante para continuarem a procurar uma vida melhor:

“Veste a nossa camisola! Está ali naquelas horas difíceis, está ali ao nosso lado. Pode não se receber nada, mas só aquela palavra no momento de conforto e assim, nós já vamos mais cheias para casa! É fantástica! Esse apoio é muito importante. Eu gosto de todas elas, não é só a nossa técnica, mas a gente qualquer Dra. que chega aqui sente aquele calor humano, sente que tem ali uma amiga, é muito importante! (...) Graças a elas... Por elas eu não tenho uma trombose, não tenho nada! Porque eu já me estava a sentir paralisada e com elas ganhei outra vez vontade

de viver, com a força que elas me deram! Todas elas! Sem uma pessoa assim específica. Qualquer uma delas nos levanta, com o calor delas!” (Cesaltina).

Trata-se de um apoio, baseado na negociação que respeita os ritmos e os desejos dos beneficiários e os leva a acreditarem em si, nas suas capacidades e competências, conforme nos refere Rosália:

“Eu vou ser muito sincera, que eu não tenho vergonha de o dizer, eu quando vim para aqui só sabia o meu nome, mais nada! Deram-me força, deram-me palavras carinhosas, como se diz... tiraram-me da fossa, como se costuma dizer! E deram-me apoio “Porque é que não vais fazer a 4ª classe?”. Eu tinha vergonha e eu escrevi à AEBA, mas disse-me logo “Aqui não pode ser”. E essa Dra. também achei que ela também me ajudou muito e me encheu de coragem: “Não tenha vergonha, e você ande para a frente!”. E então, isso foi a uma sexta, na segunda-feira o telefone tocou e eu atendi. Era uma professora do Porto, que eu falo todos os dias com ela. Ela liga-me todos os dias para perguntar-me como é que estou e como é que não estou. Estive para desistir da escola, ela deu-me muito apoio. Então fiz a 1ª, a 2ª, a 3ª e a 4ª. Tinha 50 e aos 54 tinha a 4ª classe feita.” (Rosália).

Para além disso, sentem-se valorizados e incentivados a conseguirem, a partir desse apoio, obter uma nova oportunidade que os pode levar à formulação de um novo projecto de vida:

“Eu quando entrei aqui nesta casa vinha de cabecinha baixa. Quando eu entrei nesta casa vinha de cabeça baixa com tentativas sei lá do quê... e hoje, graças às técnicas todas, a coordenadoras e tudo, eu estou a trabalhar e de cabeça levantada!” (Ludovina).

6.3. Da vida sem sentido à construção de sentidos para a vida: dimensões da mudança

Para os beneficiários que participam nas iniciativas de acção colectiva, a condição de beneficiários de RSI confere-lhes o acesso a oportunidades e a um conjunto de recursos que consideram ser dignificantes das suas condições de existência.

Todos os entrevistados revelam ter experimentado a mudança nas suas vidas a partir do momento em tiveram a oportunidade de ingressar numa das hortas ou nos ateliers de enriquecimento pessoal.

O mesmo não se verifica relativamente aos beneficiários que apenas estão sujeitos às acções previstas na lei e que se encontram materializadas nos Contratos de Inserção. Para estas pessoas o RSI não lhes confere a mudança das suas condições de vida. Tão só lhes permite sobreviver.

6.3.1. Saúde e bem-estar psicológico

A generalidade dos participantes refere que a sua inclusão nos projectos das hortas e também nos ateliers de enriquecimento pessoal, lhes trouxe ânimo e saúde. Anabela dá-nos esse testemunho: *“Eu a mim acalma-me muito.”* e Conceição partilha connosco que era uma pessoa depressiva antes de frequentar a horta de Vila Verde e, a partir do momento que passou a ter o seu talhão, essa situação de saúde mudou, porque o convívio com os demais utilizadores da horta influenciou, positiva e significativamente, a sua auto estima e bem-estar psicológico:

“Sabe que eu...desculpe lá, sabe que eu antes de iniciar aqui o meu trabalho na horta, andava depressiva, chegava, nestas mudanças de estação...era medicação sempre em cima de mim, sonolenta. Desde que vim para aqui, ando bem com eles. Não é preciso [de medicação para a depressão] porque sinto-me bem.” (Conceição).

Também Juliana refere a importância que a participação nos ateliers de enriquecimento pessoal representa para a sua saúde:

“A gente distrai-se. O stress. A gente distrai-se aqui um bocadinho, enquanto o estamos aqui não estamos a pensar em asneiras. Eu falo por mim.” (Juliana).

No caso de Ramiro a actividade que desenvolve na horta faz com que a sua dependência face ao álcool fique mais controlada e consiga baixar muito as quantidades consumidas:

“Em casa, se eu tivesse em casa bebia muito mais. E eu assim quero antes trabalhar aqui...” (Ramiro).

Elsa, de etnia cigana, refere como são importantes para si os efeitos que a horta tem no seu estado de espírito, à semelhança do que é afirmado em testemunhos anteriores:

“Pra mim a horta é muito importante. Em casa sempre estamos aborrecidas, tristes, não temos nada que fazer muitas vezes.” (Elsa).

O contacto com a natureza dá-lhes prazer e bem-estar de tal forma que Samuel afirma sentir carinho pela terra e pelas plantas e, ao mesmo tempo, sente-se também ele acarinhado por estes elementos naturais:

“Carinho, carinho por a terra. [A terra tem carinho por mim] Porque elas [plantas] crescem rápido.” (Samuel).

Mantendo a referência a um elemento natural, Conceição valoriza a presença do rio e a companhia dos colegas como recursos importantes para o seu bem-estar emocional e físico:

“Depois temos a sorte de termos ali o rio, que também cativa as pessoas, a gente, por exemplo, quando o tempo realmente aquece, gosto de estar ali, libertamos o stress, tamos à margem do rio, comemos, estamos sossegados, tudo ajuda, porque a gente está bem. Deitamo-nos lá, conversamos, estamos em silêncio. Eu pelo menos dou uma volta à margem do rio, se tiver nervosa, que eu sou uma pessoa nervosa dou uma volta, ando muito a pé e já fico calma. Temos também essa sorte, essa facilidade, essa vantagem aliás.” (Conceição).

No caso das pessoas que frequentam os ateliers de enriquecimento pessoal da entidade de Paços de Ferreira, a melhoria da auto-estima e do estado de saúde é a dimensão mais evidenciada nos discursos dos respectivos participantes:

“(...) tanto os ateliers como a horta aquecem o estado emocional, que a gente levanta a auto-estima, não tá em casa, pronto, tá mais distraído, encara a vida melhor.” (Felisbela).

Neste caso, a melhoria do estado de saúde e auto-estima deve-se sobretudo à possibilidade que lhes foi dada de conviverem com outras pessoas e, por isso, conseguirem alargar as suas redes de pertença e quebrar os momentos de solidão e isolamento social:

“Traz-me bem-estar, além de me trazer bem-estar, a mim pessoalmente, o convívio com os colegas... eu sou um bocado a zeladora daquilo, porque também tenho conhecimento e pra mim traz-me saúde, saúde psicológica porque eu gastava uma série de medicamentos, e também já tomo menos. Traz-me saúde psicológica acima de tudo, e o convívio com os amigos e assim. Depois também, pronto, a gente vai avançando, os filhos crescem, cada um segue o seu caminho, a pessoa fica só. E eu não me estou a ver numa casa sozinha a olhar pás paredes. A nível de saúde mental faz muito bem! Muito bem!” (Felisbela).

Sofia acrescenta que antes de vir para a horta esse isolamento, resultante da falta de acesso a um trabalho, a deixava menos bem porque os seus dias eram rotineiros e sem motivos que justificassem a sua saída de casa:

“Sim, fiquei sempre em casa depois a pensar, sempre em casa que não tenho trabalho fico sempre em casa a dormir, a fazer comida e depois vai onde? E mais nada! E pessoas que trabalham, têm formações e ficam bem melhor.” (Sofia).

A referência a passarem a viver com outro “*ânimo*” é, frequentemente, abordado nos discursos dos participantes das hortas. Cesaltina diz mesmo que tudo lhe começou a parecer diferente. A vontade de agir regressa e com ela um novo modo de estar na vida:

“Com ânimo! Com vontade de trabalhar, com vontade de...já tudo é diferente! A nossa mente fica mais ... mais motivada! É verdade! (...) Vê Sra. Dra., isto veio-nos trazer saúde, alegria... pouco dinheiro para a carteira, mas... anima-nos! Eu só digo, Deus mantenha esta casa. Muita saúde para a [IPSS da Trofa] e que nos deixe viver um bocado felizes! Porque isto é felicidade!” (Cesaltina).

Esta participante chega mesmo a considerar a participação na horta como crucial para a vida do seu marido: *“Como é que ele está vivo? Ele está vivo por causa da horta!”* (Cesaltina).

Este testemunho é confirmado pelo próprio marido de Cesaltina que considera que a participação na horta lhe trouxe de novo a vontade de sorrir, de viver:

“[A participação na horta] É algo que nos transforma a vida! Quer dizer, a gente está lá no fundo mesmo do poço e alguém nos tira, como é que a gente não há-de ter alegria, não há-de ter paixão? Significa o fim daqueles dias em que eu passava tardes inteiras, noites inteiras passadas, o dia inteiro a dormir para que o dia passasse rápido.” (José).

A quebra do isolamento social e o aumento das redes de pertença são muito referidas nos discursos:

Isto aqui é um mundo! É um mundo de convivência, é um mundo de trabalho que se faz com gosto, é um mundo de solidariedade. Que a gente também tem que ter uns com os outros, não vamos andar à sapatada (?) se não, não vamos a lado nenhum!” (Paulo).

6.3.2. Sociabilidades e participação social

Para o bem-estar parece também concorrer o apoio que os beneficiários dizem sentir da parte de todos os intervenientes: pares e técnicos de acompanhamento:

“Vim para a horta, cheguei aqui, como lhe disse há bocado, de cabeça baixa, e comecei logo a levantar porque todas me deram muito apoio, muito apoio..., toda a gente me tem ajudado muito! Já passei muito. Toda agente me tem dado muito apoio.” (Ludovina).

E Cesaltina reforça a importância que tem a partilha entre todos os envolvidos na horta, partilha essa que, neste caso, se refere ao convívio que se gera entre os utilizadores:

“Ó Sra. Dra., esta partilha é saúde. É saúde. A gente se traz problemas de casa, olhe os problemas ficam lá trás porque estamos todos.” (Cesaltina).

Este mesmo efeito tranquilizante é evidenciado por todos os agricultores. Luisandro, mais introvertido, resume em duas palavras o que sente por participar na horta: “É um prazer!”

Conceição retraiu-se, inicialmente, ao perceber que iria partilhar um espaço com membros de etnia cigana, a que chamou “*contratempo*”:

“Um contratempo no início que foi o facto de quando aqui entrei encontrei-me com a raça cigana... foi muito complicado porque (...) eu sempre meti na cabeça que não me ia entender com estas pessoas, porque nunca tinha trabalhado com elas, etc. Isso aí foi realmente uma impressão, minha, má, que não passou duma impressão, não é?” (Conceição).

Mas pouco tempo depois, facilmente se percebe pelo excerto anterior que esse receio desapareceu. Está agora perante uma companhia que Conceição refere como saudável e indispensável aos bons momentos que passa na horta. As diferenças étnicas desvanecem-se a partir da pertença a um grupo que exerce uma função de integração social mútua que importa realçar:

“Ainda falta dizer uma coisa: tudo isto que falamos é feito por pessoas. (...) mas a cor, raça, religião, ou seja lá o que for, porque nem todos temos a mesma religião, nem todos temos a mesma cor, nem todos temos a mesma origem, nem todos temos o mesmo núcleo de onde crescemos e, no entanto, todos somos iguais ali em cima [na horta]. Todos, todos, todos iguais. Todos diferentes, todos iguais.” (José).

A participação nas actividades é tão valorizada que Ana Rosa enuncia saudades da horta durante o fim de semana, porque quando está lá está sente felicidade, sentimento esse que diz não conseguir ter quando está em casa:

“É verdade, senhora doutora, isso mesmo verdade. Quando ficamos no fim de semana, de sexta para sábado e domingo, sentimos saudade da horta. Estamos sempre a contar os dias para chegar logo segunda-feira que é pra ir trabalhar. Quando chegar a segunda-feira fico muito alegre para ir para as hortas.

Eu sou muito feliz, o que me interessa na horta, mais feliz que estava em casa, porque em casa sempre estava com problemas, chateio-me muito com as crianças, sou eu sozinha que faço tudo em casa. E lá não, liberto o meu stress, os problemas e aqui esqueço.” (Ana Rosa).

Esta vertente integradora da participação nas hortas, é reforçada pela possibilidade que as pessoas que as frequentam têm de alargarem essa participação a outras actividades. Trata-se de actividades promovidas pelas instituições enquadradoras no âmbito de respostas sociais que possuem como é o caso dos Centros Comunitários, Creches e Jardins de Infância e Estruturas Residenciais para Pessoas Idosas.

Em dois projectos, concretamente nos projectos das entidades de Paços de Ferreira e da Trofa, os seus participantes têm a possibilidade de realizarem acções de voluntariado nas respostas sociais dinamizadas por aquelas entidades. Se, por um lado, essas iniciativas desempenham um papel importante na integração social dos envolvidos, por outro, são consideradas acções que conferem oportunidades de desenvolvimento pessoal a partir do exercício da solidariedade. Mais uma vez trata-se de dar a oportunidade a alguém que está sujeito à solidariedade de se transformar em sujeito de solidariedade para os outros:

“(...) eu vim para o projecto [horta da Trofa] era uma pessoa que era muito triste, nunca saía de casa! (...) E se não fosse pela coisa da horta eu não conhecia este projecto da D. Sol. É onde eu estou metida a ajudar o próximo. Escolher roupas para pôr a lavar, pregar botões, o que faltar. Muito feliz! Sinto-me mesmo muito, muito feliz a ajudar o próximo. Mesmo muito contente!”
(Rosália).

Para Lara a participação em actividades de voluntariado para além de representar uma oportunidade para ser solidária com outras pessoas, permitiu-lhe a possibilidade de realizar actividades pontuais remuneradas que lhe criam a expectativa de poder mudar as suas condições de vida:

“É um bocadinho diferente, porque eu ao vir para aqui comecei a fazer voluntariado na parte de baixo, comecei a trabalhar naquilo que eu realmente gosto que estava parada que é cabeleireira, e acho que me abriu as portas pra outras coisas que eu entretanto fui começando e essas coisas. A mim... a mim, do meu ponto de vista, isto foi me útil. O voluntariado abriu-me as portas para pequenos part-times digamos assim, e onde eu também tiro o meu lucro.” (Lara).

Cesaltina dá o seu ponto de vista e com ele se percebe que aliada a esta função de solidariedade, informalmente, tal como afirmámos atrás, se trabalham competências pessoais e sociais, para além de se proporcionar o tão desejado bem-estar psicológico:

“Estamos a preparar um teatro especial para eles. E isso é muito importante! Porque também para a nossa, a nossa alegria nós vamos partilhá-la aqui com os idosos daqui da [IPSS da Trofa].

Já fizemos vários eventos com eles também e assim. Eu poucos, porque ainda sou nova ainda, mas o pouco que... Muito bom!” (Cesaltina).

O testemunho de Ludovina é expressivo da alegria subjacente à oportunidade que têm de serem úteis aos outros, neste caso, para as pessoas mais velhas. Sentem-se úteis ao integrarem as acções de intergeracionalidade que lhes são propostas pela entidade enquadradora:

“Temos o atelier de costura! É uma animação! Quando está a chegar a hora de nós irmos para cima nós cantamos uma canção para os idosos, uma canção ou outra que aquilo não tem jeito nenhum! Mas os idosos habituaram-se e dão-nos beijos, beijos, beijos para nós não nos virmos embora. Aquilo, para mim é uma alegria!” (Ludovina).

A sujeição ao estigma social afecta a identidade dos beneficiários e é de realçar o papel que as hortas desempenham nessa matéria. Os agricultores de etnia cigana percebem-na muito claramente. A possibilidade de exercerem uma actividade é especialmente relevante porque desejam quebrar o estigma e os preconceitos sociais que os atingem. Desejam muito provar que são “normais” e, a partir daí, são capazes de construir uma identidade positiva de si, para si e para os outros.

Realça-se o orgulho nas palavras de Ana Rosa quando refere que os filhos se reportam à mãe como alguém que tem uma profissão tal como os demais, independentemente da sua proveniência racial:

“Pra mim senhora doutora, pra mim representou muita coisa porque é assim, nós damos a mostrar a nossa etnia, dão a mostrar que nós temos mão e temos capacidade também de trabalhar. É bom! É bom nós trabalhar, podemos mostrar que somos pessoas normais como os outros, pode... temos mãos pa trabalhar. Pra mim uma coisa muito importante foi essa, também foi mostrar o meu primeiro trabalho e o ordenado que entra em casa é bom.

Pelo menos pra nós é orgulho porque eles mostram o conhecimento que nós temos, diz a minha filha: a minha mãe trabalha numa horta. Eu antes escrevia que era doméstica a minha profissão, mas agora não! Agora escrevo com orgulho que sou agricultora. O meu filho é assim: a minha mãe já trabalha. Uma pessoa como as outras e é um ordenado que entra. E é bom isso.” (Ana Rosa).

As pessoas que perderam a ligação ao mundo do trabalho perderam o estatuto social que o mesmo representa. Torna-se importante, por isso, que estas pessoas possam responder positivamente à questão: o que fazes?” (Clavel, 2004). Este é um dos aspectos mais realçados no testemunho que acabamos de ler, nomeadamente, quando Ana Rosa afirma:

“(...) escrevo com orgulho que sou agricultora. O meu filho é assim: a minha mãe já trabalha. Uma pessoa como as outras e é um ordenado que entra. E é bom isso.” (Ana Rosa).

Samuel um jovem cigano que pensava não gostar de trabalhar na terra, viu-se confrontado com a necessidade de o fazer na sequência de uma medida definida pelo técnico de acompanhamento da Comissão de Protecção de Crianças e Jovens, perante o tipo de comportamentos que este menor tinha no seu dia a dia, quer na comunidade quer na escola.

Samuel não gostava da escola. Em alternativa propuseram-lhe frequentar o projecto da horta. No momento da realização do *focus group*, Samuel, com um sorriso no rosto, afirmou: *“Agora, agora consigo. [trabalhar a terra]”*. Esta frase transportava um sentimento de orgulho que era comum à maior parte dos entrevistados.

Esse orgulho advém de perceberem que são capazes de realizar algo com valor para eles próprios e para os outros:

“E entrei para ali, eu não gostava, eu não gostava da terra. Via o meu pai a trabalhar, mas eu não gostava. Eu pensava que ia me sujar todo, sujar os ténis. Sujo!? Mas agora eu ponho-me descalço na terra e gosto de trabalhar na terra.” (Samuel).

No que se refere aos trabalhos realizados no âmbito dos ateliers de enriquecimento pessoal da instituição de Paços de Ferreira, os entrevistados dizem-se também orgulhosos dos trabalhos que conseguem executar. Bernardete refere, concretamente, o desfile de roupa confeccionada por ela e pelas colegas nesse atelier:

“(...) E no meio disto tudo é tudo muito bonito! E temos feito coisas muito bonitas! E ver o nosso desfile de roupa!? Já fizemos, já!” (Bernardete).

Fala-se até em sentimentos de realização pessoal, como nos diz Felisbela a propósito de poderem oferecer, a outras pessoas, os legumes que produzem:

“Sim, sentimo-nos realizados [quando oferecem os produtos agrícolas]. Sim, sim... [sentimo-nos realizados ao...] Fazer alguma coisa por nós e para os outros! Acho que sim!” (Felisbela).

Rosália desabafa o orgulho que sente quando prepara os legumes que são vendidos às funcionárias da Instituição:

“Vêm as Dras. fazer as encomendas delas. Quando elas saem à meia hora têm as saquinhas. Vêm as empregadas, antes de ir para baixo, fazem as suas encomendas. Nós temos esse cuidado de ter, quando elas saem, ter já as saquinhas com o nome delas.” (Rosália).

Ana Rosa, sente-se muito bem quando vê os frutos do seu trabalho a saírem da terra e diz: *“Parece uma riqueza, parece o totoloto. Sentimos orgulhosos.”*

Elsa esclarece este mesmo orgulho a propósito da reacção de uma outra colega sempre que as suas plantas irrompem da terra: *“Senhora doutora, desculpe interromper, a Anabela começa aos gritos: oh Elsa! quando começa a ver as plantas a crescerem”*.

Esta atenção partilhada entre as pessoas do mesmo grupo ou com pessoas exteriores confere-lhes o sentimento de que alguém se preocupa com elas. Esta é uma dimensão da participação nas hortas e é apontada por Felisbela que valoriza o carinho que sente quando ouve alguém dirigir-lhe palavras de preocupação pela sua saúde:

“Uma vez eu estava a tirar ervas com o meu guarda sol aberto às costas. Ela diz: - Saia daí, saia do sol, que está muito calor!” (Felisbela).

Ser alvo de atenção é muito importante para as pessoas que habitualmente vivem na solidão e entregues a si próprias. Ver reconhecido o seu potencial, recuperar a confiança em si próprio são condições essenciais para fazer face ao “sofrimento social” (Soulet, 2006).

Aliada à melhoria da auto-estima também a valorização de si e das suas capacidades surge muito evidenciada nos discursos recolhidos. Nomeadamente, as questões ligadas ao exercício de uma actividade socialmente reconhecida como útil devolve-lhes o sentido de utilidade e valorização social, como é explicitado por Ludovina que se sente muito bem ao ser abordada por elementos da comunidade que vivem nas imediações da horta e demonstram, até, uma certa preocupação/protecção perante o esforço que despende no trabalho agrícola. Trata-se de uma atenção que contraria os habituais estereótipos sobre estas pessoas a quem atribuem preguiça e inactividade:

“Pois, mas é assim enquanto eu estou ali a trabalhar na horta, as pessoas que estão na estrada a ver dizem: “Aí, está a trabalhar!?! Está tanto calor...” (Ludovina).

Ludovina transmite alegria enquanto partilha esta atitude que tiveram para com ela e que, conseqüentemente, contribui para a valorização de si própria e o ressurgimento do crédito nas suas capacidades e competências.

Este sentimento de pertença e de apoio social também se estende aos técnicos que acompanham os beneficiários no desenvolvimento das suas actividades nos diferentes projectos. Nenhum dos entrevistados dispensa esta ligação tão próxima com o seu técnico. Conceição sublinha a importância deste apoio e da relação de proximidade e confiança que constroem e que se expressa de vários modos e a diferentes níveis: os técnicos são conselheiros, professores, orientadores e imprescindíveis na vida dela. Esta relação que é classificada de amizade com os técnicos é muito importante para Conceição mas também para a maioria dos agricultores:

“(...) quero dizer que, prontos, que a engenheira L. é uma pessoa muito importante pra nós, que nos acompanha, que nos ajuda a nível moral e até muitas vezes também a nível financeiro que nos ajuda a superar os problemas, a resolvê-los e que é uma companhia, uma pessoa amiga, a parte de estar realmente a desempenhar a função que desempenha na horta, que à parte de tudo, que é uma amiga que a gente tem ali connosco. É um apoio.

Olhe eu às vezes, muito sinceramente, eu às vezes, assim de momento não tenho dinheiro - ó engenheira desenrasca-me? “Desenrasco”. Tem acontecido assim situações. E às vezes já tenho ido almoçar com ela, ó engenheira hoje não estou prevenida com dinheiro e ela: não se preocupe! E prontos, e funciona assim. Já tem acontecido.

(...) e se a gente tiver com um problema, ela talvez devido ao convívio que tem já connosco, já nos entende e conversa com as pessoas, dá-nos o apoio dela moral, os melhores conselhos (...) digamos, aquele ombro, e era complicado porque nós precisamos realmente assim duma pessoa para estar ali connosco. É o respeito, a presença dela realmente faz falta.” (Conceição).

Lara frequenta os ateliers da entidade de Paços de Ferreira e exprime com convicção que a sua participação neste tipo de projectos facilitou a aproximação aos técnicos que estão sempre atentos às oportunidades que surgem e que possam ir de encontro às suas necessidades. São, por isso, pessoas que estima pelo interesse que demonstram em orientá-la para oportunidades de desempenho de actividades úteis:

“Eu tenho a certeza que se eu não estivesse aqui, se os doutores não me tivessem conhecido, que nunca iria arranjar este part-time na escola, não é? Mas o possível, a possibilidade que a PF me deu, de conseguir conciliar o part-time com... com a formação que estou a fazer de línguas, que eles perceberam que pra mim é muito importante isso, também é muito bom, porque ou outras pessoas qualquer dizia: quer este part-time? Tem este... é este x horário, tens que entrar e sair. E eles não, eles manobraram tudo a que eu pudesse ir para o part-time na mesma, sem

perder o meu curso como, exatamente como fizeram hoje, foram me levar e foram me buscar para eu poder estar aqui. Porque eu se fosse a cumprir tudo eu não iria estar aqui. E eles arranjaram logo o blazer, eles arranjaram logo tudo. Fizeram logo tudo para que eu pudesse estar aqui agora, não é? e de manhã eu vim para a formação, às 11h30 a doutora levou-me. Acabam por ser, de certa forma família também, não é? Preocupam-se.” (Lara).

6.3.3. Desenvolvimento de competências

Cesaltina esclarece-nos sobre os efeitos que a participação na horta teve no domínio da aquisição de novos conhecimentos e competências. Esta entrevistada não possuía conhecimentos sobre agricultura, nem teóricos nem práticos, e valoriza tudo quanto aprendeu nessa área a partir da sua participação na horta:

“Ó Sra. Dra. para quem não sabia pegar numa enxada! Eu saí daqui com os pés feridos de pegar na enxada! Eu antes de bater na terra já batia nas minhas pernas. Aí foi terrível! Mas aquele prazer de estar agarrada à terra... olhe, aquele material que me deram que eu não sabia para o que era e trabalhar até... Isto, para mim, nunca vou esquecer!” (Cesaltina).

A aprendizagem que nos é invocada nestes testemunhos adquire-se pela via informal, envolvendo técnicos que têm de intervir em proximidade e ao mesmo nível das pessoas que acompanham para, dessa forma, conquistarem a sua confiança e a sua entrega a um projecto que é (co) construído dia a dia:

“[A horta] mudou-nos enquanto pessoas! Temos conhecimentos e já...E sei lá... Já aprendemos muitas coisas novas que não sabíamos, que estavam assim pertinho de nós saber, mas desconhecíamos. Desconhece-se sempre muitas coisas, não é? A gente vai aprendendo sempre. Nas formações, a fazer certas formações a dizer como é que se fazem as coisas, a semear, os tempos...” (Fernanda).

Estes resultados vão de encontro ao que nos referem Sousa *et al.* (2007). Para estes autores, o “fazer coisas com as famílias”, é importante para dar sentido à intervenção. Mas mais do que isso, o que também fica explícito pelos depoimentos é a valorização que é feita ao que é feito entre beneficiários. Sofia destaca a entreatada das colegas que a quiseram ensinar a cultivar a terra, engenho que ela desconhecia possuir:

“Eu não sei como as pessoas meter as coisas. E a Dra. L. tem aqui esta senhora D. Ludovina e a Sra. Rosália elas ajudaram-me muito e este Senhor também, e agora sei como meter coisas e

antes não! Quando eu cheguei aqui não sabia nada. E ela tem muitos quintais grandes e eu vi como ela faz e quando ela faz trabalho eu vejo e faço aqui.” (Sofia).

Fazer juntos é encorajador e dá animo (Sousa *et al.*, 2007:79). Estamos perante contextos que facilitam a descoberta e a revelação das competências pessoais, positivamente percebidas.

Alguns dos entrevistados referiram, também, a mais valia e o interesse que sentem em frequentar outras formações para além das que dizem directamente respeito às práticas agrícolas:

“Ó Sra. Dra., devíamos fazer! Porque já fizemos uma coisa muito gira [workshop de culinária] com um cozinheiro que veio aí. Com as coisinhas da horta.” (Cesaltina).

A partilha de saberes é um outro factor positivo enunciado nos discursos, como nos lembra Rosália a propósito dos ateliers de culinária e doçaria que frequentam:

“Aprendemos a fazer compotas. Aprendemos a fazer pão. O Sr. José ensinou a fazer... [muamba de galinha]. A Sofia ensinou a fazer comida [paquistanesa] estava muito boa! Pataniscas com massa... muito boas!” (Rosália).

Do excerto anterior percebe-se a presença e o interesse atribuído à multiculturalidade dos saberes que são partilhados. José foi emigrante em Angola e Sofia é natural do Paquistão. Esta aceitou o convite da equipa técnica para expor as suas iguarias e, a propósito, partilhar os seus saberes culinários. Informalmente, é possível proporcionar momentos de aprendizagem e partilha de usos e costumes e de características culturais próprias que enriquecem as competências pessoais dos participantes:

“E depois vem o Natal e fazer bolos e frango. E passado 2 meses e 15 dias e vem outro Natal, e já passou agora... acho que um mês. Já passou um mês! E eu faço comida... no Paquistão é tudo família junta e eu fico contente! Este ano eu pedi aqui aos Drs. e a pessoas aqui da horta, porque eu queria ficar este natal com eles. E depois falou a Dra. X. com a Dra. Y. e eu fazia uma festa, fazer este Natal bolos, cabrito, frango, arroz.” (Sofia).

Para além do que tivemos já a oportunidade de referir, importa acrescentar outras dimensões subjacentes às palavras de Sofia como é o caso da valorização pessoal e social que resulta do seu envolvimento nesta actividade e o sentido de “*família*” que ela identifica. O mesmo será afirmar que estas actividades são marcadas pela reciprocidade de atitudes de aceitação e valorização que fomentam a respeitabilidade pelos outros a que cada um aspira. As palavras que Cesaltina profere com agrado ilustram o quanto apreciam estas possibilidades: “*Coisas tão giras que se aprendem!*” (Cesaltina).

Alguns dos entrevistados são ambiciosos nos pedidos e expressam a sua motivação para aprender mais, aprendizagens essas marcadas pela inovação: *“Inventar assim umas coisas novas...”* (Andersen).

A inovação também é valorizada pelos frequentadores dos ateliers de enriquecimento pessoal. Vejamos o que nos diz Bernardete a propósito do convite que recebeu do técnico responsável pelo atelier para passarem a experimentar a actividade de costura para crianças:

“É, e vai partilhando e vai..., ele apresentou este projeto que era para crianças e nós concordamos e estamos... e vamos fazendo roupinhas.” (Bernardete).

Paulina, tal como Bernardete, frequenta o atelier de enriquecimento pessoal e também valoriza a oportunidade que este representa de aprendizagem, para além do tão sublinhado convívio:

“O tempo que a gente há-de estar em casa sem fazer nada, ao menos vai se divertindo e vai aprendendo coisas.” (Paulina).

6.3.4. Qualidade e diversidade alimentar

A nível alimentar, as hortas representam para os seus agricultores a possibilidade de obter mais e melhores produtos que eram impossíveis ou difíceis de obter. Os testemunhos referem, sobretudo, o sabor dos legumes que colhem nos seus talhões depois de confeccionados:

“E depois colher aquilo e levarmos para casa e levarmos ao tacho aquilo que nós metemos na terra! Sra. Dra., não há sabor melhor!” (Cesaltina).

Tendem a compará-los com outros produtos à venda noutros locais: *“Não tem nada a ver a [qualidade] dos nossos produtos à beira dos da feira!”* sublinha Rosália.

Outro aspecto referido tem a ver com a facilidade de acesso aos bens para alimentação, sem estar dependente das disponibilidades financeiras para a sua obtenção:

“Por exemplo, apetece-nos um caldo verde, pegamos umas couvinhas, temos a máquina de segar, ajeitamos a máquina, cortamos e prontos temos o caldinho verde e já está!” (Ludovina).

E o facto de se alimentarem com os produtos agrícolas por eles plantados para além da qualidade representa ainda o valor do trabalho e do esforço de cada um, como acrescenta convictamente Felisbela: *“Temos produtos produzidos por nós próprios e sabemos o que comemos!”*.

Para além da qualidade e quantidade dos alimentos a que passam a ter acesso, referem a diversidade dos produtos, alguns dos quais lhes eram desconhecidos, como refere Fernanda:

“Aprende, aprende aqui novidades, que dantes a gente não conhecia tanto, e agora aparece o chuchu. Pimentos já tinha, já tinha alho francês, alho francês não entrava muito noutros tempos, não entrava, mas agora entra. O chuchu foi o meu marido que trouxe no ano passado, apanhou “mas que vem a ser isto?”. Eu já tinha ouvido falar aqui, mas eu não conhecia... não era não conhecia, não dava muito apreço a isso. E ele meteu lá num cantinho, e eles este ano desfrutou muito, desenvolveu, cresceu e olhe tantos chuchus. Prontos... e aí está o chuchu. E é bom, tem um sabor bom, dá para fazer a sopa e mesmo para... ainda no outro dia fritei como se fritasse batatas, era saboroso! Era docinho, era bom! Agora, é sempre... na sopinha meto o chuchu, a cenoura e outros, alho francês, cebola e o resto de legumes pencas e assim. Não meto batata!” (Fernanda).

Também Ana Rosa sublinha essa alegria de poder alimentar a família com o fruto do seu trabalho:

“Sei que aquilo faz bem aos meus filhos e à minha família, não leva produtos químicos. Sei aquilo e é um orgulho pra mim ver aquilo plantar e aquilo desenvolver. É o fruto do meu trabalho.” (Ana Rosa).

Os produtos que são obtidos do cultivo da terra são para consumo próprio, para troca ou para venda, nos casos das hortas das entidades de Vila Verde e Trofa. Já no que diz respeito à entidade de Paços de Ferreira, os produtos cultivados destinam-se, maioritariamente, a ser consumidos nas respostas sociais dinamizadas pela mesma. No entanto, há uma parte dos produtos que são também disponibilizados aos agricultores que participam no seu cultivo. Esta possibilidade de acederem a legumes gratuitamente, agrada a quem lá trabalha:

“Na horta todos os legumes que lá existem, se a pessoa quiser, pode levar. Conforme a necessidade de cada um, a doutora autoriza que nós levemos os legumes para nosso consumo.” (Madalena).

6.3.5. Reforço do orçamento familiar

Percebe-se pelos discursos dos entrevistados estes consideram que as hortas reforçam os seus rendimentos mensais de diversas formas. A poupança é uma delas, uma vez que têm acesso a legumes por via do cultivo próprio, não necessitam de despendere recursos para os adquirir:

“E sabe como é que isto melhorou? Que melhorei um bocadinho? Foi desde que vim pra horta. O dinheiro que eu gastava no supermercado em batatas, cenouras, repolho, portanto, o dinheiro

que já não gasto nessas coisas, que fiz na horta, desde que tenho a horta...já poupo esse bocadinho que já dá pra um "tapa-buraco", como se costuma a dizer." (Rosália).

Para além de não necessitarem de comprar legumes, a venda dos excedentes é outra das possibilidades de amealharem um rendimento extra: *"Também vendemos. Quando temos em abundância... muito... também vendemos. Ganhamos o nosso dinheiro." (Conceição).*

E quando o fazem, aliam a angariação de rendimentos extra ao prazer de verem reconhecida a qualidade dos produtos que cultivam:

"Acho que sim. Tem outro sabor, o que é nosso do que o comprado! E dito por muitas pessoas, porque às vezes já vendi alguns pimentos, tinha assim a mais e eles: "Aí os seus são muito melhores, tem outro sabor!". Eles notam isso do que quando compravam os outros. "Ali qualquer coisa que é muito diferente!" Mesmo fazer um pimento recheado diz eles que tem outro sabor, que ficava outra coisa muito diferente, muito melhor! Dizem eles "Eu gostava de fazer isso" e eu: "Está bem, óptimo! Então, quando você quiser, eu tenho, compra-me!" (Fernanda).

No contexto dos ateliers, algumas pessoas referem também conseguir algum rendimento, utilizando os saberes adquiridos para confeccionarem artigos que depois vendem, como nos relata Juliana: *"Olhe vendi muitas bonecas, muitas bonecas daquelas.".* Porém trata-se de vendas ocasionais:

"Cheguei a vender lá bastantes. Vende-se um bocado quando é novidade, depois deixa de ser novidade já não." (Juliana).

Por fim, mencionam as trocas de produtos como forma de evitarem despesas. Todos trocam entre eles legumes, seja porque não têm todos os produtos seja porque não está em estado de ser consumido:

"Mas é aquele gestosinho, [dar produtos agrícolas] também é uma grande coisa... E depois sinto aquela alegria! Fui eu que colhi... dantes vocês viam-me aí a passear! Mas agora eu tenho terra, sou da lavoura! Sinto prazer em ir tomar café e dizer "Eu sou agricultora!""
(Cesaltina).

Neste depoimento, temos é de realçar o valor simbólico que é atribuído à capacidade de dádiva de algo por parte de quem recebe apoios. Esta capacidade de retribuir a partir do exercício de uma actividade considerada útil, socialmente, tem efeitos identitários positivos porquanto permite à pessoa despir-se do rótulo de preguiçoso e de inactivo e recupera o orgulho em si próprio. Mauss (2003 cit. Martins, 2005:53) diz-nos a propósito que a partir da interacção dar, receber, retribuir se obtém reconhecimento, prestígio e inclusão.

6.3.6. Autonomia, sentimento de posse e liberdade de escolha

No caso da horta da entidade da Trofa, os agricultores acedem a um espaço de cultivo e isso fica materializado num contrato de comodato com duração de um ano renovável por iguais períodos. Este facto dá-lhes um sentimento de posse que é muito valorizado pelos respectivos beneficiários, expressos a título de exemplo, nos depoimentos de Fernanda e José:

“Há um contrato feito de onde aquele sítio até aquele sítio nós teremos que cuidar tão bem para nós como para os outros. Quer dizer, não só para nós como também para os outros. Quer dizer, faz parte da lição da vida. (...) Que a gente deve fazer as coisas certas. Exactamente, fazer as coisas certas. De modo que não prejudiquem ninguém.” (José).

No depoimento seguinte, Fernanda apresenta a origem do projecto da horta da IPSS da Trofa e as questões administrativas e burocráticas ligadas ao referido contrato de comodato. Tal como acontece com José é clara para Fernanda a noção da responsabilidade pela posse do talhão, materializada num conjunto de direitos e deveres assumidos por escrito. Trata-se de um contrato com significado para os beneficiários. São os próprios a conferirem-lhe essa utilidade e esse valor:

“Ele não é nosso, mas fomos adquirindo com um Projecto que houve. Fizeram um Projecto para quem precisasse, para pessoas carenciadas, que precisavam de uma hortinha para ter uma actividade e ofereceram-nos se nós queríamos um cantinho de terra, e olhe...

Está escrito no meu projecto e eu tenho aqui a placa no meu cantinho. É meu, ninguém me tira!”. Tenho lá uma assinatura, um livro com o projecto com todos os dizeres, o que devo fazer e não devo no projecto. Está tudo ali escrito.

É um contrato. Sim, assinei e ambas as partes, tem lá tudo registado.

Porque qualquer coisa que haja, porque isto é meu... se for lá alguém, “Não, isto aqui é meu. Tenho isto, está lá o meu nome!”. Vai ser meu! É meu para sempre! Sim, é sempre uma garantia! Tenho um papel escrito e tudo mais, tenho uma garantia que aquilo é meu! Enquanto eu não entregar o papel e disser mais nada...” (Fernanda).

Esse sentimento de posse é acompanhado ainda de liberdade de adesão, uma vez que a participação, no projecto da horta da entidade da Trofa não é contratualizada em sede de contrato de inserção. É uma actividade não imposta, bem como todas as que lhe estão ou estiverem associadas:

“(...) eu vim para aqui, era uma pessoa que era muito triste, nunca saía de casa! E chamaram-me se eu aceitava vir para o projecto [da horta da IPSS da Trofa] e eu aceitei porque eu não sabia fazer nada na horta.” (Rosália).

O respeito pela liberdade de decisão e escolha de cada uma das pessoas é muito apreciada pelos participantes do projecto em causa:

“Exactamente isso! Esse planeamento que me faltou, tenho agora. Numa coisa tão simples tão simples que deveria ter feito e não fiz! Quando tinha todas as hipóteses de fazer... é a liberdade, a alegria criada exactamente dessa liberdade. Se não, estamos a fazer o fruto do patrão, aquilo que o patrão queria e não nós!

Assim, fazemos aquilo que nós queremos. Temos a liberdade disso e temos a alegria de ver aquilo que nós fazemos. (...) Imaginemos que alguém vos dizia "Bem, vocês agora vão plantar tomate, vão plantar cebola, vão plantar batata!"". De que forma é que isso seria diferente? Achavam tanta piada estar aqui?" (Jorge).

Ao mesmo tempo a liberdade estende-se ao planeamento dos trabalhos a realizar, escolha das plantas que lhes interessa cultivar naquela estação do ano, liberdade de decisão sobre a sua vida na sua horta:

“Temos de ter sítio para isso tudo! Tenho um bocadinho para cada coisa, mas dizia mesmo ""Não! Eu antes quero isto e não quero aquilo!"". Também não iam dar nenhuma contrariedade à pessoa! Eu podia não gostar para mim! Há algumas coisas que eu não gosto, e quero mais aquilo que vejo que é mais necessário para a minha casa. Você quer escolher aquilo...?" Sim, aquilo que eu preciso. Conforme os meus gostos e os meus interesses, pois claro! Os meus gostos e da minha família, claro!” (Fernanda).

A autonomia crescente na aquisição de plantas e sementes ou adubos também é realçado pelos agricultores da horta da entidade da Trofa. Entendem que devem adquirir esses produtos sem dependerem sempre do apoio dos parceiros do projecto. E organizam-se realizando trabalhos conjuntos num terreno com essa finalidade. Os frutos desse trabalho por eles designado de *partilhado* é vendido e o dinheiro angariado reverte para um *fundo* que gerem em função das necessidades da horta na compra de alfaias agrícolas, plantas, sementes, etc.:

“Não podemos estar assim à espera que nos deem. Nós temos que ter um bocado coisas a dizer assim: vou vender isto que é para comprar repolho, alface, cebola [para plantar]. Depois aquilo dá sementes, escolhemo-la, pomos ao sol, temos de bater... temos de fazer muita coisa! Diz que assim o campo é fácil, e é! Mas tem os seus trabalhos também!” (Rosália).

Dar às pessoas a possibilidade de agirem com autonomia e responsabilidade permite que recuperem a dignidade. É importante reconhecer que as pessoas são dotadas de capacidade de iniciativa, de manifestar vontades e de fazer escolhas (Pattaroni, 2002).

6.4. Os projectos de vida dos beneficiários

“o meu sonho é que a vida continue como está. Porque eu sei que se continuar como está eu vou chegar onde eu quero.” (Lara).

Entender a mudança das condições de vida a partir da participação em iniciativas de acção colectiva só faz sentido a partir dos discursos de quem a experiencia. Cada uma das pessoas entrevistadas partilhou os sentimentos, desejos, sonhos para o futuro em que acreditam e que querem diferente.

Para José a sua participação na horta devolveu-lhe a vontade de recomeçar uma nova vida na qual voltou a ser protagonista e a acreditar que era capaz. Um dos seus sonhos era poder ser útil a outras pessoas que vivam as mesmas dificuldades que experimentou transmitindo-lhes o seu testemunho e quanto vale a pena acreditar e não desistir:

*“Um novo começo, um novo começo de vida, a alegria! O orgulho de sermos nós a fazer, e não... pronto, de ver o fruto do nosso trabalho. Sair daquela escuridão e passar para uma luz diferente. Portanto, é o começo do fim dessa altura. É o brilho da minha vida! Crescimento! Crescimento na minha vida, em todos os aspectos! É o crescimento, é o sol a brilhar! É luz!
(...) Ao falar nisso, até me arrepio! (...) vê-se o fruto daquilo que se fez. Dá outro ânimo! Aliás vocês vêem-me sempre na brincadeira, ando sempre ou quase sempre bem-disposto.
(...) Andava sempre triste, porque não via o começo de uma nova vida! Quer dizer, a gente deixa de acreditar em nós próprios, que somos capazes de fazer seja lá o que for! Algo simples que eu sou capaz de fazer! Há algo tão simples tão simples que eu sou capaz de fazer!
O meu sonho era fazer tanta coisa, tanta coisa, para ajudar tanta gente (...). Gostava de poder, ... a minha vida, aquilo que eu passei poder passar a outros ... sei lá! Vou designar isto, uma palestra motivacional. A alguém dizer: vá para cima que eu também fui! Esqueça o passado e assim... Não esquecer aquilo que nos ajudou! (José).*

Para Anabela a participação neste projecto devolveu-lhe os filhos que lhe tinham sido retirados pelas entidades de protecção de menores. Nele deposita a esperança de se manter e assim assegurar as condições necessárias para garantir o bem-estar dos filhos:

“(...) Eles são a minha vida, até hoje. Tenho este trabalho na horta, foi com ele que eu consegui tirá-los duma instituição, para os ter comigo e o ordenado que tenho nisso põe-me a ajudar pra eu recuperá-los pra tê-los comigo. E são a alegria da minha vida todos os dias e é nesse sentido... só fico contente por estarem comigo. (...) Pra já [a horta] tem-me ajudado a ter as coisas pra eles [filhos] comerem todos os dias (...) esforcei-me e consegui para os ter comigo. O meu sonho

era que a horta continuasse e eu tivesse este ordenado por causa dos meus filhos, para comer todos os dias e ter de lhes dar de comer.” (Anabela).

A realização pessoal a partir do exercício de uma actividade reconhecida socialmente é o desejo de Ana Rosa que sendo de etnia cigana se diz orgulhosa por conseguir demonstrar aos outros os seus atributos, as suas competências e sobretudo a sua vontade e entrega a uma actividade, a um trabalho que desempenha com muito orgulho. Para além disso, sente-se feliz por se sentir querida pelos restantes agricultores e técnicos e, ao mesmo tempo, sentir-se igual:

“E mostrar às pessoas de fora que nós também somos capazes e temos mãos para mexer na terra. É o meu primeiro trabalho que eu consegui.

Fez muito bem à minha vida estar aqui na horta e o convívio, conviver com os outros, sem ser da nossa etnia. Ganhamos amizade, sentimos falta quando uma pessoa falta, se ela está doente se não está. É muito bom!

Pelo menos pra nós é orgulho porque eles mostram o conhecimento que nós temos. Diz a minha filha, a “minha mãe trabalha numa horta”. Eu antes escrevia que era doméstica, mas agora não, escrevo com orgulho que sou agricultora. O meu filho é assim: “a minha mãe já trabalha”. Uma pessoa como as outras e é um ordenado que entra. E é bom isso.” (Armanda).

Para alguns dos entrevistados foi a partir da sua integração na horta ou nos ateliers de desenvolvimento de competências que conseguiram aceder a um emprego, facto que fizeram questão de realçar nos seus discursos, como Ludovina (participante da Horta) e de Lara (participante dos ateliers):

“Foi através daqui que entramos, que conhecemos a Micaela Oliveira, fizemos o vestido e já fizemos mais trabalhos... E actualmente eu estou lá a trabalhar!

Tudo [integração profissional], a partir daqui da horta!

Por isso é que lhe digo, nunca se arrependam de participar, nunca se arrependam de participar porque de repente abre-se uma porta!” (Ludovina).

“Por isso, pra mim, de certa forma, abriu-me as portas. Se não fosse esta formação não conhecia a doutora A.G., não arranjava o pequeno part-time. No fundo não arranjava nada do que tenho hoje.” (Lara).

A melhoria das condições de saúde também é um dos aspectos valorizados pelos entrevistados. Ramiro é um dos exemplos e sublinha que a sua participação na horta promoveu a aquisição de novos hábitos de vida e o afastou da dependência do álcool:

“Eu quando vim para aqui só pesava 35 quilos. Agora já peso 43 quilos.

Eu quando não estava na horta conseguia beber uma garrafa de vinho do porto e quase um garrafão de vinho. E ainda bebia café e dois meios traçados.” (Ramiro).

Muitos são os beneficiários que apresentam nos seus discursos um “antes” e um “depois” de participarem nestes projectos. Geralmente ao “antes” encontra-se associada uma auto-imagem degradada e um conceito de si próprio muito desvalorizado, acompanhados de sentimentos de tristeza e descrédito no futuro. A maioria vive em solidão e Luisandro chega mesmo a revelar viver em sofrimento social. Esta realidade inverte-se a partir do momento que se sentem acolhidos por um novo grupo de pertença que lhes devolve o sentido de pertença e de valor pessoal. A vida altera-se e ganha sentido:

“E eu estando aqui, desde que entrei aqui na [horta da IPSS da Trofa] parece que estou no céu. A alegria que me trouxe para partilhar com os outros.

Pensei naquilo que me deu ser à minha vida! (...) dantes a minha vida era estar em casa a dormir, não ter nada que fazer, prontos... deu-me muito ser aquilo que estava a semear, compreende? Agora sinto-me melhor! Mas muito melhor, muito melhor...! (...) (Luisandro).

Luisandro acrescenta que chegou a sentir-se humilhado quando trabalhava na agricultura para outrem. Este sentimento inverteu-se e deu lugar ao orgulho de ser capaz de obter algo do esforço despendido:

Dantes, prontos, era capaz de andar nos lavradores... Mas aquilo não tinha significado nenhum, agora tem! Sentia-me um bocado humilhado comigo próprio. Por não tirar algo de mim! E agora, agora já me sinto melhor. (...) eu entrei na [IPSS da Trofa] parece que renovei aqui. O mais importante era ter a hortinha cultivadinha (...) Adorava! Adoro a terra, adoro trabalhar na terra! Quando nos disseram se eu queria olhar pelo cantinho, eu respondi logo “Dêem-me agora!”. Aceitei logo. (Luisandro).

Esta conquista aparece como algo muito valorizado por Luisandro que passou, segundo ele, a poder apresentar-se como um exemplo aos olhos de outros colegas:

“(...) também posso estar com os meus amigos e também dizer assim a eles: olha também estou a fazer uma hortinha, caramba, como diz o outro... não me cai as mãos!” (Luisandro).

As iniciativas de acção colectiva representam para muitos uma oportunidade de aquisição de conhecimentos pela via informal, como partilha Samuel:

[Aqui] aprendo muita coisa. Aprendo... não sabia medir com a fita métrica e agora sei medir. Ajudo e é isso. Mais nada. Com a escola não quero. Assim aprendo no campo. Não gosto da escola.” (Samuel).

Samuel não gostava de frequentar a escola e chegava mesmo a revoltar-se e a provocar distúrbios tendo-lhe sido aplicado pela Comissão de Protecção Crianças e Jovens um processo de promoção e protecção. Nessa ocasião, foi-lhe apresentada pelos técnicos de acompanhamento social como uma alternativa à institucionalização em Centro de Acolhimento a possibilidade de integrar a horta da entidade de Vila Verde.

O depoimento de Samuel demonstra que esta alternativa está a ser vivida muito positivamente, de tal forma que passou a sonhar ser engenheiro e a afirmar que gosta muito de trabalhar:

[O meu sonho] Era ser engenheiro. Se não é engenheiro é agricultor numa quinta grande. Deixei os estudos, porque eu não gostava da escola, digo a verdade, não gostava da escola. Era muito agressivo.

Estou a trabalhar com orgulho. Porque mudou muito. Porque eu era um miúdo que não gostava de trabalhar, não gostava de escolas, só queria passear, ir para o rio, e sempre aí. E agora gosto muito de trabalhar, nunca falto. Só faltei dois dias. Tava doente” (Samuel).

As mudanças que temos vindo a citar operam-se a partir de pequenas e grandes evoluções, de pequenos “arranjos práticos ...que fazem da integração um lugar onde os indivíduos podem encontrar algum grau relativo de autonomia e de condições menos más de existência” como nos refere Soulet (2007:26). Às vontades, competências e desejos individuais, a intervenção social deve aliar os necessários recursos colectivos de que são exemplos as iniciativas colectivas de acção, disponibilidade de recursos financeiros, condições de acesso e utilização de serviços, etc.

Neste caso, a intervenção social foi capaz de fortalecer os indivíduos reconhecendo o potencial de cada um e reactivando a confiança em si próprios. Mas para que haja mudança é ainda necessário assegurar as condições que permitam que os indivíduos criem autonomia e “mudem de mundos” como nos dizem Berger e Luckman (1985:207).

As mudanças oscilam, conforme nos refere Soulet (2011:1), “entre continuidade e transformação”, na medida em que se torna essencial que o indivíduo seja capaz de “reconhecer a trajectória anterior como parte de si, por um lado, e reconhecer a sua pertença ao mundo comum, por outro ”(Soulet 2011:3).

Contrastam com este cenário de felicidade, realização de sonhos e crença num futuro melhor os depoimentos das pessoas que não participam nas iniciativas de acção colectiva. Questionados sobre o futuro e as suas perspectivas, responderam em unísono:

“Não!”

“Para quê?”

“É viver um dia a seguir ao outro! Este, porque amanhã só Deus sabe!”

“É um dia de cada vez!”

“Para quê fazer planos? Para quê?”

“É sofrer!”

A dependência face à medida não gera a mudança desejada. Pelo contrário, parece aprisioná-los num quotidiano marcado apenas pela sobrevivência e conseqüente sofrimento social.

6.5. Síntese

Apresentados os resultados obtidos a partir das narrativas dos beneficiários de RSI, apresentam-se de seguida as principais conclusões.

Todos os beneficiários reconhecem a imprescindibilidade da prestação pecuniária enquanto garante da sua sobrevivência e dos elementos do seu agregado familiar. Porém, consideram-na insuficiente para garantir o pagamento de todas as despesas básicas, nomeadamente, os encargos com a saúde e, frequentemente, também com a renda da casa. Por isso, dizem ser necessário o recurso às redes de suporte ou a outras estratégias (actividades de economia paralela, recurso ao lixo, etc.) para conseguirem fazer face a todas as suas despesas mensais e do respectivo agregado familiar.

A par disso, alguns dos beneficiários, nomeadamente os do grupo de controle que não participam em iniciativas de acção colectiva, acham que há um desfasamento entre o que é legislado e as vivências e necessidades concretas das pessoas.

Para os beneficiários de RSI que frequentam as iniciativas de acção colectiva, o RSI é uma fonte de oportunidades de acesso a um conjunto de recursos que lhes permite o exercício de uma actividade socialmente dignificante, o reforço do orçamento familiar, a melhoria das competências pessoais, o alargamento das redes de pertença, a quebra do isolamento social e do estigma social, a melhoria da auto-estima e o restabelecimento do sentimento de utilidade social.

Tendo em conta o tipo e a qualidade da relação que os beneficiários estabelecem com os profissionais gestores dos respectivos processos sociais, foi possível identificar dois tipos de relações: de denegação e de contiguidade.

No que respeita à relação de denegação, os beneficiários descrevem que os contactos que estabelecem com os profissionais são afectados pela insensibilidade dos técnicos gestores face às suas carências, a quem se subalternizam e de quem aceitam as imposições com receio de serem penalizados. O clima é de tensão e a relação é negativa e baseada na desconfiança técnica, na fiscalização, no controle, na invasão da privacidade da vida dos beneficiários por parte dos profissionais.

Lamentam que não possam contar com o técnico de acompanhamento como um suporte social e, por isso, consideram-nos dispensáveis e inúteis.

Estes resultados dizem respeito aos profissionais que são gestores de processos sociais mas não acompanham os beneficiários na sua participação nas iniciativas de acção colectiva. São os prescritores que impõem acções e as contratualizam e fazem-no com uma perspectiva punitiva.

Na relação de contiguidade, pelo contrário, as narrativas identificam-na como positiva, baseada na proximidade emocional, na confiança e na negociação que respeita os ritmos e os desejos dos beneficiários.

Os beneficiários do grupo de controle percebem os profissionais como um apoio efectivo e importante para a boa resolução das suas necessidades, nomeadamente, as questões administrativas e burocráticas da medida.

Todos os beneficiários descrevem os técnicos que são gestores de processos sociais e os acompanham nas iniciativas de acção colectiva como: amigos, conselheiros e indispensáveis porque estão interessados verdadeiramente neles, nos seus problemas, nas suas necessidades. São profissionais que “vestem a camisola” dos beneficiários e os incentivam e apoiam psicologicamente, de modo a que continuem a procurar uma vida melhor.

Referem ainda que são pessoas que acreditam nas capacidades e competências dos entrevistados e os apoiam no restabelecimento da confiança e valorização de si. Sublinham o quanto são importantes na formulação dos seus novos projectos de vida.

Só os beneficiários que participam nas iniciativas de acção colectiva mencionam mudança nas suas vidas a partir do momento em que tiveram a oportunidade de ingressar nas hortas e nos ateliers de enriquecimento pessoal.

Evidenciam diferentes dimensões da mudança de acordo com o projecto em que se encontram envolvidos e é interessante sublinhar que quando enunciam as dimensões dessa mudança as que são mais apontadas dizem respeito à saúde e bem-estar psicológico, às sociabilidades e participação social, ao desenvolvimento de competências, à qualidade e diversidade alimentar (apenas relatadas pelos participantes nas hortas), ao reforço do orçamento familiar e, por ultimo, à autonomia, sentimento de posse e liberdade de escolha (apenas relatado pelos participantes na horta da IPSS da Trofa).

No âmbito da saúde e bem-estar psicológico englobam a recuperação do ânimo, da auto-estima e bem-estar psicológico, realçando a satisfação que advém do contacto com a natureza. Acrescentam também os benefícios no controle de dependências, nomeadamente, consumo de álcool.

Testemunham a recuperação da vontade de viver e de pensarem num futuro com projectos de vida.

Quanto às sociabilidades e à participação social, referem que o envolvimento nas hortas e nos ateliers de enriquecimento pessoal, lhes permitiu quebrar o isolamento social em que viviam e realçam a importância da partilha entre todos, nas hortas, do convívio entre os participantes o que permite construir sentimentos de pertença a um grupo.

Para além disso, reconhecem que a partir do envolvimento nas iniciativas de acção colectivas, tiveram a oportunidade de se enriquecerem enquanto pessoas, com relevo para a possibilidade de ser autores de solidariedade (idosos, crianças ...).

Readquiriram um sentimento de utilidade social a partir da alteração das representações sociais que a comunidade lhes passou a devolver valorizando o esforço e o empenho na execução das actividades realizadas, nomeadamente, nas hortas. Deu-se, assim, a desconstrução da percepção do estigma e do preconceito a seu respeito e, conseqüente valorização da identidade de si, para si e para os outros.

Seguem-se as referências à melhoria da qualidade e diversidade alimentar (apenas relatadas pelos participantes nas hortas) e ao reforço do orçamento familiar pela via da poupança, da venda e/ou da troca dos produtos cultivados nas hortas e artigos confeccionados nos ateliers.

Por fim, apenas os participantes na horta da IPSS da Trofa sublinham como importante a autonomia, que adquiriram, a par do sentimento de posse que lhes é conferido pela assinatura de um contrato de comodato referente a um talhão de terra, da liberdade de escolha de produtos a cultivar, da decisão e de planeamento dos trabalhos. Valorizam ainda a liberdade de adesão e participação nas hortas.

Face ao exposto é possível perceber que os beneficiários dão especial relevo às dimensões sociais, simbólicas, de saúde e bem-estar da mudança. Só depois surgem referências às dimensões económicas e de alimentação.

Atentos a estes factos, conclui-se que há uma diferença relativamente ao que foi anunciado pelos profissionais que deram maior relevo às dimensões económicas e da alimentação da mudança, a que se seguiram as simbólicas e sociais.

A mudança das condições de vida dos beneficiários de RSI não resulta da mera aplicação das normas e procedimentos estereotipados da medida de RSI por parte dos profissionais gestores de processos sociais.

A mudança das condições de vida é percebida quer pelos profissionais quer pelos beneficiários que participam nas iniciativas de acção colectiva e acontece em contextos institucionais que desenvolvem práticas profissionais baseadas numa relação de respeito e confiança e que adoptam estratégias geradoras de alterações positivas nas condições de vida dos beneficiários de RSI e das quais são exemplo as iniciativas de acção colectivas estudadas.

CONCLUSÕES

Os profissionais que aplicam a medida de RSI têm ao seu dispor um conjunto de modelos de intervenção social que têm subjacentes opções teórico-metodológicas, num contexto rígido de imposições legais e institucionais. Foi possível identificar na literatura dois grandes grupos de modelos de intervenção social: os modelos tradicionais de tipo assistencialistas e os modelos colaborativos.

Os modelos tradicionais são caracterizados por modos de fazer assistencialistas que tendem a perpetuar as situações de pobreza e exclusão social aqui entendidas como interrelacionadas uma vez que os indivíduos para além de se verem privados de bens materiais que lhes permitam aceder às condições mínimas de subsistência em resultado, nomeadamente, da degradação do mercado de emprego e da redução do Estado Social são, cumulativamente, afectados pelo enfraquecimento das oportunidades de acesso aos direitos sociais e ao exercício da cidadania. Quando esta situação perdura no tempo e se faz acompanhar da dependência do sistema de protecção social, vulnerabiliza-os e empurra-os para processos de desqualificação social que alteram a sua identidade e podem gerar sentimentos de descrédito e inutilidade social.

Em vez dos modelos assistencialistas os profissionais podem adoptar modelos colaborativos de intervenção social, sustentados num novo paradigma que investe no envolvimento dos indivíduos que recorrem aos sistemas formais de apoio social e se baseiam no compromisso entre o profissional e o indivíduo, valorizando as suas capacidades, competências e motivação enquanto importantes factores dos processos de mudança das suas condições de vida e de (re) conquista do seu estatuto de cidadãos. No quadro dos modelos colaborativos os profissionais podem desenvolver ainda um trabalho social meramente paliativo que nos é apresentado por Soulet (2007), adequado aos indivíduos cuja activação é mais difícil de se conseguir.

Este último modelo (de intervenção paliativa) põe em evidência o facto da integração dos indivíduos não ser “pura e perfeita”, ou seja, ao alcance de todos. Em alternativa apresenta-nos a concepção de uma “intervenção não-finalizada no conjunto de intervenções sociais e consagra o imobilismo na assistência social, santificando o acolhimento aberto, incondicional e repetido” (2007:25).

Tendo em conta os objectivos e estratégias de intervenção social que os profissionais de acção social desenvolvem, a concepção que têm dos processos de mudança das condições de vida dos beneficiários que acompanham e do papel destes nesse processo, definiram-se diferentes perfis profissionais: os profissionais: (1) Acomodados; (2) Inconformados e (3) Irreverentes.

No primeiro perfil “Acomodados” enquadram-se os técnicos que adoptam um modelo de intervenção de tipo assistencialista. As suas práticas objectivam sobretudo a procura de respostas para a integração dos seus beneficiários no mercado de trabalho e para a qual a formação é tida como um meio facilitador da obtenção das competências pessoais, sociais e profissionais necessárias. Cumprem com o pré-estabelecido na *cartilha* disponibilizada e regulamentada nos sucessivos documentos legais que suportam a implementação da Medida de RSI.

Estes profissionais diagnosticam e prescrevem unilateralmente o “tratamento” para os problemas sociais identificados, ou seja, assinalam as acções a contratualizar, a partir das que estão previamente identificadas como obrigatórias nos documentos de suporte legal e que designamos de padronizadas. Importa, portanto, cumprir com as normas em vigor em função do caso social em presença e do diagnóstico realizado pelo técnico. O profissional aparece como a pessoa que identifica as respostas que julga adequadas aos problemas dos beneficiários que as devem aceitar. Essa aceitação será materializada na assinatura de um contrato de inserção, de acordo com as prerrogativas da lei, mas sem que estes entendam, necessariamente, o seu significado.

Dessas propostas fazem parte a inscrição no IEFP, a realização de consultas médicas, a inscrição de filhos na escola e, para além de muitas outras actividades, a frequência das acções de formação que, para além de responderem a um “indicativo” legal, são para estes profissionais um instrumento imprescindível para trabalhar as rotinas diárias, a responsabilização, a quebra do isolamento social e, ao mesmo tempo, para contrariar a acomodação às condições de vida que cada um vivencia.

Acreditam que, através desta participação em acções de formação, os beneficiários adquirem novos conhecimentos que se constituem factores facilitadores de inserção no mercado de trabalho. Porém, têm consciência de que a maioria das acções de formação disponíveis não se adequa ao perfil das pessoas que acompanham e são desajustadas face às suas necessidades.

Estão ainda conscientes que as oportunidades dos beneficiários conseguirem empregos são escassas e os empregos cada vez mais difíceis de obter, devido às baixas qualificações escolares e profissionais destes beneficiários. Apontam as características pessoais como determinante da situação vivida.

Para estes técnicos, as determinantes económicas justificam as situações de pobreza, com relevo para o desemprego que afecta sobretudo os níveis de rendimento disponíveis. Daí que a intervenção social vise, fundamentalmente, encontrar respostas ao nível do emprego como via para a obtenção de rendimentos e consequente autonomização dos indivíduos, conforme os principais objectivos consagrados para o RSI.

No entanto a literatura científica demonstra que, independentemente das qualificações e competências, cada vez são mais as pessoas arredadas do mercado de trabalho, facto que leva Guerra e Pinto a afirmarem que estamos perante “(...) uma sociedade onde a relação salarial deixa de estar no coração da inserção (...)” (2015:173) Trata-se de uma perspectiva que reforça o estatuto de inferioridade social dos indivíduos, ao direccionar a atenção técnica para a posição que o indivíduo assume perante o mercado de trabalho que, na sua generalidade, é de afastamento.

As pessoas atingidas pelas situações de pobreza e exclusão social são vítimas do desenvolvimento da sociedade designada *de risco* por Beck (2015) e que gera mecanismos cada vez mais complexos e diversificados que tendem a afectar um número cada vez maior de pessoas, independentemente dos níveis de escolaridade, da idade, do sexo, da carreira profissional, nomeadamente. Ora, as situações das pessoas que afluem aos serviços de acção social não são meramente individuais, como afirma Guerra e Pinto (2015:169). O fenómeno da pobreza e exclusão social ultrapassa a esfera individual e a sua compreensão deve distanciar-se da “(...) esfera culpabilizante e moralizante da individualização do problema”, como nos alerta Bruto da Costa (1998;2008).

Retomando Guerra e Pinto as situações de pobreza e exclusão social “revelam sobretudo dificuldades ao nível das oportunidades, nomeadamente as referentes ao actual funcionamento do mercado de trabalho e à incapacidade dos sistemas de protecção social fazerem face aos riscos de forma adequada.” (2015).

O Rendimento Social de Inserção representa, para os profissionais “Acomodados”, o garante da sobrevivência dos beneficiários, ao proporcionar os rendimentos necessários para a satisfação das suas necessidades básicas, nomeadamente de alimentação e habitação. No entanto, reconhecem que os rendimentos provenientes do RSI não são suficientes para permitir a mudança das suas condições de vida porque, para eles, a mudança só se dá quando se concretizar a autonomização face aos subsídios sociais e à medida de RSI, conseguida pela via da obtenção de rendimentos a partir das fontes tradicionais, como o desempenho de uma atividade profissional.

De facto, o afastamento do mercado de trabalho influencia o nível de rendimento disponível e põe em causa o acesso a bens e serviços indispensáveis à satisfação das necessidades básicas mas, para além disso, segundo Diogo (2007), dá-se a exclusão dos indivíduos face aos modos de vida dominantes num dado contexto social, onde a participação no mercado de trabalho é muito valorizada. Contudo, no actual contexto económico e social actual, muitos trabalhadores são pobres o que significa que a integração no mercado de trabalho já não garante o nível de rendimentos que evita as situações de pobreza e exclusão social.

A não participação no mercado de trabalho ou a precariedade dessa participação traz consigo a fragilidade dos laços sociais, o enfraquecimento das estruturas tradicionais de socialização e de solidariedade que afectam de sobremaneira a vida das pessoas e as deixa muitas vezes entregues a si próprias ou a cargo dos serviços de acção social. Esta dependência suscita o desenvolvimento de representações sociais negativas, facto que agrava a condição de exclusão em que vivem porque a condição de beneficiários de RSI é uma marca, um rótulo social que afecta a sua identidade, ao mesmo tempo que estigmatiza e condiciona a sua participação social.

Uma intervenção resumida ao encaminhamento para respostas padronizadas como as previstas e que estão subjacentes ao perfil de profissionais “acomodados” dá relevo à “regra da interioridade” (Dubet, 2004), na qual a explicação dos problemas parece encontrar-se em razões individuais o que leva à mobilização dos recursos individuais para a sua resolução. Ou, como nos refere Costa (1998), a própria relação que se estabelece entre o direito à prestação e a assinatura de um contrato pode induzir a pensar que a resolução dos problemas está ao alcance dos próprios indivíduos.

Nesta perspectiva que encara a intervenção social segundo uma visão adaptativa (Dominelli, 1998) e individualista-reformista (Payne, 2002:21) as respostas aos problemas sociais parecem de resolução rápida porque estão pré-estabelecidas por lei pelo que basta fazer adequar a multiplicidade dos problemas dos beneficiários às acções previstas. Segundo Gaulejac e Léonnetti (2007), o indivíduo é convidado a mudar-se a si próprio para mudar a sua situação pela redução do fosso em relação à norma; a relação que se estabelece é determinada por uma tabela pré construída a partir de critérios administrativos e regulamentares.” (2007:271).

Estamos perante uma prática de carácter instrumental que, segundo Branco e Amaro (2011), privilegia os procedimentos e a preocupação assenta na obtenção de resultados quantificáveis em detrimento de uma valorização dos impactos reais dos processos de intervenção na transformação individual e social (2011:665).

Há uma espécie de burocratização da intervenção e preocupação com obtenção de resultados quantificáveis que preenchem o conjunto das estatísticas de carácter obrigatório, a remeter periodicamente aos serviços centrais responsáveis pela medida. A intervenção social é confundida com uma actividade de gestão administrativa e tecnocrática que parece centrar o desempenho profissional no cumprimento de objectivos legalmente impostos (Amaro, 2015a:84).

Esta é a pressão que diariamente recai sobre os profissionais e que alguns deles enunciam: a falta de tempo e a burocratização dos processos. Sobre isso, Branco e Amaro (2011) esclarecem que é dada

primazia aos resultados que implicam “(...) realizar o máximo possível de atendimentos e de disponibilizar uma “resposta” no período de tempo mais curto possível. (...) com o tempo disponível, tudo o que o assistente social pode fazer é tomar nota do pedido do utente e assegurar que o indivíduo tem direito à prestação em causa” (2011:667).

No segundo perfil, de profissionais “inconformados”, enquadram-se os técnicos que à semelhança daqueles que integram o perfil anterior, centram os seus objectivos de intervenção também na procura de respostas para a integração dos seus beneficiários no mercado de trabalho porque o investimento na melhoria das competências pessoais, sociais e profissionais é tido como imprescindível. Trata-se de enriquecer o património das capacidades de cada um para agir na obtenção de melhores condições de vida.

Neste perfil, os técnicos que o integram procuram conceber um contrato de inserção partilhado e negociado com os beneficiários e dessa relação, que desejam mais próxima e baseada na confiança mútua, surge um maior e desejado envolvimento dos beneficiários na definição dos seus projectos de vida. Este envolvimento traduz-se, logo à partida, na flexibilidade dos técnicos para incluir, nos contratos de inserção, acções padronizadas e outras não padronizadas estas últimas assim designadas porque não integram a *cartilha* disponibilizada e regulamentada nos sucessivos documentos legais que suportam a implementação da medida de RSI. Percebe-se, assim, uma alteração de perspectiva que considera inquestionável a participação dos beneficiários desde o início do processo.

Os profissionais “inconformados” não perdem de vista a necessária conformidade dos seus procedimentos face às acções padronizadas e previamente identificadas como obrigatórias nos documentos de suporte legal porque a isso estão obrigados, por força de integrarem equipas de operacionalização territorial da medida de RSI. Mas, aproveitam uma margem de liberdade técnica para fazerem acontecer outras acções, outras propostas a contratualizar, para além das habituais, que respondem aos interesses e às expectativas dos beneficiários.

Sublinhe-se que, embora recorram a acções não padronizadas, estas são objecto de contratualização no âmbito do contrato de inserção negociado. Isto significa que são definidas para acontecer num dado momento, com início e fim determinados e, ao mesmo tempo, são objecto de avaliação central enquanto acções “executadas” ou “não executadas”.

Ao longo dos discursos destes profissionais “inconformados” percebe-se uma vontade, mais ou menos explícita, de adoptarem um outro modo de actuar durante o acompanhamento que realizam que permita, de alguma maneira, esbater os contornos de um modelo de intervenção social evidenciado no perfil “acomodados”, marcadamente assistencialista, focado na dimensão económica da inserção, na qual o

trabalho desempenha o papel principal para a saída da situação de pobreza e exclusão social e a independência face aos serviços de acção social.

Ao contrário do modelo de intervenção correspondente ao perfil “acomodados” em que a intervenção é focada na responsabilização individual e na desvalorização das determinantes estruturais que ultrapassam a esfera da pessoa, mas que a anulam e a despojam da sua identidade e desqualificam (Paugam, 2003), a intervenção correspondente ao perfil “inconformados”, caracteriza-se por ser mais generativa, acreditando nas potencialidades de cada pessoa e promovendo a participação activa dos beneficiários na procura de novos objectivos, novas oportunidades e projectos para as suas vidas. Acredita na recuperação do potencial individual e comunitário a partir dos quais podem ser estabelecidas dinâmicas de mudança que ultrapassam a esfera do económico.

Para os técnicos do perfil “inconformados”, as situações da pobreza e exclusão social têm origem numa multiplicidade de factores. Consideram tratar-se de fenómeno sociais e, por isso, para além da dimensão económica, também as dimensões sociais e simbólicas são tidas em conta na sua intervenção.

A par de preocupações relacionadas com o aumento das disponibilidades de rendimento dos agregados que têm de ser tidas em conta para assegurar a sobrevivência dos indivíduos e famílias, como nos refere Soulet (2007), estes profissionais dão também atenção à importância do restabelecimento ou fortalecimento dos laços sociais; à recuperação de sentimentos de utilidade social a partir da promoção da (re)descoberta das suas competências e da quebra das situações de isolamento social que acabarão por ter consequências na (re)valorização pessoal e social dos beneficiários.

Importa para o efeito ter em atenção o que nos acrescenta Amaro (2015b:185), ao dar conta que o fenómeno da pobreza e exclusão social é tão mais complexo quanto mais se percebe os efeitos que produz “(...) na micro-realidade do *mundo da vida* de cada indivíduo e na forma como ele estabelece e com ele estabelecem relações, laços, ligações sociais”.

Neste desafio de articular necessidades com oportunidades, estes técnicos estão atentos aos recursos da comunidade, do território onde se inserem e, especialmente, aos recursos que as suas entidades enquadradoras disponibilizam para elas recorrerem como estratégias de intervenção social. Com este pressuposto surgem as iniciativas de acção colectiva (ex.: ateliers de enriquecimento pessoal e horta) que, para estes técnicos, podem ser úteis porque representam oportunidades efectivas de desenvolvimento das capacidades e competências individuais para que os beneficiários atinjam resultados que os autonomizem, integrando-os e retirando-os do isolamento social e, em simultâneo, apoiando-os nas suas condições de realização enquanto cidadãos.

O Rendimento Social de Inserção representa para estes profissionais “inconformados” o garante de uma prestação pecuniária que permite assegurar as condições mínimas de sobrevivência dos beneficiários, ao proporcionar-lhes os rendimentos necessários para a satisfação das suas necessidades básicas. E consideram, para além disso, que a medida lhes traz algo mais do que a mera prestação pecuniária porque também lhes facilita, directa ou indirectamente (através dos apoios complementares da Segurança Social), o acesso a melhores condições de habitabilidade; contribui para a valorização da educação das crianças e jovens e proporciona melhores níveis de saúde; promove o suporte técnico de proximidade que as pode apoiar a traçar os caminhos de um futuro positivamente diferente e a alcançar a mudança das suas condições de vida que apenas se efectiva, no entendimento destes técnicos, a partir da sua autonomização face aos subsídios sociais e à medida de RSI.

Por fim, definimos um terceiro perfil de técnicos que designamos de profissionais “irreverentes”. Para estes profissionais a multicausalidade da pobreza e da exclusão social dificulta a intervenção social, principalmente pela falta de recursos que permitam atingir os objectivos que a medida de RSI almeja. Mas, estes profissionais percebem também que a falta de actividade profissional por parte dos beneficiários os relega para vivências quotidianas de sofrimento social que importa contrariar.

Sentem que esta realidade “espicaça-os” à criatividade, de modo a ser possível contornar a escassez de recursos sociais e comunitários disponíveis, por um lado, e a manter os indivíduos em acompanhamento nos níveis desejados de dignidade e respeitabilidade social, por outro lado.

Focam a sua actuação sobretudo na qualidade da relação que estabelecem com os beneficiários e na valorização dos recursos individuais de quem acompanham porque entendem constituir um dos instrumentos mais importantes de dignificação de cada pessoa e da sua condição de existência. Para eles, importa, sobretudo, trabalhar a valorização do sentimento de que se é uma pessoa com capacidades, interesses e vontades.

Contratualizam com os beneficiários as acções estabelecidas pela medida (inscrição no IEFP demonstrando a disponibilidade para a integração profissional; compromisso de integração em sistema educativo de menores em idade escolar, frequência de formações formais e informais, frequência de consultas de desintoxicação...). Para além disso, respeitam todos os procedimentos administrativos e burocráticos embora os percepcionem como um estorvo diário ao trabalho social de proximidade que desejam efectuar junto dos beneficiários. Mas, tal como os técnicos “inconformados”, estes técnicos “irreverentes” entendem que existem respostas alternativas não padronizadas mais adequadas aos interesses e expectativas dos beneficiários para as quais procuram negociar e motivar estas pessoas.

Estes profissionais “irreverentes”, para além de encaminharem os indivíduos para as respostas existentes na comunidade, são eles próprios os promotores e dinamizadores de iniciativas de acção colectiva pensadas para dar oportunidades de escolha a estas pessoas e com elas poderem intervir em dimensões julgadas importantes para a mudança das suas condições de vida.

Ao contrário das acções contratualizadas que são objecto de avaliação enquanto “executadas” ou “não executadas” e que são alvo de consideração para as estatísticas nacionais, propõem outras actividades em que a participação é voluntária e informal e por isso não estão sujeitas a contratualização nem a qualquer medida de controle ou fiscalização por parte do sistema.

Neste sentido, estes técnicos encaram a intervenção social enquanto relação de acompanhamento social que atende a cada beneficiário como um indivíduo único que importa manter inserido na vida social e afastar da ameaça do descrédito social. Reconhecem que nem sempre é fácil manter esta intenção e, em simultâneo, assegurar a conformidade dos procedimentos face às acções padronizadas e previamente identificadas como obrigatórias nos documentos de suporte legal. Mas, neste caso em concreto, para além das questões do cumprimento do estabelecido legalmente, o que importa acima de tudo, para estes profissionais, é encontrar outras propostas de acção e oportunidades que respondam aos interesses e às expectativas dos beneficiários.

Estamos perante práticas que se enquadram no que Guerra e Pinto (2015:168) designam de “(...) abordagem interactiva entre oportunidades sociais e capacidades individuais (...)” a partir da qual se “(...) concebe o processo de construção das trajectórias individuais como um jogo entre o sujeito com determinadas capacidades e um sistema que se apresenta com determinadas oportunidades”.

Estas oportunidades nem sempre existem explicitamente na comunidade ou na sociedade e aqui reside o grande desafio que se coloca ao profissional que necessita de dar provas da competência criativa de aliar capacidades e oportunidades.

Um outro aspecto importante a sublinhar prende-se com a possibilidade que estes profissionais “irreverentes” dão aos indivíduos de serem envolvidos em iniciativas de continuidade como acontece no caso das iniciativas de acção colectiva analisadas na presente investigação, contrariando assim o que habitualmente se verifica, em que as acções propostas acontecem num dado momento, com início e fim determinados, sendo objecto de avaliação central enquanto “executadas” ou “não executadas”. Neste caso, as iniciativas de acção colectiva em causa perduram no tempo e a permanência dos beneficiários é facultativa e ajustável aos seus interesses.

Estes profissionais “irreverentes” não negam os constrangimentos e as dificuldades de promoção deste tipo de intervenção social mas acreditam no seu potencial para a recuperação da dignidade individual de cada pessoa acompanhada, acreditando que podem ser estabelecidas dinâmicas de mudança que ultrapassam a esfera económica. As dimensões sociais e simbólicas são muito valorizadas e tidas em conta na sua intervenção. Estes profissionais dão atenção à importância do restabelecimento ou fortalecimento dos laços sociais, à recuperação de sentimentos de utilidade social a partir da promoção da (re)descoberta das competências e da quebra das situações de isolamento social que acabarão por ter consequências na (re)valorização pessoal e social dos beneficiários.

Para este efeito, os técnicos sublinham o papel desempenhado pelas iniciativas de acção colectiva (ex.: horta) porque representam oportunidades efectivas de promoção de melhorias das condições de vida das pessoas que nelas participam, nomeadamente a nível social e simbólico.

O Rendimento Social de Inserção representa para estes profissionais “irreverentes”, o garante de uma prestação pecuniária que permite assegurar as condições mínimas de sobrevivência dos beneficiários, ao proporcionar-lhes os rendimentos necessários para a satisfação das suas necessidades básicas. Paralelamente, valorizam o suporte técnico de proximidade que é entendido como importante para que as pessoas se sintam apoiadas e acolhidas nas suas experiências e nas suas opções de vida.

A mudança das condições de vida é percebida por estes profissionais “irreverentes” como uma realidade que extravasa a mera dimensão económica e que remete para melhores condições materiais de vida e até para uma possível autonomização dos beneficiários perante a medida de RSI. As situações vividas pelos indivíduos que recorrem à medida de RSI não se apresentam de resolução simples e rápida e, por isso, a mudança representa pequenas melhorias que se vão dando no quotidiano da vida que concorrem para a redução das vulnerabilidades e promovem um maior conforto simbólico e bem-estar social.

Para além dos profissionais “acomodados”, esta pesquisa evidencia a existência de outros 2 perfis profissionais: os profissionais “inconformados” e os profissionais “irreverentes”. Estes 2 perfis encerram traços de uma mudança de perspectiva que privilegia a construção de relações empáticas entre o profissional e o utente, sustentadas na confiança mútua, que promovem a participação e o envolvimento dos indivíduos no processo de mudança.

O papel do profissional está para além de simples mediador de problemas/necessidades e respostas. Há registos de uma perspectiva emancipatória e uma prática transformacional e capacitadora a partir da

qual se pretende “(...) promover o bem-estar através da transformação das atuais configurações da desigualdade e do mal-estar que inibe as pessoas de realizarem seu pleno potencial” (Dominelli, 1998:5).

Os profissionais vivem as exigências de uma medida que, para a generalidade dos entrevistados, não produz mudança na vida das pessoas porque se trata de uma política desajustada às suas necessidades, muito burocrática e que sobrevaloriza a acção técnica e operativa e, por isso, retira o tempo necessário para o trabalho de proximidade que é desejado e que permite avaliar os impactos da intervenção na mudança das condições de vida dos beneficiários.

Nestes dois últimos perfis (“inconformados” e “irreverentes”), os profissionais tentam aliar as práticas centradas na instrumentalidade e nos resultados, com outras práticas mais criativas e inovadoras que se ajustam às vontades, motivações e interesses de quem delas usufrui. Ao mesmo tempo que incluem as acções padronizadas, próprias duma intervenção de responsabilização individual pela resolução de problemas, também incluem e privilegiam as acções que dão atenção aos contextos e fatores simbólicos e sociais que possam agir sobre as condições de vida dos indivíduos.

Estes profissionais têm a noção que não podem abdicar do facto de proporcionarem as condições necessárias aos seus beneficiários para que estes tenham acesso aos bens e serviços que sustentam a sua sobrevivência. A questão é ir além da dimensão material da vida e procurar, com o indivíduo, encontrar meios para os fazer recuperar uma imagem positiva de si e das suas competências, tantas vezes anuladas pelo simples facto de necessitarem de apoio. Desde logo, trata-se para estes profissionais de recuperar os capitais de natureza simbólica, como sejam os recursos identitários tidos como base da definição da posição que cada indivíduo assume na sociedade, como nos diz Diogo (2007:26). Doutra forma, os beneficiários ficam limitados na condução dos seus projectos, na definição dos seus interesses e dependentes da boa vontade e benevolência de alguém em particular ou da assistência pública (Castel, 2009:27). Neste caso, os indivíduos tendem a sentirem-se desligados da sociedade. A escassez de rendimentos, a inexistência de uma carreira profissional, a remissão para actividades menos reconhecidas socialmente ou a degradação das regalias sociais associadas ao emprego constituem vulnerabilidades que impedem ou dificultam a possibilidade dos indivíduos contornarem a situação de desfavorecimento e mudarem as suas condições de vida (Castel, 2009). É neste contexto que estes profissionais se esforçam por actuar e contrariar as experiências negativas vividas pelos indivíduos.

O principal objectivo da intervenção social dos profissionais “inconformados” e “irreverentes” é permitir que os indivíduos em acompanhamento tenham a oportunidade de escolha e envolvimento no processo de decisão sobre a sua vida. Deseja-se que readquiram respeitabilidade enquanto cidadãos de pleno

direito. Deseja-se pelo menos minimizar os efeitos de uma medida massificadora e destruidora das identidades individuais que rotula e estigmatiza socialmente aqueles que, por razões alheias à sua vontade, se veem arredados do mercado de trabalho tão enaltecido pelas lógicas neo-liberais do *Workfare*.

Estamos perante uma intervenção social que, como nos diz Soulet (2006), pretende apoiar o indivíduo a agir positivamente para sair da solidão das suas “falhas”, considerando-se um cidadão igual aos demais, com direito e capacidade de aceder aos recursos e papéis sociais.

Como refere Rodrigues (2010:196-197), a partir da “adoção [por parte dos indivíduos assistidos] de uma postura activa e de uma estratégia institucional positiva, verificamos que muitos indivíduos são capazes de construir um projecto de vida e de se projectarem nele, reagindo positivamente sobre a sua situação”. Trata-se de igualar as oportunidades e actividades socialmente úteis que geram auto-estima e reconhecimento pessoal, permitindo uma real participação dos indivíduos na sociedade. Isso implica, simultaneamente, o respeito e o reconhecimento pelas diferenças individuais e a necessidade de autonomia e protecção, refutando-se uma atitude social culpabilizante para estes indivíduos (Sousa *et al.*, 2007:84).

É tudo quanto os profissionais “inconformados” e “irreverentes” procuram obter sempre que propõem a participação nas iniciativas de acção colectiva: hortas e atelier de enriquecimento pessoal. Acreditam que a mudança de vida dos beneficiários participantes dos projectos é uma realidade.

Estas mudanças operam-se a partir de pequenas e grandes evoluções, de pequenos “arranjos práticos... que fazem da integração um lugar onde os indivíduos podem encontrar algum grau relativo de autonomia e de condições menos más de existência” (Soulet, 2007:26). Exige, como afirma Le Bossé (2003:34), a combinação da mobilização do indivíduo para agir, com a disponibilidade de recursos necessários para essa acção. Assim, para além da existência de recursos individuais, são necessários recursos colectivos: possibilidades colectivas de acção, disponibilidade de recursos financeiros, condições de acesso e utilização de serviços, etc. Esta conjugação de vontades e recursos individuais com recursos colectivos de qualquer natureza encontra-se materializada nestas 4 iniciativas de acção colectiva analisadas nesta tese: 3 Hortas sociais e um atelier de enriquecimento pessoal.

No âmbito desta tese, analisaram-se também os significados atribuídos pelos beneficiários à medida de RSI e a sua percepção sobre os impactos que a adopção dos modelos de intervenção social podem ter na promoção da mudança das suas condições de vida.

Tal como nos referem os profissionais, também os beneficiários se reportam à medida de RSI enquanto apoio pecuniário atribuído pelo Estado que é, para eles, essencial à sobrevivência de cada um e das suas famílias.

Porém, não fazem referência à dimensão da inserção prevista na Lei, materializada no contrato de inserção, o que vai de encontro aos resultados de vários estudos empíricos (Diogo e Roque, 2002, cit. Diogo, 2004; Castro *et al.*, 2002). Ao invés, há uma valorização unânime da medida considerando a sua imprescindibilidade para assegurar a sobrevivência dos beneficiários face à escassez de recursos, nomeadamente, pelo não exercício de uma actividade profissional, o que vai de encontro ao preconizado por Rosanvallon (1995) quando refere que as políticas dos mínimos sociais têm a virtude de universalizar um mínimo que permite a sobrevivência dos indivíduos. Também Baptista e Cabrita (2009:19) afirmam que a medida de RSI constitui um importante superador de recursos das pessoas embora reconheçam que não é suficiente para retirá-las da pobreza, pelo menos do ponto de vista monetário.

Beneficiar da prestação pecuniária é possuir um mínimo para acautelar as suas despesas e as dos membros do seu agregado familiar. Esta preocupação com a disponibilização das condições mínimas de vida a familiares próximos, de que são exemplo os filhos, em detrimento da preocupação consigo próprio, é muito vincada pela generalidade dos entrevistados. O acesso a uma habitação é um dos aspectos mais assinalados. A prestação que recebem é condição essencial para garantir o acesso a um “*tecto*” tal como resulta do estudo realizado por Castro *et al.* (2002), no qual se confirmam impactos positivos nas áreas da acção social, educação, saúde, habitação, entre outros.

Alguns dos entrevistados chegam mesmo a referir que, sem esse apoio, se veriam na eminência de assumir a condição de “sem abrigo”. Talvez por tudo isso se tenham registado testemunhos de “gratidão” pelo apoio que recebem.

Os beneficiários dizem-se conscientes das dificuldades em aceder a alternativas e oportunidades para exercerem uma actividade profissional e, por isso, reforçam a imprescindibilidade deste apoio pecuniário. Na sua falta apontam como alternativa o recurso à família para “*matar a fome*”. A independência face à família foi um dos aspectos realçados por alguns dos entrevistados que consideram que só é possível porque usufruem do apoio pecuniário do RSI.

Neste caso, há uma sintonia no discurso de beneficiários da medida e profissionais que a implementam, no que diz respeito ao significado atribuído ao RSI enquanto garante da sobrevivência dos indivíduos.

Para além desta componente de garante de sobrevivência, os entrevistados que frequentam as iniciativas de acção colectiva (hortas e acções de enriquecimento pessoal) salientam um outro aspecto positivo do

Rendimento Social de Inserção que está para além do factor económico. Evidenciam a oportunidade que lhes é concedida para participarem nas iniciativas de acção colectiva (hortas e ateliers de enriquecimento pessoal), o que lhes possibilita o exercício de uma actividade socialmente dignificante, a troco de uma recompensa que, para uns, é vista como um ordenado e, para outros, considerada uma fonte alternativa e complementar de rendimentos; reconhecem a melhoria das competências pessoais pela via das novas aprendizagens proporcionadas em contexto formal e informal e acrescentam ainda o alargamento das redes de pertença e a contrapartida monetária pela frequência da formação como um rendimento extra a ter em conta para fazer face aos gastos mensais do agregado. Também neste aspecto, quer profissionais, quer beneficiários coincidem nas suas percepções.

Também se verifica uma coincidência nas percepções dos profissionais e dos beneficiários no que respeita à importância da presença de um técnico de acompanhamento que os apoia nos seus problemas diários e nas suas necessidades porque, para alguns dos entrevistados, foi a partir da integração nas referidas iniciativas de acção colectiva apresentadas pelos técnicos que conseguiram aceder ao exercício de actividades socialmente úteis (voluntariado, por exemplo) e tiveram a possibilidade de exercer tarefas remuneradas que representam um reforço dos rendimentos suplementares para efeitos de orçamento familiar.

O exercício de uma actividade confere-lhes sentido de utilidade e é facilitadora da (re) aquisição de uma identidade positiva. Para além da obtenção de um rendimento complementar, no caso dos beneficiários de RSI de etnia cigana, estes sublinham sobretudo a vantagem que representa para a sua valorização social e quebra do estigma de inutilidade social. Está em causa a noção de inserção, que segundo Hespanha (2008:5) é algo que transcende o direito à subsistência, dado que se reconhece, aos beneficiários da medida, um papel social positivo ao “contribuir com a sua actividade para a utilidade social”.

Se um grupo de beneficiários entende como relevante o facto do RSI lhes permitir mobilizar um conjunto de oportunidades e recursos que concorrem para melhorar as suas condições de vida, estas vantagens não são sequer referenciadas pelos beneficiários de RSI que não frequentam nenhuma das iniciativas de acção coletiva enunciadas. Este grupo aborda apenas a frequência da formação como positiva, mas unicamente no que respeita ao convívio que proporciona. Apontam as acções de formação como um meio para poderem quebrar a solidão e o isolamento social, ao mesmo tempo que as consideram sem qualquer utilidade do ponto de vista da melhoria das competências profissionais e escolares e, conseqüentemente, sem qualquer utilidade em termos de integração profissional. Chegam mesmo a vincar a inutilidade das formações que são obrigados a frequentar, para não perderem o direito à

prestação e alguns dizem-se revoltados porque se sentem utilizados em benefício de interesses de terceiros. Esta percepção vem de encontro ao que afirma Diogo (2007:138) sobre a inadaptação das acções que são propostas e as necessidades dos beneficiários: "... tendencialmente, pode-se concluir pela existência de uma oferta de acções de inserção que não está adaptada às necessidades dos beneficiários, pelo contrário, o que acontece é a adaptação dos beneficiários à oferta existente".

Um dos aspectos valorizados pelos beneficiários que frequentam as iniciativas de acção colectiva e pelos beneficiários que não frequentam as iniciativas de acção colectiva tem a ver com a apologia que fazem do trabalho. Todos manifestam o desejo de acederem ao exercício de uma actividade profissional que lhes garanta uma remuneração certa e mais ajustada à satisfação das suas necessidades básicas e que, em simultâneo, lhes devolva sentido de utilidade social e "(...) o estatuto pleno de cidadania" (Amaro, 2015:187).

Se por um lado, os beneficiários, nos dão uma perspectiva da medida de RSI como suporte imprescindível à sobrevivência e ao acesso a novos recursos e oportunidades, por outro, são partilhadas dificuldades considerando-a, desde logo, como desajustada quanto ao valor que é atribuído face às necessidades sentidas e aos recursos disponíveis e acessíveis às próprias pessoas e famílias. Daí que uma grande parte dos entrevistados acrescente que necessita de recorrer às redes de suporte ou a outras estratégias (actividades de economia paralela, recurso ao lixo,) para conseguirem fazer face a todas as suas despesas mensais e do respectivo agregado familiar. As despesas com saúde são umas das mais apontadas como difíceis de satisfazer, como é o caso das consultas e da aquisição da medicação mas, o mais premente, segundo os beneficiários, acaba por ser o acesso às consultas de especialidade não comparticipadas pelo Sistema Nacional de Saúde.

Este facto é especialmente realçado nos discursos proferidos pelos beneficiários que não participam nas hortas ou nos ateliers de enriquecimento pessoal que tendem a ver a prestação pecuniária como insuficiente. O baixo valor da prestação pecuniária leva mesmo um dos beneficiários a sublinhar no seu discurso que existe quem ponha termo à vida quando as condições de existência são marcadas pela precariedade extrema.

Acresce a referência, por alguns dos entrevistados, às exigências burocráticas da medida e ao desfasamento entre o que é legislado e as vivências e necessidades concretas das pessoas. Diogo (2007:45) partilha igual conclusão na sequência de estudos realizados a partir dos quais se verifica que as acções de inserção propostas não estão adaptadas às necessidades dos beneficiários, obrigando, ao contrário, os beneficiários a adaptarem-se aos recursos existentes.

Quanto ao risco de estigmatização e à vivência dessa rotulagem, os beneficiários dizem-se, em geral, sujeitos à reprovação social por serem beneficiários de RSI e à responsabilização individual pelas suas condições de vida.

A maioria dos entrevistados diz-se, frequentemente, confrontada com acusações de serem “pessoas preguiçosas”, que “não querem trabalhar” e que querem “viver à custa dos subsídios” do Estado. Estas percepções são independentes do grupo/etnia de origem.

O RSI é uma medida que se apresenta como um direito mas, ao configurar-se enquanto conjunto de obrigações a serem observadas pelos beneficiários e a que correspondem recompensas monetárias, poderá estar associado ao risco de estigmatização dos beneficiários, como sustenta Adão e Silva (1998:45). Paugam (2003:24) também alerta para este efeito negativo na identidade de quem vive as situações de pobreza uma vez que esta é percebida e, muitas vezes, vivida como signo de decadência humana, de desqualificação social. Refere ainda que à medida que este processo permanece e se intensifica no tempo, fragiliza cada vez mais quem o vive e gera um sentimento de desvalorização perante a restante sociedade.

As representações que são socialmente produzidas acerca da condição de “pobre” interferem no processo da sua (des) valorização simbólica e, por esta via, são responsáveis pela criação de mecanismos de reprodução dessa mesma condição.

Os entrevistados apresentam factores externos como explicativos das situações de pobreza que vivem. Fazem-no na tentativa de justificarem a sua situação de dependência face ao RSI, estabelecendo limites entre os beneficiários “legítimos” e os “não legítimos”; “merecedores” e “não merecedores”.

São vários os beneficiários que manifestam o desejo de acederem a um trabalho para o qual, segundo eles, não existe oferta ou é difícil acederem pelas suas baixas qualificações e, nomeadamente, por motivos de saúde. Estes factores dão sentido a uma racionalização desculpabilizante que justifica a legitimidade do recebimento do RSI, evidenciando-se desde logo, a importância de possuir recursos para satisfazer as necessidades dos seus filhos. Como nos refere Diogo (2007:150) “a questão da legitimidade do recebimento da prestação é algo que perpassa as estratégias de defesa apresentadas: cada entrevistado apresenta as razões para convencer o seu interlocutor do seu recebimento legítimo da prestação em relação ao recebimento ilegítimo de outros”.

Os indivíduos pobres, por estarem desprovidos de um conjunto de capitais diferenciadores e serem *vítimas* de categorizações sociais limitadoras como, por exemplo, a de desempregado ou de beneficiário do RSI, vivem situações de exclusão social, com oportunidades muito limitadas de promoção social.

Lançados para o exterior do sistema produtivo, evidenciam falta de “capitais” de suporte (económico, cultural, social e simbólico) que, como esclarece Bourdieu (2011:137), determinam a posição social do indivíduo e a capacidade para aceder ou criar recursos importantes para a construção da sua individualidade. Ficam desta forma limitados na condução dos seus projectos, na definição dos seus interesses e dependentes da boa vontade e benevolência de alguém em particular ou da assistência pública (Castel, 2009:27).

Face à realidade vivenciada surgem discursos em que é clara a tentativa de distanciamento face aos demais beneficiários, adoptando como suas as críticas feitas pelos não beneficiários relativamente aos beneficiários do RSI. Muitos entrevistados formulam opiniões sobre aqueles com os quais dizem não se identificarem e dos quais desejam distanciar-se, numa espécie de delimitação entre os que são “merecedores” e “não merecedores” desse apoio, especialmente, dos “fraudulentos” e dos “manipuladores”. E, dessa forma, constroem uma identidade para si, de alguém que é merecedor desse apoio social.

Estes indivíduos experienciam as situações de pobreza e da exclusão social de diferentes formas, “(...) ora numa lógica de vitimização e de adopção de uma postura passiva (aceitando as condições de vida), ora lutando no sentido de uma crescente afirmação da cidadania (desenvolvendo mecanismos de fuga a estas situações)” (Loriol, 1999; cit. Rodrigues, 2010).

Como refere Fernandes (1991:49-50), “enquanto uns encontram a sua saída, outros são levados a aceitar como natural a sua condição. Assim se reproduz a sociedade e se conserva o equilíbrio e a harmonia na desigualdade”.

Também Gaulejac e Léonetti (2007:189) nos apresentam estratégias de resposta individuais à desqualificação, designada de condição de “desfavorecimento” ou “desinserção” vivida por aqueles indivíduos que, face a uma estigmatização identitária imposta, reagem de modo a “negar a legitimidade desta autoridade, reivindicar ou encontrar (...) uma outra autoridade para a qual a imagem de si permanece valorizada”.

Os beneficiários que participam nas iniciativas de acção colectiva, como as hortas e o atelier de enriquecimento pessoal, foram capazes de reagir às situações de pobreza vividas e encontraram um mecanismo de inserção pela via da realização de actividade socialmente dignificante que lhes permitiu manter uma imagem positiva e valorizada de si mesmos.

No caso dos entrevistados que não frequentam as hortas ou os ateliers de enriquecimento pessoal, assiste-se a discursos de vitimização face à falta de oportunidades de alteração das condições de vida e imposições da medida.

Perante os contextos de vivência quotidiana marcados pela falta de oportunidades ou com oportunidades muito focadas como é o caso da frequência sucessiva de formações, assumem a tendência para o sofrimento identitário que, segundo Guerra e Pinto (2015:175), se pode converter em “(...) autoculpabilização pela situação; num forte sentimento de injustiça e de desigualdade na distribuição das oportunidades e, por fim, pela reestruturação das formas de estar no mundo, calando necessidades e reduzindo as expectativas através de uma racionalidade prática de quem está perante o inevitável”. Recupera-se a referência por indivíduos deste grupo, da existência de pessoas que põem termo à vida ou a revolta que exprimem quando se referem às acções de formação que lhes são impostas e que acham que servem apenas para “alimentar interesses alheios”.

Tendo em conta o exposto nos parágrafos anteriores, identificamos os efeitos possíveis duma intervenção social atenta a estes processos de desqualificação social e de desligamento dos indivíduos face à restante sociedade e os efeitos de outro tipo de intervenção que se restringe ao cumprimento legal da medida que tende a culpar os indivíduos pela sua condição e a entender que compete a cada um encontrar a solução para os seus problemas.

Como veremos de seguida, este efeito não tem a ver com a qualidade da relação técnico/beneficiário, mas antes com a articulação de oportunidades e necessidades. Estas pessoas estão apenas sujeitas ao cumprimento de acções padronizadas que não têm em consideração os seus interesses ou competências, a sua individualidade, mas antes, os massifica e coloca a frequentar acções de formação que não fazem sentido para elas. Nesta matéria esclarecem Guerra e Pinto (2015:177) quando referem que “tem-se consciência de que a capacidade de acção depende não apenas dos seus níveis de recursos e das suas capacidades, mas também do ambiente externo que (não) oferece oportunidades”. Neste caso há um desfasamento entre capacidades e oportunidades, facto que gera descrédito e mal-estar.

Ao analisarmos os discursos sobre a qualidade da relação que estabelecem com os técnicos e as instituições de enquadramento, do grupo daqueles que participam nas iniciativas de acção colectiva e do grupo daqueles que não participam nestas iniciativas, percebemos a existência de dois tipos de relacionamento. A qualidade da relação técnico/beneficiário altera-se em função do grau de implicação do técnico no funcionamento das hortas e do atelier de enriquecimento pessoal.

Assim, um primeiro conjunto de entrevistados, quase a maioria dos que participam nas hortas e no atelier de enriquecimento pessoal e alguns dos que não participam nestes projetos, caracteriza-se por desenvolver uma **relação de denegação** no contacto que estabelece com os serviços de apoio social e com os técnicos que são exclusivamente gestores dos seus processos administrativos. Estes são

percecionados como fiscalizadores e controladores das suas vidas, uma vez que os obrigam a exporem-se constantemente. Para além disso, sustentam também o desagrado pela invasão da privacidade que é perpetrada por diversos técnicos. E, por isso, consideram-nos dispensáveis, sem utilidade, fundamentando as suas representações pela ausência ou fragilidade da relação de confiança estabelecida entre ambos. A referência ao controle e fiscalização remete-nos para pressupostos de desconfiança nos cidadãos beneficiários da política a partir da moralização da medida que assenta na criação de mecanismos de inspeção e de controle, “penalizando de forma mais gravosa o incumprimento dos compromissos assumidos pelos titulares e beneficiários, bem como quaisquer condutas consideradas abusivas ou fraudulentas” (REAPN, 2007:6).

Em oposição ao que acontece no caso dos entrevistados que mantêm uma relação de denegação com os serviços de acção social, identificou-se a presença de um outro conjunto de entrevistados que evidencia desenvolver uma **relação de contiguidade** com estas mesmas entidades e profissionais baseada numa relação recíproca de proximidade e confiança. Os entrevistados que não frequentam as hortas ou os ateliers de enriquecimento pessoal que se enquadram neste grupo, realçam, sobretudo, a importância dos técnicos gestores de processo para a orientação necessária à boa resolução de questões administrativas relacionadas com a medida de RSI e aconselhamento em geral a quem se referem como *amigos*. E deste modo o apoio técnico é tido como indispensável.

Para os frequentadores das hortas e do atelier de enriquecimento pessoal, esta relação de contiguidade dá-se por referência exclusiva aos técnicos gestores dos seus processos que os acompanham nas iniciativas de acção colectiva ou aqueles que, não sendo gestores dos seus processos, asseguram o acompanhamento das actividades no âmbito daquelas iniciativas. Estes técnicos são percecionados como pessoas que se interessam verdadeiramente por eles, pelos seus problemas, pelas suas necessidades. Estão técnicos estão “ao lado” deles sempre que precisam e dão-lhes o incentivo e o suporte psicológico que entendem ser importante para continuarem a procurar uma vida melhor. A negociação, o respeito pelos ritmos e os desejos dos beneficiários, a devolução do crédito em si, nas suas capacidades e competências leva-os a sentirem-se valorizados e incentivados a conseguirem restaurar o desejo de formulação de novos projectos de vida.

Resulta da análise das narrativas dos beneficiários que integram as hortas e os ateliers de enriquecimento pessoal que a sua participação nestas actividades representa um conjunto de oportunidades de mudança das suas condições de vida. Pelo menos, em parte, a investigadora considera ter existido a capacidade de mobilização de oportunidades tendo em conta interesses e capacidades. Porém em nenhum dos

casos se deu a autonomização face à medida. Refira-se que as oportunidades não são “(...) natural e imediatamente acessíveis” (Saint-Maurice e Baptista, 2015:261), mas surgem do envolvimento empenhado dos vários actores presentes no processo de mudança.

A participação nas hortas (com maior expressividade) e nos ateliers de enriquecimento pessoal, são exemplos de recursos para a acção subjectivamente percebidos pelos seus participantes como base para a melhoria das condições de vida e construção de um futuro com esperança. Aqui, mais do que as dimensões materiais da mudança, são evidenciadas pelos beneficiários, tal como o foi pelos profissionais, as dimensões objectivas, subjectivas e simbólicas dessa mudança, mais concretamente no que diz respeito à melhoria da qualidade e diversidade alimentar, reforço do rendimento familiar, melhoria dos níveis de saúde e do bem-estar psicológico; alargamento das redes de sociabilidades e oportunidades de participação social, desenvolvimento de competências diversas, estímulo à autonomia e devolução do sentimento de posse e de liberdade de escolha.

A este propósito é importante dar conta que estas dimensões não coincidem com as dimensões mais valorizadas pelos profissionais. Estes destacam as dimensões de natureza objectiva e económica como é o caso do reforço do rendimento familiar e a melhoria da qualidade e diversidade alimentar. Ao invés, as dimensões mais valorizadas pelos participantes das hortas e do atelier de enriquecimento pessoal têm a ver com dimensões de natureza simbólica e social que devolvem às pessoas um lugar de pertença, o sentido de utilidade e de crédito em si mesmos. Trata-se de se sentirem (re)colocados na sociedade e de percepcionarem sentido para as suas vidas.

Ao longo dos seus discursos, todos os participantes afirmam ter havido mudança nas suas vidas a partir o momento em que tiveram a oportunidade de ingressar numa das hortas ou nos ateliers.

Estas iniciativas de acção colectiva configuram as condições que permitam que os indivíduos criem a sua autonomia e “mudem de mundos”, tal como preconizado por Berger & Luckman (1985:207) e sejam capazes de “reconhecer a sua trajectória anterior como parte de si, por um lado, e por outro, reconhecer a sua pertença ao mundo comum” (Soulet 2011:3). Neste sentido, segundo o mesmo autor (2008), a intervenção social presta atenção aos processos identitários dos indivíduos, de modo a ajudá-los a (re) construir identidades, a dar sentido e a perspectivar trajectórias de vida alternativas.

Trata-se de acções não tipificadas na legislação específica do RSI cuja participação resulta dum processo partilhado que aposta numa relação mais ou menos duradoura no tempo em que o beneficiário “reconsidera os seus recursos, a sua identidade e as suas relações “(...) e nesta base, redefine os seus compromissos nas situações problemáticas”.

A interacção entre o indivíduo que recorre aos serviços e o profissional molda-se à medida que a intervenção de acompanhamento se desenrola num “(...) trabalho de interacção e de co-construção de um sentido comum para ambas as partes e para si mesmo (Soulet, 2007:15).

A intervenção social baseada em modelos colaborativos adapta-se aos indivíduos e aposta na valorização das suas qualidades e competências devolvendo-lhes a capacidade de formulação de um projecto de vida.

E assim se alcança na perspectiva de Soulet (2007) uma intervenção baseada na disponibilidade, acessibilidade e proximidade para com a pessoa atendida e acompanhada que representa “(...) um espaço de conforto e de primeira protecção (...)” (2007) que facilita a exteriorização das potencialidades de acção.

Entender a mudança das condições de vida a partir da participação em iniciativas de acção colectiva, só faz sentido a partir dos discursos de quem a experiencia. Cada uma das pessoas entrevistadas partilhou os sentimentos, desejos, sonhos para o futuro em que acreditam e que querem diferente. Só deste modo se alcançam efeitos positivos de transformação das condições existenciais dos indivíduos ao dar sentido à sua acção, quer para eles próprios, quer para a sociedade em que se inserem e, conseqüentemente, só deste modo se lhes proporciona as condições para serem reconhecidos socialmente como actores das suas vidas presentes e futuras.

As mudanças extravasam a dimensão material da vida e abrangem especialmente, a *imaterialidade...* o simbólico, o sentimento de se SER.

É importante sustentar a relação técnico/beneficiário na confiança para assim serem criadas as bases para a acção, mesmo que o contexto social seja de inquietude. Se ao longo da vida os indivíduos vivem situações desfavoráveis, mais ou menos duradouras, que os colocam, muitas vezes, em situações de desconfiança, de descrédito e de desânimo importa que o técnico de intervenção social seja capaz de desconstruir essas incertezas e de os motivar para a acção num determinado sentido, com objectivos precisos, adequados e atingíveis.

A definição concreta das acções, dos seus objectivos, dos limites e dificuldades, a mobilização de recursos, ou antes de micro-recursos como propõe Soulet (2007:21), permite que as pessoas readquiram a previsibilidade das suas condutas, das suas tomadas de decisão, das suas escolhas, dos caminhos que decidiram traçar. Só deste modo poderemos alcançar efeitos positivos de transformação das condições existenciais dos indivíduos ao dar sentido à sua acção quer para eles próprios quer para a sociedade em que se inserem e, conseqüentemente, proporcionar-lhes as condições para serem reconhecidos socialmente como actores.

Esta capacidade de cada um dos indivíduos se transformar em sujeito de acção não é generalizável a todos os que vivem situações de vulnerabilidade económica e social pois nem todos conseguem alcançar essa realização por dificuldade de mobilização de “(...) capacidades de promoção, gestão e realização de si, de reflexividade, capitais sociais e recursos económicos (...)” (Soulet, 2006).

Acrescenta a propósito Branco (2015:232-233) que o contexto social exerce influência tanto quanto as competências que são esperadas que os indivíduos accionem para viverem em sociedade, desde logo porque se espera que consigam adaptar-se às lógicas definidas no âmbito das políticas sociais e normas institucionais, presentes em cada momento.

Ciente desta dificuldade de activação por si próprio, Soulet partilha que o propósito de integração destes indivíduos deve ser devidamente definida, tendo em conta as respectivas características e por isso opta por defini-la como uma integração relativa porque o que se procura, nestes casos, é conseguir “(...) um lugar onde os indivíduos podem encontrar algum grau relativo de autonomia e de condições menos más de existência” e que exige “a personalização dos planos individuais de reintegração, (...) a individualização daquilo que pode ser considerado como um sucesso, (...) [e] a estabilização de condições de vida que sejam o menos más possíveis” (Soulet, 2007:25).

A partir daqui se deduz a necessidade de repensar o conceito de mudança e de integração presente nas actuais políticas sociais que normalizam conceitos em função de critérios estandardizados baseados na ideia de sucesso e mudança, a partir do (re)ingresso numa actividade profissional que permita a ascensão a níveis de rendimentos suficientes para deixar de depender dos mecanismos de assistência social. Podemos até questionar-nos se o facto dos indivíduos deixarem de beneficiar de apoios sociais por motivo de integração no mercado de trabalho representa uma mudança efectiva das condições objectivas e subjectivas de vida, uma vez que os rendimentos resultantes do exercício de uma actividade profissional são, muitas vezes, insuficientes para os retirar da pobreza.

Neste contexto, em que a mudança se conquista a par e passo e se materializa nos pequeninos detalhes presentes nas vidas de cada pessoa importa percorrer com determinação o caminho técnico e metodológico capaz de contribuir para transformar dificuldades em projectos de vida que devolvem o sentido e a dignidade de SER PESSOA.

Como demonstrado, os modelos de intervenção social adoptados pelos profissionais têm impactos na mudança das condições de vida das pessoas que beneficiam da medida de RSI. Apresentam-se evidências empíricas pouco referidas na literatura científica relativamente às dimensões em que a mudança das condições de vida dos beneficiários se verifica. Para além disso, este estudo inova ao

evidenciar a mudança das condições de vida dos beneficiários de RSI sem que se tenha verificado a sua autonomização face aos apoios sociais.

Resultam daqui algumas recomendações para as políticas de mínimos sociais. Estas devem desprender-se da rigidez dos procedimentos e da tipificação de acções de carácter universalista que assentam na responsabilização individual na procura de soluções para a alteração da sua condição de assistido, sem atender aos constrangimentos estruturais. Externos aos indivíduos, estes constrangimentos (re)produzem as situações de pobreza e exclusão social e dificultam mesmo o cumprimento de um dos principais propósitos da medida: a reintegração das pessoas no mercado de trabalho, enquanto factor decisivo para a autonomização face à medida de RSI.

Os contratos de inserção devem passar a ser concebidos tendo em conta as trajectórias de vida, os interesses e os recursos individuais, por um lado, e os recursos territorialmente disponíveis, por outro, introduzindo-se a valorização da capacidade de inovação e de criação de planos e projectos de acção colaborativos que procurem a mudança de vida das pessoas a partir do exercício de uma actividade socialmente valorizada e reconhecida.

As políticas de mínimos sociais devem entender a mudança das condições de vida numa perspectiva global e abrangente, não a restringindo à emancipação do indivíduo face à medida. Ao invés, as medidas de mínimos sociais devem valorizar as pequenas mudanças operadas na vida dos beneficiários a nível económico, social e simbólico.

As principais conclusões deste estudo permitem a formulação de algumas sugestões para investigações futuras, nomeadamente, apontam para a importância da realização de estudos longitudinais que permitam identificar o carácter temporário ou duradouro dessas mudanças e da evolução da relação de (in)dependência face aos serviços de acção social. Seria ainda pertinente perceber em que medida a participação em iniciativas de acção colectiva de longa duração influencia a autonomização face aos apoios sociais.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- Almeida, J. F. (1995). *Introdução à Sociologia: valores e representações sociais*. Lisboa: Universidade Aberta. Obtido de <https://vimeo.com/user34119652/review/129918203/3b451e7e90>
- Ander-Egg, E. (1995). *Introdução ao trabalho social*. Petrópolis: Vozes.
- Ander-Egg, E. (2011). *Diccionario del Trabajo Social* (25ª edition). Argentina: Editorial Brujas. Obtido de <https://pt.slideshare.net/CatarsisTSCChile/diccionario-del-trabajo-social-exequiel-ander-egg>
- Andrade, R. C. (1989). Política e Pobreza no Brasil. *Revista Lua Nova*, 19. Lisboa: CEDEC. Obtido de <http://dx.doi.org/10.1590/S0102-64451989000400008>
- Amaro, M. Inês (2008). Os Campos Paradigmáticos do Serviço Social: Propostas para uma categorização das Teorias em presença. Em *Locus Soci@*, 1, (pp. 65-80). Obtido de <http://cesss.fch.lisboa.ucp.pt/images/site/locus-social/locus-social-n1-2008.pdf>
- Amaro, M. Inês (2015a). *Urgências e Emergências do Serviço Social. Fundamentos da profissão na contemporaneidade*. Lisboa: UC Editora.
- Amaro, M. Inês (2015b). A dimensão relacional do fenómeno da pobreza contemporânea: desafiliação, laço social e vida urbana. Em Diogo, F., Castro A. & Perista P. (org.), *Pobreza E Exclusão Social em Portugal, Contextos e Transformações e Estudos* (pp.183-196). V. N. Famalicão: Edição Húmus, Lda.
- Baptista, I. & Cabrita, J. (2009). *Regimes de Rendimento Mínimo – Um estudo das políticas nacionais*. Lisboa: CESIS. Obtido de <https://www.cesis.org/pt/publicacoes/11/exclusao-social/>
- Beck, U. (2015), *Risk Society: Towards a New Modernity*. Londres: Sage.
- Berger, P. & Luckmann, T. (1985). *A construção social da realidade: tratado de sociologia do conhecimento*. Petrópolis: Vozes.
- Bauman, Z. (1989). *A Liberdade*. Lisboa: Editorial Estampa.
- Bourdieu, P. (1977). *Algérie 60, structures économiques et structures temporelles*. Paris: Les Editions de Minuit.
- Bourdieu, P. (2011). *O Poder simbólico*. Lisboa: Edições 70, Lda.
- Branco F. & Amaro I. (2011). As práticas do “Serviço Social activo” no âmbito das novas tendências da política social: uma perspectiva portuguesa. *Serviço Social e Sociedade*, 108 (pp. 656-679). Obtido de <http://dx.doi.org/10.1590/S0101-66282011000400005>
- Branco, F. (1996). A nova centralidade dos Direitos Sociais e os Desafios à Formação e Intervenção em Serviço Social. *Intervenção Social*, 13/14 (pp. 41-53).

- Branco, F. (1997). Serviço Social, rendimento mínimo e inserção. *Intervenção Social*, 15/16 (pp. 67-82).
- Branco, F. (2001). O Rendimento Mínimo Garantido como Direito de Cidadania em Portugal: virtualidade e limites. *Intervenção social*, 23/24 (pp. 303-337). Obtido de <http://hdl.handle.net/11067/4154>
- Branco, F. (2009). Acção Social, Individuação e Cidadania. A construção do acompanhamento social no contexto do Estado Social activo. *Cidades-Comunidades e Territórios*, 17 (pp. 81-91). Obtido de <http://hdl.handle.net/10071/3321>
- Branco, F. (2015). A Procura da Assistência Social em Portugal como revelador da pobreza e Vulnerabilidade Social. Em Diogo, F., Castro A. & Perista P. (org.), *Pobreza e Exclusão Social em Portugal, Contextos e Transformações e Estudos* (pp. 231-249). V. N. Famalicão: Edição Húmus, Lda.
- Bravo, M. P. C. & Eisman, L. B. (1998). *Investigación Educativa*. (3ª Ed.). Sevilla: Ediciones Alfara.
- Breviglieri, M. (2008). L'individu, le proche et l'institution: Travail social et politique de l'autonomie. *Informations sociales*, 145(1) (pp. 92-101). doi:10.3917/inso.145.0092.
- Bureau International du Travail (2003). A luta contra a pobreza e a exclusão social em Portugal. Experiências do Programa Nacional de Luta Contra a Pobreza. Programa Estratégias e Técnicas contra a Exclusão Social e a Pobreza. Genebra. Obtido de https://www.ilo.org/wcmsp5/groups/public/-europe/-ro-geneva/-ilo-lisbon/documents/genericdocument/wcms_665986.pdf
- Caleiras, J. (2015). *Para lá dos números. As consequências pessoais do desemprego*. Coimbra: Pentaedro, Lda.
- Capucha, L. (1992). *Problemas da Pobreza: Conceitos, Contextos e Modos de Vida* (tese de Mestrado, ISCTE). Obtido de https://www.researchgate.net/publication/304041849_Problemas_da_pobreza_Conceitos_Contextos_e_Modos_de_Vida
- Capucha, L. (coord.), Castro J. L., Gonçalves, H.S., Guerreiro, M. D., Pegado, E. Ries, A. L., Saleiro, S. P. (1998). *Rendimento Mínimo Garantido: Avaliação da Fase Experimental*, s/l, Departamento de Estudos, Prospectiva e Planeamento do Ministério do Trabalho e da Solidariedade.
- Carmo, H. (2001). A actualidade do desenvolvimento comunitário como estratégia de intervenção social. Em *Actas da 1ª conferência sobre desenvolvimento comunitário e saúde mental*. ISPA. Obtido de <https://repositorioaberto.uab.pt/bitstream/10400.2/1853/1/2001-A%20actualidade%20do%20DC%20como%20estrat%C3%A9gia%20de%20interven%C3%A7%C3%A3o%20social-ISPA.pdf>
- Carmo, H. (2010). Rumos da Intervenção Social com Grupos no início do Século XXI. Em Barata, Ó. S. (coord.), *Política social e Sociologia* (pp. 103-187). Lisboa: ISCSP/UTL. Obtido de <http://hdl.handle.net/10400.2/1837>
- Castel, R. (1998). *As Metamorfoses da Questão Social: uma crónica do salário*. Pétropolis: Editora Vozes.

- Castel, R. (2005). *A Insegurança Social: o que é ser protegido?* Pétropolis: Editora Vozes.
- Castel, R. (2009). *La Montée des incertitudes: travail, protections, statut de l'individu*. Paris: Seuil.
- Castro, A., Cavalheiro, C., Quedas, M. J., Rodrigues, F., Guerra, F. & Guerra, I. (2002). Os beneficiários do RMG: trajetórias de vida, vivências e impactos diferenciados. Em *Avaliação dos Impactos do RMG*. Lisboa: Instituto para o Desenvolvimento Social.
- Clavel, G. (2004). *A Sociedade da Exclusão Compreendê-la para dela sair*. Porto: Porto Editora.
- CNRSI. (2007). Estratégia para a Inclusão Activa. Obtido de http://www.mtss.gov.pt/preview_documentos.asp?r=803&m=PDF
- Costa, A. B. (1984). Conceito de Pobreza. Em *Estudos de Economia, vol. IV(3)* (pp. 275-296). Obtido de <http://hdl.handle.net/10400.5/9738>
- Costa, A. B. (1998). Exclusões Sociais, *Cadernos Democráticos, 2*. Lisboa: Gradiva.
- Costa, A. B. (Coord.), Baptista, I., Perista, P. & Carrilho, P. (2008). *Um Olhar Sobre A Pobreza: Vulnerabilidade e Exclusão Social No Portugal Contemporâneo*. Lisboa: Gradiva.
- Creswell, J.W. (2010). *Projecto de Pesquisa: Métodos Qualitativo, Quantitativo e Misto*. Porto Alegre: Artemed.
- Denzin, N. K. (1989). *The Research Act*. Englewood Cliffs N. J.: Prentice Hall.
- Diogo, F. & Roque, R. (2002). *Vidas no Feminino: um estudo dos impactos biográficos do RMG nas famílias monoparentais femininas*. Lisboa: Instituto para o Desenvolvimento Social.
- Diogo, F. (2004). Quando o Estado e os cidadãos não se entendem: o caso do programa de inserção do Rendimento Mínimo Garantido. Em *V Congresso de Sociologia da Associação Portuguesa de Sociologia*, Braga. Obtido de <https://aps.pt/pt/?s=Diogo%2C+F.+%282004%29.++Quando+o+Estado+e+os+cidad%C3%A3os+n%C3%A3o+se+entendem%3A+o+caso+do+programa+de+inser%C3%A7%C3%A3o++do+Rendimento+M%C3%ADnimo+Garantido%2C+&lang=pt>
- Diogo, F. (2007). *Pobreza, Trabalho, Identidade*. Lisboa: C. Editora, Ed. Obtido de https://www.academia.edu/3332523/Pobreza_trabalho_identidade
- Duarte, T. (2009). *A possibilidade da investigação a 3: reflexões sobre triangulação (metodológica)*, CIES e-WORKING PAPER N. ° 60/2009. Obtido de <http://hdl.handle.net/10071/1319>
- Dubet, F. (2004). Préface. Em Castra, D. *L'insertion professionnelle des publics précaires*. Paris: Presses Universitaires de France.
- Dominelli, L. (1998). Anti-Oppressive Practice in Context. Em Addams, R., Dominelli, L. & Payne, M. *Social Work: Themes, issues and critical debates* (pp. 3-22). Londres: Mac Millan Press.

- EAPN (2014). *Indicadores sobre a pobreza. Dados Europeus e Nacionais*. Porto: EAPN/ Rede Europeia Anti-Pobreza do Norte. Obtido de <https://www.eapn.pt/documento/430/indicadores-sobre-pobreza-dados-europeus-e-nacionais>
- Falcão, M. C. (1979). *Uma nova visão teórica do serviço social*. S. Paulo: Cortez e Moraes.
- Faleiros, V. P. (2013). Desafios de cuidar em Serviço Social: uma perspectiva crítica. *Revista Katálysis*, v. 16 (pp. 83-91). Obtido de <http://dx.doi.org/10.1590/S1414-49802013000300006>
- Fernandes, A. T. (1991). Formas e mecanismos de exclusão social. *Sociologia*, 1 (pp. 9-66). Obtido de <http://ojs.letras.up.pt/index.php/Sociologia/article/view/2622/2405>
- Fernandes, A. T. (2000). Desigualdades e representações sociais. *Sociologia*, 10 (pp. 203-214). Obtido de <http://ojs.letras.up.pt/index.php/Sociologia/article/view/2561>
- Flick, U. (2005). *Métodos Qualitativos na Investigação Científica*. Lisboa: Monitor.
- Gaiger, L. I. G. (2009). A associação econômica dos pobres como via de combate às desigualdades. *Caderno CRH*, 22 (57), (pp. 563-580). <https://dx.doi.org/10.1590/S0103-49792009000300010>
- Gaulejac, V. & Léonetti, I. T. (2007). *La Lutte des Places*. Paris: Desclée de Brouwer.
- Goffman, E. (2001). *Estigma: Notas sobre a Manipulação da Identidade Deteriorada*. Rio de Janeiro: Livros Técnicos e Científicos Editora.
- Gough, I. (2001). Do Welfare ao Workfare: integração social ou trabalho compulsivo. Em *Políticas e Instrumentos de Combate à Pobreza na União Europeia. A Garantia de um Rendimento Mínimo* (pp. 51-63). Lisboa: Instituto de Desenvolvimento Social.
- Gouveia, M. & Rodrigues, C. (s.d.), The impact of a Minimum Guaranteed Incom Program. Obtido de http://icm.clsbe.lisboa.ucp.pt/docentes/url/analeco2/Papers%5Crmig_Gouveia_Rodrigues.pdf
- Grilo, P. (2013). A complexidade na intervenção com famílias socialmente vulneráveis. Em *Manual - Práticas Colaborativas e Positivas na Intervenção Social* (pp.17-29). EAPN Portugal (Ed.). Obtido de https://www.eapn.pt/docs/publicacao_praticas_colaborativas.pdf
- Guerra, I. (1997). The dark side of the moon do rendimento mínimo garantido. *Sociologia, Problemas e Práticas*, 25 (pp. 157-164). Obtido de <http://hdl.handle.net/10071/793>
- Guerra, I. C. (2006). *Pesquisa Qualitativa e Análise de Conteúdo - Sentidos e formas de Uso*. Cascais: Príncipia.
- Guerra, I. & Pinto, C. T. (2015). Da Pobreza à vulnerabilidade: Transformações Identitárias e no Agir Colectivo. Em Diogo, F., Castro A. & Perista P. (org.). *Pobreza E Exclusão Social em Portugal, Contextos e Transformações e Estudos* (pp. 167-181). V. N. Famalicão: Edição Húmus, Lda.

- Guibentif, P. & Bouget, D. (1997). *As políticas do Rendimento Mínimo na União Europeia*. Lisboa: União das Mutualidades Portuguesas.
- Giuliani, F. (2005). *L'Ordre pactisé des dispositifs d'accompagnement. Ethnographie de la relation d'aide sur quelques scènes actuelles du travail social* (tese de Doutoramento, Universidade Louis Lumière).
- Harper, D. (2013). *Visual Sociology*. New York: Routledge.
- Hespanha, P. (2002). Algumas questões de fundo para uma avaliação da nova geração de políticas sociais. Em *Actas VII Congreso Internacional del CLAD sobre la Reforma del Estado y de la Administración Pública*. Lisboa. Obtido de <https://cladista.clad.org/bitstream/handle/123456789/2381/0044512.pdf?sequence=1&isAllowed=>
- Hespanha, P. (2008). Políticas sociais: novas abordagens, novos desafios. *Revista de Ciências Sociais*, v.39, n.1 (pp. 5-15).
- Howe, D. (2016). *An Introduction to Social Work Theory, Making Sense in Practice*. New York: Routledge.
- Ion, J. (2005). *Le Travail social en débat(s)*. Paris: Éditions La Découverte.
- Labbens, J. (1978). *Sociologie de la pauvreté. Les Tiers Monde et le Quart Mond*. Paris: Gallimard.
- Laville, J. L. (2001). Inserção e workfare na Europa: perspectiva histórica e ideológica, reflexões a partir do exemplo francês. Em *Políticas e Instrumentos de Combate à Pobreza na União Europeia. A Garantia de um Rendimento Mínimo* (pp. 141-165). Lisboa: Instituto de Desenvolvimento Social (ed.).
- Le Bossé, Y. (2003). De l'"habilitation" au "pouvoir d'agir": vers une appréhension plus circonscrite de la notion d'empowerment. *Nouvelles pratiques sociales*, 2 (pp. 30-51). Obtido de <http://id.erudit.org/iderudit/009841ar> DOI: 10.7202/009841ar
- Lessard-Herbert, M.; Goyette, G. & Boutin, G. (2008). *Investigação Qualitativa – Fundamentos e Práticas*. Lisboa: Instituto Piaget.
- Loriol, M. (1999). *Qu'est-ce que L'Insertion? Entre Pratiques Institutionnelles et Représentations Sociales*. Paris: L'Harmattan.
- Madsen, W. (1999). *Therapy with multi-stressed families*. London: Guilford. Obtido de <https://www.guilford.com/excerpts/madsen.pdf?t>
- Marques, J. F. (2016). *Itinerário de uma política: olhares sobre o rendimento social de inserção no concelho de Aveiro* (tese de Doutoramento, Universidade Lusíada de Lisboa ISSSL). Obtido de <http://hdl.handle.net/11067/2531>

- Martins, P. H. (2005). A Sociologia de Marcel Mauss: Dádiva, simbolismo e associação. *Revista Crítica de Ciências Sociais*, 73 (pp. 45-66). Obtido de <http://journals.openedition.org/rccs/954> DOI: 10.4000/rccs.954
- Mauss, M. (2003). *Sociologia e Antropologia*. São Paulo: CosacNaif. Obtido de https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/3012986/mod_resource/content/0/Mauss_Marcel_Sociologia_e_antropologia_2003.pdf
- Mioto, Regina C. T. (2004). Trabalho com Famílias: um desafio para os Assistentes Sociais. *Revista Virtual Textos & Contextos*, 3, ano III. Obtido de <http://unesav.com.br/ckfinder/userfiles/files/Trabalho%20com%20fam%EDias.pdf>
- Mullaly, B. (1993). *Structural Social Work*. Ontário: McLelland e Stewart.
- Netto, J. P. (2013). Assistencialismo e regressividade profissional no Serviço Social. *Intervenção Social*, 41 (pp. 11-35).
- Oliveira, A. M. C. (2016). *A Teoria das Forças – um referencial para a prática na intervenção social*. Lisboa: Universidade Católica Editora.
- Paugam, S. (1993). *La société française et ses pauvres: L'expérience du revenu minimum d'insertion*. Paris: Quadrige/PUF.
- Paugam, S. (2003). *A Desqualificação Social*. Porto: Porto Editora.
- Paugam, S. (2005). *Les formes élémentaires de la pauvreté*. Paris: Presses Universitaires de France.
- Palier, B. (2002). *Gouverner la Sécurité Sociale*. Paris: PUF.
- Pattaroni, L. (2002). Les competences de l'individu: travail social et responsabilisation. Em Chatel, V., Soulet, M.-H., *Faire face et s'en sortir*, vol. 2 (pp. 107-114). Fribourg: Editions Universitaires. Obtido de https://www.academia.edu/3283275/Les_comp%C3%A9tences_de_lindividu_travail_social_et_responsabilisation
- Payne, M. (2002). *A teoria do Serviço Social Moderno*. Coimbra: Quarteto Editora.
- Pedroso, P. (cons.) (1997). *Pareceres sobre o Rendimento Mínimo Garantido*. Lisboa: CES.
- Pereirinha, J. A. (2008). *Política Social, Fundamentos de actuação das políticas públicas*. Lisboa: Universidade Aberta.
- Peter, B. & Luckman, T. (1985). *A construção social da realidade*. Petrópolis: Vozes.
- Pichon, P. (2005). La construction des publics. Em Ion, J. (éd.), *Le Travail social en débat(s)*. Paris: Éditions La Découverte.
- Poirier, J., Valladon, Clapier, S. & Raubaut, P. (1983). *Les Récits de Vie: Théorie et Pratique*. Paris: PUF.

- REAPN (2007). Rendimento Social de Inserção: 10 anos depois da implementação da medida. Em *Análise*, 14. Porto: Gabinete de Investigação e Projectos da REAPN.
- Rodrigues, C. F. (n.d.). *Anti-poverty effectiveness and efficiency of the Guaranteed Minimum Income Programme in Portugal*. Obtido de <https://depeco.iseg.ulisboa.pt/wp/wp82001.pdf>
- Rodrigues, C. F. (2009). Impacto do RSI na Distribuição do Rendimento e Exclusão. *Seminário Europeu RSI Um direito à Integração Social*. Lisboa. Obtido de http://www.seg-social.pt/documents/10152/153987/rsi_direito_integracao_social/f01e8a4b-8daf-4984-ab2f-93bc82ca1202
- Rodrigues, E. V., Samagaio, F., Ferreira H., Mendes, M. M. & Januário, S. (1999). A pobreza e a exclusão social: teorias, conceitos e políticas sociais em Portugal. *Sociologia*, 9 (pp. 63-101). Obtido de <http://ojs.letras.up.pt/index.php/Sociologia/article/view/2566/2351>
- Rodrigues, E. V. (2000). O Estado-providência e os processos da exclusão social: considerações teóricas e estatísticas em torno do caso português. *Sociologia*, 10 (pp. 173-200). Obtido em 25 de Junho de 2017 de <https://repositorio-aberto.up.pt/handle/10216/8982>
- Rodrigues, E. V. (2006). *Escassos Caminhos: Os Processos De Imobilização Social Dos Beneficiários Do Rendimento Social De Inserção*. Porto: Edições Afrontamento.
- Rodrigues, E. V. (2010). O Estado e as Políticas Sociais em Portugal. *Sociologia*, 20 (pp. 191-230). Obtido de <https://ler.letras.up.pt/uploads/ficheiros/8794.pdf>
- Rodrigues, F. (Coord.), Figueira, M. M., Nunes, M. H., Tapajós, L. & Paiva, B. (2003). *Acção Social na Área da Exclusão Social*. Lisboa: Universidade Aberta.
- Rosanvallon, P. (1995). *La nouvelle question sociale: repenser l'état-providence*. Paris: Seuil.
- Rosanvallon, P. & Fitoussi, J.P. (1997). *A nova Era das Desigualdades*. Oeiras: Celta Editora.
- Rowntree, B. S. (1971). *Poverty, a study of town life*. Nova Iorque: Howard Fertig. Obtido de <https://archive.org/details/povertyastudyto00rowngoog/page/n1>
- Saint-Maurice, A. & Baptista, V.P., (2015). (Es)colhe as Sementes: Impactes do Programa Escolhas percebidos pelos Jovens. Em Diogo, F., Castro A. & Perista P. (org.), *Pobreza E Exclusão Social em Portugal, Contextos e Transformações e Estudos* (pp. 251-269). V. N. Famalicão: Edição Húmus, Lda.
- Saleebey, D. (2009). *Power in the people: Strengths and Hope*. Obtido de <https://doi.org/10.18060/18>
- Schnapper, D. (1996). Intégration et exclusion dans les sociétés modernes. Em Paugam, S., *L'Exclusion, l'État des Saviors* (pp. 23-31). Paris: Éditions La Découverte.
- Sen, A. (2003). *O Desenvolvimento como Liberdade*. Lisboa: Gradiva.
- Spicker, P. (2007). *The Idea of Poverty*. Bristol: Policy Press.

- Silva, P.A. (1998). O Rendimento Mínimo Garantido e a Nova Questão Social. *Sociedade e Trabalho*, 3 (pp.34-49).
- Silva, F. C., (2013). *O Futuro do Estado Social. Ensaios da Fundação*. Lisboa: Relógio D'Água Editores.
- Simmel, G. (1998). *Les Pauvres*. Paris: PUF.
- Soulet, M. H. (2005a). Une solidarité de responsabilisation. Em Ion, J. (2005), *Le travail social en débat(s)* (pp. 86–103). Paris: Editions La Découverte.
- Soulet, M. (2005b). Reconsiderer la vulnérabilité. *Empan*, 60(4) (pp. 24-29). doi:10.3917/empa.060.0024.
- Soulet, M. H. (2006). La vulnérabilité comme catégorie paradoxale de l'action publique. Em *La vulnérabilité sociale*, 22 (pp. 1-18). Obtido de <http://home.iscte-iul.pt/~apad/justica01/textos/politicas%20sociais/Soulet%20La%20vulnerabilite%20paradoxale.pdf>
- Soulet, M. H. (2007). O Trabalho social paliativo. Entre a redução de riscos e integração relativa. Em *Cidades - Comunidades e Territórios*, 15 (pp. 11-27). Obtido de <http://hdl.handle.net/10071/3448>
- Soulet, M. (2011). Changer sa vie: une question sociologique. Em *Les Grands Dossiers de Sciences Humaines Apprendre à vivre. Des philosophies antiques au développement personnel*, 23 (pp. 38-41). Obtido de http://www.scienceshumaines.com/changer-sa-vie-une-question-sociologique-marc-henry-soulet_fr_27319.html
- Sousa, L.; Hespanha P.; Rodrigues S. & Grilo P. (2007). *Famílias Pobres: Desafios à Intervenção Social*. Lisboa: Climepsi Editores.
- Sousa, L. & Rodrigues, S. (2013). Emergência de abordagens colaborativas na intervenção com famílias vulneráveis. Em *Manual - Práticas Colaborativas e Positivas na Intervenção Social* (pp. 17- 29). EAPN Portugal (Ed.). Obtido de https://www.eapn.pt/docs/publicacao_praticas_colaborativas.pdf
- Townsend, P. (1979). *Poverty in the United Kingdom: A survey of household resources and standards of living*. England: Penguin Books. Obtido de <https://www.poverty.ac.uk/system/files/townsend-book-pdfs/PIUK/piuk-whole.pdf>
- Verdès-Leroux, J. (1978). *Le Travail Social*. Paris: Les Éditions de Minuit.
- Wang, C. C. (1999). Photovoice: A participatory action research strategy applied to women's health. *Journal of Women's Health*, 8 (pp. 185–192). Obtido de <https://www.ncbi.nlm.nih.gov/pubmed/10100132> DOI: 10.1089/jwh.1999.8.185
- Wang, C. & Burris, M. A. (1997). Photovoice: concept, methodology, and use for participatory needs assessment. *Health Education & Behavior*, 24(3) (pp. 369–387). Obtido de <https://www.ncbi.nlm.nih.gov/pubmed/9158980> DOI: 10.1177/109019819702400309

Foram consultados os seguintes endereços electrónicos:

(12 de Fevereiro de 2017). Obtido de Gabinete de Estratégia e Planeamento do Ministério do Trabalho, Solidariedade e Segurança Social: www.gep.msess.gov.pt/seminarios/rmg_rsi3062016.pd

(25 de Abril de 2017). Obtido de PORDATA, Base de Dados de Portugal Contemporâneo: www.pordata.pt

(25 de Abril de 2017). Obtido de Segurança Social Direta: www.seg-social.pt

(10 de Dezembro de 2017). Obtido de PhotoVoice: www.photovoice.org

(13 de Dezembro de 2019). Obtido de PORDATA, Base de Dados de Portugal Contemporâneo: www.pordata.pt

Legislação:

Decreto-Lei n.º 513-L/79, de 26 de Dezembro. Diário da República n.º 296/1979, 1º Suplemento, Série I de 1979. Ministérios da Administração Interna e dos Assuntos Sociais - consagra um esquema mínimo (universal) de protecção social. Obtido em https://dre.pt/pesquisa/-/search/430015/details/normal?p_p_auth=ly5xq5eu

Decreto-Lei n.º 160/80, de 27 de Maio. Diário da República n.º 122/1980, Série I. Ministérios das Finanças e do Plano e dos Assuntos Sociais - estabelece um esquema de prestações de segurança social a não beneficiários do sistema contributivo e revoga o Decreto-Lei n.º 513-L/79, de 26 de Dezembro. Obtido em https://dre.pt/web/guest/pesquisa/-/search/474484/details/normal?p_p_auth=Ytqrpd56

Lei n.º 28/84, de 14 de Agosto. Diário da República n.º 188/1984, Série I. Assembleia da República - da Segurança Social. Obtido em <https://dre.pt/application/conteudo/382393>

92/441/CEE: Recomendação do Conselho, de 24 de Junho de 1992, relativa a critérios comuns respeitantes a recursos e prestações suficientes nos sistemas de protecção social, Council of the European Union, N.º L 245 /46 Jornal Oficial das Comunidades Europeias 26.8.92. <https://op.europa.eu/en/publication-detail/-/publication/9953c2cf-a4f8-4d31-aeed-6bf88a5407f3/language-pt>

Lei n.º 19-A/96, de 29 de Junho. Diário da República n.º 149/1996, 1º Suplemento, Série I-A. Assembleia da República - cria o rendimento mínimo garantido, instituindo uma prestação do regime não contributivo da segurança social e um programa de inserção social. <https://data.dre.pt/eli/lei/19-a/1996/06/29/p/dre/pt/html>

Resolução do Conselho de Ministros n.º 197/97, de 18 de Novembro. Diário da República n.º 267/1997, Série I-B. Presidência do Conselho de Ministros - procede ao reconhecimento público da denominada Rede Social. Obtido em <https://data.dre.pt/eli/resolconsmin/197/1997/11/18/p/dre/pt/html>

Dec. Lei n.º 84/2000, de 11 de maio. Diário da República n.º 109/2000, Série I-A. Ministério do Trabalho e da Solidariedade - Altera o Decreto-Lei n.º 196/97, de 31 de Julho, que aprova o rendimento mínimo garantido. Obtido em <https://data.dre.pt/eli/dec-lei/84/2000/05/11/p/dre/pt/html>

Lei n.º 17/2000, de 8 de Agosto. Diário da República n.º 182/2000, Série I-A. Assembleia da República - aprova as bases gerais do sistema de solidariedade e de segurança social. Obtido em <https://data.dre.pt/eli/lei/17/2000/08/08/p/dre/pt/html>

Lei n.º 13/2003, de 21/05 (com rectificação n.º 7/2003 de 29/05). Diário da República n.º 117/2003, Série I-A. Assembleia da República. Lisboa. – revoga o RMG e cria o RSI. Obtido em <https://data.dre.pt/eli/lei/13/2003/05/21/p/dre/pt/html>

Decreto-Lei n.º 283/2003, de 08 de Novembro. Diário da República n.º 259/2003, Série I-A. Ministério da Segurança Social e do Trabalho - regulamenta a Lei n. 13/2003, de 21/05. Obtido em <https://data.dre.pt/eli/dec-lei/283/2003/11/08/p/dre/pt/html>

Lei n.º 45/2005, de 29 de Agosto. Diário da República n.º 165/2005, Série I-A. Assembleia da República - primeira alteração à Lei n.º 13/2003, de 21 de Maio. Obtido em <https://data.dre.pt/eli/lei/45/2005/08/29/p/dre/pt/html>

Decreto-lei n.º 42/2006, de 23 de Fevereiro. Diário da República n.º 39/2006, Série I-A. Ministério do Trabalho e da Solidariedade Social – altera o Decreto-Lei n.º 283/2003, de 8 de Novembro, que regulamenta a Lei n.º 13/2003, de 21 de Maio, nos termos da qual foi criado o rendimento social de inserção. Obtido em <https://data.dre.pt/eli/dec-lei/42/2006/02/23/p/dre/pt/html>

Decreto-Lei n.º 84/2003, de 24 de Abril. Diário da República n.º 96/2003, Série I-A. Ministério da Segurança Social e do Trabalho - aprova medidas temporárias de protecção social aplicáveis aos trabalhadores em situação de desemprego que revestem natureza especial e se inserem no Programa de Emprego e Protecção Social. Obtido em <https://data.dre.pt/eli/dec-lei/84/2003/04/24/p/dre/pt/html>

Lei n.º 4/2007 de 16 de Janeiro. Diário da República n.º 11/2007, Série I. Assembleia da República. Obtido em <https://data.dre.pt/eli/lei/4/2007/01/16/p/dre/pt/html>

2008/867/CE: Recomendação da Comissão, de 3 de Outubro de 2008, relativa a inclusão activa das pessoas excluídas do mercado de trabalho, L 307/11 Jornal Oficial da União Europeia de 3.10.2008. Obtido em <https://eur-lex.europa.eu/legal-content/PT/TXT/HTML/?uri=CELEX:32008H0867&from=EN>

Decreto-lei n.º 133/2012, de 27 de Junho. Diário da República n.º 123/2012, Série I. Ministério da Solidariedade e da Segurança Social - altera os regimes jurídicos de protecção social. Obtido em <https://data.dre.pt/eli/dec-lei/133/2012/06/27/p/dre/pt/html>

Decreto-lei n.º 1/2016, de 06 de Janeiro. Diário da República n.º 3 - Iª Série. Ministério do Trabalho, Solidariedade e Segurança Social – Altera a escala de equivalência aplicável à determinação do montante do Rendimento Social de Inserção (RSI) a atribuir, prevista na Lei n.º 13/2003, de 21

de maio e atualiza o valor de referência do RSI, indexado ao valor do IAS, previsto na Portaria n.º 257/2012, de 27 de agosto. Obtido em <https://data.dre.pt/eli/dec-lei/1/2016/01/06/p/dre/pt/html>

Portaria n.º 5/2017, de 3 de Janeiro. Diário da República n.º 2/2017, Série I. Trabalho, Solidariedade e Segurança Social - procede à alteração da Portaria n.º 257/2012, de 27 de agosto Obtido em <https://data.dre.pt/eli/port/5/2017/01/03/p/dre/pt/html>

Decreto-Lei n.º 90/2017, de 28 de Julho. Diário da República n.º 145/2017, Série I. Trabalho, Solidariedade e Segurança Social - altera o regime jurídico do rendimento social de inserção. Obtido em <https://data.dre.pt/eli/dec-lei/90/2017/07/28/p/dre/pt/html>

Portaria n.º 52/2018, de 21 de Fevereiro. Diário da República n.º 37 – Iª Série. Ministério do Trabalho, Solidariedade e Segurança Social - Procede à atualização do valor de referência do RSI para 2018. Obtido em <https://data.dre.pt/eli/port/52/2018/02/21/p/dre/pt/html>

ANEXOS

Anexo I – Consentimento informado



Universidade do Minho
Instituto de Ciências Sociais

A intervenção social e a mudança das condições de vida dos beneficiários de RSI

Autorização para realização e gravação da entrevista

O (a) entrevistado (a) _____ toma conhecimento de que a presente entrevista se destina à realização de uma investigação no âmbito do Doutoramento em Sociologia da Universidade do Minho, sobre o tema “A intervenção social e a mudança das condições de vida dos beneficiários de RSI”, a cargo da investigadora Zélia Reis, sob orientação científica da Professora Doutora Alice Delerue Matos.

É pedida autorização para gravar as declarações prestadas e para que estas possam ser usadas no âmbito do estudo em curso.

Garante-se, desde já, a estrita confidencialidade do que for declarado, bem como a utilização das informações estritamente para este estudo.

A investigadora,

Zélia Reis

O entrevistado dá consentimento,

Data e local: _____

Assinatura: _____

Anexo II – Guião de entrevista a profissionais que encaminham para iniciativas de acção colectiva



Universidade do Minho
Instituto de Ciências Sociais

A intervenção social e a mudança das condições de vida dos beneficiários de RSI

Guião de Entrevista

A presente entrevista integra o projecto de investigação em desenvolvimento no âmbito do Doutoramento em Sociologia da Universidade do Minho.

Através deste instrumento pretende-se recolher informação que nos permita identificar as representações sociais que a equipa técnica responsável pela implementação da medida de RSI formula acerca da intervenção social e dos beneficiários do Rendimento Social de Inserção.

As informações recolhidas são confidenciais e tratadas apenas para os fins da investigação referida. Porque a sua colaboração é indispensável ao sucesso deste projecto, agradecemos desde já, a sua disponibilidade.

- 1- Quais os factores que, na sua opinião, explicam a pobreza e a exclusão social?
- 2- Que factores podem contribuir, na sua opinião, para a redução da pobreza e exclusão social?
- 3- Em que medida os pobres e excluídos da sociedade podem alterar (ou contribuir para alterar) a sua condição (de pobres e excluídos)?
- 4- Na sua opinião, o que deve visar a intervenção social junto dos pobres e excluídos?
- 5- Que condições são necessárias/facilitam esse tipo de intervenção social?
- 6- Que constrangimentos existem a esse tipo de intervenção social?
- 7- Em que medida a política de RSI é facilitadora da mudança de vida dos indivíduos? Quais os pontos fortes e fragilidades da política de RSI?
- 8- Que estratégias acionam os beneficiários do RSI para mudarem de vida?
Na sua opinião que (outras) estratégias poderiam acionar?
- 9- Que critérios tem em conta na selecção e encaminhamento de um beneficiário do RSI para o projecto da horta solidária/ *atelier de enriquecimento pessoa*?

- 10- Que objectivos procura atingir quando encaminha um beneficiário do RSI para a horta solidária/ *atelier de enriquecimento pessoal*?
- 11- Na sua opinião, quais são os pontos fortes do projecto da horta solidária/ *atelier de enriquecimento pessoal*?
- 11.1. - E as suas fragilidades/pontos fracos?
- 12- Em seu entender a horta solidária/ *atelier de enriquecimento pessoal* promove a mudança de vida dos seus utilizadores?
- 10.1. – Se sim, a que níveis (económico, social, ...)?
- 10.2. – Se não, porquê?
- 13- Na sua opinião, como poderia ser melhorado o projecto da horta solidária/ *atelier de enriquecimento pessoal*?

Reiterar o importante papel que cada participante desempenhou para os objectivos do trabalho de investigação e agradecer com a promessa da devolução dos resultados.

Anexo III – Guião de entrevista a profissionais que não encaminham para iniciativas de acção colectiva



Universidade do Minho
Instituto de Ciências Sociais

A intervenção social e a mudança das condições de vida de beneficiários de RSI

Guião de Entrevista

A presente entrevista integra o projecto de Investigação em desenvolvimento no âmbito do Doutoramento em Sociologia da Universidade do Minho.

Através deste instrumento pretende-se recolher informação que nos permita identificar as representações sociais que a equipa técnica responsável pela implementação da medida de RSI formula acerca da intervenção social e dos beneficiários do Rendimento Social de Inserção.

As informações recolhidas são confidenciais e tratadas apenas para os fins da investigação referida. Porque a sua colaboração é indispensável ao sucesso deste projecto, agradecemos desde já, a sua disponibilidade.

- 1- Quais os factores que, na sua opinião, explicam a pobreza e a exclusão social?
- 2- Que factores podem contribuir, na sua opinião, para a redução da pobreza e exclusão social?
- 3- Em que medida os pobres e excluídos da sociedade podem alterar (ou contribuir para alterar) a sua condição (de pobres e excluídos)?
- 4- Na sua opinião, o que deve visar a intervenção social junto dos pobres e excluídos?
- 5- Que condições são necessárias/facilitam esse tipo de intervenção social?
- 6- Que constrangimentos existem a esse tipo de intervenção social?
- 7- Em que medida a política de RSI é facilitadora da mudança de vida dos indivíduos? Quais os pontos fortes e fragilidades da política de RSI?
- 8- Que estratégias acionam os beneficiários do RSI para mudarem de vida? Na sua opinião, que outras estratégias poderiam acionar?

- 9- Enquanto técnico gestor de processo, que estratégias acciona com vista à mudança de vida dos seus beneficiários? Que objectivos pretende atingir quando as acciona?
- 10- Percepções sobre a horta solidária
- 10.1 Já alguma vez encaminhou beneficiários para a horta solidária? Se nunca o fez, poderia explicitar os motivos?
 - 10.2 Na sua opinião, quais são os pontos fortes do projecto da horta solidária? E as suas fragilidades/pontos fracos?
 - 10.3 Na sua opinião, como poderia ser melhorado o projecto da horta solidária?
- 11- Já encaminhou beneficiários para outro tipo de projectos?
- 11.1 Quais?
 - 11.2 Poderia especificar os objectivos que tem com esse(s) encaminhamento(s)?
 - 11.3 Em seu entender esses projectos promovem a mudança de vida dos seus utilizadores? Se sim, a que níveis (económico, social, ...)? Se não, porquê?

Reiterar o importante papel que cada participante desempenhou para os objectivos do trabalho de investigação e agradecer com a promessa da devolução dos resultados.

Anexo IV – Guião Focus Group: beneficiários de RSI que participam nas iniciativas de acção colectiva



Universidade do Minho
Instituto de Ciências Sociais

Guião *Focus Group*

Data:

Hora:

Local:

Presentes: Zélia Reis e beneficiários de RSI

- Agradecer a presença;
- Apresentação da investigadora;
- Apresentação dos objectivos do trabalho e do planeamento da sessão;
- Valorização da participação de cada um dos elementos do grupo para o trabalho de investigação;
- Obtenção dos consentimentos informados devidamente assinados;
- Apresentação de cada candidato e do tempo de integração de cada um na medida de RSI e na Horta Solidária;

1- identificar as representações subjectivas sobre a medida de RSI e seus beneficiários

- Se vos perguntarem o que é o RSI o que é que dizem?
- Que vantagens vêm no RSI?
- E que desvantagens?
- Se vos perguntarem o que é que melhoravam no RSI, o que dizem?
- O que é que vocês acham que as pessoas que não recebem o RSI pensam daquelas que recebem?
- E porque é que acham que essas pessoas têm essa ideia?

2- identificar, a partir dos seus pontos de vista, os factores explicativos ou constrangedores da mudança

- Em que medida o RSI ajuda/dificulta a mudança das condições de vida das pessoas?
- Se ajuda, em quê?
- Se dificulta, em que aspectos?

3- identificar o tipo de relação que os beneficiários estabelecem com o serviço de acção social e com os profissionais, a partir das suas representações subjectivas;

- Todos vocês têm um técnico que vos apoia?
- Se deixarem de ter o apoio técnico, a vossa vida mudava? em que aspecto (s)?
- Até hoje, em que é que esse apoio foi importante?

4- identificar as representações subjectivas dos beneficiários de RSI sobre as iniciativas de economia social que lhes foram propostas

- Quando convidados para participar na Horta, que vantagem viram nisso?
- E hoje, que vantagens vêm nisso?
- Agora que participam na horta, vocês recomendavam a outros beneficiários que participassem também?
- Que dificuldades têm sentido ao participarem na horta?
- Se alguém vos perguntar em que medida a horta foi e é importante na vossa vida, o que dizem?

5- Perceber de que maneira a horta mudou a vossa vida?

Introdução e explicação da sessão seguinte que será desenvolvida a partir das fotografias seleccionadas por cada um dos participantes sobre aspectos da vida quotidiana que ilustrem dimensões em que a mudança se deu ou dá.

- Marcar a sessão;
- Agradecimento.

Anexo V – Guião Focus Group – fotos: beneficiários de RSI que participam nas iniciativas de acção colectiva



Universidade do Minho
Instituto de Ciências Sociais

Guião *Focus Group* - fotos

Data:

Hora:

Local:

Presentes:

- Apresentação dos objectivos e do planeamento da sessão;
- Constituição de dois grupos supervisionados pela investigadora e orientadora (aplicável apenas na IPSS da Trofa).

Perante as fotos que cada um apresenta, pedir para seleccionar apenas três.

Aspectos para reflexão:

1ª: Porque é que escolheu cada uma destas fotografias?

2ª: Em que pensou quando tirou estas fotografias?

2ª: Existe alguma coisa que queira realçar na sua fotografia?

3ª: De que forma as suas fotografias retratam o que passou a ser diferente na sua vida depois de vir para a horta?

4ª: Diga-nos dois momentos que viveu na horta (ou por causa da horta) que me queira destacar porque:

a) A (o) fez sentir feliz.

b) A (o) fez sentir triste.

5ª: Que sonhos tem para a sua vida?

6ª De que maneira a sua participação na horta o (a) pode ajudar (ou ajudou) a alcançar esses seus sonhos?

7ª O que é que seria necessário para realizar os seus sonhos?

Reiterar o importante papel de cada participante desempenhou para os objectivos do trabalho de investigação e agradecer com a promessa da devolução dos resultados.

Anexo VI – Guião Focus Group: grupo de controle – beneficiários que não participam nas iniciativas de acção colectiva



Universidade do Minho
Instituto de Ciências Sociais

Guião para o *Focus Group*

Data:

Hora:

Local:

Presentes: Zélia Reis e beneficiários de RSI seleccionados.

- Agradecer a presença;
- Apresentação da investigadora;
- Apresentação dos objectivos do trabalho e do planeamento da sessão;
- Valorização da participação de cada um dos elementos do grupo para o trabalho de investigação;
- Obtenção dos consentimentos informados devidamente assinados;
- Apresentação de cada candidato e do tempo de integração de cada um na medida de RSI;

1- Identificar as representações subjectivas sobre a medida de RSI e seus beneficiários

- Se vos perguntarem o que é o RSI o que é que dizem?
- Que vantagens veem no RSI?
- E que desvantagens?
- Se vos perguntarem o que é que melhoravam no RSI, o que dizem?
- O que é que vocês acham que as pessoas que não recebem o RSI pensam daquelas que recebem?
- E porque é que acham que essas pessoas têm essa ideia?

2- Identificar o tipo de relação que os beneficiários estabelecem com o serviço de acção social e com os profissionais, a partir das suas representações subjectivas;

- Se deixarem de ter o apoio técnico, a vossa vida mudava em que aspecto (s)?
- Até hoje, em que é que esse apoio foi importante?

3- Identificar, a partir dos seus pontos de vista, os factores explicativos ou constrangedores da mudança

- Assinaram o contrato de inserção?
- E sabem o que é que consta desse contrato?
- O que consta no vosso contrato tem sido importante para a vossa vida?
- Em que medida ajuda/dificulta a mudança das vossas vidas?
- Se ajuda, em quê?
- Se dificulta, em que aspectos?

Reiterar o importante papel de cada participante desempenhou para os objectivos do trabalho de investigação e agradecer com a promessa da devolução dos resultados.